



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANDERSON LINS RODRIGUES

**SUBJETIVIDADES EM TRAMA, CORPOS EM *TRANSE*: OS MO(VI)MENTOS DE
IDENTIFICAÇÃO DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS NO ENTREMEIO DOS
SENTIDOS DE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES**

Recife

2021

ANDERSON LINS RODRIGUES

**SUBJETIVIDADES EM TRAMA, CORPOS EM *TRANSE*: OS MO(VI)MENTOS DE
IDENTIFICAÇÃO DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS NO ENTREMEIO DOS
SENTIDOS DE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do Título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto.

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

R696s Rodrigues, Anderson Lins

Subjetividades em trama, corpos em *transe*: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades / Anderson Lins Rodrigues. – Recife, 2021. 225f.: il.

Sob orientação de Evandra Grigoletto.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

Inclui referências.

1. Discurso. 2. Identificação e performatização de gênero. 3. Corpo. 4. Subjetivação transgênera. 5. Sentidos corpo-normativos e corpo-transgressores. I. Grigoletto, Evandra (Orientação). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-249)

ANDERSON LINS RODRIGUES

**SUBJETIVIDADES EM TRAMA, CORPOS EM *TRANSE*: OS MO(VI)MENTOS DE
IDENTIFICAÇÃO DE SUJEITOS TRANSGÊNEROS NO ENTREMEIO DOS
SENTIDOS DE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do Título de Doutor em Letras.

Aprovada em: 09/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ricardo Postal (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Dantielli Assumpção Garcia (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Maurício Beck (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Santa Cruz

A Diego. Amor. Cúmplice. Companheiro. Minha gratidão por estar comigo, pelas interlocuções, pela parceria nas reflexões e por ter vindo junto nesse trajeto de pensar as violências advindas da hegemonia de gênero e sexualidade. Obrigado por estar comigo... Eu *estou* porque você *está*! Quero viver, no mínimo, uma vida contigo.

A *Mainha* – uma fortaleza de coragem, teimosia, ousadia e insubserviência ao machismo e ao patriarcado. Com quem aprendi, além das *primeiras letras*, a ser sensível, a ser empático, a chorar as dores do outro e a seguir em frente, apesar de tudo. A você, devo o melhor de mim, o melhor do que eu estou me tornando. Eu *sou* porque você *é*! Nossos passos vêm de longe... “De todo o amor que eu tenho / Metade foi tu que me deu / Salvando minh’alma da vida / Sorrindo e fazendo o meu eu”¹.

Às pessoas que sofreram e/ou sofrem discriminação, violência em função de crença, cor da pele, desejo sexo-afetivo, subjetivação de gênero, aparência, dentre tantas outras formas de estigmatização e de exclusão – desdobramentos dos sentidos hegemônicos. Às pessoas transgêneras, o meu respeito pela coragem de existir materializada em suas corpo-subjetividades. Em especial, [...] “às pessoas trans, sem voz, às mais invisíveis para a sociedade: àquelas rotuladas de abomináveis, vistas como pervertidas, que envergonham as famílias e os vizinhos, que ainda menores foram punidas com expulsão de casa, sem abrigo específico para as acolherem na juventude nem na velhice e, sobretudo, às que não têm direito à *insolência* da longevidade, por morrerem assassinadas, ainda prematuramente”². Lutemos a luta dos argumentos, das ideias, dos discursos de resistência. Como nunca, é preciso ousar pensar e ousar se revoltar em favor da constituição de sistemas plurais e diversos, em favor da celebração da *Diferença*.

¹ Trecho da canção “Dona Cila”, composição de Maria Gadú.

² Aqui entremeei o meu dizer com as palavras de Nery (2019, n. p), quando também rendia justo reconhecimento às subjetividades dissidentes.

AGRADECIMENTOS

A trajetória das grandes realizações se constrói a muitas mãos, com muitos afetos e com o compartilhamento de dificuldades e de alegrias, o que vai tornando cada passo nosso mais leve. Agradeço, portanto, a algumas pessoas queridas, que me são muito caras e que, de alguma forma, suavizaram esse meu itinerário e com quem posso partilhar esse momento especial na minha vida. Tudo foi feito com vocês:

Meus professores. Todos! Os de ontem, de hoje e aqueles que ainda virão... A minha gratidão e a convicção de que, graças a vocês, está sendo (e será) possível ir mais longe, entender mais e entender melhor a complexidade das relações sociais, bem como a fortalecer a certeza de que, dia após dia, se faz necessário compreender o *compreender* do outro.

Meus pais, Antônio e Edileusa, meus irmãos, Ellen e Ámerson, e meu companheiro, Diego César, pelo incentivo, pelo apoio e por todo amor que me transmitem, ao sempre torcerem e contribuírem para a consecução dos meus objetivos. Agradecimento extensivo a demais familiares: meus sogros, Expedito e Laudiceia, tia Kátia, cunhado/as, Eduardo, Henrique, Laise, Karina, Karla, e sobrinhos, Bernardo e Murilo.

Minhas avós, *minhas Marias*: Maria de Nazaré e Maria do Carmo, que legaram um exemplo de tamanha força feminina que, ainda hoje, mesmo transcorridos tantos anos em que meus olhos não mais as veem, ainda são presenças constantes em minhas melhores memórias afetivas. O Matriarcado segue...

Evandra Grigoletto. Minha orientadora tão querida, sou grato pela orientação segura e, ao mesmo tempo, serena, ao longo de todo esse processo. As suas palavras foram uma bússola a guiar o meu raciocínio, por vezes, confuso. Mas a minha gratidão vai muito além do vínculo orientadora-orientando: Evandra, a quem muitas vezes, chamo, carinhosa e respeitosamente, de “exuberante diva da Análise do Discurso”, “estonteante musa pêcheuxtiana”, “fada sensata”, “soberana da UFPE”, “monarca da pós-graduação”, tornou-se uma amiga estimada e uma forte referência de como eu posso me tornar o melhor professor que eu puder ser. Esses anos de convivência contigo têm me ensinado, na prática, alguns significados sobre o “ninguém solta a mão de ninguém”, pois, apesar de anos tão turbulentos, sempre pude contar com sua presença! Obrigado pela aprendizagem, pela orientação, pela paciência, pela parceria, pelo exemplo. Sinto-me honrado e agradecido por ser um dos teus “grigolettes”. Enfim, obrigado por tudo e por tanto!

Fabiele De Nardi. Uma pessoa tão especial que me sinto desafiado a verbalizar algo que já não tenha sido dito ou, de alguma forma, sentido pelas pessoas que têm a alegria de conviver com ela e, assim, ser alcançado, tocado por sua beleza, por seu senso de justiça, de empatia, de respeito ao próximo, por sua amizade, seu equilíbrio e por sua energia positiva! Obrigado, Fabi, minha sempre querida “professora Helena”.

Evandra Grigoletto e Fabiele De Nardi. Não poderia deixar de registrar o quanto todos nós, alunos, orientandos e amigos, somos felizes pela parceria de vocês duas, na UFPE e na vida, o que tem permitido a realização de tantos feitos dos quais nos sentimos coautores, copartícipes. Que possamos nos fortalecer, cada vez mais, como uma equipe de pesquisadores e amigos reunida pelo discurso e que permanece junta porque cultiva laços de afeto, de amizade sincera e de um carinho que só cresce. Sou muito fã e “*shippo*” demais a parceria #GrigoNardiete!

Meus professores analistas do discurso, na UFCG e UFPB, que me ensinaram a difícil e necessária atividade de pensar nos entremeios... Aloísio, Angélica, Esther e, em especial, ao querido Washington Farias, que me acompanhou, sendo meu orientador, na Licenciatura em Letras e no Mestrado em Linguagem e Ensino na UFCG.

Mizael, Flávia, Alcione, Leo e Lucy, amigos lindos e estimados com os quais compartilho tantas aprendizagens, dúvidas, inquietações e alegrias. Vocês foram e são um dos mais gratos presentes que o Doutorado me ofertou. Amigos lancinantes, perfurocortantes e é, por isso, que amo vocês! Quero destacar o acolhimento afetuoso de Mizael, que, semanalmente e sempre que necessário, me recebeu em sua casa, deixou que eu partilhasse de sua intimidade e do contato com sua linda família (Paco, Pepa e Paquito – meus sobrinhos amados). Sou muito agradecido a você, Miza, pelo carinho da acolhida, que se manifestou de diversas maneiras, incluindo as deliciosas “iguarias mizaelísticas”, os diálogos afetuosos e apoio constate. Jamais esquecerei o que sempre me dizia: “Anderson, *mi casa es tu casa*”. Agradecimento extensivo a você, Flavusk, que também me acolheu, generosamente, em seu lar.

Turma tórrida e voraz do grupo do *WhatsApp* Relação de Nunca Acabar, companheiros de ideais e de propósitos, pessoas lindas que admiro e com as quais aprendo a cada nova troca de mensagem. Vocês são amigos que a Análise do Discurso me ofertou... que a nossa relação seja, de fato, de nunca acabar. Carol Leal, sou grato pelo seu trabalho incrível com as imagens nas folhas de rosto dessa Tese.

Todas as pessoas que compartilharam suas vivências no gênero, a partir das quais foi possível constituir o arquivo discursivo dessa pesquisa. Não podemos olvidar o fato de que

vocês choraram a perda de amigos, familiares e companheiro/as de luta, enfrentaram dores lancinantes e o peso voraz da ignorância para mobilizar sentidos de aceitação e de pluralidade. Graças a vocês, que se rebelaram, lutaram para sobreviver aos preconceitos e às injustiças sociais, temos mais oportunidades e liberdades, como também o exemplo de que precisamos seguir lutando, ousando e resistindo!

Pesquisadores que me antecederam e também os que são meus contemporâneos nos estudos do discurso e de gênero e sexualidade que foram/são faróis para os meus olhos. Além dos nomes que fiz questão de mencionar ao longo da pesquisa, citando-os, também quero mencionar os companheiros mais próximos, dos quais recebi preciosas sugestões de leitura: Professor Antônio Genário (UFRN), Helena Vieira, André Cavalcante, Aguiário Pimentel, Ana Luísa, Francisco Jomário.

Meus alunos. Sigo na busca pelo conhecimento para que eu possa me tornar um professor melhor e, assim, compartilharmos saberes e crescermos juntos. Vocês me movem. Obrigado! Professor Rogério Modesto, amigo querido e tão inteligente, sou muito grato pela partilha que tem nos aproximado na vida pessoal e profissional e, com isso, permitido boas parcerias, inclusive, junto aos nossos alunos do grupo de pesquisa dTer – UESC.

Rosa, Isabel e Edna, pessoas incríveis que estiveram e estão comigo, na minha casa, e que foram e são decisivas à viabilização dessa pesquisa e do meu trabalho. Obrigado por tanto carinho e parceria!

Professor Ricardo Postal (UFPE), a quem sou grato por ter sinalizado para as miradas cis-heteronormativas que constituíam o meu trajeto de análise para as discursividades transgêneras. Desde o projeto até à defesa da Tese, a sua voz guiou as minhas reflexões. É uma alegria enorme tê-lo comigo nesse momento de fecho!

Maurício Beck, professor e colega da de trabalho, na UESC, com quem tenho interlocuções muito produtivas, com quem tenho aprendido bastante e com quem seguirei trabalhando, estudando e avançando na problematização dos sentidos hegemônicos que interpelam nossas corpa-subjetividades.

Professor Iran Ferreira de Melo (UFRPE e UFPE), de quem recebi indicações de leituras e com quem compartilhei as minhas inquietações iniciais para levar adiante essa pesquisa. Graças aos eventos que ele organizou, ForTrans e Desfazendo Gênero, foi possível que eu me inscrevesse nas discursividades de gênero e de sexualidade. Muito obrigado por estar comigo!

Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE). Obrigado, professora, pelo aceite em participar da Banca de Defesa. As suas contribuições, generosas, foram por demais relevantes

ao aprimoramento das minhas reflexões. Meus amigos e colegas professores da UESC. Em especial, a Andreia, pelas interlocuções, e a Juan e a Kiko, que me auxiliaram com os resumos em língua estrangeira.

Timmy, Clarck, Bob e Bela. Meus filhos de quatro patas. Na companhia deles, eu sinto a amizade, a ingenuidade e a leveza necessárias para atravessar dias de tanta aridez e insensibilidade. Juliana, Berenice, Filipe, Luana, Cilene, Jomário, Kátia, Marina, Vanda e Katarina. Amigos de toda uma vida. Obrigado por sempre torcerem por mim. Augusto Lins, meu primo querido, obrigado pela interlocução e por sua companhia nas visitas aos ambulatórios e centros de convivência e apoio a pessoas trans que estavam em processo de hormonização.

Grupo do *WhatsApp* #SomosTod@sTRans, composto por pesquisadores das relações de gênero de diferentes universidades, com os quais tive diálogos bem produtivos. Companheiro/as dos grupos de caronas. Grato pela parceria e pelos diálogos nos caminhos entre Campina Grande-PB e Recife.

Governos Lula e Dilma. Eu sou o resultado de oportunidades que me foram dadas por meio de uma política de democratização, expansão e fortalecimento das universidades públicas. A propósito, agradeço ao profissionalismo e à correção do PPGL da UFPE, seus professores e demais servidores; e também à CAPES, pelo incentivo material que foi imprescindível.

Clara Regina, colega do Mestrado na UFCG, que, além do incentivo a fazer o Doutorado, me ensinou, literalmente, a como chegar na UFPE. Manassés, Luciano, Louise, Francicleide e demais amigos com quem estive junto, no início da busca pelo doutorado, e dos quais recebi o necessário apoio para seguir em busca desse sonho. Adriana e Stefan, respectivamente, minha psicóloga e meu psiquiatra, que me ajudaram a organizar a minha cabeça e as minhas emoções durante momentos difíceis dessa caminhada do doutoramento.

Como sujeito interpelado que sou por sentidos que defendem a existência de uma inteligência suprema do universo, causa primeira de todas as coisas, agradeço a Deus(a) e à espiritualidade de luz pela presença em minha vida, como também por ter me possibilitado o contato com essas pessoas tão caras que citei acima.

“Vertigens. ‘Um cara chegou para mim e falou assim: Deixe eu te perguntar: você é travesti? Eu falei: Não, eu não sou travesti. Você é mulher então? Eu fiquei pensando: O que eu sou?’” (CARLA)³.

“O plano de saúde sempre liga lá em casa. Não entende como alguém faz mamografia e exame de próstata ao mesmo tempo” (NANY PEOPLE)⁴.

“Os sonhos da gente têm a pirraça de não escutar os limites do corpo. Os meus me faziam meio infinita” (MARILAC, 2019, n. p)⁵.

Luto pelos brasileiros mortos nesse caminhar sórdido e cínico. o povo não apresenta sintomas de convulsão. tem histórico de cansaço, dor no peito e falta de ar. aos poucos, perde o gosto das coisas. lateja a cabeça, mudo e imóvel. e eu: luto. Luto em razão das valas, das fileiras, dos números. dos zeros acumulados à direita. que bandeira é essa a entrar no país distendida sobre milhares de urnas? estandarte em marcha, o mesmo laço de crepe atado na lança que feriu o coração do povo cinge a coroa de flores. hastearão quantas flâmulas a meio-mastro até poderes finalmente...? [enquanto isso] eu luto. (LAVIGNE, 2020)

“Enquanto houver burguesia Não vai haver poesia”. (CAZUZA, 1989)

“Espera que o sol já vem”. (RUSSO, 1986)

³ O leitor há de me perdoar: não mais disponho do *link* do *Facebook* em que recortei esse relato. A despeito dessa impossibilidade de disponibilizar o tal *link* de acesso ao texto, resolvi expô-lo por considerar pertinente à reflexão que será desenvolvida.

⁴ Disponível em: QUEIROZ, Flávio. **Nany People**: ser mulher não é para qualquer um. Minhas verdades. São Paulo: Planeta, 2015, n. p. (Ver Referências).

⁵ Disponível em: MARILAC, Luisa. **Eu, travesti**: memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro: Record, 2019, n. p. (Ver Referências).

Manifesto Transex 2020⁶

Falo enquanto uma mulher transexual no Brasil de 2020, diretamente do país que mais mata pessoas como eu, enquanto consome pornografias protagonizadas por nós. Parto do meu lugar de artista do corpo e digo que não é possível tirá-lo fora, o trabalho é enxergar a beleza de uma corporalidade que se autocria, a potência de uma corpa que decide transmutar a carne pela força do desejo, andar no ritmo do anti-horário, ser o bug, enganar os algoritmos e as estáticas, ter o mantra “não morrer” em looping na cabeça e a certeza da beleza no corpo. Que todas as travestis, mulheres trans, não binárias, bichas transtornadas, todas as malditas, as femininas, que todas nós gozemos a liberdade da escolha, e tenhamos maturidade para lidar com a violência da escolha, que nossas corpas encontrem a abundância, o amor incondicional, o prazer de habitar e corromper esta merda toda, este Brasil que nos assassina, esta Curitiba fascista. Falo como uma mulher que quer ser amada num país que me odeia, uma mulher que acredita em outros possíveis, em outras masculinidades, falo como alguém que não desistiu, e se os meus privilégios me impulsionaram até aqui, eu quero o giro de poder nessa guerra que vocês inventaram. Se as que vieram antes me impulsionaram até aqui, eu quero estar aqui e agora junto com as minhas, vivas, ferozes e destrutivas, bonitas e letais. Que nenhum homem medíocre esteja ao lado de uma mulher poderosa, que nenhum homem de terno tenha o poder de decisão sobre o nosso corpo ilegível, que as nossas vidas sejam legitimadas e narradas apenas por nós, que nenhuma migalha nos seja alimento, que tenhamos acesso a todos os espaços de poder para que possamos destruir todos os espaços de poder, todas as catequeses, as toxicidades e riscaremos com nossos saltos agulha mapas de desobediência e sobrevivência. Todos os corpos que habitam a vulnerabilidade possuem superpoderes psicossociais de sobrevivência, a capacidade de criação de afeto no meio dos destroços, a possibilidade de se refazer mesmo em ruínas, mesmo diante do abismo que está entre um corpo normativo e um corpo dissidente. Eu não escolhi o abismo, ele sempre esteve aqui, mas eu não saltarei sozinha, eu quero o pagamento de uma dívida irreparável. (FREIRE, Gal, 2020).

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/galmfreire>. Acesso em 31 de maio de 2020.

RESUMO

Esta tese investiga os mo(vi)mentos discursivos de identificação e performatização de gênero de sujeitos que se reivindicam transgêneros. Para tanto, entende que não existem atributos ou sentidos específicos que possam ser tomados como próprios ou inequívocos do gênero, ou seja, para além de um suposto pacto biológico com a normalização dos corpos, pela via da arbitrária regra cisgênera e heterossexualizante, é preciso interrogar os indicadores políticos estabelecidos sócio-historicamente às masculinidades e às feminilidades. Por estar situada numa área acadêmica transdisciplinar, a investigação se aporta nos estudos do discurso de filiação materialista, com fulcro no trabalho de análise dos sentidos pela/na relação constitutiva entre língua, sujeito e ideologia (PÊCHEUX, 1975; 1983), e(m) sua articulação com o campo teórico do gênero e da sexualidade, compreendendo, sobretudo, as contribuições de Butler (2018, 2019) e de Foucault ([1969] 1999, 1975). Nesse sentido, o delineamento teórico-analítico, ao resistir frontalmente à ideia de que as transgeneridades seriam passíveis à intervenção e ao *tratamento* das ciências médicas, propõe a diversidade das expressões e vivências do/no gênero, bem como possibilidades outras de subjetivações corporificadas. Partindo desse pressuposto, o objetivo geral da tese é analisar o funcionamento do discurso de sujeitos transgêneros entre a significação de seu corpo e a (des)estabilização de sentidos sobre masculinidades e feminilidades. Com relação ao *corpus* da pesquisa, é constituído a partir dos autorrelatos de sujeitos que, ao se dizerem transgêneros, aproximam a sua subjetivação à ordem do corpo. Para tanto, considera o dizer de si a partir de determinadas produções, tais como: autobiografias, entrevistas e postagens públicas em redes sociais, especificamente, nos anos de 2017 a 2021 – recorte temporal que se deve ao momento de recrudescimento de ideias totalitárias e de inviabilização da diversidade, o que, no campo do gênero e da sexualidade, recebe a alcunha de *ideologia de gênero*. Os resultados da investigação sinalizam para um movimento regular de sobreposição de sentidos na relação entre os objetos corpo, gênero e desejo. Desses atravessamentos de sentidos, resultou a discussão de que as discursividades transgêneras analisadas conflagram um funcionamento discursivo tenso entre esses objetos e o processo simbólico de forja da identificação-performatização e subjetivação generificada trans, o que me levou a formular a proposta teórica e analítica de um espaço de entremeio de significação do gênero constituído pela/na tensão entre confluência e resistência a/entre sentidos corpo-normativos e sentidos corpo-transgressores.

Palavras-chave: Discurso; Identificação e performatização de gênero; Corpo; Subjetivação transgênera; Sentidos corpo-normativos e corpo-transgressores.

RESUMEN

Esta tesis investiga los mo(vi)m(i)entos discursivos de identificación y performatización de género de sujetos que se reivindican transgéneros. Por eso, partimos de la premisa de que no existen atributos o sentidos específicos que puedan tomarse como propios o inequívocos de un género, es decir, más allá de un supuesto pacto biológico con la normalización de los cuerpos, a través de la regla arbitraria cisgénero y heterosexualizante, es necesario cuestionar los indicadores políticos que se les establecieron socio-históricamente a las masculinidades y femineidades. Al ubicarse en un área académica transdisciplinar, la investigación se basa en los estudios del discurso vinculados al materialismo, con foco en el análisis de los sentidos por/en la relación constitutiva entre lenguaje, sujeto e ideología (PÊCHEUX, 1975; 1983), y su articulación con el campo teórico del género y la sexualidad, comprendiendo, sobre todo, los aportes de Butler (2018, 2019) y Foucault ([1969] 1999, 1975). En este sentido, la perspectiva teórica-analítica, al resistirse frontalmente a la idea de que las transgeneridades serían pasibles de intervención y *tratamiento* de las ciencias médicas, propone la diversidad de expresiones y vivencias de/en el género, así como otras posibilidades de subjetivaciones corporeizadas. A partir de este supuesto, el objetivo general de la tesis es analizar el funcionamiento del discurso de los sujetos transgéneros entre la significación de su cuerpo y la (des)estabilización de sentidos sobre masculinidades y femineidades. En cuanto al corpus de investigación, se constituye a partir de los autoinformes de sujetos que, por decirse transgéneros, acercan su subjetivación al orden del cuerpo. Para ello, se considera el hablar de sí mismo a partir de determinadas producciones como: autobiografías, entrevistas y *posts* públicos en redes sociales, en concreto, durante los años de 2017 a 2021, marco temporal que se debe al momento del recrudecimiento de las ideas totalitarias y la imposibilidad de la diversidad, que, en el campo del género y la sexualidad, se denomina *ideología de género*. Los resultados de la investigación señalan un movimiento regular de superposición de sentidos en la relación entre el cuerpo, el género y el deseo. De estos cruces de sentido, surgió la discusión sobre las discursividades transgéneras analizadas que evidenciaron un tenso funcionamiento discursivo entre estos objetos y el proceso simbólico de forjar identificación-performatización y subjetivación de género *trans*, lo que me llevó a formular la propuesta teórica y analítica de un espacio intermediario entre la significación del género constituido por/en la tensión entre la confluencia y la resistencia a los sentidos cis-heteronormatizadores y los sentidos transgéneros.

Palabras-clave: Discurso; Identificación y performatización de género; Cuerpo; Subjetivación transgénera; Sentidos cis-heteronormatizadores.

RÉSUMÉ

Cette thèse se penche sur les mo(uve)ments discursifs d'identification et de performatisation de genre de sujets qui se revendiquent transgenre. Pour cela, il est entendu qu'il n'y a pas d'attributs ou de significations spécifiques qui peuvent être considérés comme genre propre ou univoque, c'est-à-dire, au-delà d'un supposé pacte biologique avec la normalisation des corps, à travers la règle arbitraire cisgenre et hétérosexuelle, il est nécessaire de questionner les indicateurs politiques établis socio-historiquement aux masculinités et aux féminités. Par le fait de se situer dans un domaine académique transdisciplinaire, la recherche se penche sur les études du discours de filiation matérialiste, basé sur le travail d'analyse des sens par/dans la relation constitutive entre langue, sujet et idéologie (PÊCHEUX, 1975; 1983), dans son articulation avec le domaine théorique du genre et de la sexualité, incluant surtout, les contributions de Butler (2018, 2019) et de Foucault ([1969] 1999, 1975). Dans ce sens, l'aperçu théorique-analytique, en résistant à l'idée que les transgénérités seraient passibles d'intervention et de *traitement* par les sciences médicales, propose la diversité des expressions et d'expériences du/dans le genre, ainsi que d'autres possibilités de subjectivations corporifiées. Sur la base de cette hypothèse, l'objectif général de la thèse est d'analyser le fonctionnement du discours des sujets transgenre entre la signification de leur corps et la (l') (in)stabilité des sens sur la masculinité et la féminité. En ce qui concerne le corpus de recherche, il est constitué à partir des auto-rapports de sujets qui, en se disant transgenres, approchent leur subjectivation de l'ordre du corps. Pour cela, on considère le dire de soi à partir de certaines productions, comme les autobiographies, les interviews et les posts publics sur les réseaux sociaux, plus précisément, dans les années 2017 à 2021 - un laps de temps qui s'explique par le moment de montée en puissance d'idées totalitaires et rendant la diversité invivable, ce qui, dans le domaine du genre et de la sexualité, reçoit le surnom d'*idéologie du genre*. Les résultats de la recherche indiquent un mouvement régulier de chevauchement des significations dans la relation entre les objets corps, genre et désir. A partir de ces intersections de significations, la discussion a abouti sur le fait que les discursivités transgenres analysées confondent une opération discursive tendue entre ces objets et le processus symbolique de forgeage de l'identification-performatisation et subjectivation transgéniques, ce qui m'a conduit à formuler la proposition théorique et analytique d'un espace de signification intermédiaire du genre constitué par/dans la tension entre la confluence et la résistance aux sens cis-hétéronormateurs et aux sens transgenres.

Mots clés: Discours; Identification et performatisation du genre; Corps; Subjectivation transgenre; Significations cis-hétéro-normatisantes.

SUMÁRIO

1	GÊNERO E(M) DISCURSO: ENTRE A VONTADE DE UNICIDADE E A PLURALIDADE CONSTITUTIVA.....	20
1.1	O TRANS PELO CIS: POR QUE É PRECISO EXPLICAR QUANDO SE CRUZA A LINHA DO QUE FOMOS CRIADOS <i>PARA SER</i> ?.....	33
1.2	FALAR DO OUTRO É FALAR DE SI / FALAR DE SI É FALAR DO OUTRO: POR UMA LUTA TEÓRICA QUE QUESTIONE AS EVIDÊNCIAS FUNDADORAS DO ESTATUTO DA EXPERIÊNCIA E DA LEGITIMIDADE DA EPISTEMOLOGIA.....	48
2	IDEOLOGIA E A TRAMA DOS SENTIDOS CIS-HETERONORMATIVOS: AFROUXANDO O NÓ ENTRE <i>CORPO, GÊNERO E DESEJO</i>.....	64
2.1	RECUSA À ARMADILHA SUBJETIVA DO DILEMA: POR UMA EXISTÊNCIA <i>OUTRA</i> QUE NÃO A PREDITA PELO GENITAL.....	67
2.2	OS MO(VI)MENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE SUJEITOS TRANS NA EQUIVOCIDADE DA INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E NA TENSÃO COM A PARÓDIA DOS RITUAIS DE GÊNERO.....	81
2.3	“É MENINO OU MENINA?” OS EFEITOS DO “(RE)CONHECIMENTO” DO GENITAL NAS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DE DISCURSIVIDADES GENDRADAS.....	117
2.3.1	“Menino/a é menino/a”: o efeito circular de retorno-reforço dos sentidos hegemônicos do gênero.....	131
3	AS CORPO-SUBJETIVIDADES TRANS E OS TRAJETOS DE IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NO JOGO DOS SENTIDOS ENTRE FORMAÇÕES DISCURSIVAS.....	140
3.1	MEU CORPO E O NÃO-LUGAR QUE OCUPA: “NA CABEÇA DAS PESSOAS EU ERA ‘SAPATÃO’ E ‘VIREI’ HOMEM E SER HOMEM É UM BOM LUGAR. RECONHEÇO ESSE PRIVILÉGIO”	153
3.2	DE GESTO EM GESTO, SE TECE A RESISTÊNCIA. “EU TENHO UMA BUCETA E FICO MOLHADO QUANDO EU TÔ EXCITADO: O MEU CORPO NÃO TÁ ERRADO. E A SUA MENTE, TEM PREPARO?”	189

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS - UM ACENO DE (DES)FECHO E DE	
	UM VIA-A-SER PESQUISAS FUTURAS.....	214
	REFERÊNCIAS.....	221



Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKy0EnArMhi/?utm_medium=share_sheet.
Acesso em: 20 de set. de 2021.

O fato de ser transexual atravessou minha vida como um corte oblíquo. Da mais tenra infância até a velhice não fui poupado. Fui carimbado como um ser estranho e, quem sabe, perigoso e contaminador [...]. A delação estava na roupa, no meu jeito de andar, na minha coragem e ousadia [...]. Fui perseguido e humilhado nos ambientes estudantil, familiar e profissional. [...] Não me permitiam ser diferente, sem rótulos. Exigiam que “meus modos” fossem apropriados para explicar o ser inominável que eu era (NERY, 2019, n. p.).

1 GÊNERO E(M) DISCURSO: ENTRE A VONTADE DE UNICIDADE E A PLURALIDADE CONSTITUTIVA

Balada de Gisberta⁷

(Pedro Abrunhosa)

Perdi-me do nome
 Hoje podes chamar-me de tua
 Dancei em palácios
 Hoje danço na rua
 Vesti-me de sonhos
 Hoje visto as bermas da estrada
 De que serve voltar
 Quando se volta para o nada
 Eu não sei se um Anjo me chama
 Eu não sei dos mil homens na cama
 E o céu não pode esperar
 Eu não sei se a noite me leva
 Eu não ouço o meu grito na treva
 O fim quer me buscar

Sambei na avenida
 No escuro fui porta-estandarte
 Apagaram-se as luzes
 É o futuro que parte
 [...]

Eu não sei se um Anjo me chama
 Eu não sei dos mil homens na cama
 E o céu não pode esperar
 Eu não sei se a noite me leva
 Eu não ouço o meu grito na treva
 E o fim quer me buscar
 Trouxe pouco
 Levo menos
 A distância até ao fundo é tão pequena
 No fundo, é tão pequena
 A queda
 E o amor é tão longe
 O amor é tão longe [...]

A inquietação para proposição dessa investigação se articula a um contexto de *resistência* a discursos reacionários que vêm sendo repetidamente ditos em meio à atual conjuntura sócio-política de investida conservadora e obscurantista, na qual se fala sobrejamente em ideologia como potência danosa que toma por arrebatamento alguns “desavisados”. A ideologia, palavra em voga, está sendo agenciada como um mal político, que inspira uma

⁷ [...] “a transexual brasileira Gisberta foi assassinada na cidade do Porto, em Portugal, em fevereiro de 2006. Antes, durante dois dias, sofreu todo tipo de violência verbal e física, mantida sob cárcere, por um grupo de adolescentes. Cantada em primeira pessoa, a canção, com suas porções generosas de fantasia, realidade e delírio, pergunta: Qual é a participação de cada um de nós (ouvintes: tocados e chocados) neste monstruoso assassinato? [...] Gisberta é símbolo e signo de nossa condição (des)humana. [...] Urge responder à altura: dialogar e dizer a Gisberta que, acima dos fundamentalismos, ainda vale a pena e é possível sonhar e realizar dias melhores, sem juízos finais”. Disponível em: <http://blissnaotembis.com/blog/2013/06/relicario-em-estado-de-bethania-por-leonardo-davino-de-oliveira.html>. Acesso em 23 de março de 2020.

engenharia social com a finalidade de ocultar a verdade, manipular ideias, desvirtuar a realidade, ou, também, como [...] “algo subversivo associado a um grupo ou movimento inclinado a pôr em ação algum plano político cultural perigoso” (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX, 1996, p. 371 *apud* SILVA, 2018, p. 19). Não é à toa que tanto ouvimos falar em ensino sem ideologia, relações políticas e comerciais (des)ideologizadas etc. Ao ser deslocada de sua função constitutiva, condição *sine qua non* para sujeitos e sentidos, a ideologia é posta numa realidade obscura e transcendental – falsa consciência.

É nessa conjuntura que a expressão ideologia de gênero emerge socialmente atrelada a uma pauta ou, melhor dizendo, a uma estratégia da agenda gay ou a um suposto feminismo de gênero. Segundo os que acreditam na existência da tal ideologia de gênero, estaria em curso, em nossa sociedade, um feixe de terríveis ações heréticas, como a fragilização da família nuclear-tradicional; o incentivo irrestrito e forçoso para o estabelecimento de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, podendo essas relações (casamento gay) chegarem *até* a igual patamar de legitimidade de uma união heterossexual.

Teríamos, ainda, dentre as ações catalisadas pela agenda gay, a naturalização de práticas sexuais com crianças (pedofilia), entre crianças (hiper sexualização da infância), o incentivo ao sexo bestial, a práticas satanistas, como também haveria estímulos vindos, sobretudo, da escola, para que meninos e meninas “troquem/mudem de ‘sexo’”. Tais ações e práticas, segundo Sheldon (2021, p. 20), estariam sendo meticulosamente planejadas pelo movimento gay, com vistas a [...] “cegar as pessoas comuns da verdade. Por meio de mentiras, desinformação, dados falsificados e manipulação das notícias da mídia, ativistas homossexuais têm impedido as massas de terem contato com uma realidade tão óbvia que somente uma nação moralmente empobrecida falharia em vê-la”.

É preciso também registrar que os estímulos para a suposta “mudança de ‘sexo’” entre meninos e meninas seriam frequentemente orquestrados por professores marxistas e doutrinadores, subsidiados por materiais didáticos (kit gay) fornecidos por agentes da ditadura “gayzista” infiltrados na política esquerdista estatal que, outrora, tivemos no país. A emancipação política do útero, isto é, a possibilidade de interrupção de uma gravidez indesejada, também estaria inserida no compêndio nefasto da ideologia de gênero pelo fato de estar subsumida ao feminismo⁸.

⁸ Sigo o entendimento de Medeiros (2020, p. 21), ao definir o feminismo como uma miríade de saberes heterogêneos e, por vezes, contraditórios, que se aglutinam no entorno desse termo, e [...] “que, ao longo da história, vem questionando, desestabilizando e combatendo a supremacia patriarcal. Esse discurso tem como

Com esse panorama, é possível perceber que os signos gênero, ideologia, sexualidade, feminismo passam a ser vigiados, censurados e, em muito, associados a supostos projetos inescrupulosos e subversivos. Por essa razão, dizem que essa ideologia medonha, ao tempo em que sofre um processo político de aderência a sentidos de temeridade, precisa ser combatida a fim de evitar a sua proliferação e o consequente arrebatamento de novos adeptos, que venham a praticar comportamentos invertidos e patológicos. É nesse contexto que algumas obras são publicadas sob a alegação de que é necessário desmascarar a ideologia de gênero e os seus perigos que ameaçam a humanidade, como podemos ler nesse trecho que se organiza pela correlação de sentidos entre religião e natureza:

[...] Considerando que Deus criou todas as coisas, incluindo o homem e a mulher, qualquer cosmovisão que conflite com aquilo que o Senhor deixou revelado em Sua Palavra, no que concerne a sua criação, deve ser de pronto, descartada. A palavra de Deus não deixa dúvidas de que – quando Ele criou o ser humano – criou macho e fêmea (Gn 1. 27) e traçou um plano bem delineado para cada sexo, concedendo estruturas distintas, porém complementares, a cada um, tendo em vista a perfeita harmonia entre o casal. Portanto, é urgente a necessidade de sinalizarmos contra uma ideologia que tem sido causa de grande inquietação entre todos aqueles que defendem o projeto original de Deus para o homem – projeto esse que contempla a sagrada instituição da família – bem como o lugar que Deus reservou para cada indivíduo dentro da estrutura familiar. [...] a homossexualidade assim como outros transtornos relacionados com a identidade de gênero, trata-se de uma conduta patológica, um desvio da pulsão sexual, tanto no que concerne ao objeto quanto ao alvo sexual (SILVA, 2018, p. 19, 20 e 23).

Repare, nessa citação, como esse discurso religioso, ao propor o estabelecimento de regras fixadas na “Palavra de Deus”, que determinaria o exercício da sexualidade somente possível no matrimônio e com vistas à fecundidade, à procriação, caminha *pari passu* com o discurso biologicista, que estipula funções, igualmente inexoráveis, para cada indivíduo de acordo com o genital do corpo (macho/pênis - fêmea/vagina: foi assim que Deus criou o ser humano e os separou entre meninos/homens e meninas/mulheres). A meu sentir, há uma consorciação, uma conjugação bem calibrada de duas narrativas, tidas na ordem do inquestionável, para fazer funcionar um expressivo roteamento de sentidos condenatórios aos delituosos sujeitos que se desvirtuam da “naturalidade bio-divina da vida”.

Ao observar essa articulação, entendemos como um discurso é, muitas vezes, conduzido de modo a sustentar, reiterar e legitimar os princípios estabelecidos por outro(s). “Não é só

característica principal, independentemente de sua vertente, a militância pela igualdade de direitos entre os gêneros e o mister de interpretar e compreender as causas e engrenagens de reprodução da dominação masculina”.

Deus que está dizendo, mas a genética que também está dizendo, a Biologia que também está dizendo⁹”. No bojo dessa articulação, expressões e termos que remetem a diferentes campos léxico-semânticos, como: desvio, crime, aberração, doença (das tecnologias psico, médico, jurídico e biologizantes que instituem a (a)normalidade), perversão, imoralidade, abominação e pecado (da significação supra existencial e mítico-religiosa), são mobilizados para caracterizar/significar as supostas paixões inflamadas e vergonhosas, as práticas repugnantes, os atos indecentes, que trairiam as relações bio-naturais, pondo em risco, assim, a dignidade e a preservação da espécie humana, e, por isso, seriam dignas do castigo divino.

Sendo mais específico, no que tange às relações sócio-históricas que se constituem a partir do tensionamento entre gênero, sexualidade e ideologia, penso que a citação, mais acima, sintetiza o contexto político-reacionário, do qual estou discorrendo, e, mais que isso, nos permite entrever suas bases, seus métodos constituídos pela regulação de um intrincado jogo de sentidos entre o discurso religioso-pietista¹⁰ e o discurso biologicista¹¹. Como se vê, além da associação estreita e rasa entre gênero e desejo sexo-afetivo (expressa pelo signo do *transtorno*), os sentidos de gênero são interpretados segundo uma lógica de conformidade com as leis da consciência individual, excluindo-se, dessa forma, o gênero de seu lugar-mecanismo que estrutura os sujeitos em sociedade, [...] “construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório” (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 64), ou seja, gênero como

⁹ A propósito, veja: <https://portalcorreio.com.br/professora-de-jp-vira-alvo-da-policia-e-da-dpe-suspeita-de-homofobia/>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

¹⁰ *Grosso modo*, diz respeito a um movimento da fé cristã que advoga pelo primado do sentimento e do misticismo em detrimento de uma teologia racionalista. Em síntese, a defesa de que a superioridade da fé se sobreporia à razão.

¹¹ Importante dizer que entendo os discursos biológicos e os biologicistas/biologizantes por óticas distintas. Com relação ao segundo, diz respeito à apropriação que se faz dos saberes do primeiro para apagar as marcas do social e do ideológico que também constituem os sujeitos, inclusive no que tange às identificações de gênero. A propósito, há pesquisas em andamento, à luz dos saberes biológicos, que se propõem a investigar a transgeneridade. Algumas sinalizam para questões hormonais e para a morfologia do feto que, ao longo dos estágios de desenvolvimento embriológico, formaria, primeiro, a genitália (por volta da décima semana de gestação) e, só depois, uma descarga hormonal estruturaria a região do cérebro que “orientaria” a identidade de gênero (na vigésima semana). Não precisa se esforçar para percebermos que, segundo esse horizonte de argumentação, a identidade de gênero é algo (her)dado, corroborando a ideia de uma suposta “virilização do cérebro”. A esse respeito, fico com as palavras de Moira: “Acreditar que seu cérebro resume o que você é diz muito do corpo que você tem, diz muito da vida que te permitiram viver, mas não diz nada sobre nós” [corpo-subjetividades transgêneras]. Disponível em: <https://transfeminismo.com/senao-nossos-corpos/>. Acesso em 28 de março de 2021. Enfim, não há um parecer consolidado e consensual acerca da transgeneridade nas ciências biológicas. Dizendo isso, não pretendo desconsiderar a validade do discurso da Biologia, mas quero reivindicar o lugar do histórico e do político para a construção das subjetividades trans ou, dito de outra forma, como os sujeitos se (des/re)conhecem diante das representações sociais de gênero.

expressões/vivências dos sujeitos em suas variadas e contingentes relações histórico-sociais com as transversalidades de significações e de saberes sobre masculinidades e feminilidades.

Essa frente de exclusão, de minha perspectiva, reitero, é direcionada pelo movimento de inscrição dos sentidos de gênero no terreno do supra existencial (divino) e dos recônditos pré-sociais do organismo (bio, psico)fisiologizante, resultando nessa conjuntura autoritária em que, ao se deparar com a diferença, com a pluralidade ou a variação, a ignorância fala alto¹² e a tudo acusa de, na falta de uma melhor compreensão, ser ideológico ou ter um viés/uma motivação ideológica. Como se esse ato de anunciar e apontar o ideológico não fosse já um de seus efeitos. Como se o signo ideologia traduzisse engano, engodo, ideias que somente aos outros pertencem, práticas que somente os outros defendem/acreditam e, assim, rivalizasse com a verdade.

Observe, comigo, que os sentidos que, massivamente, circulam no tecido social sobre a ideologia atuam na (re)produção de uma suposta individua(liza)ção dos sujeitos, como se fôssemos indivíduos “estabilizados”, (cons)cientes da inteireza de nossa existência, dotados de valores, crenças e de sentidos que, por si, nos construíram de maneira estabilizada, dual, maniqueísta, intencional e relativamente pacífica. Diante desses sentidos e funcionamentos sociais da ideologia, não tenho outra forma de me colocar senão nesses termos:

Ilusão por entender que a Ideologia é defeito ou alienação.

Ilusão em crer que há um *fora* da Ideologia.

Ilusão por conjecturar que não se submete a ela.

Ilusão em supor que dela pode-se escapar.

¹² Sobre essa afirmação, ver mais em: <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/91814,bolsonaro-anuncia-que-vai-enviar-projeto-de-lei-ao-congresso-para-proibir-ideologia-de-genero>. Estejamos atentos: em poucos meses, [...] “o bolsonarismo tornou-se a mais eficiente e perversa máquina de destruição de toda a história republicana, representando à democracia uma ameaça mais assustadora que os excessos da própria ditadura militar. Os bolsonaristas sabem exatamente o que estão fazendo e sem dúvida se congratulam ao escutar que o bolsonarismo não existe: é mais fácil destruir se não se reconhece sua existência”. Não subestimemos, portanto, o fato de que estamos diante de [...] “um poderoso sistema de crenças, dotado de coerência interna paranoica, tornando-o praticamente imune ao princípio da realidade”. Não sejamos covardes em relação ao que precisamos questionar, não nos anestesiemos diante do sentimento de radicalização da impotência que paira sobre nós e que vem se manifestando nas mais diversas experiências autoritárias que o bolsonarismo impõe, sobretudo, nas práticas e nos gestos das violências cotidianas que, por vezes, têm resultado numa paralisia das vítimas e na naturalização do “modo de ser” do agressor-violentador.

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/bolsonarismo-e-a-mais-perversa-maquina-de-destruicao-de-nossa-historia-republicana.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha Acesso em 09 de agosto de 2020.

Ilusão, ainda, por não considerar que a Ideologia¹³ está/é a própria constituição dos sujeitos.

Delírio, sem dúvidas, por conceber a Ideologia como da ordem do (ir)racional, consciente, calculado, planejado, controlado de tal modo que alguns iluminados sujeitos pudessem ser neutros ou menos ideológicos. Supor que a ideologia é o outro, que não seria, por ela, tomado, ou que vivemos numa era pós-ideológica, é um gesto que formata a cilada própria da ideologia. O ponto cego do efeito ideológico consiste, pois, justamente no trabalho de [...] “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2005, p. 46), ou seja, a interpelação ideológica é forjada e erigida pela evidência, na medida em que toma os sujeitos na (im)possível ilusão da neutralidade e na produção de uma interpretação que atribui sentidos fixos e exatos.

Essa observação é bastante elucidativa para avançarmos na compreensão do *modus operandi* da Ideologia enquanto funcionamento que se acantona, que se inscreve e inscreve (n)uma materialidade, revestindo-a por sentidos evidentes, que nublam o processo sócio-histórico pelo qual essa evidência se constitui(u) como tal. Em outras palavras, o sutil funcionamento ideológico consiste em sua capacidade de dissimular a sua existência e, assim, ocultar-se dentre de seus próprios mecanismos. Essa é a sua tática e razão geral que se impõe sobre, contra e por si mesma, porque, do contrário, talvez não fosse aceita ou tolerável. A Ideologia não aparece para não desaparecer, de modo que a sua existência se faz pelo jogo com a sua “anulação”. É preciso que se disfarce, se esconda nos interstícios de um *corpus*: existir/não existir sob a evidência dos sentidos para que possa seguir produzindo seus efeitos.

De toda essa exposição, é preciso considerar que os sentidos sociais de ideologia, em muito, se diferem da maneira como a concebemos de acordo com os estudos do discurso de filiação materialista, ou seja, do lugar teórico-político onde me situo para dizer, a ideologia é concebida como uma denominação atribuída à constituição complexa e estratégica dos sujeitos e, por isso, necessariamente, diz respeito às condições materiais de existência; diferentemente

¹³ Antes de prosseguir, vale estabelecer uma breve distinção de como estou tratando *Ideologia* e *ideologia*. Para tanto, recorro a Pêcheux ([1975] 2009, p. 135 e 137) que, ao embrenhar as suas ideias com as de Althusser (1969, p. 84), assim as distingue: [...] “enquanto ‘as ideologias têm uma história própria’, uma vez que elas têm existência histórica e concreta, a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida em que ela se caracteriza por ‘uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, *omni-histórica*, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história’” [...]. É no interior do processo material da história que os autores concebem que a Ideologia é eterna (*omni-histórica*). Althusser e Pêcheux defendem/distinguem que há uma pluralidade diferenciada da instância ideológica: as ideologias, *uma* ideologia. Os autores avançam nessa compreensão e observam que a ideologia constitui os indivíduos em sujeitos e, por isso, a categoria *sujeito* é a categoria da Ideologia. Resumindo, a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, de modo que: “Só há prática através de e sob *uma* ideologia; Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos.”

desses sentidos que tangenciam a ideia de que se trata de mascaramento da verdade, consciência falsa ou manipulação intencional. A produtividade da instância ideológica, pois bem, é tamanha que nem sempre provoca ruídos: sutilmente, vai produzindo seus efeitos pelos/sobre os discursos, ao mesmo tempo em que forja os sujeitos, a “sua” subjetivação, e produz – não sem embates, tensões e resistências – a sua regulação, sujeição e o seu controle (assujeitamento).

Pêcheux, a propósito, compreende o assujeitamento como [...] “local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções”. Por essa condição, o assujeitamento [...] “se deixa apresentar esquematicamente por meio de uma série de oposições no que diz respeito às diferenças práticas na *relação dos sujeitos com seu corpo*, sua língua, seu pensamento” (PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 109 e 115. Os grifos são meus).

Por isso, o efeito da instância ideológica não é facilmente percebido; nem sempre nos damos conta de sua presença/ausência, mas está lá. Necessariamente. Existe porque funciona. E quanto mais funciona, mais parece não estar, mais se disfarça, reservando-se à discrição, porque não busca, como eu disse, prioritariamente, a exposição, mas a eficiência e permanência enquanto engrenagem que estrutura sujeitos e sentidos em sociedade, o que me leva a reiterar que a ideologia é instanciada, sobretudo, na ordem da (in)visibilidade, da sutileza. Renunciar a si mesma para não ser suprimida – eis o “segredo” do seu funcionamento, que consiste, justamente, no fato de não ser da ordem do abuso, da exposição; eis aí o seu “disfarce” (quase) perfeito.

Dessa forma, a ideologia vai dissimulando sua própria existência no interior do seu funcionamento, ao mesmo tempo em que produz um tecido de evidências subjetivas (ALTHUSSER, 1969; PÊCHEUX, [1975] 2009). Não há, portanto, sentido sem sujeito, tampouco sujeito sem ideologia, de modo que todos somos orientados por uma base ideológica (FREIRE, [1968] 2011). A negação do exercício da ideologia, ou seja, a ideologia como a não ideologia, a política como a não política, pode nos fazer ingressar, enquanto sociedade, numa luta antropofágica.

Nesses termos, a defesa da não política significa a defesa de uma certa política: a política da despolitização. De igual modo, situar ideologia e pragmatismo/verdade como um par sintagmático oposicional, ou dizer que algo, por ser “técnico”, está fora da ideologia, consiste em uma maneira de, ideologicamente, (tentar) apagá-la.

Se entendemos a ideologia como prática, como mecanismo de produção de evidências, a ideologia jamais poderá ser “descartada” ou utilizada como “ato de escolha”, somente quando se quer, quando se considera oportuno. Somos

sujeitos de linguagem e a interpretação nos constitui. Onde há interpretação, há ideologia. Para nós, trata-se de uma relação constitutiva entre sujeitos, linguagem e ideologia¹⁴.

A Ideologia está. A Ideologia é (ŽIŽEK, [1996] 2013). Sempre já lá, constitui até mesmo o que se tenta lhe opor. Por isso, não é algo que se possa compartilhar igualmente entre os sujeitos, não é algo que se possa tomar pra si e depois arrebatá-lo ou, ainda, que se possa guardá-lo e, em seguida, deixar escapar por meio de um simples processo automatizado ou mecânico.

A esse respeito, nos explica Pêcheux ([1975] 2009, p. 130) que a Ideologia não se reproduz sob a *forma geral* do que podemos entender como [...] “o espírito do tempo, a ‘mentalidade’ da época, os ‘costumes de pensamento’ que se imporia de maneira igual e homogênea à ‘sociedade’”. A instância ideológica não pode ser pensada nos termos de algo infra ou supra-humano, ao reverso: o seu lugar e a sua especificidade estão no fato de se situarem, contraditoriamente, entre, para e por sujeitos.

Ainda uma reflexão: a Ideologia não se situa apenas na relação entre classes (MARX, 1867), não advém tão-somente dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1969), mas também e, sobretudo, está no discurso, lugar de articulação material entre língua e sociedade que, ao significar, constitui, em um só gesto, os sujeitos e os efeitos de sentido (PÊCHEUX, [1975] 2009, 1983; ORLANDI, 2000, 2012).

Nesses termos, está posto o conceito de Ideologia como designação das relações de produção entre sujeitos ou, ainda, como imaginário que nos ata à constituição material de nossa existência. Somos, por isso, animais ideológicos por excelência, subjetivados pela/na relação com os sentidos histórico-sociais. Não há, que fique claro, sujeitos mais ideológicos ou menos ideológicos, como esclarece Orlandi (2002, p. 66):

A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Com isto estou dizendo que quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito, pouco ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante.

¹⁴ Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/10/17/livro-reune-entrevistas-com-estudiosos-da-analise-de-discurso>. Acesso em 25 de out. de 2019.

Ao estabelecer, pois bem, a forma como os estudos discursivos de filiação materialista concebe a Ideologia, contiguamente à contextualização do espectro de suposições infundadas e paranoicas sobre a ideologia de gênero, quero, com essa empreitada investigativa, pensar sobre a subjetivação transgênera. Dentre os muitos aspectos que estariam subsumidos na propalada ideologia de gênero, a transgeneridade, na ótica de ressentidos sujeitos reacionários, seria um dos mais abomináveis expedientes de deturpação de valores, de destruição da família e de interrupção da perpetuação da espécie, pois, além de bagunçar a lógica binária do desejo e da complementariedade homem-mulher, conforme advogam os discursos biologicista e religioso-pietista, também corromperia a distinção homem/pênis - mulher/vagina, na medida em que esses e outros signos físico-políticos da masculinidade e da feminilidade não seriam, necessariamente, “preservados/mantidos” nos corpos de machos/homens e de fêmeas/mulheres.

Acredito, em razão do exposto, que a discussão sobre a transgeneridade pode nos encorajar a pensar por um ponto de vista emancipador na medida em que aprendermos a questionar e des(a)fiar, efetivamente, os sentidos que fazem funcionar a noção de (a)normalidade a partir da gestão política do gênero, determinando um regime corpo-normativo de sentidos, que segue arbitrando o que os corpo-sujeitos podem fazer e como ou quais são os usos políticos (im)possíveis para cada peça/engrenagem físico-corpórea. É nessa direção que os corpos desviantes põem em crise a fragilidade da norma e a suposta coerência da relação gênero-genital, ao tempo em que cruzam a linha política que dividiria os gêneros (MOIRA, 2017).

Essa é uma discussão que me move como pesquisador, mas, antes, me mobiliza como gente que sou por se tratar de uma necessária reflexão sobre as forças opressoras da sociedade, sobre as rupturas dos direitos humanos instauradas em muitos corpos em razão do gênero. Estou me referindo à violência da própria família, do Estado, de estranhos, à violência individual, à violência íntima. Também sou movido com essa investigação porque as subjetivações transgêneras interrogam uma noção de (a)normalidade tida na ordem das mais evidentes e naturalizadas: a de que gênero e, também, desejo¹⁵ estariam embutidos em corpos genitalizados.

Intenciono, assim, escutar as vozes que emergem de sujeitos trans, quando dizem o corpo no batimento com o gênero. Mais objetivamente, estou empenhado em analisar como se entrançam gênero e corpo na trama discursiva de sujeitos que se declaram transgêneros e, dessa maneira, compreender como se constituem, se subjetivam, ao se identificarem e

¹⁵ Ao longo do trabalho, faço referência e, em alguma medida, discuto a questão do desejo (sexual, afetivo), mas apenas para situar e distinguir esse objeto das identificações de gênero. Não tenho por objetivo adentrar e verticalizar essa reflexão.

performatizarem (BUTLER, 2018), com e nos seus corpos, sentidos de masculinidades e feminilidades.

Levo adiante essa proposta de investigação porque não tenho dúvidas de que perpassa a relação dos sujeitos com sua base físico-material uma dinâmica entre o visível e o enunciável, entre o ideológico e o linguístico-discursivo, uma vez que toda forma, todo traço e todo talhe que esculpem a superfície corpórea possuem índices de sentidos. Pêcheux ([1975] 2009, p. 278), inclusive, visualizava esse valor de índice no objeto corpo, quando propôs que [...] “a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada¹⁶”. As subjetividades de gênero, no corpo esculpidas, insinuadas, têm, portanto, espessura ideológica e historicidade.

Na expectativa, então, de analisar os sentidos de corpo-gênero que se materializam no que (não) é dito, quero oferecer mais um ponto de vista para as subjetivações transgêneras. Objeto de investigação com o qual flerto há alguns anos, quando ainda não havia sequer me dado conta de que o meu desassossego, ao ver corpo-subjetividades¹⁷ dissidentes, poderia ser elaborado na academia e problematizado pela perspectiva teórico-analítica da Análise materialista do Discurso (AD)¹⁸.

Na esteira dessas ponderações e nos rastros do raciocínio de Pêcheux ([1975] 1999 e 1983) e de Butler (2018 e 2019), penso ser viável articular a identificação e performatização transgênera a *algo* que, *no corpo e na cabeça*, se insurge e resiste à repetição performática e paródica dos padrões de gênero. Dizendo de outro modo, ao articular a transgeneridade aos vestígios das ideias desses dois autores, acredito poder pensar, a partir das narrativas de sujeitos transgêneros sobre si, a falha na interpelação ideológica materializada na relação tensa entre conformidade e transgressão à paródia dos rituais de gênero.

¹⁶ O trecho destacado consta em uma nota de rodapé na qual Pêcheux interroga o ponto de realização impossível do assujeitamento “perfeito”, a partir de um trecho extraído de uma narrativa autobiográfica de um militante intelectual empregado durante um ano em uma indústria automobilística.

¹⁷ Ao longo do texto, grafo de maneiras diferentes essa expressão, alternando entre corpo/a/e-subjetividade(s). Faço isso porque quero, pela língua(gem), provocar estranheza e questionamentos em relação à generalização masculina do objeto corpo. Outra questão a ser dita diz respeito a uma fragilidade do trabalho e a uma limitação desse autor: não consegui fazer, em toda a tese, uso dessa mesma estratégia de trabalhar com uma linguagem mais disruptiva, uma linguagem que denuncie a hegemonia das formas linguageiras masculinas e materialize uma maior abertura a diferentes possibilidades de identificações de gênero.

¹⁸ Optei por não fazer, separadamente, uma apresentação/discussão mais detida de algumas categorias teórico-analíticas que serão mobilizadas ao longo da pesquisa. A minha inscrição na discursividade teórica da AD, inevitavelmente, se fará presente e será demonstrada ao longo dos meus gestos de análise, ao tempo em que o batimento entre descrição e interpretação do material dará relevo à maneira como me filio à perspectiva materialista do discurso e, portanto, como concebo o sujeito, a língua, os sentidos, a historicidade, o discurso. Tomo partido por essa abordagem porque entendo que a teoria será demandada pelo material de análise e, por isso, inevitavelmente, aparecerá ao longo da discussão.

Se o gênero não é natural e imanente, razoável é postular a tese de que, entre corpo e gênero, existem fendas que são preenchidas pelos sentidos sócio históricos no entremeio de mulheridades e homenzidades¹⁹. A ideologia trabalha justamente nesses desvãos, movimentando os sujeitos a se constituírem em/a partir de posição-sujeito²⁰ mulheres - homens, na medida em que vão se identificando com os saberes que dizem como corresponder, pelo/com o corpo, à performatização do gênero desejado.

Dizendo isso, apresento algumas questões norteadoras da pesquisa:

Como funciona o discurso de sujeitos transgêneros para legitimar sua identificação e performatização de gênero no batimento com a significação do seu corpo?

Como esses sujeitos, sob o efeito do inconsciente e da determinação ideológica, se subjetivam pelo/no gênero, ao “produzir discursos” no tensionamento de sentidos corpo-normativos e corpo-transgressores?

Em função dessas questões, elenco, a seguir, alguns objetivos da investigação:

Objetivo Geral: Analisar o funcionamento do discurso de sujeitos transgêneros entre a significação de seu corpo e a (des)estabilização de sentidos sobre masculinidades e feminilidades.

Objetivos específicos:

Analisar como o discurso transgênero representa a identificação e performatização de gênero e(m) sua articulação com a significação do corpo.

Compreender como se situam as identificações transgêneras entre a conformidade e a transgressão às normas de gênero.

Analisar a que sentidos de masculinidades e feminilidades o discurso transgênero se filia para assumir sua posição discursiva em relação ao gênero e ao corpo.

Repare que a viabilidade dessa proposta investigativa se sustenta em algumas ideias que estão inarredavelmente articuladas:

A) Sujeitos trans são o que dizem *ser*. É prudente, por isso, que eles (se) contem, (se) digam a sua identificação com o gênero até mesmo como forma de apropriarem-se da narrativa de “sua” subjetividade, que, a propósito, muitas vezes, é dita e definida por outrem, favorecendo a instauração do engano de que esse é um saber que escapa aos sujeitos que o vivem, o experienciam. Não nos esqueçamos, contudo, que o reconhecimento de si (o *ser*) é, também,

¹⁹ Tomo esses termos como sinônimos de, respectivamente, feminilidades e masculinidades.

²⁰ Estou entendendo o conceito nos termos de Orlandi (2007, p. 49): [...] “o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz [...]: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz”.

resultado de um processo de reconhecimento do outro, isto é, há uma gramática do conhecimento de si que se constitui nas identificações, pelos Outros. Mais à frente, farei uma discussão a esse respeito, ao tratar da política discursiva do dizível e o tensionamento, pelo efeito de deslizamento entre reflexo e refração, que se instaura entre o reconhecimento do que o outro (me) diz e o modo como (me) reconheço.

B) É preciso, portanto, desconfiar das obviedades (im)postas e da ordem natural(izada) da vida como, por exemplo, a de que nascemos (desde sempre) homens e mulheres e que, por isso, o gênero seria evidente, inquestionável, e nossos corpos carregariam consigo essa propriedade imanente.

O *corpus* desse trabalho é resultado do arquivo que construí a partir das narrativas de sujeitos trans nos seguintes materiais-obras: autobiografias, entrevistas, canais do *YouTube* e demais redes sociais (postagens públicas) entre os anos de 2017 a 2021. As sequências discursivas são apresentadas e analisadas conjuntamente com o dispositivo teórico da AD. Ao longo dos 03 capítulos teórico-analíticos, sistematizo o percurso de discussão, considerando, sobretudo, o funcionamento imbricado entre os objetos gênero, corpo e desejo.

Todos os autorrelatos são em primeira pessoa porque acredito que essa escrita de si [...] “constitui como legítima e com autoridade protocolar o domínio de um regime discursivo” (RIBEIRO, 2017, n. p²¹). Essa formulação em primeira pessoa poderá ser observada nas próprias sequências discursivas, que foram recortadas para constituir o arquivo dessa investigação com base no dizer de si de sujeitos transgêneros, quando dizem a sua identificação de gênero ao falarem de seu corpo. Penso que as formulações de identificação nesse espaço de dizer é um ponto forte ou uma marca relevante nos discursos analisados, uma vez que eles se forjam a partir das condições de produção do eu-trans que (se) diz a sua subjetivação e inscrição nos sentidos de gênero, o que nos coloca, como analistas do discurso, diante de uma demanda de reivindicação e de (re)afirmação de lugares de identificação nos/com os sentidos de masculinidades e feminilidades.

Ainda que tenha sinalizado para esse itinerário teórico, metodológico e analítico, considero que, por estarmos diante de um [...] “discurso heterogêneo, que não se separa da estrutura teórica, mas trabalha em um efeito de complementação, de batimento entre a teoria e a análise” (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 12), os meus gestos analíticos se farão mediante

²¹ Justifico que a impossibilidade de explicitar a paginação em algumas citações diretas, ao longo desse trabalho, diz respeito ao fato de que as obras, por mim lidas, em que constam as passagens citadas, foram publicadas em formato digital, com acesso restrito a *e-readers*, motivo pelo qual não há numeração de páginas de modo tradicional.

a articulação do material de análise, recortado em sequências discursivas (SD), e(m) sua intrincada articulação com o dispositivo teórico da AD. Em outras palavras, a constituição do *corpus*, em uma investigação discursiva, se dá como um movimento paralelo e remissivo ao próprio dispositivo de análise que permita ao analista um efetivo exercício de escuta das materialidades em análise, levando em consideração as suas especificidades, afinal, como nos ensina Lagazzi (1998), método e análise se relacionam e são constituídos junto ao próprio *corpus* da investigação.

Acredito que a análise realizada e demonstrada, ao longo desse trabalho, nos permitirá compreender como a ideologia, enquanto condição para sujeitos e sentidos, se espraia, contraditoriamente, na constituição dos sentidos de gênero e(m) seu batimento com o corpo, favorecendo, inclusive, o desvelamento das intrincadas relações entre o discurso, a língua, o sujeito e os sentidos. É, portanto, com essa proposta, que a análise discursiva pode pôr em suspenso o processo de constituição dos efeitos de sentidos e da posição-sujeito generificada.

Posto isso, cabe uma ponderação sobre os desdobramentos teóricos entre as discussões sobre corpo e gênero em (dis)curso. Ainda que essa tese de doutoramento não venha, por ventura, a possuir um alcance tão amplo, como eu gostaria, será possível identificar, nela, interfaces significativas a fim de que as identificações gênero-divergentes sejam estudadas sob o ponto de vista das categorias teóricas da análise materialista do discurso.

Nesse sentido, as discussões que proponho favorecerão a reflexão sobre os processos de identificação de gênero e(m) sua constituição pelas determinações políticas e sócio-históricas que, através de discursos normatizadores, naturalizam o binarismo macho/homem - fêmea/mulher, como também a lógica corpo-normativa enquanto padrão ao qual todos deveriam convergir. A consistência dos estudos discursivos, certamente, favorece a compreensão de que, pela via da língua e da ideologia, o político atua entre a conformidade e a transgressão, entre as estabilidades e as instabilidades dos sentidos de gênero.

Por tudo o que disse, eu me proponho a fazer uma ciência engajada, que não se esconde à sombra de uma retórica academicista, supostamente neutra e imparcial. O meu gesto de pesquisador não acontece como se eu fosse um mero observador das discursividades analisadas, afinal escolher um objeto e recortar alguns de seus aspectos constitutivos é sintomático e já revela posicionamentos teórico-ideológicos. Nesse sentido, é necessário enveredar por uma episteme que nos faça pensar a língua ao mesmo tempo em que compreendemos que essa reflexão não é fria, mas é lugar de debate, de opressão, de resistência e, como desdobramento

disso, que possamos desenvolver a [...] “arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis” (PÊCHEUX, [1975] 1999, p. 273).

O meu lugar de pesquisador não será, absolutamente, o da ilusória neutralidade ideológica, mas, sim, um lugar relativizado e balizado pela interpretação, até mesmo porque “o pesquisador está ‘inelutavelmente presente naquilo que pretende analisar e que só pode ver a partir do lugar que ocupa; o pesquisador não pode não ser perspectivo, mas pode explorar aquilo que condiciona seu olhar, sua intervenção’” (ROCHA, DEUSDARÁ, 2010, p. 48 *apud* ANDRADE, 2019, p. 30).

Quando não me disfarço como narrador desprovido de posicionamentos ideológicos e na medida em que amplio os saberes dissidentes/subalternos, creio ser possível praticar uma luta teórica de tal modo que nos convoque à tomada de posição política no trabalho acadêmico (CESTARI, 2015), que nos faça interrogar a suposta necessidade de um mundo semanticamente normal e, dessa maneira, será possível percorrer os espaços das múltiplas urgências do cotidiano (PÊCHEUX, [1983] 1990).

Materializo, assim, nessa pesquisa, a minha resistência e ousadia para pensar outra ideia de corpos, para propor outra chave de interpretação histórico-política ao processo de constituição da posição-sujeito mulheres - homens. E faço isso porque acredito ser possível avançarmos na direção da concepção de gênero menos relacionada ao genital e mais articulada ao discurso.

Por fim, em uma sociedade que insiste em não problematizar (trabalhar com/pela/na contradição), em não opacificar os discursos sobre gênero e, dessa forma, naturaliza o ódio, banaliza a violência e extermina o que é *diferente*, a presente discussão acerca dos processos de subjetivação de sujeitos trans, antes inaudível, é, *hoje*, da ordem do inadiável. É preciso ter senso de urgência: sofrimento requer pressa! Eis aqui o gesto da minha resistência – teórica, acadêmica, política. É desse lugar que enuncio.

1.1 O TRANS PELO CIS²²: POR QUE É PRECISO EXPLICAR QUANDO SE CRUZA A LINHA DO QUE FOMOS CRIADOS *PARA SER*?

Tendo feita essa apresentação mais geral sobre os percursos da pesquisa, penso ser por demais necessário, objetivando que melhor acompanhe o meu raciocínio, a partir de então,

²² O título e a discussão dessa seção são o resultado das profícuas e provocantes reflexões feitas por Amara Moira Rodovalho no texto *O cis pelo trans* (2017). Ver Referências.

explicar que estou entendendo por *transgênero* os sujeitos que se identificam e que podem performatizar, pelos/com seus corpos, expressões e vivências de gênero que “destoariam” dos sentidos ideologicamente convencionados para quem foi determinado como menino/homem ou menina/mulher, sobretudo, pelo fato de seu corpo ter nascido com um signo físico-político associado ao macho (pênis) ou à fêmea (vagina)²³.

Faço referência mais direta aos genitais, mas não desconsidero que os caracteres secundários, como seios, barba, pelos, voz, dentre outros, também sejam decisivos ao processo de forja dos sentidos de gênero pela/na relação com o corpo físico. Ademais, entendo que o genital ou, melhor dizendo, a assinalação do genital (pênis/macho/menino/homem - vagina/fêmea/menina/mulher) também se constitui como um discurso, uma estratégia ideológica de normalização e naturalização de corpos e sujeitos, como se possível fosse enraizar masculinidades e feminilidades no confinamento dos genitais.

Por isso, não acredito que o genital é uma categoria natural e imutável, ao passo que apenas o gênero seria uma construção social. Defender essa dicotomia (genital-gênero) significaria incorrer no reforço da analogia entre natureza-cultura. Nessa direção argumentativa,

[...] as fronteiras entre os sexos não são evidentes nem dadas por uma biologia livre de qualquer interpretação. Por outras palavras, há também uma construção social do sexo e dos seus limites. Isto porque, embora existam apenas dois gametas — espermatozoides e óvulos —, a nível gonadal, genital, hormonal e organizacional, os arranjos corporais vão para além do binário²⁴.

²³ Faço questão de usar macho/fêmea em contraposição a masculino (masculinidades)/feminino (feminilidades) para marcar a minha posição defendida nesse trabalho, com vistas a discutir o político e o natural(izado), ou seja, a relação entre gênero e genitália. Observo, no entanto, que o uso dos termos macho e fêmea, circunscrito ao funcionamento linguístico-discursivo, remete a diferentes discursividades. No caso do sujeito que se identifica com os sentidos de masculinidade e os performatiza, receber a adjetivação de macho pode, por exemplo, em alguns casos, ressoar como valorização e reconhecimento do outro sobre sua força e seu vigor de homem: o sujeito que se reafirma como macho e, assim, acaba por reforçar o machismo. Estreita-se, então, os sentidos de macho e de homem pelos atributos que estão no campo semântico da bravura, da energia, que baliza(ria) os machos da espécie, como também há um efeito de aproximação desses com os demais machos animais, “igualmente” fortes. O mesmo não acontece em relação à associação entre mulher e fêmea, pois os sentidos de procriadora, dócil, frágil e subserviente ao julgo do macho não permitem a atualização de uma memória discursiva em torno do sujeito mulher. A significação do “belo sexo”, enquanto imaginário de uma mulher passiva, que deve se portar com delicadeza, está sempre bem vestida, bela e disponível para o seu homem/macho provedor, reconfigura-se diante dos novos funcionamentos do gênero na estrutura sócio-política. As conquistas advindas dos movimentos feministas resignificaram as posições do sujeito mulher, favorecendo o campo de construção de outras discursividades para a sua nomeação. A representação da mulher doméstica, cuja função social se restringia a cuidar da organização da casa, da prole, além de garantir o bem-estar do seu varão, associa-se à ideia de resignação com o destino traçado em função da “sua” condição de “apenas” fêmea/mulher recatada e do lar.

²⁴ Autoria de Siobhan Guerrero Mc Manus. Disponível em: <https://medium.com/@sarawagneryork/o-trans-e-o-seu-lugar-na-hist%C3%B3ria-do-feminismo-6d4964ed7508>. Acesso em 14 de maio de 2020.

Levando em consideração o recorte teórico-analítico da pesquisa, resolvi promover a diferenciação do natural(izado) e do político, trabalhando com a noção de que, sobretudo, os genitais (pênis e vagina) operam, social e historicamente, na diferenciação dos corpos de, respectivamente, machos/meninos/homens e fêmeas/meninas/mulheres. Não há, portanto, nada de natural no sexo nem tampouco no gênero. A propósito, o sexo sempre foi gênero, ou seja, as diferenças sexuais são uma construção do gênero que atuam, discursivamente, por meio da invocação performativa do gênero, de modo a atribuir-lhe um suposto sentido natural.

Ora, “se a própria designação de sexo é política, então o ‘sexo’, essa que supõe ser a designação mais tosca, mostra-se desde sempre ‘fabricado’” (BUTLER, 2018, n. p), o que é por demais produtivo para as discussões que estou empreendendo, uma vez que, se o caráter supostamente imexível e pétreo do sexo pode ser contestado, prossigo com Butler (2018, n. p), [...] “o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula”.

Em síntese, a partir dessa exposição, acredito que essa é a “estratégia” que precisamos discutir e desvelar: o sexo/o genital justifica o gênero, ao passo que o gênero cria o sexo, apagando, com isso, as pistas da própria invenção, como se estivesse sempre aí, como se natural²⁵ fosse. O que foge à regra, segundo essa lógica, seriam os corpos tidos como desviantes, patológicos.

Enfatizo, pois bem, que estou tomando o termo transgênero em acepção ampla, com vistas a descrever sujeitos cuja identificação e performatização de gênero não estão “em conformidade”, em nossa formação social, com as expectativas e normas histórico-políticas (tecnologias psico, médico, jurídico, biologizantes e também religiosas) relacionadas, sobretudo, aos genitais dos corpos ou, melhor dizendo, à assinalação que receberam em função de uma leitura normativa do genital de seus corpos. Por isso, também podem ser abrigados ou subsumidos sobre esse termo os sujeitos que se identificam como transexuais, travestis e/ou que dizem ter gêneros alternativos e intercambiáveis.

Face às movências desse percurso de instauração de sentidos, não há uma forma única para se dizer, se reconhecer transgênero. Ao contrário, as narrativas de si podem ser diversas e

²⁵ Outro aspecto que me parece bastante prudente observar diz respeito a não essencializar, não naturalizar o conceito de natureza/natural, se entendermos que o *próprio* da natureza é o diverso, o plural, e não o idêntico ou o uniforme. Nesse sentido, cumpre-me repetir as palavras do professor Maurício Beck (UESC), a quem agradeço pela observação: atenção para não naturalizar o sentido do verbo *naturalizar*, mas problematizar os efeitos positivistas de uma ontologia europeia que podem se irradiar nessa suposta binaridade entre natureza e cultura.

falhas em relação a elas mesmas, haja vista que as formas de autodeterminação de gênero são múltiplas e contingentes:

Ser trans não é sobre ser inequivocamente alguma coisa tal como: ser normativo, “odiar o seu corpo”, e seguir determinadas narrativas rígidas sobre o que se convencionou em certo imaginário social ou senso comum sobre o que é ser trans de “verdade”. Você não “tem que” ser alguma coisa predefinida para ser trans. Você não “tem que” odiar o seu corpo para “ser trans”. Você não “tem que” alguma coisa para “ser trans de verdade”. Você não tem que “se odiar” para ser trans. Ódio a si mesmo em nenhum momento pode servir como base ontológica para “ser trans”. Não compreendemos a questão do “ser trans” através de certos pré-requisitos para serem cumpridos (BAGAGLI, 2017, p. 30).

De certo modo, sou levada a pensar em como a transfobia estrutural age sobre nós do seguinte modo: se a cisgeneridade²⁶ acredita mesmo que odiamos nossos corpos, e passamos então a odiar-nos, damos o triunfo à cisgeneridade de ver-nos enquanto doentes. Os problemas enfrentados e surgidos frente às pessoas trans, em nossa sociedade, estão envoltos de um surgimento a partir do momento que alguém, com o intuito de deslegitimar a nossa existência, passa a difundi-lo. Ao que me toca, acredito mesmo que muita gente trans, cada vez mais, estão “de boa” com seus corpos²⁷.

A advertência que lemos nessas citações me leva a pensar que é frágil e tacanha a concepção de que as subjetividades trans se enquadrariam em uma categoria universal, em que fossem desconsideradas as múltiplas interseccionalidades (AKOTIRENE, 2018) que as constituiriam, como recortes de raça, classe, etnia, idade, territorialidades, dentre outras. Além disso, reitero que temos de insistir na ideia de variações/pluralidades das identificações e performatizações de gênero sob pena de estarmos incorrendo no fortalecimento do estereótipo transexual padronizante, isto é, na prevalência da aleivosia de que há pistas, sinais, indícios específicos que poderiam, ao mesmo tempo, diagnosticar a transexualidade e apontar o transexual verdadeiro (BORBA, 2014).

Outra aprendizagem que resulta dessas citações é que a subjetivação transgênera não pode ser, rasteiramente, consorciada a questões de ordem moral, da sexualidade afetada, desenfreada ou do inerente e, também, do necessário conflito pela inadequação ao corpo, conforme, inclusive, lemos em:

²⁶ Logo mais, à frente, discutirei a cisgeneridade.

²⁷ Disponível em: <http://laidis.com.br/index.php/2020/12/18/sobre-como-o-genitalismo-interfere-ou-define-nossas-vidas/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

Nunca fiz nenhuma cirurgia. Nunca coloquei prótese de silicone. Talvez faça. Talvez não faça. É uma parte do meu corpo que eu amo. Eu amo o pênis que eu tenho. Eu não tenho relação de ódio com o meu corpo²⁸.

E agora... o que te faz homem?
 [...]

Minha masculinidade

Transviada

Se forja é nas gentilezas

Trans-vejo

Uma buceta masculina

Destruindo a normatização

Meu corpo

Pura revolução²⁹.

Esses dois relatos justapostos, observe, resistem a uma representação cisnormativa de que corpe-subjetividades trans seriam tão-somente constituídas por um sistema erigido entre a identificação de gênero avessa ao corpo genitalizado. As díades supostamente opostas e marcadas pelo reconhecimento de uma mulheridade *com/de* pênis – “Eu amo o pênis que eu tenho” – e de uma genitália feminina (de um corpo biológico de fêmea) *e(m)* uma corporeidade subjetiva masculina – “Uma buceta masculina” – irrompem em/como outros arranjos discursivos possíveis para se dizer, se reconhecer no gênero e, ao mesmo tempo, resistir a uma matriz normativa de sentidos estruturada pela indistinção e remissividade entre gênero-genital. Como efeito desses gestos de resistência, temos corpos que equivocam a normatização e movimentos subjetivos que não odeiam o invólucro corpóreo que dá concretude material à performatização do gênero com que se identificam: “Eu não tenho relação de ódio com o meu corpo”.

Ademais, precisamos questionar a própria organização de certas representações de masculinidades e de feminilidades como algo intrinsecamente constitutivo do gênero, afinal,

[...] é totalmente possível uma travesti não ser, tampouco desejar, uma feminilidade que vai para além da sua possibilidade de performance, daquela

²⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8615139/programa/?s=0s>. Acesso em: 12 de junho de 2021. Ao longo do trabalho, trago relatos de sujeitos trans, apresento algumas de suas ideias e defesas, seguindo a minha proposta de dar relevo às suas produções e reflexões acerca das relações de gênero em sociedade, bem como às diversas maneiras de se reconhecerem no bojo de tais relações, o que pode acabar por incorrer numa confusão para o meu leitor, supondo que essas citações constituiriam o meu *corpus* analítico. Para evitar isso, enfatizo que os recortes que constituem o arquivo de autorrelatos analisados e demonstrados sempre serão apresentados antecedidos da abreviação da expressão “sequência discursiva” (SD). Portanto, quando eu grafar SD 1, SD 2 etc., saiba que essas são as narrativas de si, de sujeitos trans, sobre as quais incidirei o meu gesto analítico a fim de compreender as discursividades inscritas nessas materialidades significantes.

²⁹ Autoria de Tito Carvalhal. Disponível na obra: *Nós, trans: escrituras de resistência* (2017, p. 52-53). Ver Referências.

que é comum a ela. Isso também vale para homens trans e pessoas trans masculinas que não desejam padrões ou performances de masculinidades que não são do cotidiano deles. Ser trans, com identidade feminina ou masculina, não implica em ‘parecer’ homem ou mulher, como querem que sejamos. Certa vez ouvi de alguém, em tom de “defesa”, que ninguém seria tão mulher quanto uma travesti, que observa eximamente os jeitos de uma mulher (cis), para torná-los seus. Acredito que aqui temos um equívoco, que inclusive, corrobora para a formação de outros traumas em nós, pessoas trans: a acusação de falsidade ideológica. [...] Esse medo generalizado que eu tinha, advinha de um local muito específico, de claramente não ter uma aparência tão feminina como as pessoas imaginam que deveria ter uma “mulher”, no sentido universal da palavra, sem distinção entre cisgeneridade ou transgeneridade. Mas ter uma mulheridade travesti, é ser confundida com homem constantemente.³⁰

É válido, portanto, com base nessa discussão, pensar que fetiches taxonômicos criam ficcionalizações e estereótipos que incorrem na ridicularização e no apagamento das diferenças. Na esteira dessas ponderações, reitero que não se pode, de modo aligeirado, combinar a autodeterminação trans a uma situação de fuga, de uma homossexualidade exponenciada ou, paradoxalmente, de ajuste do desejo sexo-afetivo heterossexual (“cura gay”)³¹ e, ainda, de uma experiência de sofrimento, seja psíquico e/ou de disforia com seu corpo.

Os tais débeis e mirrados “pré-requisitos”, aludidos na citação de Bagagli, que lemos, há pouco, poderão, indubitavelmente, conjugar a identificação trans com a ordem do irracional, do patológico, do padecimento do gênero. Em outras palavras, as subjetividades transgêneras não podem ser alocadas no terreno da anormalidade, como uma identificação dotada de estranhos impulsos, “habitada” por sujeitos que [...] “povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos”. Sujeitos que, por serem considerados [...] “vítimas escandalosas e perigosas presas de um estranho mal, que traz também o nome de ‘vício’ e, às vezes, de ‘delito’, levam aos médicos suas infâmias e aos juízes suas doenças” (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 40).

Na contramão dessas ideias combatidas, é preciso, sim, inverter a lógica da determinação discursivo-ideológica e interrogar/trabalhar os trajetos de identificação dos sujeitos com o gênero, sejam eles trans³² ou cisgêneros, de modo a não apagar a complexidade

³⁰ Autoria de Florence Belladonna Travesti. Disponível em https://lalidis.com.br/index.php/2021/05/07/sobre-o-mito-da-passabilidade-se-voce-quer-ser-mulher-raspe-as-pernas/?subscribe=many_pending_subs#blog_subscription-5. Acesso em 14 de maio de 2021.

³¹ Eis aqui a razão pela qual, como disse, há pouco, em outra nota de rodapé, sinto a necessidade de tocar na discussão acerca do desejo, ainda que, repito, não objetive aprofundar.

³² Por vezes, grafo dessa maneira (trans) para abreviar os termos transgênero/a(s), transgeneridade. Também grafo cis para abreviar cisgênero/a(s) e cisgeneridade.

dos processos de inscrição dos sujeitos nos sentidos e nas práticas ditas femininas, masculinas. Ademais, precisamos investir na reflexão acerca dos sentidos estigmatizantes que estruturam a nossa formação social e que resultam em práticas racistas, homo e transfóbicas. Dessa maneira, teremos mais condições de questionar, resistir e combater a significação do gênero forjada numa matriz de sentidos cis-heterocentrada, corpo-normativa, como também disporemos de melhores argumentos para reforçarmos a ideia de que a subjetivação no gênero é um processo histórico-ideológico, fluido e movente.

As vivências trans, certamente, podem (ou não) envolver modificação da aparência ou função corporal, por procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos, como também outras performatizações – modos de falar, vestimentas etc. Numa relação tensa em que o gênero (não) se encarna e o corpo (não) materializa os sentidos sócio históricos de masculinidades e de feminilidades, as corpe-subjetividades trans podem “viver alternadamente com duas identidades sociais, masculina e feminina. Ou assumir uma posição intermediária, o gênero não marcado. Ou viver plenamente no tipo de sexo [diria: gênero] oposto” (NERY, 2011, n. p. Acréscimo meu).

Pensar, então, na subjetivação transgênera exige considerar como o corpo, em nossa formação social, está investido por sentidos, de modo que transfigure e performatize as identificações do sujeito que o anima, se (re)conhece e (se) diz no gênero com/por meio desse invólucro material. Por tudo o que foi dito, eu tomo o corpo como peça do/no jogo da performatização de gênero e, por essa razão, penso ser possível analisar discursivamente como sujeitos trans se subjetivam entre masculinidades e feminilidades, ao falarem de si, pela via do corpo. Essas ressalvas estão alinhadas ao que propõem alguns estudos que dão ênfase ao gênero construído, e não à genitália dos corpos, conforme explica Bento (2006). Não há, que fique claro, um modelo específico estabelecido para pessoas trans (para *ser* trans), porque os trajetos de identificação com o gênero são mutáveis, dinâmicos, contraditórios, e não podem ser vistos como um construto fechado, mas fragmentado, complexo e descentrado.

Suponho, então, que posso problematizar a noção de que a transgeneridade, aqui entendida como uma categoria de subjetivação e/ou uma categoria de identificação no gênero, não constitui, em si, um sujeito uno, coletivo, numericamente demarcável e absolutamente idêntico, mas um *lugar* “capaz de transformação e passagem, como localização de um corpo, espaço ocupado, lugar da ação humana ou um dispositivo simbólico como um vetor material ético-político dentro da luta contra a hegemonia” (ORLANDI, 2014, p. 32).

Portanto, não se trata do sujeito que *é*, mas do sujeito que vai se identificando com os sentidos de gênero, que vai se subjetivando pelas significações gendradas³³ e se constituindo no entremeio das representações de feminilidades e masculinidades que são tangenciadas pelas matrizes de sentidos de gênero. Essa defesa que faço ganha fôlego se pensarmos, com Nascimento (2020, p. 81-82), que [...] “a identificação resulta da ligação de duas instâncias do inconsciente, isto é, o *eu* e o *objeto*, este entendido como representação psíquica do outro”. Nesses termos, estamos entendendo o conceito de identificação “como marca simbólica a partir da qual o sujeito adquire, não sua unidade, mas sua singularidade” (SERRANI, 1999, p. 8), ou seja, identificação e identidade diferem porque, ao tempo em que essa última é centrada pela/na representação do ser, a identificação se fundamenta na referência ao dizer.

Muito a propósito, creio que seja válido fazer aqui uma digressão acerca de uma confusa relação que se faz na tentativa de distinguir as identificações transgêneras das identificações transexuais e travestis por meio de uma representação atravessada entre corpo-genital, desejo e/ou performance sexo-afetiva. Já ouvi muito se dizer que as travestis, em sua grande maioria, desejam apresentar-se em um corpo-figurino ambivalente de homem-mulher por serem [...] “biologicamente identificados (*sic*) com o seu sexo de nascimento. O padrão comportamental é sentirem-se, ao mesmo tempo, como homens e mulheres, não cogitarem mudar o sexo biológico e terem, geralmente, atração por pessoas do mesmo sexo” (PASCHOAL, 2016, n. p).

Tenho ressalvas em relação a essa ponderação porque me remete a uma memória de interdição, de um suposto ideal apriorístico dos caracteres de homem ou de mulher “padrão”, tangenciando a ideia de que gênero e desejo sexo-afetivo são prefigurações que antecedem aos discursos: questões imutáveis e tão bem resolvidas a ponto de darem conta e recobrir o amplo espectro de vivência dos sujeitos ou, ainda, tomadas como categorizações subjetivas demarcadas nitidamente pelo corpo, que, de alguma forma, daria os contornos de cada um desses substratos da identificação travesti. Contrariamente a essa imagem alegórica e estigmatizada, entendo que sujeitos que se dizem travestis podem (se) mover identificações e se definirem como transexuais, como também se declararem “transgêneros / travestis” etc.

Estou, portanto, me recusando à [...] “armadilha retórica do dilema (sob o modo do ‘ou... ou’ e do ‘se não é um é outro’)” e, com isso, me afastando dos encurralamentos subjetivos que podem atuar mitigando a construção de outras problemáticas (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 15). Nessa direção do que nos diz Pêcheux, é preciso estar atento para não incorrer na ideia cruel,

³³ Uso gendrado/a(s) como sinônimo de generificado/a(s).

transfóbica e antiética da higienização do gênero, conforme destacam, respectivamente, Amara Moira e Florence Belladonna Travesti nas expressivas observações que lemos aqui:

Pra muita gente, essa palavra [travesti] ainda hoje, 2021, é um xingamento. Crescemos numa sociedade que considerava maldita essa existência, figuras que habitavam as sombras, fortes e perigosas, por um lado, e, de outro, exercendo o mais terrível dos trabalhos, um que sequer deveríamos denominar trabalho, a prostituição, e esse imaginário segue bastante vivo hoje em dia³⁴.

Certa vez, conversando sobre a fronteira do diálogo entre a academia e o ativismo, tive o desprazer de uma pessoa tóxica e evidentemente transfóbica, senão má, e que hoje não mantenho mais contato, me lançou a seguinte pergunta: “Não compreendo você se colocar como travesti, como você quer que as pessoas acreditem na sua luta, se sua imagem não condiz com o que o povo espera de uma travesti? Sua imagem não condiz com o que você diz, talvez se você usasse ‘trans’ fosse melhor”. Agora eu pergunto, qual a imagem da travesti? [...] Uma pessoa cis sugerir que uma travesti evite a palavra “travesti” e use a palavra “trans”, é de um absurdo sem tamanho, porque deixa de ser sobre qualquer palavra e passa a ser sobre negar sua identidade, aceitar os processos de marginalização, considerá-los naturais e tentar escondê-los, não dizendo que é travesti. Por outro motivo, isso é cafajeste, porque polariza os termos trans e travesti como se uma fosse merecedora, autêntica e legítima da rua, da marginalização, da violência, e a outra não. É preciso reafirmar sempre, que não existe distinção no direcionamento das palavras trans e travesti, ambas referem-se ao mesmo grupo social, que sofre transfobia³⁵.

Prefiro, em razão dessas ressalvas, me filiar à defesa do princípio da auto determinação, ou seja, de que se trata de uma questão de auto identificação, auto declaração – o sujeito (se) reivindica “sua” identificação de acordo como prossegue se sentindo e como segue se (re/des)conhecendo no gênero. Bem sei que não é fácil (e, possivelmente, nem seja sempre necessário) traçar limites que separem essas várias identificações (travestis, transexuais, transgêneros), podendo, inclusive, estabelecer novas normas de como o sujeito *deveria ser*, o que volta a alijar quem não se encaixar.

As palavras como mapas de identificação e suas relações com os padrões de percepção subjetiva são, inclusive, objetos de reflexão de Miranda e Zanelatto, (2015, n. p), na primeira citação, e também por Marilac e Queiroz (2019, n. p), no segundo trecho citado, que assim ponderam:

³⁴ Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/travesti-ou-mulher-trans-outra-vez-essa-historia>. Acesso em 18 de maio de 2021.

³⁵ Disponível em: <https://lalidis.com.br/index.php/2021/03/19/espelhos-quebrados-generos-em-po-sobre-a-inteligibilidade-do-outro/>. Acesso em 17 de maio de 2021.

Um dos desafios das pessoas diferentes é que elas estão na fronteira da linguagem, onde as coisas não têm nome. Temos o vício de achar que o que existe é aquilo que podemos nomear. No entanto, a espécie evolui pelo caminho do inominável, encontrando no mundo aquilo que ainda não tem nome, mas existe. [...] enquanto o que não tem nome é percebido como inexistente, os enganos persistem. A coisa inominada é chamada pelo nome errado até que se construa uma consciência e uma percepção clara a respeito do que ela seja [...]. Trocando em miúdos, a palavra “transgênero” não existia. Ela é recente. É nascida da percepção de que existe de fato um movimento – trans – entre os gêneros. Da percepção de que os gêneros não estão fixados em duas unidades monolíticas e opostas, o gênero feminino de um lado e o gênero masculino de outro.

A palavra travesti é usada, principalmente, por razões políticas e pode descrever uma série de indivíduos diferentes. No meu caso, me identifico como travesti porque me enxergo na fronteira entre o que é ser homem e o que é ser mulher e estou muito bem assim. Para outras pessoas, definir-se como travesti significa respeitar a história de pessoas que viveram sua sexualidade na marginalidade e com muita luta. É um termo elástico assim. [...] Quer um nome pro que eu sou? Chame de travesti. Travesti. Isso mesmo. A palavra na qual se cuspiu. A palavra que não cabia no dicionário, nos seus livros de biologia ou na mesa de jantar da família tradicional brasileira cabe perfeitamente na marginalidade da minha vida. Quero todos os significados que ela traz. Travesti é mulher ou é homem?, você me questiona. E eu te respondo: por quê? Por que você precisa dessa pergunta? Travesti como gênero autônomo. Travesti porque causa confusão. Travesti porque não é simples pra mim também.

A contundência desses recortes me leva a ponderar que, “à medida que as identidades trans se constroem socialmente [...] na vida de cada pessoa trans, temos visto que a necessidade de separação conceitual é desnecessária, e muitas vezes contra produtiva (MOREIRA, 2017, p. 15), pois não existe uma forma pré-estabelecida para ser transexual e/ou travesti, como bem esclarece Bagagli (2016, n. p. Acréscimo meu), quando discorre sobre as identificações enquanto [...] “construções sócio históricas [que] se consolidam num espaço entre a memória socialmente consolidada e a atualização desta memória no acontecimento de uma subjetivação singular”, o que pode, muito bem, ser confrontado com esses relatos abaixo:

De nada adiantava me adequar externamente, se o interior já não estivesse bem-acabado. O peito veio como uma parte de mim que estava faltando, literalmente! As feministas queimaram os sutiãs, enquanto eu procurei um com renda, bojo, entretela ou meia taça – para brindar a vida. Queimei a camiseta! Virou meu troféu. Estava disposta a enfrentar a vida “de peito aberto”. Eu me equacionei quando virei trans (QUEIROZ, 2015, n. p).

A partir do momento em que eu me descobri transexual e como funciona a minha mente e o meu corpo, a partir do momento que passei, a saber, como agir sem precisar fingir, sem me preocupar como andar, o que falar e o que

vestir tudo mudou. Agora eu sei quem eu sou, sei o que eu posso fazer, sei o motivo de fazer e realmente a opinião das pessoas não me importa, porque o carinho das pessoas, a partir do momento em que eu passei a me aceitar, me entender e a me reconhecer superou tudo isso. Descobrir-me transexual mudou a minha vida, mudou a minha saúde, mudou a minha relação com o universo e me libertou (LESSA, 2014, p. 120).

A partir do que expõem tais relatos, reafirmo que a luta deve ser [...] “para que cada pessoa tenha o direito de experimentar, de ir atrás de descobrir quem é, e que possa viver da forma como se entender, como melhor se sente, sem ser discriminada por isso, segregada, vendo seu direito à vida, à família, ao estudo e ao trabalho posto em risco” (MOIRA; NERY; ROCHA; BRANT; 2017, n. p). Encerro essa digressão recorrendo, mais uma vez, a Marilac e Queiroz (2019, n. p), que nos ensinam: “Ser trans ou travesti não tem nada a ver com falta de aceitação, tem a ver com identificar-se com determinados códigos sociais mais do que com outros”³⁶.

Após trazer esse entendimento, creio ser necessário estabelecer um contraponto com a identificação cisgênera. Apresentarei, por essa razão, uma breve explicação sobre outros processos de subjetivação que se sustentam no entorno da cisgeneridade. Vou desenvolver: diz respeito à cisgeneridade as performatizações de gênero (atitudes e comportamentos também manifestos pelo/no corpo) que estão “em concordância” com as normas sócio-históricas estabilizadas para quem foi assinalado menino/homem ou menina/mulher, sobretudo, em função do genital com que o seu corpo nasceu. Dessa maneira, em nossa formação social, cisgênera é a “condição” atribuída a quem se identifica e performatiza “condutas” que podem ser assim linearizadas:

Corpo de macho (pênis) $\leftrightarrow$ menino/homem.

Corpo de fêmea (vagina) $\leftrightarrow$ menina/mulher.

Cisgeneridade, então, se distingue de transgeneridade, *grosso modo*, pelo fato de que as identificações e performatizações de gênero de sujeitos trans podem (des)estabilizar os sentidos para quem foi assinalado, em razão do genital, como “pertencente” ao masculino ou ao feminino³⁷.

³⁶ Relembro uma exposição feita pela ativista, professora e pesquisadora Sara Wagner York: ela disse que se entendeu *travesti* em seu primeiro estupro (!) e, por isso, deseja ser reconhecida como suas companheiras, que estão nas ruas. Portanto, identificar-se como travesti pode significar estratégia ou prática político-subversiva para ocupação de espaços. Por entender que Transgênero é uma expressão “guarda-chuva”, isto é, que abarca diversos sujeitos que, de alguma forma, estão além do binarismo macho - fêmea e, assim, cruzam as fronteiras de gênero, optei em usar, nessa pesquisa, o termo Transgênero com vistas a me referir a esse vasto contingente de sujeitos, inclusive aos que se definem como *não-binários*, *pangênero*, *transvestigênera*, *bicha-travesti* etc.

³⁷ Não pretendo fechar os sentidos sobre as várias possibilidades de experienciar a transgeneridade. No entremeio da transição do macho para a mulher e da fêmea para o homem, há outros entre-lugares para a vivência do gênero, outros espaços para a fluidez e para os questionamentos ao binarismo. Acredito, inclusive, que há diversas

Insisto na necessidade de estabelecer essa distinção teórico-analítica por considerar que as experiências hegemônicas, ao serem destituídas da ordem histórico-ideológica, funcionam como se fossem naturais e, por isso, atuariam organizando as relações em sociedade “naturalmente”, obviamente, sem questionamentos. A norma não tinha nome porque seria natural, seria um signo apolítico; apenas o desvio deveria ser nomeado.

Então, se a normatividade sempre (nos) nomeou, agora, é preciso nomear a norma para compreender os seus contornos, as suas interdições e violências, afinal, ao nomear, produzimos categorias, lugares de identificação, reabilitamos palavras, oferecemos oposição às forças de normalização e, assim, temos condições de trabalhar com as equívocos no social. Esse é o entendimento, inclusive, defendido por Muriel Marinho³⁸, quando discorre sobre a necessidade de operacionalizar, em pesquisas como essa, o contraponto ou a interface entre transgeneridades e cisgeneridades:

É muito comum que as pessoas pensem que o isolamento e invisibilidade de pessoas trans está apenas na falta de acesso à saúde de qualidade, à educação, à segurança. Todas essas coisas são extremamente importantes para uma vida digna, mas pensar apenas elas sem entender em que contexto esse isolamento nasce é pensar apenas uma parte da equação, a parte da equação que é propositalmente esquecida: as pessoas cisgêneras. O termo cisgênero não surgiu logo quando inventaram o termo “transexualidade”, tal como aconteceu com os termos “homossexual” e “heterossexual”. Pessoas cisgêneras são aquelas que se reconhecem com o gênero que foi designado a elas quando nasceram, ou seja, pessoas que, por exemplo, foram ditas homens por terem pênis ou mulheres por terem vaginas e que seguiram se identificando e afirmando assim ao longo da vida. No entanto, ao contrário do termo “transexualidade” ou até “travesti”, a cisgeneridade quase nunca é discutida ou falada e até mesmo pensada pelas próprias pessoas cisgêneras. Inclusive, é muito recorrente na própria Universidade muitas pessoas cisgêneras produzirem trabalhos acerca de pessoas trans buscando trazer visibilidade para a realidade dessas pessoas que não reservam um único espaço neste trabalho para refletir sobre as suas cisgeneridades. Há ainda pessoas que lutam contra esse termo, dizendo que isso é uma invenção da cabeça depravada de pessoas trans/travestis. O que isso revela é que na verdade dar visibilidade à causa das pessoas trans/travesti sem chamar atenção para a cisgeneridade é uma continuidade da patologização dos nossos corpos. Isso porque existe uma lógica por trás dessa não-reflexão aparentemente ingênua sobre a cisgeneridade: é que pessoas cisgêneras não se pensam como tal porque elas são ensinadas que são normais enquanto nós somos as pessoas trans (e nada mais que isso).

maneiras, além do corpo, para afirmar e materializar as identificações entre masculinidades e feminilidades, como, por exemplo, a modificação do prenome e do gênero nos documentos. A ênfase ao objeto corpo, nessa tese, que fique claro, diz respeito a um procedimento de construção teórico-metodológica que constituirá os meus gestos de análise para a discursividade transgênera.

³⁸ Disponível em <https://laldis.com.br/index.php/2019/11/19/invisibilidade-trans-travesti-ou-sobre-a-urgencia-em-visibilizar-a/>. Acesso em 14 de maio de 2021.

Por isso, essa problematização sobre as identificações trans e cisgêneras, uma em relação à outra, é relevante para a discussão sobre o funcionamento discursivo da palavra cisgeneridade, ao classificar as experiências subjetivas alinhadas às expectativas sociais entre gênero-genitália. Observe que, além de marcar uma relação de diferença ou, melhor dizendo, de simetria com a transgeneridade, também acrescenta outras perspectivas de abordagens e análises para a compreensão das relações de gênero, uma vez que inscreve, nesse processo, a alteridade com as experiências de transgeneridade.

Dizendo isso, reforço a necessidade de compreendermos as categorias de análise cis e transgênera não como identidades estanques, mas como identificações que se situam entre convergências e divergências dos sentidos de gênero em sociedade, conforme esclarece Moira (2017, p. 365. Os acréscimos são meus), quando trata do caráter remissivo entre essas categorias:

É possível imaginarmos a utilização de um desses termos sem, de pronto, nos referirmos ao outro? É partindo dessa pergunta retórica que ousou afirmar que o discurso médico, ao nomear como “trans” a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como “cis”, cabendo-nos apenas pensar formas de fazer com que as duas imagens propostas nessa metáfora, aquilo-que-cruza [a transgeneridade cruza as fronteiras de sentidos do gênero; alguns sujeitos trans, inclusive, não só atravessam, mas riem dessas fronteiras imaginárias] e aquilo-que-deixa-de-cruzar [a cisgeneridade], se traduzam em sentidos mais palpáveis.

Por meio desse percurso de desnaturalização da constituição de subjetividades, cis - trans, femininas - masculinas, podemos pensar, então, o processo de construção discursiva que acomoda corpo-sujeitos em diferentes situações políticas em função de “sua” subjetivação pelo/no gênero. Para bem encerrar essa explicação, trago as palavras elucidativas de Yuna Vitória acerca dessas categorias de análise:

[...] Transgeneridade, assim como cisgeneridade, nasce como categoria de análise que visa, tal como sexualidade para as "identidades sexuais", abarcar e dar sentidos às identidades de gênero, que podem ser: transexual, travesti, homem trans, mulher trans, transmasculino, pessoa não binária, etc. Transgênero não é - e não deveria ser utilizado como - uma identidade de gênero isolada ou combinada, mas um qualificador que demonstra em qual local social, dentro de um dado regime de poder, essas identidades (vide acima) se encontram e de onde partem. Assim, se uma pessoa é cisgênera, "cis" não é a sua identidade, mas o adjetivo que a localiza na relação de gênero. Sua identidade é homem ou mulher. Igualmente, se uma pessoa é transgênera,

"trans" apenas localiza os marcadores de identidade, que são diversos. As identidades trans não deveriam se sentir ameaçadas pelo uso do termo transgênero, porque, da mesma forma que "homem" e "mulher" não vão deixar de existir e não serão substituídas por "cis", travesti e transexual não vão deixar de existir por causa de "transgênero", pelo menos não deveria, porque seu uso não pode ser admitido dessa maneira. Por isso não vejo uma tentativa de homogeneizar as pessoas trans no uso, quando bem empregado, do termo "transgênero", assim como não acho que "sexualidade" ao longo de seu emprego criou uma homogenia. Por alguma razão entendemos, enquanto movimento social, esse uso com as pessoas cis, de modo que apoiamos o emprego de cisgênero, mas quanto ao seu radical oposto, transgênero, ainda há expressiva resistência, o que me diz que não entendemos nada sobre ambos, já que seria minimamente contraditório usar um e recusar outro como qualificador. Digo isso para demarcar que defendo o emprego de transgênero. Não a imposição ou a soberania, mas o simples emprego³⁹.

Dito isso, pois bem, ainda cabe uma explicação sobre o conceito de “performatização”, decisivo mecanismo de significação social do gênero. É preciso explicar que, ao tomar essa expressão, estou me referindo aos processos de irrupção da posição-sujeito mulher - homem a partir de seus gestos de identificação com os sentidos de gênero e suas performatizações enquanto práticas discursivas ou processos de socialização entre os arranjos de feminilidades e masculinidades. Em outras palavras, de que modo funcionam os sentidos de gênero e por quais estratégias o sujeito gendrado os mobilizam e, assim, põe em cena a “sua” expressão de gênero, ao materializar, em si, os sentidos masculinos e femininos.

Sob a guarda da performatização de gênero, por exemplo, estão os gestos, as marcas e expressões do/no corpo, além do comportamento, das vestimentas e demais “funções” (entenda-se por práticas discursivas e processos de socialização) socio-ideologicamente convencionadas para homens e mulheres. Com essa ponderação, fica claro que compreendo a performatização como um desdobramento, um efeito da interpelação-identificação dos sujeitos com os sentidos de gênero. Compreensão decisiva aos interesses dessa pesquisa, uma vez que situa o objeto gênero não como causa, mas como efeito, um fazer ao invés de um modo de ser.

Estou querendo dizer, com isso, que não existe uma “essência” feminina ou masculina: só por meio da performatização, da repetição insistente dos sentidos de gênero, que os corpo-sujeitos vão funcionando no/pelo gênero, ou seja, as práticas nos constituem de tal modo que elas instauram “a realidade do gênero”. É (des/re)fazendo gênero que vamos (nos) tornando corpo-subjetividades gendradas. Portanto, é preciso, segundo essa perspectiva, pôr em

³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/yurettayuna>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

funcionamento o gênero, ou seja, funcionar corpóreo-subjetivamente como tal, entre mulheridades e homenzidades.

Por isso, a necessidade de nos aportar na teoria de gênero, sobretudo, na discussão empreendida por Butler (1993, p. 276) acerca da ideia de corporificação do gênero, isto é, “a formulação do corpo como um modo de dramatizar ou ratificar possibilidades que oferecem um modo de entender como uma norma cultural é personificada e ordenada”. Como podemos perceber, é fulcral nas ideias butlerianas a concepção de identificação de gênero como uma contínua imitação e (re)produção performática das normas de gênero.

Vou concluindo dizendo que estou envidando os meus melhores esforços para, com a devida responsabilidade ética, política e científica da interpretação, bem manejar o dispositivo teórico-analítico da AD, a fim de que seja capaz de *enxergar* as vozes das subjetividades trans. Por isso, tenho de considerar de onde estou vendo, qual o meu mirante e, assim, pensar de que maneira, de fora, posso colaborar para essa discussão. O olhar de fora pode, sim, contribuir, desde que eu trabalhe com minhas facilidades, privilégios e dificuldades, para discutir, a partir desse lugar externo, o que da minha posição favorece ou dificulta o que eu vejo, o que eu analiso. Dizendo isso, sinto que preciso (me) marcar: ainda que o meu momentâneo lugar de subjetivação não seja, por enquanto, o de um corpo-sujeito transgênero, creio que precisamos ocupar os espaços de produção e circulação de conhecimentos, ao instaurar outras narrativas que deem conta das experiências de subjetividades trans, considerando, para tanto, que pensamos

[...] lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. **Absolutamente não tem a ver como uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo** [e de que somente sujeitos trans podem falar sobre a sua subjetivação]. [...] **Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa.** Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis (RIBEIRO, 2017, n. p. O destaque e o acréscimo são meus).

Vamos continuar com essa discussão nas próximas páginas a fim de pensarmos sobre esse conceito que se erigi na contramão de um imposto silenciamento, de uma interdição histórica, configurando um modo de dizer que se perfaz num jogo entre sua circulação,

legitimidade e organização enunciativa. Irei me dedicar a pensar sobre essa tensão que me toma, que se instaura sobre mim, por alguns considerarem que eu não estaria situado no *meu lugar de fala* e, por isso, não teria a prerrogativa de poder-dizer as transsubjetividades. Sigamos.

1.2 FALAR DO OUTRO É FALAR DE SI / FALAR DE SI É FALAR DO OUTRO: POR UMA LUTA TEÓRICA QUE QUESTIONE AS EVIDÊNCIAS FUNDADORAS DO ESTATUTO DA EXPERIÊNCIA E DA LEGITIMIDADE DA EPISTEMOLOGIA

Três travestis

(Caetano Veloso)

Três travestis
Traçam perfis na praça.
Lápis e giz
Boca e nariz, fumaça.
Lótus e liz
Drops de aniz, cachaça
Péssima atriz
Chão, salto e triz, trapaça
Quem é que diz?
Quem é feliz?
Quem passa?
A codorniz
O chamariz
A caça
Três travestis
Três colibris de raça
Deixam o país
E enchem Paris de graça.

Começo a seção logo dizendo que eu me coloco no que eu digo, nesse *lugar de fala*, porque as questões transgêneras têm mais presença em mim do que me faltam, convocando-me a fechar fileiras na luta contra a hegemonia e em favor das diversidades. Eis aqui o argumento inicial para essa breve discussão que farei, objetivando, com isso, refletir acerca de uma necessária recusa à armadilha subjetiva do dilema, sobre a qual devemos estar bastante atentos, sob pena de estarmos silenciando e acumpliciando diversas violências, bem como de nos fragmentarmos e nos enfraquecermos, ainda mais, diante dos discursos dominantes e hegemônicos. Estou me referindo a uma dada interpretação que tem sido atribuída ao conceito de “lugar de fala” como política de censura/interdição a alguns sujeitos, que, por não experienciarem determinadas situações e práticas subjetivas, não teriam legítima prerrogativa

para desenvolver um raciocínio epistêmico sobre tais vivências – não se poderia falar de X, se não fosse X.

Explicarei: por vezes, a compreensão de lugar de fala presume a ideia de que o sujeito sabe/tem consciência de *quem ele é* ou que teria uma soberania absoluta sobre si, comparável a uma identificação narcísica: quando se acredita que *é* – discussão que, inclusive, me remete às *formações imaginárias*, isto é, os processos discursivos pelos quais os sujeitos (se) atribuem, reciprocamente, ao mesmo tempo, lugares para si e para os outros, conforme tratou Pêcheux (1969). Pensar lugar de fala como uma condição insubstituível, imexível ou pétrea incorreria em igual possibilidade de afirmar que há um simbólico fixo, evidente, imponderável.

Creio que não é, em absoluto, o caso de se deixar falar pelo outro, mas de não se curvar a um dizer-escuta autoritário. Reconhecer o conceito de lugar de fala, a meu juízo, é compreender como se constituem, de modo imbricado, lugar de fala e lugar de escuta, ou seja, é preciso calar-se para ouvir os sujeitos, seus percursos de identificação e os modos como (se) compreendem, sem esvaziar o político e diluir o ideológico que, necessariamente, constituem as nossas trilhas de subjetivação. Por isso, reafirmo que sou eu quem fala, *com* eles, e não *por* eles, pois “ninguém pode pensar [e falar] do lugar de quem quer que seja” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 281. O acréscimo é meu).

[...] falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir [...]. Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de **localização social**. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017, p. 64. O destaque é meu).

O modo como entendo o conceito em tela converge para a ideia de que não se trata de uma condição instintiva, possessiva, apriorística ou essencial que estaria em alguns sujeitos desde sempre. Por essa compreensão, defendo não pensar lugar de fala nos moldes de uma ideia naturalizada, mas histórico-simbólica, isto é, forjada pela tensão e contradição que chuleiam a trama de negociação de subjetividades.

Pensar lugar de fala numa visada discursiva requer, portanto, considerar o funcionamento da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso. “Compreendido dessa forma, sobredeterminado pela ideologia, a língua e o inconsciente, o ‘lugar de fala’ se mostra, no seu funcionamento enunciativo, sustentado em processos metonímicos que o

legitimam a partir da experiência vivida de um *eu* que se identifica com outros *eu*” (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 70).

Nesse sentido, é por demais válido pensarmos com Foucault ([1969] 2019, p. 61) acerca do que nos é permitido falar:

Quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito de proferir semelhante discurso?

Para mim, depois dessas interrogações que faz o autor, está claro que não há uma colonização primitiva que dotaria alguns sujeitos de uma primazia ou autoridade imanente para falar da condição X, e não da condição Y. Não podemos ceder a essa ideia de que não se pode falar de determinadas pautas, afinal essa atitude pode nos isolar, nos violentar e segregar, sobremaneira, ao tempo em que instaura mais uma política de censura, conforme disse na abertura dessa seção.

Ademais, os nossos *lugares de fala*⁴⁰ vão se construindo como efeitos do percurso de interpelação-identificação com as significações que vão forjando sujeitos, sentidos e constituindo a posição-sujeito a partir da qual dizemos. Lugares de fala, por serem práticas que nos (des/re)constroem, podem, portanto, ir se diferenciando pelo uso, pelas identificações, pelas experiências e vivências dos sujeitos. Creio e defendo, portanto, que temos de pensar política e epistemicamente esse conceito sob pena de retornarmos a uma ideia essencialista na relação entre o sujeito e o que ele diz ou do que ele (só) pode falar. E essa reflexão toca, inevitavelmente, na consideração dos efeitos histórico-políticos da imposição das “máscaras do silêncio”, como bem sugere Ribeiro (2017, n. p), ao suscitar uma série de outros pertinentes questionamentos:

Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido

⁴⁰ Reflexões desenvolvidas a partir das discussões suscitadas neste vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=TWNcfQu_DVw. Acesso em 02 de agosto de 2020.

que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes?

Essas legítimas ponderações me fazem pensar nas inúmeras formas de “rupturas de integridade” (SAFFIOTI, [2004] 2015) impostas aos corpos trans:

Para nós, pessoas transexuais e travestis, algumas práticas do bem viver sempre foram sonhos muito distantes para realização e que em muitos casos custaram muitas vidas e grandes perdas. Um almoço ou jantar em família, um culto de ação de graças, um passeio a beira mar, um lanche entre pai e filho, uma noite de festa, uma família... Tente imaginar tais eventos e atente-se a como participantes, pessoas trans e travestis, podem facilmente desaparecer destas cenas em nosso imaginário. Ainda que você consiga pensar com tais corpos, esta realidade não é ainda vendida como prática corriqueira e capaz de abarcar o imaginário televisivo ou midiático para jovens trans. Mães, pais, irmãos ou avós são apenas exemplos de perdas físicas imediatas que alcançam alguns corpos, diante de uma revelação ou desabafo sobre si que um/a adolescente pode sofrer. A identidade sexual ou orientação sexual, se diversa desta hegemônica que opera diferentes graus de exclusão, podem se tornar um grande suplício para alguns de nós, se não compreendida com sua real importância⁴¹.

Fui rejeitada pela minha família – a não ser que minha conta bancária dissesse o contrário. [...] Era esperado que eu morresse aos 35. Estava no ponto certo. Para mim não havia segurança, havia facada de anônimos. Não havia amor, havia cafetinagem. Não havia imigração, havia tráfico sexual. Não havia liberdade de mundo, havia cadeia. Não havia conquistas, havia perdas. Para mim, não havia fama, não havia identidade, não havia nome. Vocês, que me leem, tomem essas dores emprestadas para ver se é bom. Emprestadas, não, porque também são suas. Sua culpa. E eu os acuso. Somos muitas. Morremos aos montes. Ninguém achou importante coletar dados sobre como vivemos, mas sabemos nossa expectativa de morte, 35 [anos]. [...] Sabe, quando matam um gay por homofobia, há sempre raiva injustificada. Mas é pras travestis que guardam o excesso, os requintes de crueldade. [...] Fui sempre merecedora de orgasmos e nunca de amores. O tabu transformou o desejo por pessoas como eu em bestialidade e agressão. Se for dar o nome de estupro a tudo que as meninas bem-cuidadas de classe média chamam de violência sexual, já fui estuprada mais vezes do que posso contar. Por homens adultos que me buscavam na porta da escola primária e me comiam escondidos de suas esposas. Por estudantes que empurravam os pintos na minha boca no banheiro sem fazer caso ou pergunta e nem esperavam o gozo esfriar antes de me ameaçarem de morte caso eu contasse a alguém (MARILAC E QUEIROZ, 2019, n. p. Acréscimo meu).

A diferença fundamental em relação aos cisgêneros é que morremos, muitas das vezes, pela nossa identidade, pelo que somos. Não só de bala perdida, mas de bala bem dirigida. Com frequência, no caso de travestis, a morte é precedida por torturas como chutes, pauladas, empalamento, queimaduras.

⁴¹ Autoria de Sara Wagner York. Disponível em: <https://laldis.com.br/index.php/2019/11/19/544/>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

Depois, os corpos são jogados no lixo, como se quisessem, sobretudo, matar o feminino que há neles. [...] Morremos também socialmente – sem educação acolhedora, sem assistência à saúde especializada, sem chance de moradia, sem abrigos apropriados, sem prisões com alas especiais, sem acesso ao trabalho formal (NERY, 2019, n. p).

Na hora do sexo, os homens veem você como uma mulher, mas em relação a ter uma história com você, aí você é uma transexual. Será sempre um homem (PASCHOAL, 2016, n. p).

O que importa o que nós travestis tenhamos a dizer sobre o que somos? Acaso se dissermos que somos homens deixaremos de ser expulsas de casa, estupradas no banheiro masculino da escola, deixaremos de ver as portas do mercado de trabalho fechadas, de ver na prostituição mais precária o quase que exclusivo caminho para conseguir nossa subsistência, deixaremos de ser tratadas como lixo ou pedaço de carne ambulante? [...] A luta para nos encaixarmos no padrão feminino cis (coisa que nos faz ser acusadas de “reproduzir estereótipos de gênero”) é a forma que encontramos para diminuir a violência a que estamos sujeitas: quanto mais sucesso tivermos nisso, mais deixaremos de ser alvo da transfobia para sê-lo apenas da misoginia, o que diz muito sobre o mundo a que temos direito⁴².

Durante esses últimos dias, me pego vez ou outra chorando desavisada ao lembrar da travesti cujo rosto e nome não sei, que foi assassinada aqui na minha rua entre domingo e segunda dessa semana. Na silenciosa madrugada suburbana, o testemunho auditivo e impotente que me chegou dentro do meu quarto me desorganiza. O choro, o som dos tiros e especialmente as risadas de deboche depois de tudo... A única coisa que separa o meu corpo daquele corpo caído é algum nível de passabilidade. [...] As balas que acertaram aquela pessoa trans essa semana podem facilmente me encontrar qualquer noite em qualquer esquina quando eu estiver voltando para casa já um pouco menos maquiada, já um pouco mais descuidada dos detalhes da aparência e performance depois de um dia cansativo. É adoeceador sentir que em alguns dias eles parecem ter combinado de nos matar sempre que possível⁴³.

Pelo que desperta em mim a justa acusação que faz, na primeira citação, Sara Wagner York, Marilac e Queiroz, na segunda citação, Nery, no terceiro trecho, Paschoal, nesse quarto recorte, e, por fim, Amara Moira e Ceu Cavalcanti, nos dois últimos recortes citados, ao considerar, a distinção do *modus operandi* da violência imposta aos seus corpos em relação aos corpos cis, não quero me sentir desobrigado a esse embate, pois, ainda que meu corpo não sinta determinadas violências de gênero, isso não me exige de assumir uma postura ética e também combativa de lutar pela vida, pelo direito ao afeto, ao respeito e pela dignidade de sujeitos historicamente minorizados.

⁴² Texto de Amara Moira. Disponível em: <https://transfeminismo.com/senao-nossos-corpos/>. Acesso em 28 de março de 2021.

⁴³ Trata-se de uma postagem pública feita no Facebook da autora – Ceu Cavalcanti. Disponível em: <https://www.facebook.com/ceu.cavalcanti.54922/posts/1829492513796041>. Infelizmente, não consegui recuperar a data precisa do acesso, que foi no ano de 2019.

A propósito, recentemente, vi uma entrevista com uma ativista das causas de gênero informando que a expectativa de vida de uma pessoa trans, no Brasil, *agora*, é de 29 anos! Também quero destacar que censura, represálias, interdição e desconfiança são alguns dos desafios enfrentados por quem, de alguma maneira, está para “além” da estabilização do gênero. Estamos no país que mais mata pessoas transgêneras no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, no Brasil, a cada 23 horas, uma pessoa que borra as fronteiras ideológicas de gênero é morta, via de regra, de forma cruel.

Esses dados não levam em conta o número de ideações suicidas e os suicídios cometidos por pessoas trans – mais um dos inúmeros efeitos da transfobia vigente em nossa sociedade –, como também [...] “não estão contabilizados os que morrem desfigurados (que não dá para identificar) ou as vítimas consideradas como ‘homem com roupas de mulher’ e que, ainda por cima, são enterradas com o nome de registro de nascimento, oposto ao gênero com que se identificam” (NERY, 2019, n. p). Além de espancamento, outras marcas caracterizam os crimes do racismo homo/transfóbico, como estupro, seguido por extirpação de genitais e desfiguração da face da vítima. Também há situações em que os agressores arrancam o couro cabeludo de travestis e de mulheres trans. Algum tempo atrás, li uma notícia em que uma travesti teve o coração arrancado do corpo!

Há uma simbologia no rito dessas mortes que nos diz da violência imposta a essas pessoas, tendo como alvo os signos político-corpóreos que aludem ao genital e ao gênero, sinalizando, com isso, para o impedimento de existir, ao rasurar as normas de gênero. Crimes que se tornam ordinários sobre um fundo de tortura e pela negação da humanidade de seus corpos. A agressão, contudo, também se materializa em diversas outras práticas não tão ruidosas, mas que, igualmente, aniquilam as corpo-subjetividades dissidentes, a exemplo da incompreensão da família que, em alguns muitos casos, expulsa de casa, por volta dos 13 anos de idade, o sujeito que não se encaixa nos padrões cis-heteronormativos; a dificuldade de permanência na escola e de ingresso no mercado de trabalho formal (algumas estimativas dão conta de que 90% da população trans sobrevive da prostituição), entre outras, são exemplos das diversas formas de violência simbólica. Florence Belladonna Travesti endossa esse raciocínio que venho desenvolvendo quando nos diz que a

“Solidão da pessoa trans” refere-se a coisas ruins que acontecem conosco, e estão em vigência em nossa sociedade transfóbica, que é a exclusão de ambientes sociais, familiares, empregatícios e afetivos... literalmente nos deixando sozinhas. Tudo isso forma uma solidão cáustica, que nos corrói em diferentes maneiras de objetificação. E isso é extremamente ruim para a nossa saúde mental, afetiva, etc. Toda essa sobrecarga finda por nos exaurir de

diferentes maneiras, e muitas vezes isso reflete em processos de adoecimento imposto, muito sutilmente. E mais sutil ainda são as deslegitimações disso, como “coisa de gente trans”, ou “trans é a pessoa que odeia o próprio corpo”. Essas frases também escondem processos em que nossa sociedade organiza para nos adoecer e arrazoar enquanto “besteira”, “mi-mi-mi”, “repetitivo”⁴⁴.

Essa discussão me leva a crer que, infelizmente, a ambivalência de corpos não é tolerada em uma sociedade fortemente constituída por discursos dualistas e por regimes de sentidos binômios. Nesse sentido, o corpo trans, lamentavelmente, representa/encarna um sujeito em suspeição, uma vida que se apaga, nada mais. Por isso, as investidas contra esses corpos são lavradas às custas de muita violência. Carne sem vida, objeto destituído de humanidade; corpo dessubjetivado, corpo matável. Eis a lógica perversa que tem vitimado muitas pessoas que pagam, com a vida, “o preço de ser diferente”, o que nos leva ao questionamento: como sobreviver em uma sociedade que tanto odeia?!

Por toda essa exposição, defendo, enfaticamente, que não podemos continuar a transferir responsabilidades! É preciso romper com essa ideia equivocada de que apenas os minorizados falem de suas localizações, o que pode resultar, inclusive, num duplo efeito: que os sujeitos beneficiados pela norma hegemônica sequer (se) pensem sobre o conjunto de seus privilégios, como também restringir o diálogo, a troca de ideias, a reflexão mesma sobre as muitas formas de hierarquias e desigualdades.

Para que eu possa problematizar a ideia errônea que concebe a dor do outro menor ou como um sofrimento que não tenha a chancela da comoção, necessito, contudo, trabalhar com as minhas debilidades e possibilidades. Entendimento seguido por Medeiros (2020, p. 14-15), quando enfatiza que lugar de fala:

[...] não remete a experiências ou vivências de um indivíduo, embora estas tenham sua dose de relevância. [...] O conceito remete muito mais às condições sociais que constituem um grupo do qual alguns indivíduos compartilham experiências em comum. Nesse sentido, não são as perspectivas individuais que interessam para marcar o lugar de fala de um indivíduo, são as experiências construídas historicamente – o indivíduo constituído em sujeito – e comuns a um grupo que estruturam opressões, negando direitos a um grupo e retirando de outro, dando voz a um e silenciando outro.

⁴⁴ Disponível em: <http://laidis.com.br/index.php/2021/04/30/guetos-afetivo-relacionais-e-transfobia/>. Acesso em 29 de maio de 2021.

Tomado por esse entendimento que tensiona a relação entre o estatuto da experiência e a legitimidade da epistemologia, sinto que não posso negar a desigualdade social da qual fui e sou legatário e, por isso, preciso ressaltar que seguirei vigiando para não me tornar indiferente ao fato de que venho performatizando, mesmo com algumas muitas rasuras, uma dada cisgenderidade masculina, sou lido socialmente como um corpo de pele clara, sempre residi em centro urbano, faço parte de uma estratificação socioeconômica dita por “classe média”, integro uma elite privilegiada que teve acesso à educação formal, o que me favoreceu a condição de fazer graduação e pós-graduação em universidades públicas, como também de me tornar professor universitário em uma instituição pública.

Quando percebo que esse conjunto de privilégios foi forjado às custas de muitas violências e gestos físicos e simbólicos de minorização para com outros corpo-sujeitos, compreendo que o lugar a partir do qual falo não é único ou universal. No entanto, mesmo considerando que o modo como a ideologia nos afeta não é igual, temo que deixarei de colocar em circulação outros sentidos (até mesmo porque a falta é constitutiva e dizer é calar), temo em realizar miradas cis-heteronormativas durante esse percurso de análise, o que poderá vir a acontecer porque o equívoco, por se dar no funcionamento mesmo da ideologia, é fato de discurso; em alguma medida, desconfio que os sentidos hegemônicos podem nos tomar e falar em nós.

Ciente de que estou ingressando num lugar complexo, assumo esse incontornável risco, considerando ser legítima a desconfiança em relação ao fato de que uma corpo-subjetividade cis, com inúmeros privilégios, discorrerá sobre algo para além de sua realidade⁴⁵. O reconhecimento desses meus privilégios me serve para reconhecer vivências diversas e lugares de fala diferentes, o que é muito produtivo para o estabelecimento de um diálogo aberto acerca de como experiências distintas se tocam, se afetam reciprocamente e, assim, constituem os sentidos de gênero em nossa formação social. Em outras palavras:

[...] não refletir sobre a cisgenderidade é uma forma de anular pessoas trans/travestis enquanto pessoas, reafirmando a ideia de que temos um transtorno ou algum tipo de perversão, retornando a causa dos nossos problemas a nós mesmas, ou seja, individualizando as problemáticas sociais e nos isolando. Isso nos coloca mais uma vez no lugar de objeto uma vez que estaremos impossibilitadas de estabelecer relações, mas que somente seremos acessadas e uma das formas de acesso é inclusive quando exigem que falemos apenas das nossas experiências sem trazer para essa fala esse outro que a estimula. Ainda assim há processos de ruptura, pois estabelecemos relações entre nós, criamos formas de resistências e diálogo que estão longe de apenas

⁴⁵ Agradeço ao querido amigo, professor Thiago França (UNEB), e a um de seus alunos, que se declara transgênero, pela interlocução e pelas necessárias observações que resultaram nessa reflexão.

pensar um “dentro” e um “fora” e que em algum momento até rompem com a noção de “cisgeneridade” e “travestigeneridade”. No entanto, pensar essas categorias ainda se faz necessário principalmente por compreender que elas não acabam em si mesmas, elas estão em diálogo com outras categorias tais como raça e classe que, numa experiência cartográfica, podem dar dimensão de um ser que sim, é mais do que tudo isso, mas que também na realidade política da vida cotidiana, é também só isso. Dessa forma, é preciso que muita coisa seja questionada, especialmente o que é que estamos chamando de invisibilidade ou visibilidade trans. Penso que de certo modo estamos e sempre estivemos visíveis, mas de uma forma que foi determinada por pessoas cisgêneras. Nos colocar à margem tem um quê de invisibilização, mas também chama atenção para uma visibilidade específica, é um convite para olhar para esses corpos sob uma nova ótica. Pois bem, talvez aqui está o convite: pensemos sobre a (in)visibilidade trans sob uma nova ótica, aquela que necessita que haja uma visibilização das pessoas cisgêneras não necessariamente porque precisamos vê-las apenas enquanto cisgêneras, mas para revelar que há um outro com o qual nos relacionamos que não está se pensando nessa relação e que precisamos que isso seja feito para que possamos avançar⁴⁶.

Na direção desses argumentos, afirmo que respeito os questionamentos feitos a um homem branco e cisgênero e entendo que, em muito, eles dizem respeito às inúmeras violências sofridas, aos apagamentos, silenciamentos e às interdições sobre a possibilidade de narrar-se, de dizer, legitimamente, a “sua” subjetividade transgênera. No entanto, também defendo que é preciso levar em conta dois aspectos, ao investir contra um sujeito privilegiado que discorre sobre sentidos dissidentes: primeiro, como já tratei, problematizar essa ideia empiricista do conceito de lugar de fala; segundo, considerar que estou me esforçando, não tenha dúvidas, para empreender um debate respeitoso, ético e responsável, lendo bibliografias trans, ouvindo, conhecendo e, realmente, me interessando em aprender sobre as várias possibilidades de vivenciar o gênero.

A propósito, como resultado desse meu processo de aprendizagem, venho advogando que possamos acionar outras formas de pensar e fazer uma autocrítica sobre a supremacia G (Gay) no segmento LGBT⁴⁷ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e suas prioritárias

⁴⁶ Disponível em <https://laldis.com.br/index.php/2019/11/19/invisibilidade-trans-travesti-ou-sobre-a-urgencia-em-visibilizar-a/>. Acesso em 14 de maio de 2021.

⁴⁷ O vasto contingente populacional aglutinado politicamente sobre a sigla LGBT diz respeito a sujeitos que borram fronteiras e convenções socioideológicas em relação ao gênero e à sexualidade. Há outros acrônimos para denominar essa população, que, como eu disse, corresponde a Lésbicas, Gays, Bissexuais (relacionada, mais especificamente, ao campo do desejo, da atração sexo-afetiva) e Transgêneros (que alude à identificação-performatização de gênero). A pluralidade de siglas, a meu ver, está atrelada ao fato de que algumas identificações gênero-divergentes não se sentem visibilizadas e representadas pelas pautas LGB no que se refere às suas demandas político-subjetivas. É o caso de alguns sujeitos que se identificam transgêneros, travestis e transexuais, que, por vezes diversas, nos chamam a atenção para o fato de que boa parte da população LGB reproduz alguns preconceitos que são norteados por uma norma ciscentrada. De fato, observo, mais especificamente entre alguns

demandas pelo casamento, pela adoção, pelos direitos civis, deixando, muitas vezes, em segundo plano, preocupações básicas e que assegurariam minimamente a existência de pessoas trans, como ir ao banheiro sem passar por constrangimentos; como ter direito a um nome que materialize a sua inscrição no gênero; dispor de resguardo legal para acessar o mercado formal de trabalho e de amparo e incentivo para permanência no sistema de ensino básico e no superior; ter acesso aos serviços de saúde e acompanhamento de profissionais dessa área. Enfim, que o Estado viabilize políticas públicas, com respeito ao mínimo existencial, para que pessoas trans tenham condições de (sobre)viver dignamente!

Essa agenda de direitos, da qual venho discorrendo, que nem sempre é incorporada pelo movimento LGB (e também por determinados segmentos do feminismo), não passa despercebida pela/os cidadãs/ãos trans:

Engraçado que quando vão falar sobre a história de conquistas sobre a história de conquistas de direitos LGBT a tendência é só lembrar do bendito casamento e se esquecer que tivemos acesso à retificação de documentos. Digo “engraçado” por falta de um termo melhor. Para a minha vivência, ter acesso à documentação legal nem se compara a poder casar – justamente porque não estou casada nem pretendo, enquanto preciso de documentação para poder navegar no mais básico cotidiano da vida social⁴⁸.

O que fazer com a identidade de homens trans? De um lado o feminismo não nos acolhe pois ainda não compreendeu que nossa vivência rompe a homogenia “homem”, assim como é inegável que nossa vivência passa por violências machistas, em determinados pontos da vida com uma configuração, e em outro momento de outra forma. O fato é que ainda não se chegou numa síntese sobre onde colocar os homens trans, sobre qual é o espaço que cabe a essas pessoas, mas a resposta mais simples, pois tentar compreender a quebra de estrutura que nossa identidade carrega é muito mais difícil, foi nos jogar numa categoria que nunca será nossa, que é a dos homens cisgêneros. Vivi 23 anos da minha vida enquanto uma mulher e a minha caminhada foi marcada por essas violências que acometem as mulheres no geral. As cicatrizes permanecem, embora às vezes a barba possa cobri-las. E minha barba só as cobre pois a minha existência ainda não é concebida pela maioria das pessoas, incluindo pessoas trans. E hoje, um homem mesmo que marcado, e ainda por cima que convive com a transfobia estrutural, não posso ser ouvido. Não se deve ouvi-lo pois se configura enquanto um inimigo. A palavra homem não pode substituir a vivência carregada com a palavra seguinte, que é a trans. Hoje eu me silencio na maioria dos lugares. Meus atos são os mesmos, mas os olhares pra eles são diferentes. Minha transição foi muito além de uma transição de gênero. Eu mudei minha concepção de mundo. Meus valores. E o que há de violência no sistema já não cabe mais pra mim. Mas continuo só,

gays, que há um apelo ou uma recorrência muito frequente ao pênis como objeto não só de desejo ou responsável pelo prazer, mas também como símbolo primeiro da masculinidade, da virilidade. O falocentrismo (que se manifesta por inúmeras maneiras), ao reiterar a ideia de que genitais definem as corpo-subjetividades, acaba por reduzir as inúmeras possibilidades de masculinidades e feminilidades.

⁴⁸ Autoria de Beatriz Pagliarini Bagagli. Trata-se de postagem pública em seu perfil na rede social *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli>. Acesso em 16 de agosto de 2020.

pois esse é o lugar dos homens trans. A solidão na própria vivência. Aguardo ansioso pelo dia que a gente consiga viver em harmonia. Que a gente compreenda que violência nenhuma legitima identidade de outra pessoa e que há espaço no feminismo igualmente para mulheres trans e cis, assim como para homens trans. Eu não vou mais me silenciar. Não vou ficar quieto pois isso tem sido uma bomba para a comunidade de homens trans de forma tão nociva que temos receio de ser quem somos. Temos nos separado uns dos outros. Temos aceitado abusos. Eu não vou mais me calar. Quer saber o que fazer com nossa identidade? Nos ouça⁴⁹.

Essas justas ponderações me fazem pesar nos efeitos resultantes de uma homossexualidade tolerada e até cordial, enquanto a transexualidade permanece no silêncio das incompreensões e na insuficiência dos sentidos. Curioso pensarmos que, mesmo dentro de uma população minorizada, como a LGB, existem outras formas ou outras perspectivas de minorização, o que me leva a dizer que o fato de uma pessoa vivenciar determinadas violências não significa, necessariamente, que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre os efeitos de tais violências. E o “contrário também é verdadeiro: por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos” (RIBEIRO, 2017, n. p).

Parece-me que falta uma reflexão mais aguçada sobre a equidade de gênero, ou seja, o machismo e a misoginia estão instaurados e são discursivizados até mesmo entre as suas vítimas. E isso se manifesta de diversas formas. Citarei uma que pode nos fazer compreender um duplo efeito: o preconceito contra gays afeminados, determinando, com isso, que a norma é a masculinização física, como também a maneira como se relaciona, senão pela superioridade, com o feminino, o que me faz analisar o comparecimento de um efetivo gesto de misoginia.

Sobre o reclame feito a determinadas vertentes do feminismo que ignoram corpos trans e o fato de que “o próprio sujeito das mulheres não é mais visto em termos estáveis ou permanentes”, eu me filio à crítica de Butler (2018, n. p. Os acréscimos são meus) acerca da necessidade reivindicar espaços no feminismo e, com isso, pensar os corpos em aliança:

[...] se há uma vida do corpo além da lei [entenda-se por: além dos discursos, dos sentidos socialmente sedimentados sobre a identificação de gênero performatizada pelas/nas corpo-subjetividades], ou uma recuperação do corpo antes da lei, que assim emerge como objetivo normativo da teoria feminista, tal norma afasta o foco da teoria feminista nos termos concretos da luta

⁴⁹ O leitor há de me perdoar: não mais disponho do *link* do *Facebook* em que recortei esse relato de um sujeito que se diz homem trans. A despeito dessa impossibilidade de disponibilizar o tal *link* de acesso ao texto, resolvi expô-lo aqui por considerar esse contundente reclame muito pertinente à reflexão que venho fazendo.

cultural contemporânea. [...] o esforço para localizar uma natureza sexuada antes da lei parecer enraizar-se no projeto mais fundamental de se poder pensar que a lei patriarcal não é universalmente válida e determinante de tudo. Pois se o gênero construído é tudo que existe, parece não haver nada “fora” dele, nenhuma âncora epistemológica plantada em um “antes” pré-cultural, podendo servir como ponto de partida epistemológico alternativo para uma avaliação crítica das relações de gênero existentes. [...] Esse recurso a uma feminilidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa.

Pela defesa que faz a filósofa, eu pondero que o feminismo transfóbico ou trans-excludente desconsidera o caráter da transversalidade do feminismo. E digo mais: para ser feminista, precisamos apoiar os direitos de corpos trans, considerando que são direitos humanos, direitos de/ao gênero (direitos às vivências do gênero). Em razão disso, temos de considerar as diferenças, sim, mas, sobretudo, lutar pela diversidade, pois essa ideia que (re)quer a correspondência “da fêmea-mulher e do macho-homem” pode prejudicar nossa luta e retroalimentar os sentidos cis-heteronormativos.

Tendo isso dito, também proponho que jamais sejamos indiferentes ao fato de que muitos corpo-sujeitos dissidentes, lamentavelmente, não alcançaram os lugares enunciativos de poder-dizer os saberes ainda codificados e prestigiados pelo discurso acadêmico, o que, em muito, se deve a um processo de inúmeras violências que os impossibilitaram o acesso, o trânsito e a permanência nos seletos espaços do mercado formal de trabalho e nos centros escolares e universitários. É bastante sintomático, para bem exemplificar, o fato de que, no ato de defesa dessa pesquisa de doutoramento, não contarei com a leitura e a arguição de um sujeito pesquisador que se reivindique transgênero! E, dizendo isso, eu não poderia deixar de registrar a assertiva reflexão que fez Sara Wagner York acerca de alguns aspectos que estão no entorno da presença/ausência de pessoas trans nas universidades:

Se é a escola e a família, as instâncias primárias e essenciais para a socialização dos sujeitos, o que fazer quando a sua família lhe vira às costas e a sua escola lhe fecha as portas? Hoje no Brasil, 0,02% é o número percentual de pessoas trans e travestis nas universidades no Brasil, algumas delas como eu, apesar de termos sido retiradas delas muitas vezes, insistimos em prosseguir de alguma forma, para dizer ao mundo e por onde passamos, sobre a urgência em se falar sobre DIVERSIDADE SEXUAL. Ao falarmos de diversidade trazemos os exemplos travestis e trans, por entendermos que são os corpos mais dilacerados pela ausência de políticas públicas e para dizer que

se um corpo trans ou travesti transita por um espaço sem constrangimento, qualquer outro corpo poderá também por lá transitar⁵⁰.

Essa eloquente ausência é um indício contundente de que sujeitos subalternos foram/são excluídos do acesso aos bens da cidadania, o que acaba por corroborar a defesa de que “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico”, resultando, assim, no silenciamento de produções e epistemologias desses sujeitos que, por não estarem [...] “de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas e ouvidas [...] (RIBEIRO, 2017, n. p).

Seguirei, pois bem, ao tentar ser um “cis aliado”, estranhando, apontando e sonorizando as causas dessa ausência, desse silêncio, o que só será possível se eu me desconfortar do/no meu conforto e se interrogar os muitos privilégios cisgêneros, dentre outros (Por que *eu*, e não o *outro*? Por que não o *outro e* também *eu*?). Dessa forma, poderei exercer/tomar o meu lugar de fala na luta contra a hegemonia nas relações de gênero, considerando a necessidade de

[...] assumir-se, reconhecer-se e, principalmente, valorizar-se como membro de um coletivo baseado em traços identitários, nas múltiplas formas de subalternização e silenciamento que são impostas a si [...]. Não se trata, assim, de reafirmar as opressões sofridas e revalidar as determinações binárias impostas pelo dispositivo disciplinas, mas utilizá-los para revertê-los, esvaziá-los (ANDRADE, 2019, p. 26).

Por isso, estou me esforçando para que pessoas que vivem a transgeneridade, sendo ou não pesquisadores, acadêmicos, falem comigo nessa investigação: falem de dentro, de quem sente, na carne e no gênero, essa experiência; falem enquanto sujeitos que possuem conhecimentos e saberes que podem ser compartilhados – “*nada sobre nós, sem nós*”. Acredito que, com esse gesto, estarei minimamente contribuindo para dar relevo às suas reflexões, às suas trajetórias de vida e também de pesquisas.

Sinto, também, que não estarei cometendo o epistemicídio, ainda muito vigente na academia, que silencia e, ao mesmo tempo, exotifica as subjetividades gênero-divergentes, destinando-as ao lugar de objetos a serem pesquisados, a serem ditos, explicados, assinalados e categorizados por outrem. Essa propositura de responsabilidade nos diz muito sobre o compromisso com a mudança e com uma postura ética que nos faça pensar o mundo a partir de

⁵⁰ Autoria de Sara Wagner York. Disponível em: <https://lalidis.com.br/index.php/2019/11/19/544/>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

outros lugares, quebrando com o discurso autorizado, que se pretende universal, e compreendendo a cis-heteronormatividade como metáfora de um regime discursivo que legitima os corpos em relação à subjetivação de gênero e ao desejo.

Enfim, ao tempo em que vou encerrando esse capítulo, no qual, além da reflexão sobre lugar de fala e das condições de produção mais amplas sobre a discursividade de gênero, me propus a explicar como podem funcionar as categorias teórico-analíticas cis e trans, como também enfatizar o meu entendimento sobre os modos de nomeação das corpo-subjetividades e(m) seus gestos performativos de gênero, gostaria de anunciar o trajeto de reflexão do capítulo seguinte. Nele, proponho a defesa de que o corpo, enquanto materialidade viva, que nasce, que encapa e constitui os sujeitos, não é estático; ao contrário, (se) move e pode materializar “outros” sentidos à medida que tensiona a relação entre resistir e/ou assujeitar-se aos discursos normalizadores, à cis-heteronormatividade.

Enquanto matriz hegemônica de sentidos, a corpo-normatividade funciona por meio de discursos logicamente estabilizados que articulam o genital ao gênero como se fossem instâncias idênticas, similares, como também pela legitimação apenas do desejo sexo-afetivo entre corpos-genitais diferentes. No entanto, os sujeitos e(m) seus corpos podem não obedecer irrestritamente às normas pelas quais sua condição de existência no/pelo gênero é produzida. Com outros termos, nem sempre é possível polir e determinar o gênero pelo domínio dos sentidos socialmente convencionados aos corpos, isto é, masculinidades e feminilidades não estão natural e irrevogavelmente encorpadas ou corporificadas nos sujeitos.

Sendo assim, o corpo pode ser um espaço de resistência, pois, nele, os sentidos de masculino e feminino podem ser (des)estabilizados. Na direção dessas ideias, sustento: é preciso desconfiar da (im)posta ordem “natural” da vida como, por exemplo, a de que já nascemos meninos/homens e meninas/mulheres. É também preciso criticar a afirmação de algumas obviedades, tal como a de que o gênero é evidente, inquestionável e, por isso, nossos corpos carregariam consigo essa propriedade dita imanente.

Para sustentar essa defesa, contemplo a discussão de que a constituição dos saberes que estabelecem uma suposta “verdade” sobre as relações sociais a partir do gênero e da sexualidade, segundo a lógica apriorística de uma pré-discursividade cisgênera e heterossexual, nos impossibilita de tratar da experiência dos sujeitos gendrados, a menos que interroguemos a controversa naturalidade cis-heteronormativa. Por isso, ao trabalhar com a categoria teórico-analítica da cis-heteronormatividade, podemos melhor compreender como as assinalações cisgênera e heterossexual atuam instaurando um efeito de evidência do gênero (e também do

desejo) em relação a corpo-sujeitos genitalizados. Tendo isso dito, convido a avançarmos na compreensão dos mecanismos ideológicos que forjam o gênero e sua relação constitutiva com as corpe-subjetividades.



Identifiquei esse como sendo o meu maior sonho e lembrei que no final da infância e início da puberdade, naquela fase em que o corpo começa a tomar formas eu rezava pedindo para que não nascessem os indesejáveis, os intrusos (seios) e que o trabalho e a energia utilizada nessa construção fossem usados para que nascesse um pintinho [pênis] (LESSA, 2014, p. 106).

Disponível em: https://www.instagram.com/p/BuwbhwwFck9/?utm_medium=share_sheet.
Acesso em: 20 de set. de 2021.

2 IDEOLOGIA E A TRAMA DOS SENTIDOS CIS-HETERONORMATIVOS: AFROUXANDO O NÓ ENTRE *CORPO*, *GÊNERO* E *DESEJO*

VAE VICTIS

(Paulo Augusto)

Sensação de cão sem plumas
a máscara
a farsa – o medo
isto tudo nasceu comigo.
A primeira mentira dita,
a gente se documenta,
se habilita
se exercita – e acaba se acostumando.
A enfermeira é porta-voz.
Oficiosa, a víbora morde, sopra,
e cospe um verbete: Homem!
Meu pai acredita,
minha mãe se deleita
o povo festeja. Bandeiras, discursos,
charutos – bandas de música.
Beberam o mijo do menino
magricela – sem lhe perguntar
sem lhe auscultar – a sina.
Toda festa tem seu preço.
Etiquetado, recebo no berço
a humanidade
me olhando e rindo
um riso que eu não entendo
e que não me larga.
Só não ri o anjo que me protege
assexuado, a-ético, aéreo
[...]
No espaço geográfico do discurso há-sumo.
Nihil obstat.

Pecado Original

(Caetano Veloso)

[...]
Todo mundo, todos os segundos do minuto
Vivem a eternidade da maçã
Tempo da serpente nossa irmã
Sonho de ter uma vida sã
[...]
Todo beijo, todo medo
Todo corpo em movimento
Está cheio de inferno e céu
Todo santo, todo canto
Todo pranto, todo manto
Está cheio de inferno e céu
O que fazer com o que DEUS nos deu?
O que foi que nos aconteceu?
[...]
A gente não sabe o lugar certo
De colocar o desejo

Em minhas reflexões, sempre procuro estabelecer, em um primeiro momento, um contraponto com a arte, me perguntando se, de algum modo, o que estou pensando já foi materializado pela música e/ou pela poesia, para citar apenas essas duas manifestações artísticas. Essa opção diz respeito à admiração que sinto pela articulação da palavra com a inventividade – possibilidade de expressão nem sempre fácil, mas, quando alcançada, tem o potencial de (des)velar sentidos e sujeitos, despertar sensibilidades, além de ser uma estratégia de resistir pela/na arte.

É dessa forma, como ponto de partida para mais uma reflexão acadêmica, que prossigo situando as minhas ideias, considerando que músicos e poetas (artistas), por serem as “antenas da raça⁵¹”, estão na dianteira de algumas provocações, que também podem ser pensadas e problematizadas para além da arte. A esse respeito e sua relação com as epígrafes⁵², interpreto sentidos sobrepostos, em movimento, constituindo sujeitos que “não sabe(m) o lugar certo de colocar o(s) desejo(s)”.

É na direção desses sentidos que situo as minhas problematizações sobre a transgeneridade. Para mim, são reflexões inquietantes, porque observar o trânsito de pessoas entre gêneros nos permite repensar os sentidos socialmente acomodados sobre o *próprio* do masculino e do feminino, em sua inexatidão e contradição que lhes são constitutivos: a *etiqueta* do ventre-berço, sugestionada pelo poema, pode ser borrada.

Também é possível pôr termo ao fatalismo do discurso biologizante que, por vezes, pretende limitar, ao/no corpo, o gênero – objeto que é de outra ordem. Problematizar esse discurso, ainda que seja atividade desafiadora, por estarmos diante de sentidos sedimentados em nossa formação social, pode nos favorecer uma certa possibilidade de autoconstrução. Ao dizer isso, estou me referindo à possibilidade de questionar, pela via do gênero, a multiplicidade da diferença e as contingências sócio-históricas dos processos de identificação dos sujeitos. Sendo mais direto, ao pensar a transgeneridade, creio ser possível analisar os sentidos acerca do primado do corpo biológico (a matéria nascida/parida) enquanto fator precípua para associar e definir o gênero nas/das pessoas.

Falar sobre gênero torna-se mais complexo ainda quando, de fato, o sistema biológico de gênero pré-determinado ao nascimento, soma-se ao desencontro

⁵¹ Autoria atribuída ao poeta americano Ezra Pound (s/d).

⁵² Como deve ter notado, venho trazendo algumas letras de canção, poemas, dentre outros textos ao longo do trabalho. Essas epígrafes me servem para suavizar o percurso de textualização das ideias, ainda tão denso e preso aos grilhões da escrita acadêmica. Ao disponibilizá-las, também tenho por pretensão materializar o meu gesto de reconhecimento, de admiração aos seus autores e/ou intérpretes.

de questionamentos privados, como se não houvesse nada mais estranho que o questionamento de si mesmo. Sempre inimaginável para além de outra situação, nascer homem e mulher é um processo em sólida lisura, um caminho tão certo, retilíneo e soberano, que jamais se passa pela cabeça de muita gente, questões sobre seus desejos e afetos, e muito menos sobre a sociabilidade e exercício disso⁵³.

Pretendo, pois bem, a partir de então, refletir sobre como a ideologia cis-heteronormativa apaga as contradições inerentes aos trajetos de identificação dos sujeitos com os sentidos de gênero, ao fazer um arranjo entre objetos que, apesar de entremeados, são de ordens diversas: corpo, gênero e, também, o desejo. Para tanto, lanço algumas questões que orientarão o percurso de escrita deste capítulo: Como o corpo é forjado na relação com a ideologia? Que sentidos produzem o corpo e, nesse mesmo gesto, subjetivam homens e mulheres?

Imbuído da intenção de discuti-las e lançar outras perguntas, penso ser por demais necessário investir na problematização sobre como é complexo pôr em suspenso o discurso de que se herda o gênero e, dessa maneira, (nos) questionar sobre como a ideologia cis-heteronormativa direciona os nossos gestos de interpretação para o corpo e(m) sua relação de associação-indistinção com o gênero e, também, com o desejo.

Conforme já discuti, a ideologia, nos termos de Althusser ([1969] 1996, p. 34), por ser da ordem do desde sempre, “eterna”, pode funcionar nos/pelos sujeitos antes mesmo de seu corpo biológico ser parido (está antes dele, sempre já lá), quando, por exemplo, diante do “(re)conhecimento” ultrassonográfico de seu genital, passa a ser integrado a um sistema social marcado por posições dualistas de gênero, afinal, como nos lembra Bento (2006), antes mesmo de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo. Como sabemos, esse sistema binário organiza-se, dentre outras coisas, em torno de projeções, atitudes, desejos, em suma, pelo estabelecimento de lugares específicos para as corporeidades lidas como de homens e de mulheres. Nas páginas seguintes, discorrerei sobre essa condição de assujeitamento e subjetivação ao/no gênero.

A propósito, ao longo das seções que estruturam esse capítulo, tenho por objetivo discutir a complexa trama de identificação dos sujeitos com o gênero pela via do corpo. Um percurso que começa no reconhecimento da corporeidade de macho ou de fêmea, sinalizado, sobretudo, pelo genital, e segue reverberando na constituição de posição-sujeito homens e

⁵³ Autoria de Florence Belladonna Travesti. Disponível em: <https://lalidis.com.br/index.php/2021/03/19/espelhos-quebrados-generos-em-po-sobre-a-inteligibilidade-do-outro/>. Acesso em 17 de maio de 2021.

mulheres. Por considerar que o gênero é um artifício ideológico de constituição dos sujeitos, me afasto da ideia de que se nasce com o gênero, como se fosse uma propriedade inata dos indivíduos. A minha linha argumentativa se baseia na proposta de que nascemos corpo e vamos nos afiliando aos sentidos de gênero que, por sua vez, se materializam, simbolicamente, em nossa corporalidade.

Com vistas a justificar essa tese, discutirei algumas noções, como a de identificação e performatização de gênero (BUTLER, 2018). Ao longo do capítulo, será possível ler alguns dos meus gestos analíticos sobre a discursividade de sujeitos transgêneros em sua relação com o corpo e com os sentidos de masculinidades e feminilidades.

Por mais que eu tenha procedido em algumas demarcações das discussões em seções, vale destacar que esse percurso não estará, necessariamente, situado em lugares específicos do capítulo, mas ao longo das três seções que o estruturam. Essa estratégia se deve ao fato de que, diante da complexidade inerente ao objeto de investigação, creio ser necessário ir retomando algumas ideias para melhor explicá-las.

2.1 RECUSA À ARMADILHA SUBJETIVA DO DILEMA: POR UMA EXISTÊNCIA OUTRA QUE NÃO A PREDITA PELO GENITAL

Flutua

(Jhonny Hooker)

O que vão dizer de nós?
Seus pais, Deus e coisas tais
Quando ouvirem rumores do nosso
amor
[...]
Eles não vão vencer
...nada há de ser em vão
[...]
*Ninguém vai poder, querer nos dizer
como amar*

Apresentados os objetivos desse gesto inicial de materialização das minhas ideias, vamos, juntos, prosseguir com a reflexão sobre o percurso sócio-ideológico de constituição da posição-sujeito homem - mulher. Do corpo nascido ao corpo (re)significado pelos sujeitos, no deparo com os sentidos de masculinidades e feminilidades, sem dúvidas, o gênero constitui, interpela sujeitos e atravessa a existência de seus corpos.

Em outras palavras, o corpo é, de acordo com a dominante representação simbólico-discursiva do gênero, naturalizado como objeto primeiro que “precisaria” ser adequado a normas sociais, ou seja, se constitui como um dos efeitos materiais dos processos de subjetivação e é lugar onde agem as institucionalizações que o (re)produzem enquanto materialidade do gênero. De acordo com essa defesa, o corpo “deveria” adequar-se a uma linguagem articulada que manifeste a correspondência com os sentidos convencionados ao exercício sócio-histórico de masculinidades e feminilidades. Esse material anatômico-discursivo, então, permite o exercício ou a vivência social do gênero pois, nele, estão articulados os signos físico-políticos de masculinidades e feminilidades, como também a própria materialização dos efeitos de assujeitamento aos sentidos de gênero.

Estou nomeando esse jogo intrincado de sentidos como um regime político cis-heteronormativo, que se constitui por nuances entrelaçadas e sobrepostas com e sobre as instâncias do corpo genitalizado, do gênero e do desejo que, de acordo com essa representação hegemônica, não se contraporiam, entre si, ao contrário, seriam/representariam o mesmo e único objeto que se fundiria pela e na materialidade físico-política dos sujeitos. Essa sobreposição e intersecção arbitrária abre caminhos para pensarmos sobre como se dá o percurso de instauração de sentidos cisnormativos e(m) sua articulação com o desejo, resultando no que estou chamando de cis-heteronormatividade. Isto é, quando *parecer ser* (se identificar e performatizar masculinidades, feminilidades) se conjuga, simbolicamente, com a manifestação do desejo: a heterossexualidade compulsória, determinando que apenas corpos genitais distintos podem, legitimamente, (se) desejar.

Nesses termos, a heterossexualização do desejo “requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’” (BUTLER, 2016, p. 44). Em razão desse regime dominante e arbitrário que constitui a cis-heteronormatividade, defendo a necessidade de inquirirmos o ritual de identificação dos corpo-sujeitos com o gênero, concebendo a pertinente ideia de que não existe coerência ou correlação irrefutável entre corpo genitalizado, gênero e desejo. Sem dúvidas, essa é uma discussão relevante às pretensões de análise sobre como os sentidos de *ser* homem, *ser* mulher se encarnam no corpo e, nesse trajeto, subjetivam sujeitos, assujeitando-os ao gênero. Estou me referindo ao mecanismo de interpelação ideológica, ou seja, *grosso modo*, ao fato de que é a ideologia que nos chama, nos convoca a ser sujeitos.

Ato contínuo, apresentarei uma breve narrativa que, ao mesmo tempo, referenda essas reflexões iniciais sobre a cis-heteronormatividade e, também, dá conta de algumas (des)estabilizações durante a minha incursão teórico-política na aquarela do gênero. Já vou antecipando que, ao conhecer outras formas de viver o gênero, um embaralho se instaurou e pôs em crise as minhas normas de reconhecimento de tal modo que tive de desaprender algumas certezas que me possuíam para ir adiante com as reflexões que ora proponho. A esse respeito, vejamos o relato que Borba (2014) nos conta sobre algumas particularidades de uma relação transcetrada.

Bianca havia sido nomeada, ao nascer, menino, porque tinha pênis; enquanto Leandro foi assinalado menina, por ter vagina. Contudo, a despeito de seus genitais, essas não eram as suas identificações de gênero, de maneira que se declaravam, respectivamente, como mulher e homem. Bianca, inclusive, iria se submeter à construção cirúrgica de uma vagina. Em face desse enredo, o autor nos provoca com o questionamento: essa relação heterossexual passaria a ser lésbica, uma vez que Leandro nasceu com vagina, e Bianca, após a cirurgia, teria uma também?

De pronto, acionei os meus padrões de inteligibilidade a fim de enquadrar essa configuração de relacionamento, que, de alguma forma, me remetia a uma costura às avessas ou o avesso do mesmo lugar, isto é, se havia a presença de genitais opostos, ainda que em corpo-subjetividades “divergentes”, estávamos diante de uma relação heterossexual. Como, então, classificar esse casal após a redesignação sexual de Bianca? Tentei estabelecer mapas conceituais e esquemas para atribuir sentidos ao caso em comento, porém, a cada tentativa, mais em suspensão eu ficava, mais eu me debatia com o gênero:

Mulher com pênis + homem sem.

Ele é ela = um menino pode “virar” mulher e ter vagina.

Ela é ele = uma menina pode ser homem.

E mais: ela que se diz ele pode se envolver afetivamente com quem disseram ser ele, mas é ela?!

Essas formulações sintetizam os vestígios do meu confuso e afogueado raciocínio. Levei um bom tempo pensando em uma resposta plausível para a desafiadora inquirição até me dar conta de que a tentativa de categorizar aquele par, nos moldes que eu conhecia, era algo bastante sintomático: um flagra do funcionamento da ideologia cis-heteronormativa.

Ao usar essa expressão, estou tratando de normas de regulação e controle que têm uma função estratégica e se inscrevem em uma relação de sentidos, ao incluir, em si, o que é aceito e rejeitado em uma sociedade. Estou me referindo a um complexo arranjo de discursos, práticas

de socialização e efeitos de sentidos que se produzem sobre/nos corpos e comportamentos dos sujeitos nas mais diversas expressões e vivências do gênero. Estamos, portanto, diante de uma tecnologia política de sentidos.

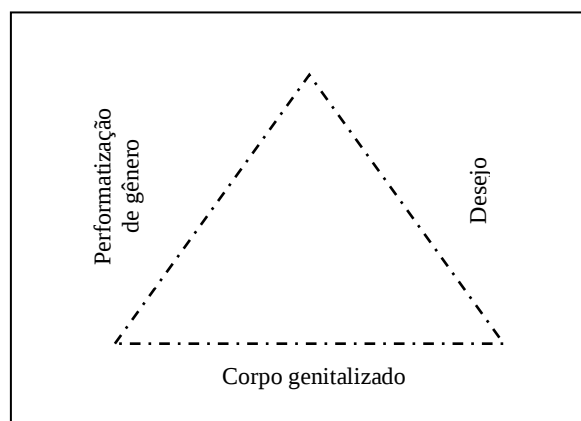
Vou me apropriar das palavras de Foucault ([1969] 1999, p. 75-76. Os acréscimos são meus), sem nenhuma pretensão de desconsiderar as especificidades dos distintos campos de saberes da ideologia e das relações de poder, para pensar a cis-heteronormatividade como “um mecanismo [do gênero e da sexualidade] bastante feérico a ponto de se tornar invisível, [ao passo que lança] uma incessante demanda de verdade [sobre os corpos, sobre as subjetividades, sobre o desejo]”.

Continuo com Foucault ([1984] 2017, p. 08. Os grifos são meus) pensando nos efeitos dessa tecnologia política de sentidos que se desdobram em

um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias e médicas; como também as mudanças **no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos.**

Estou visualizando esse trajeto perfilado de sentidos como uma triangulação simbólica e, para seguir com essa explicação, vou me utilizar da figura abaixo:

Figura 01: Triangulação dos sentidos cis-heteronormativos



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Observe que, em sua base, está o sexo biológico, que, ao ser desnaturalizado, ou seja, inscrito no campo do simbólico, dota de sentidos não só o corpo, mas requer do sujeito generificado uma identificação “resignada” com as práticas sociais masculinas ou femininas –

o reconhecimento de si como pertencente a uma ou outra categoria (vértice da performatização de gênero) – e, ainda, para quem deve sinalizar o seu desejo ou atração sexo-afetiva. Cada um dos três vértices da pirâmide se apoia no outro e, juntos, tangem para a uniformização dos sentidos, ao mesmo tempo em que requerem dos sujeitos uma certa (ir)racionalidade que operacionalize, sem dissonâncias, a trinca entre:

Corpo genitalizado $\leftarrow \rightarrow$ Performatização de gênero $\leftarrow \rightarrow$ Desejo.

Entendo que essa engrenagem produz seus efeitos no corpo, uma vez que ele é decisivo para distinguir os sujeitos ideais dos degenerados e, assim, para definir quem somos e com quais podemos nos envolver. Explicando um pouco mais: há uma trama tão bem urdida entre gênero, corpo-genitalizado e desejo que naturalizamos o processo de identificação e constituição de homens, mulheres e isso acontece à medida que o gênero, que é da ordem do histórico-político, “se vale” das genitálias, dentre outros signos corpóreos, para sofrer um processo de naturalização.

“Essa memória sobre o corpo outro (que é e não é o mesmo) também está na língua, por meio das indeterminações, do jogo com as palavras, com as expressões, mostrando um corpo incompreendido entre os dois gêneros estabilizados socialmente” (FERREIRA CASSANA, 2019, n. p). Por isso, [...] “as pessoas se incomodam com os corpos de travestis porque ficam frustradas de não entendê-los. Ficam confusas sobre que pronome usar, como nos tratar e em que caixinha de suas cabeças nos colocar” (MARILAC E QUEIROZ, 2019, n. p). Os corpos intersexuais também podem ser pensados nesse contexto de burla aos sentidos hegemônicos em relação à centralidade dos genitais como definidores do gênero. Mais à frente, ao final do segundo capítulo, farei uma breve reflexão a esse respeito.

Em certa medida, essa discussão que estou propondo me remete ao que abordou Pêcheux ([1975] 2009, p. 144) sobre o apagamento do fato de que os sujeitos são o resultado de um processo, e não uma “causa de si”:

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos e que ela os recruta a *todos*, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, do que lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes” [...] (Grifos do autor).

Por essa citação, podemos compreender o funcionamento-recrutamento da ideologia cis-heteronormativa, que nem sempre nos permite desconfiar do equívoco de colocar o sujeito como origem de si, instância imanente da qual decorrem a identificação com o gênero (como

querem que se identifiquem e performatizem o gênero) e a manifestação do desejo (quem pode desejar qual) – relação que é regida, sobretudo, a partir do genital com que seu corpo nasceu. Em outros termos, os sentidos que tangenciam o caráter arbitrário dos condicionamentos que assujeitam os corpo-sujeitos ao circuito da ideologia cis-heteronormativa, significando como pertencentes a uma mesma ordem objetos diversos: o aspecto bio-fisiológico do genital, as identificações sócio-históricas com práticas masculinas, femininas e, ainda, o campo do erotismo, do desejo.

Dessa discussão, podemos analisar o corpo como resultado de jogos de sentidos que lhe penetram, marcam, dirigem e o sujeitam. Podemos também compreender que o mo(vi)mento de identificação de sujeitos trans indicia uma relação tensa de contradição e de sobreposição com esses sentidos dominantes.

Ainda um esclarecimento: entendo que esse conjunto complexo de efeitos do gênero e da sexualidade sobre os corpos se tornam possibilidades aos sentidos na medida de sua articulação com a expectativa social de desempenho (controle e regulação) do homem-macho e da mulher-fêmea, ou seja, o imaginário de genital, gênero e desejo em sua representação naturalizada. Como se houvesse, por exemplo, uma coerência subjacente à genitália, em sua relação com o gênero e com o desejo, que tivesse de ser manifesta pelos sujeitos.

Vale ressaltar que não pretendo incorrer em antecipações de análise, ou seja, os efeitos sobre os quais estou discorrendo não se constituem *a priori*, mas são efeitos de análise, considerando que estou, desde já, problematizando as relações entre gênero, corpo genitalizado, desejo e subjetivação transgênera. Mais adiante, farei a defesa de que esses sentidos que não diferenciam os objetos corpo, identificação, subjetivação, performatização de gênero e desejo arregimentam a formação discursiva corpo-normativa. Por ora, apenas estou trazendo reflexões preliminares, que têm por objetivo contextualizar e explorar, um pouco, as condições de emergência desses sentidos.

Dito isso, pois bem, e retomando à relação transcetrada de Bianca e Leandro, observe que há um não-dito que nos permite ler o que (não) está escrito na questão: a ilegitimidade da heterossexualidade de/entre pessoas/relações transgêneras. Essa insinuação acontece à medida que a formulação da questão toma como referencial de sentidos a oposição entre genitálias para que, só dessa forma, tenhamos a configuração de uma conjugação heterossexual. Assim é, de tal modo, que os gestos de interpretação para determinar o novo *status* da relação (de heterossexual para lésbico) se baseiam na nova realidade corpórea de Bianca, que passaria a deter a prerrogativa de mulher após a intervenção cirúrgica.

A problematização nos permite, ainda, analisar que há um caminho tracejado entre machismo e falocentrismo, que reforça e justifica ambos, na medida em que acena para a impossibilidade de uma relação sexo-afetiva diante da ausência de um pênis. É muito recorrente, a propósito, o questionamento, diante de um casal constituído por mulheres cisgêneras⁵⁴, sobre “qual delas assume a função do homem?” (!).

Não poderia deixar de observar o quanto há de preconceito nesse dizer que associa a homossexualidade feminina a uma dada representação de masculinização, tangenciando a ideia de que apenas corpos de macho podem desejar corpos de fêmeas, como também para o equívoco enraizado pelo/no machismo, que defende a ideia de que o gozo feminino não aconteceria pelo falo ausente, mas apenas com/em um pênis intumescido. Estranho desejo que parece transitar por uma “fantasia narcisista de adoração ao pênis”, diria Marilac e Queiroz (2019, n. p). Ademais, noto haver aqui o estabelecimento de uma norma heterossexualizante que nomeia, classifica (estigmatiza) como desvio as práticas e o desejo homoafetivo.

De acordo com essa ótica, o casal Leandro e Bianca ficaria desprovido de pênis e acrescido por uma vagina. Com isso, a equação de seus corpos (Bianca = vagina + Leandro = vagina) não resolve a incógnita, não apazigua os sentidos. Ao reverso, pela ausência do símbolo fálico, que asseguraria a Leandro o ingresso à categoria de homem, a configuração desse par afetivo-sexual transbordaria o regime corpo-normativo de sentidos e encontraria resguardo nos domínios dissidentes de saber da homossexualidade.

Veja, nesse caso, como a heterossexualidade é posta em relação à homossexualidade como um axioma. Situação que me fez compreender Butler (2003), quando considera que há uma matriz de inteligibilidade que direciona os sentidos possíveis à identificação de gênero e à conjugação sexual. É decisiva a interferência em relação à presença/ausência e anatomia do genital para definir quem é homem, mulher⁵⁵ e, por conseguinte, como categorizar uma relação sexo-afetiva entre corpo-sujeitos⁵⁶.

⁵⁴ Conforme expliquei, nas primeiras páginas desse trabalho, *cisgeneridade* expressa uma conformidade manifesta entre as expectativas sociais, em razão do genital, e o comportamento dos sujeitos. No caso que abordo aqui, diz respeito a um par afetivo constituído por duas fêmeas biológicas que se reconhecem como mulheres e têm comportamentos entendidos/lidos socialmente como “apropriados” aos sentidos hegemônicos do feminino.

⁵⁵ Leia como essa matriz de inteligibilidade de gênero interferiu no direito de sujeitos trans saírem às ruas quando, durante a pandemia da Covid-19, foi decretado o “lockdown por gênero” no Panamá: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/lgbt/o-sofrimento-da-comunidade-trans-com-o-lockdown-por-g%C3%A9nero-no-panam%C3%A1/ar-BB14fTOL?li=AAggXC1&ocid=mailsignout> Acesso em: 18 de maio de 2020.

⁵⁶ A marca de pertença dos sujeitos a um corpo de macho-pênis ou de fêmea-vagina tem uma força simbólica tamanha que não é incomum ouvir relatos de homens trans (fêmeas biológicas) que dão conta da dificuldade de (sobre)viverem em uma sociedade binarista como a nossa. Os exemplos vão desde o atendimento médico em especialidades, como ginecologia, ao uso de banheiros públicos e até ao medo do estupro. Nesse último caso, me surpreendeu o temor que alguns manifestam de serem detidos e encarcerados em celas juntamente com outros

O corpo trans, veículo das subjetividades (re/des)construídas, vai encarnando assim, o inusitado dos sentidos: do macho para a mulher, da fêmea para o homem. Nesse processo, manter a conjunção de um homem e/com uma vagina, com seios, assim como de uma mulher e/com um pênis, desvelaria o *non-sens*. A corporeidade de sujeitos transgêneros, portanto, articula um ponto de encontro de duas regiões “normalmente” separadas, o que, necessariamente, adensa a minha defesa de que não se pode mais explicar as diferenças entre gêneros tão-somente pelos fatos imanentes da fisiologia corpórea, como se os sujeitos encarnados fossem indivíduos dessubjetivados, como se não houvesse aí, nessa constituição tensa entre subjetivação, gênero e corpo, o desde sempre da ideologia. Em razão disso, penso ser plenamente possível dizer que os corpos “não podem mais ser considerados invólucros estáticos para identidades estanques” (BORBA, 2014, p. 13).

Essa discussão me fez lembrar um texto de Pêcheux ([1984⁵⁷] 2011, p. 288, 289 e 294) quando, ao tratar dos contextos epistemológicos da AD, de seu complexo empreendimento teórico de disciplina, que se propõe a construir interpretações sem neutralizá-las, reclama do estatuto subjetivista, consciente e biologizante atribuído aos sujeitos:

[...] uma tarefa desmedida, literalmente impossível: a de ‘se explicar’ com o mito omni-eficiente do sujeito psicológico, ‘mestre em sua morada’... com, perto, de dois limites externos: o do biológico e o do social [...]. De acordo com o narcisismo universal do pensamento humano – a menos que se trate de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a ideia de Ciência –, o sujeito é de direito um estrategista consciente, racional e lógico-operatório, cujos poderes se encontram limitados de fato na sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício, por coerções biológicas, de um lado, [...] e por coerções sociológicas de outro lado [...]. No espaço desse mito psicológico, a história não é outra coisa do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua não é outra coisa que uma (fraca) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente não é outra

homens. Explico: em razão da performatização masculina, sendo alocado em um mesmo espaço prisional onde estão homens cis (machos biológicos), o homem trans estaria em risco, pois, mesmo performatizando a masculinidade, há, em si, o signo corpóreo da vagina. Esse signo, resultado da presença/ausência do falo, pode colocar o corpo do trans homem em outro lugar simbólico, oposto ao dos demais homens que coabitam esse espaço e, assim, acionar o gatilho da violência do machismo e do falocentrismo que subjugam as mulheres (misoginia) e “corrige/cura” (estupro corretivo para ensinar a ser mulher) aquelas que não aceitam o seu lugar no mundo! Essa prática se estrutura pela ideia de que nenhuma mulher pode escapar da questão do que significa ser uma mulher, ou seja, a mulher não sendo ela mesma, mas o outro do homem, seu objeto, construída a partir do olhar dele e, por isso, permaneceria aprisionada à biologia, presa às constrições histórico-políticas da suposta essência natural feminina ou o eterno feminino, que tem no genital um dos signos de maior evidência dessa condição. Alguns homens trans, por essa razão, optam em alterar, nos seus documentos, apenas o prenome, permanecendo com o gênero que lhe foi assinalado, no nascimento, para, na eventualidade de uma situação como essa, salvaguardarem o corpo. Enfim, não desconsidero que essa possa ser uma observação um tanto apressada, preconceituosa em relação a homens que estejam em situação de encarceramento e, ainda, generalizante, por desconsiderar a questão do desejo por corpos iguais/diferentes. Não obstante, resolvi abordá-la pelo fato de ser um receio recorrente entre esses sujeitos e que tem como ponto fulcral o imbricamento entre gênero, corpos genitalizados e desejo.

⁵⁷ Publicado após o desaparecimento dele.

coisa que a não-consciência afetando negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função de determinações biológicas e/ou sociais mencionadas nesse instante.

Motivado pela defesa das ideias apresentadas na citação, seria plenamente possível a ponderação de que *nem tanto o biológico, nem tão pouco o social*. Arbitrar que homens e mulheres são o resultado de indivíduos que nasceram em corpos de, respetivamente, machos e fêmeas – “mestres em sua morada” – significa reduzir e simplificar por demais a complexa trama do processo de subjetivação pelo/no gênero. Por isso, eu me filio à crítica feita por Butler (2016, p. 223), quando diz que “a distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do ‘corpo’ que preexiste à aquisição de seu significado sexuado”.

Foucault ([1969] 1999, p. 98), a esse respeito, esclarece que a sexualidade é um elemento dotado de maior instrumentalidade, pois é [...] “utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias”. Sobre tais estratégias, o autor explica que muitos são os objetivos visados e postos em ação nas políticas sexuais, tais como: [...] “reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta, à sua legitimidade matrimonial” [...] e à monogamia compulsória.

Com base nesse capital sexual da espécie, eu acrescento que o sorrateiro funcionamento da cis-heteronormatividade turva a nossa visão para não enxergarmos as diversas expressões e vivências do gênero no contraponto com a determinação da identidade genital. Era desse lugar genitalista que, inicialmente, eu direcionava os meus gestos de interpretação para relações (im)possíveis e (i)legítimas entre pessoas trans.

Somando, ou melhor dizendo, sistematizado enquanto uma das peças fundantes da “solidão” trans, ao que toca nossas organizações sociais afetivas, os olhares que denunciam o genitalismo, para uma pessoa trans, diz respeito ao modo como nossos corpos são rechaçados dentro de uma possibilidade de configuração familiar. Levando em consideração que a hétero-cis-normatividade se organiza para uma manutenção bio-opressora, a sociedade que atualmente estamos, faz a demarcação genital de uma mulher de pênis ou um homem de vagina enquanto pessoas ilegítimas, que não servem para demonstrações afetivas. Denuncia-nos também, sobre como nossos desejos precedem nossa própria existência social. Nosso olhar torna-se guiado, naturalizado, para que não percebamos como nosso corpo se organiza e organiza outros em comunidade. A configuração do pacto genitalista cis-biológico, ao passo que despreza e organiza solidões trans, também afeta homens e mulheres cisgêneros, não obstante, o machismo e a objetificação do corpo da mulher cisgênera também dialoga com o genitalismo sofrido por pessoas trans. O que se configura, então, é como poderíamos compreender o desejo, ou pelo menos, uma maneira de se relacionar com outras pessoas, que não perpassam esse campo de curiosidade genital? Afinal, alguém que se

relaciona com uma pessoa em busca de conhecê-la enquanto outra identidade humana diferente da sua, atraente, ou, ao se relacionar, imagina como deve ser o órgão ou o desempenho sexual dela?⁵⁸

Pensemos, então, na forma como a cis-heteronormatividade organiza não só a expressão da subjetividade dos corpos e do desejo, mas, sobretudo, como se trata de uma categoria que nos permite compreender o ordenamento político da nossa formação social e a maneira como situamos padrões de comportamento em relação à (a)normalidade e ao desvio. Estamos, sem dúvidas, diante de um regime de sentidos mediado por uma ficção normativa que segue *heterossexualizando* tudo, inclusive o acoplamento dualístico dos corpos como se isso fosse uma prática natural – pênis e vagina, falo e orifício, macho e fêmea etc.

Em face dessa discussão, não nos esqueçamos de que a normalização das relações sexo-afetivas são temporais e históricas, o que pode nos levar a complexos questionamentos, tais como: o que são mulheres e homens? O que são relações hetero e homossexuais? Essas interrogações fortalecem a ideia de que, se pensadas de maneira estanque e dicotômicas, as categorias hetero e homossexuais não dão conta, não recobrem, indeterminadamente, as vivências dos sujeitos em relação ao gênero e à sexualidade, pois, repito: são categorias históricas e estão submetidas a forças político-ideológicas. Por mais que encontremos respaldo discursivo na ciência, na lei e até mesmo, por vezes, na religião, a vida escapa dessas categorizações. Nesse sentido, não nos esqueçamos de que não há um “natural humano”, isto é, não existe nada de pré-discursivo em relação ao gênero e também ao desejo.

Outro destaque que gostaria de mencionar diz respeito à funcionalidade remissiva ou de retroalimentação entre as categorias hetero e homo. Repare que há uma relação de complementariedade e reprodução, ou seja, uma que institui a regulação, ao tempo que, à outra, cabe o lugar de discursividade do desvio, do erro, do anormal. Parece-me que se trata de uma operação de contradição, quando só há como nomear o desvio, se houver instituída a norma. Por mais que lhe pareça evidente essa disjunção exclusiva, faço esse apontamento, sem qualquer intenção de, novamente, tentar classificar o par afetivo, para propor se a heterossexualidade de Bianca e Leandro não poderia ser entendida como uma “heterossexualidade subalterna” (?), considerando, para tanto, que essas categorias foram pensadas para corpos cis e, portanto, os signos hetero e homo caducam diante de corpos

⁵⁸ Disponível em: <http://laldis.com.br/index.php/2020/12/18/sobre-como-o-genitalismo-interfere-ou-define-nossas-vidas/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

desviantes. Seriam esses termos problemáticos na medida em que se conformam a uma matriz cis-heterossexual de conceituação do gênero e do desejo?

Lanço essa proposta de reflexão, reitero, sem querer incidir em reenquadres ou em outras ficcionalizações regulatórias, mas para, em alguma medida, resistirmos, ao margearmos essa tal heterossexualidade hegemônica, e, assim, dizer que o lugar político que é representado por ela pode não ser o lugar onde queremos estar. Ainda que eu sofra críticas por estar (re)nominando, acredito que, diante do atual momento em que vivenciamos o recrudescimento de regimes de censura, de ideias totalitárias e fascistas, conforme discuti na abertura desse trabalho, se não nomearmos outras possibilidades de existências, de resistências, de vivências do desejo, da subjetivação etc., sequer poderemos pensar em melhorias, em (re)afirmações e valorações dessas “novas realidades” que ainda seguem invisibilizadas.

Todo mundo entende que "sexualidade" é uma categoria de análise que não se coloca contrária às "identidades sexuais" estrategicamente e politicamente utilizadas nas narrativas fora do heterossexismo, ao contrário, as complementa. Logo, homossexual, bissexual/pansexual, assexual, tudo isso permanece sendo o que é e, ao mesmo tempo, são todas sexualidades humanas. Sexualidade, aqui, não disputa o posto de "identidade" ou a substituição delas, mas se propõe a ser um guarda-chuva que abriga todas e atribui sentidos importantes na teoria e na prática. Não é incomum, dessa forma, um bissexual entender que essa é a sua sexualidade. E que sexualidade é uma categoria complementar. [...] Espero que possamos fortalecer, cotidianamente e de maneira adequada, as nossas narrativas, entendendo a emergência de se perceber como grupo histórico e também enquanto indivíduo no mundo, pensando formas diversas de representar essa realidade, inclusive institucionalmente. Pensando as insurgências, as desobediências. E que as divergências sejam pensadas e colocadas com respeito e paixão pelo diálogo, para evitar a ruína. Para além disso, que continuemos vivendo, porque se é verdade que quem faz a língua é o falante - e não seu órgão regulador -, quem faz a identidade é o sujeito e não seus institutos. O instituto produz moldes. A massa é nossa e muitas vezes trans-borda da forma⁵⁹.

Acredito que, ao dispormos de certas palavras, de certas estratégias de nomeação, poderemos identificar experiências, vivências partilhadas, e, ao identificá-las, nomeando-as, disporemos de mais condições para reafirmá-las, fortalecê-las. Nesse caso, nomear pode, em muito, nos servir para [...] “reconhecemos [e legitimarmos] nossas diferenças e não mais vê-las como algo negativo” (RIBEIRO, 2017, n. p. O acréscimo é meu). Em síntese, nominar diferenças, por ser um gesto político, pode incidir em um rasgo no simbólico e sonorizar séculos

⁵⁹ Texto de autoria de Yuna Vitória. Disponível em: <https://www.facebook.com/yurettayuna>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

de silenciamentos e de (des)legitimação, mesmo que consideremos que essas fronteiras são imaginárias e, ainda, que não percamos de vista a desconfiança sobre a impossibilidade de tudo nomear, como também a preocupação de que se, ao nomear a diferença da diferença da diferença, não poderíamos estar robustecendo o gesto de criar um mundo semanticamente normal (?). Foucault ([1969] 1999, p. 44), a respeito dessas estratégias de “policiamento identitário”, nos perturba ao dizer que

A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem, natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo.

Na senda dessas observações, junto-me a Pêcheux ([1975] 1999, p. 29 e 31) para lançar algumas interrogações, para as quais, já adianto, não tenho respostas: essa necessidade de tudo nomear seria mais um efeito da determinação ideológica, que funciona pela tentativa de classificar os sujeitos e, com isso, constituir [...] “uma espécie de *história natural do universo*”? Mas como seria possível classificar realidades tão complexas quanto a história, os desejos, os corpos, as subjetividades? “Trata-se de objetos, ou de coisas? Ou de sujeitos, humanos ou não-humanos? Ou de coleções de sujeitos?”.

Diante dessas questões, só posso afirmar que a “máquina de classificar”, para usar uma expressão desse autor, por vezes, se enrola, resultando no fato de que falar sobre o outro acaba sendo uma atividade desafiadora porque, na tentativa de geometrizar o real (BACHELARD, 1996) ou diante de uma relação tensa com algo para além de si, é muito possível incorrer na objetificação ou tratar o outro (a complexidade e polivalência de suas vivências) como (mero e frio) objeto de pesquisa.

Digressões expostas, reafirmo que a provocação de Borba (2014) me fez compreender que, em muito, nos esforçamos em categorizar as transitoriedades do corpo, do gênero e do desejo na tentativa de alcançar uma suposta estabilidade frente às vertigens de determinados sentidos que desestabilizam o nosso modo costumeiro e ordinário de significar. Com a problemática de Bianca e Leandro, sofri, não tenha dúvida, um incômodo processo de autopercepção que me reconectou com as minhas próprias sombras, expondo que o meu ponto de vista para outras expressões de gênero era viciado por sentidos precisos, isto é, que concebem

a identificação, performatização de gênero e também o desejo como atributos intrincados, articuláveis entre si e imanentes aos corpos.

Tive, então, de me perceber transfóbico para, só assim, poder discorrer sobre transfobia e, por isso, cada vez mais, acredito que é demasiado reducionista a ideia de que o conhecimento acerca da sexualidade significa aprender a estrutura ou uma função dos genitais numa relação entre corpos conjugados eroticamente. Avalio que, em certa medida, contrariei um postulado basilar da perspectiva materialista de análise do discurso: não associar os sentidos aos atributos de exatidão e fixidez, mas, ao contrário, concebê-los em seu caráter oscilante, paradoxal e transitório, até porque *só há causa daquilo que falha*.

[...] o fato de que o non-sens do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsação” pela qual o non-sens inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar. [...] É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non-sens do sujeito dividido (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 276-277).

Capturado na relação entre o inconsciente, a língua e o ideológico, o meu esforço para atribuir sentidos era constituído pela ideia de que eles eram ou deveriam ser precisos. A maneira com que tentei interpretar as pessoas trans e suas relações revelava visões estereotipadas sobre homens e mulheres, na medida em que desconsidereei que os laços sociais são construídos por sujeitos históricos e políticos. Fui pego por essa ideia que faz retornar o primado da teoria (das categorizações) sobre a prática.

Estou insistindo nessa autocrítica como forma de “reparação”, considerando que [...] “não se deixa jamais um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdure; é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça” (PÊCHEUX, [1975] 1999, p. 275-276). Venho aprendendo, ao tempo em que vou me inscrevendo nessa discursividade, que a experiência, quando resulta da observação sem tantos enquadramentos prévios, nos ensina melhores conclusões. Nesse sentido, estou aprendendo

com Ceu Cavalcanti a entender o quanto são “forçados”, o quanto são políticos os discursos que defendem o natural/a naturalidade causal das relações entre sujeitos:

Penso cada vez mais que o processo trans é uma das coisas mais bonitas que pode ocorrer a alguém. É muito denso, grande e profundo o rito de reinventar completamente as máscaras materiais que nos apresentam ao mundo. Ao mesmo tempo, entendo cada vez menos do porque nos obrigam a tanto peso. Tenho conhecido pessoas trans incríveis e muitas histórias me doem muito pelos níveis absurdos de abuso e violência a que essas pessoas foram e são submetidas. E é inevitável não sangrar um pouco⁶⁰.

Para mim, esse e outros casos/contatos com pessoas trans estão abrindo trilhas para compreender o conhecimento como processo criativo da experimentação. Mais precisamente, estou me referindo ao fato de que foi preciso que eu me movimentasse a fim de opacizar e tornar estranho o meu modo comum (preconceituoso, ignorante) de pensar, o que só aconteceu quando desisti de enquadrar/normalizar, nos moldes cis-heteronormativos, a conjugação Bianca-Leandro e busquei descobrir o que estava subjacente na maneira como eu me inquietava para nomear e arbitrar essa relação transcetrada.

Ao articular essas reflexões com a questão levantada por Borba (2014), pude entender as formas nas quais o gênero penetra a experiência no social e o quanto somos orientados por uma lógica arbitrária. Mais que isso, percebi como é controversa e paradoxal essa ideia que dá ênfase aos genitais como critério primeiro para atribuir sentidos possíveis ao gênero e às relações entre sujeitos⁶¹. Penso que, com essa problematização, revela-se a complexidade da trama de subjetivação no gênero que é, em alguma medida, associada pelo/com o desejo sexo-afetivo, atravessando e constituindo, numa relação de tensão e contradição, a larga e densa matriz corpo-normativa de sentidos, sobre a qual venho explicando e prosseguirei ao longo deste trabalho.

Enfim, acredito que o relato sobre o casal Leandro e Bianca nos traz significativos esclarecimentos sobre o que estou me propondo a discutir, ou seja, que a transgeneridade alude menos a [...] “um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino” (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 43). Avancemos, pois bem, com essa discussão a fim de analisarmos como

⁶⁰ Trata-se de uma postagem pública no *Facebook* da autora. Disponível em: <https://www.facebook.com/ceu.cavalcanti.54922/posts/1829492513796041>. Infelizmente, não consegui recuperar a data precisa do acesso, que foi no ano de 2019.

⁶¹ Tratarei mais detidamente dessa questão mais adiante, ao analisar o enunciado que funda o gênero em nossa formação social: “é menino/a”.

esses efeitos de indistinção entre corpo, genital e desejo constituem a identificação e performatização de gênero de sujeitos trans, ou seja, como sujeitos trans (se) dizem a “sua” subjetivação de gênero pela/na articulação simbólico-discursiva com esses fronteiriços objetos.

2.2 OS MO(VI)MENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE SUJEITOS TRANS NA EQUIVOCIDADE DA INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E NA TENSÃO COM A PARÓDIA DOS RITUAIS DE GÊNERO

Conforme venho dizendo, sobretudo, nessa última seção, o imaginário social do desejo é parte constitutiva, sustentáculo da ideologia cis-heteronormativa, como se os sujeitos não pudessem jogar com o gênero e com o desejo a partir de lugares distintos. Há muitas posições equivocadas que tratam a subjetivação de gênero e o desejo como se significassem o mesmo: como se, por exemplo, a transgeneridade fosse um caso de homossexualidade afetada, intensa e, ainda pior, como se os corpos trans fossem “regiões perversas”, saturadas de sexualidade e encerradas na finalidade da conjugação carnal⁶², ignorando que desejo e as identificações e performatizações, sejam elas cis ou transgêneras, são de ordens diferentes. Performatizar o gênero, “em (des)acordo” com uma e/ou outra identificação, não se relaciona, necessariamente, com o campo do erotismo.

Essa confusão, que encobre outras possibilidades de existência de masculinidades e feminilidades, no contraponto com o desejo, pode ser pensada, reitero, como mais um desdobramento, mais um efeito dos sentidos cis-heterocentrados, o que me leva a analisar que estamos diante da constituição de um discurso no âmbito de uma memória corpo-normativa. Isto é, não basta(ria), segundo esse funcionamento, (se) dizer que é homem ou mulher. O corpo, como fiador e árbitro de sentidos, precisa(ria) legitimar esse dizer, demarcar as fronteiras do

⁶² Ouvi e li muitos relatos de pessoas transgêneras que umas das maiores dificuldades de inserção social se relaciona ao mercado de trabalho formal. Em muitos casos, atuar como profissionais do sexo não é escolha, mas necessidade de sobrevivência: “Já vi secretárias de agência jogarem meu currículo no lixo momentos depois de eu pedir para ser considerada para um emprego. Já tentei todas as ocupações desprestigiadas que puder imaginar. E acabei puta. [...] Vida fácil, não há — e quem inventou o bordão popular com certeza nunca soube de verdade do que se tratava a prostituição. Os carros passam e xingam, moleques atiram lixo e pedras, os clientes negociam descontos aviltantes. Às vezes, surgem policiais corruptos que nos extorquem ainda mais dinheiro. As pernas doem equilibradas nos saltos; o frio e a chuva, intransigentes. Mas, na maior parte da noite, o tédio” (MARILAC E QUEIROZ, 2019, n. p).

masculino e do feminino e tangenciar, em si, a expectativa social de linearização entre subjetivação e performatização de gênero e desejo.

Dessa associação decorre a ideia de que, se o sujeito se identifica com um gênero, logo desejará o seu oposto, ou seja, se a performatização materializa o feminino, por exemplo, terá de cultivar e expressar o desejo pelo masculino (heterossexualidade compulsória). Esse funcionamento pode nos levar a, apressadamente, pressupor que o desejo requer “estritamente a realização empírica de práticas sexuais ou a experiência empírica da atração sexual. Heterossexualidade / homossexualidade, porém, envolvem processos de reconhecimento identitário que se realizam discursivamente”⁶³.

Conforme discuti, há pouco, a identificação e subjetivação de gênero não são, necessariamente, uma demanda do desejo, não estão subsumidas ao desejo. Estabelecer associações aligeiradas e superficiais pode resultar em aproximações dos velhos mecanismos transfóbicos e homofóbicos, que, insistentes, seguem vigilantes das [...] “fronteiras de gênero erguidas pela cultura de dominação masculina e *heterossexista*” (PEREIRA, 2016, p. 08-09).

Posto isso, trago à cena o autorrelato do primeiro homem trans, brasileiro, que se submeteu a procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero. Trata-se de João W. Nery⁶⁴, que vivenciou a transgeneridade em um momento de recrudescimento da escalada autoritária na política do país, durante a ditadura militar, e quando pouco ou quase nada se sabia sobre a subjetivação transgênera.

[...] esse sujeito que nasceu e foi registrado como Joana, mas que a consciência de seu corpo, identidade, gênero e, acima de tudo, individualidade lhe mostrava cada vez mais forte e assertivamente o sujeito João, o ser que se conta nessa obra nos mostra que, muitas vezes, grande parte da sociedade traz consigo doses significativas de opressão, violência, discriminação e ignorância quando se trata da vivência trans. [...] Longe de essencializar a identidade trans, o sujeito que se conta traz ao seu leitor a consciência das dificuldades do (auto)reconhecimento quando inserido na sociedade brasileira, marcada fortemente pelos padrões machistas, patriarcais, cis e heteronormativos⁶⁵...

⁶³ Autoria de Beatriz Pagliarini Bagagli. Trata-se de postagem pública em seu perfil na rede social *Facebook*: <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/447322899034049>. Acesso em 17 de julho de 2019.

⁶⁴ Faço referência a ele, ao longo desse trabalho, também como uma forma de homenagear sua história de resistência e militância. Nery faleceu no ano de 2018.

⁶⁵ Disponível em: <http://lalidis.com.br/index.php/2019/11/05/teste-post-mural/>. Acesso em 29 de maio de 2021.

O seu relato autobiográfico⁶⁶ dá conta das memórias de um sujeito que sentiu na carne as constrições socioideológicas dos sentidos hegemônicos do gênero. Apresento, então, a SD 1, objetivando, com ela, analisar como se “con-fundem”, na linha do discurso, pelo efeito de uma política discursiva do visível, corpo, gênero e desejo:

SD 1 – *Corpo trans-tornado*: [...] os seios insistiam em nascer. Aí foi demais! Como se já não bastasse todos me tratarem no feminino, não entenderem minhas vontades, não poder fazer nada do que os outros meninos faziam, ainda tinha de aguentar o que me brotava do corpo, à revelia. [...] Meu recurso rudimentar era esmurrar os seios, até onde conseguisse suportar a dor. Minha intenção era empurrá-los para dentro. Atrapalhar algum sistema endócrino, conseguindo estacioná-los. [...] **As evidências no meu corpo me obrigavam a ser visto como uma mulher.** [...] Eu não possuía um clitóris mais desenvolvido, apesar de tê-lo puxado a infância inteira, o que não me excitava nem era uma forma de masturbação. Indubitavelmente sentia certo prazer em segurá-lo, pois, afinal de contas, era algo externo e pendurado. [...] Quase todas as noites, sonhava com cenas sexualizadas, onde tinha um enorme pênis e podia fazer tudo o que, acordado, não me era possível. Os sonhos eram tão nítidos que, geralmente, ao despertar, ainda me deliciava com a inebriante sensação de estar ejaculando. Chegava a levar à mão a genitália, ainda ao sabor da sonolência. Mas, ao verificar a cruel e inerte realidade, levantava-me arrasado. Faltava muita coisa! [...] Lúcido da minha insatisfação, como um *alter ego*, abria um diálogo entre mim e aquela imagem no espelho, numa provocação impiedosa. – Seu castrado! – Gritava, contorcendo-me todo. [...] Jamais será uma mulher como as outras! Casar seria uma solução fácil. [...] E suportaria ser uma fêmea ardente? Teria orgulho de dizer que tinha um homem que a comeria todas as noites? [...] Sua farsante... Onde meteria a sua inveja, o desejo de ser o próprio homem que viveria a seu lado? Cada vez que ele quisesse um filho, o odiaria por querer torná-la mãe! (NERY, 2011, p. 47, 50, 51, 61 e 62).

Quero começar destacando o que estou entendendo por política discursiva do visível, isto é, o mecanismo imagético-simbólico que, ao mesmo tempo, reflete e refrata a relação dos sujeitos com o gênero numa (im)possível similaridade e correspondência entre sujeito, gênero e invólucro. Ao dizer que há um mecanismo ideológico que atua na relação entre a percepção imagética do corpo e a sua remissão ao gênero, estou propondo que pensemos que corpo, sujeito e sentidos de gênero emergem como objetos intercambiáveis e intrincados em seus processos de constituição na ordem da ideologia e da espessura histórica.

Dizendo com outras palavras, estamos diante de um prodigioso entrecruzamento, um *nó* repleto de fios corpóreos e discursivos, em que corpo e sujeito se atam, se pressupõem e se insinuam reciprocamente, forjando essa política discursiva do visível. É nesse lugar difuso,

⁶⁶ A obra a que faço referência é “*Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*” (2011). Ver Referências.

contraditório, de bifurcações e trilhas entre corpo, sujeito e gênero que as subjetividades vão se construindo. Faço essa defesa por entender que o corpo apresenta alguns elementos que o inserem no lugar do linguístico-discursivo, pois

a) ele é o meio pelo qual se materializa o sujeito que somos; b) serve sem cessar à produção dos sentidos; c) é um território de movências e modificações; d) peça de uma identidade pessoal que se escolhe, se transforma, se constrói. Esses elementos compõem o quadro do corpo encarado como uma aventura do sujeito em torno e em direção a si mesmo na medida em que vai tomando conhecimento do mundo que o cerca, o limita e o faz avançar em torno das lutas de si para consigo (MILANEZ, 2011, p. 198-199).

Podemos, dessa maneira, discutir os termos de uma política discursiva do visível pelo estabelecimento de duas relações: a) *o corpo é como o discurso* e b) *o corpo está com o discurso*⁶⁷. No que se refere à primeira relação, penso poder dizer que, assim como no discurso já há discurso, no/sobre o corpo há sentidos que se projetam, seja por reflexo e/ou refração, de outro corpo. A materialidade física do macho que reflete a de outro, ao mesmo tempo em que refrata a da fêmea, por exemplo. Ao ver um corpo, então, o remetemos a outro(s) para, a partir da visibilidade da diferença/proximidade, conseguirmos ler, identificar e atribuir sentidos a essa materialidade. Por isso, o corpo nunca está isolado, mas é sempre comparável e remetido a outro corpo, evocando e, igualmente, silenciando sentidos de gênero.

Quanto à segunda relação, pontuo que essa leitura do corpo só é possível porque interpretamos a configuração imagético-corpórea *com o discurso*, isto é, o corpo seria ininterpretável fora do discurso que o acompanha. O corpo, por isso, está com o discurso, de maneira que, instados a atribuir-lhe significados, evocamos uma rede de sentidos que autorizam a nossa interpretação para reconhecer/ler e dizer o visível do corpo-gênero.

Dessa reflexão, posso reiterar que sempre há sentido no corpo e também que o significamos com o discurso, pois só é possível interpretá-lo pelo/no atravessamento entre a língua e o discurso. Mais que isso, nele/sobre ele incide um regime de sentidos da ordem do visível que determina um arranjo complexo de campos de (i)legibilidade e in(in)teligibilidade. São essas as suas leis de funcionamento social, se o tomarmos como uma superfície de sentidos. Essa é uma discussão muito interessante para compreendermos que nos constituímos num entre-lugar subjetivo, ou seja, de maneira tensa e atravessada, podemos ser lidos e nos

⁶⁷ Formulei essa proposta graças às reflexões mobilizadas em entrevista, feita por Milanez com Courtine, que pode ser acompanhada neste vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ujHemzSTlhw>. Acesso em 10 de set. 2019.

reconhecer por meio de um processo subjetivo de entremeio, porque, em nossos gestos performativos de corporificação do gênero, produzimos sentidos de/entre masculinidades e feminilidades. Reflexão que me remete ao que diz Orlandi (2012, p. 18) sobre o gesto de interpretação, que acontece porque o espaço do simbólico é marcado pela incompletude e [...] “a interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

Existe, assim, uma projeção discursivo-visual de corpos sob corpos. Ecos de sentidos, sendo [...] “alguns próximos, outros mais distantes [que nos chegam enfraquecidos]; alguns explícitos e conscientes, outros realmente mais escondidos na algibeira e nos recônditos recalçados, esquecidos sem sê-lo totalmente” [...] (COURTINE, 2013, p. 167). Para seguir com a discussão, leiamos, antes, o que nos diz Luisa Marilac sobre o olhar que se projeta sobre o seu corpo:

Às travestis não é dado o dia. Como os vampiros, só somos aceitas pelo público depois que a luz se vai. Se desafiamos a regra em busca do sol, nos castigam com olhos pontiagudos que chegam feito facadas e risos redondos que nos cercam até sufocar. Estou acostumada com isso. É o mesmo impulso das pessoas que me fitam pelas ruas e nem se importam de olhar na minha cara: os olhos vão corridinhos pro meio das pernas. Um universo inteiro organizado pela existência ou ausência de um penduricalho de carne. Quanta fragilidade! [...] (MARILAC e QUEIROZ, 2019, n. p).

Os corpos, dessa maneira, do ponto de vista da simbolização hegemônica do gênero, “permanecem indissociáveis das palavras que os dizem e dos olhares que os perscrutam” e podem ser sinalizáveis socialmente como objetos que carregam consigo a marca dos sentidos “de um dizer e de um ver, de mostrar como às maneiras de dizer correspondem formas de ver” (COURTINE, 2013, p. 58 e 80).

Essas considerações me convocam a estabelecer uma diferenciação entre o que é nascido e o que é cerzido ao corpo. Isto é, ao mesmo tempo em que é empírico, organismo biológico, essa matéria também é da ordem do imaginário e do simbólico. Nesse intuito, cumpre-me pontuar que nascemos corpo: uma matéria física resultante da conjugação de moléculas e de um amontoado de células, que nos dotaram de uma configuração morfológica tal que nos permitiu existir. Biomecanicamente construído, é o corpo uma maquinaria com engrenagens (intra)sistêmicas em funcionamento que lhe asseguram a condição de existência.

Numa visada político-ideológica, porém, o corpo é um *lócus* de sentidos, uma superfície discursiva sobre a qual (não) estão, desde sempre e inexoravelmente, inscritas as identificações

dos sujeitos. Detalhando um pouco mais, é o corpo um objeto material pelo qual os sujeitos performatizam o gênero; é um dado simbólico no qual sentidos são nele “inscritos para que adquira formas, volumes, imagens aceitas no tempo e no espaço, relacionado às diferenças e às semelhanças como elementos reiteradores de pertencas” [...] (SILVA, 2014, p. 143).

Diz respeito ao simbólico pelo fato de, quando as especificidades físico-corpóreas são interpretadas no discurso, possibilita “representações sociais, antecipações, expectativas de falas e gestos”. É da ordem do simbólico, ainda, porque é constituído e significado “por memória discursiva, memória de linguagem que constitui o sujeito e [o] possibilita historicamente [...]. O corpo é ao mesmo tempo o suporte orgânico do sujeito e espaço de significação do e para o sujeito, espaço de injunção” (HASHIGUTI, 2012, p. 99. Acréscimo meu). Pelas afirmações que precedem, não hesito em reiterar que corpos carregam consigo discursos como parte de seu próprio sangue (BUTLER, 2018).

Do exposto, acredito que estamos diante de um objeto inter/multi/transdisciplinar – fato que o coloca, teórico e analiticamente, na emergência da pluralidade de sentidos, no ordinário da não-normatividade, através de um discurso [...] “que se sustenta em uma reflexão sobre a *construção do corpo*. Está em cena o estatuto do corpo na nossa sociedade. Está em cena corpo como desejo; corpo como identificação do desejo. Está em cena um corpo autêntico” (CAVALCANTE e MEDEIROS, 2020, p. 79. Os grifos são meus). Sentidos de construção que são mobilizados por Marilac e Queiroz (2019, n. p) quando assim se posicionam em relação ao corpo trans:

O corpo é a peça de arte da travesti. É nosso pedaço de pedra-sabão, nossa tela em branco. É nele que expressamos nossa visão de beleza, de transgressão às normas, nossa leitura do feminino. É um processo de digestão: a gente pega a mulher que nos é dada pela sociedade, a interioriza, elabora, dá cara própria — enfim, digere — e a exterioriza de novo, modelando-a no próprio corpo.

Lanço todas essas reflexões por acreditar, reitero, que o corpo é um ponto de partida possível para discutir a transgeneridade, as identificações de sujeitos transgêneros com a entremeada significação de masculinidades e feminilidades, como também o cerco de determinadas representações de gênero que pretendem encerrar/exilar, nessa base material, as subjetividades, as determinações de sentidos sobre o que é homem, o que é mulher. Com outras palavras, o corpo como possibilidade de exercer práticas sociais e, ao mesmo tempo, de questionar posições histórico-ideológicas.

A esse respeito, penso que a cena discursiva do diálogo travado (“entre mim e aquela imagem no espelho”), que lemos na SD, nos permite analisar uma dubiedade, um jogo do duplo, isto é, de um sujeito que, no reflexo do visível, mais do que a projeção de um corpo, vê, por refração, uma materialidade atravessada pelos sentidos histórico-ideológicos do que *pode ser* uma corpe-subjetividade de homem e de mulher. E esse jogo de reflexo/refração é marcado na língua por uma série de dicotomias e dualismos que nos permitem analisar, além da espessura físico-política das partes, dos órgãos que constituem o corpo, a projeção simbólica de um sujeito situado, pela ordem normativa de um corpo que o obrigava “a ser visto como uma mulher”, entre o desejo e a falta: seios, onde se desejava a sua ausência; clitóris, onde se ansiava pelo pênis.

SD 1.1: [...] os seios insistiam em nascer. Aí foi demais! [...] tinha de aguentar o que me brotava do corpo, à revelia. [...] Meu recurso rudimentar era esmurrar os seios, até onde conseguisse suportar a dor. Minha intenção era empurrá-los para dentro.

SD 1.2: [...] Eu não possuía um clitóris mais desenvolvido, apesar de tê-lo puxado a infância inteira, o que não me excitava nem era uma forma de masturbação. Indubitavelmente sentia certo prazer em segurá-lo, pois, afinal de contas, era algo externo e pendurado.

Análise comigo que, no desejo de sufocar a encarnação dos sentidos que dotavam a materialidade física da evidência de ser vista como mulher e, ainda, nessa tensão entre o feminino castrado e o masculino genitalizado, é o corpo que encena-encarna os dilemas e os dramas de uma subjetividade generificada que (não) pode ser simbolizada, significada pelo corpo. É nesse lugar que o gênero dá pulsão ao sujeito para, no/pelo espelho, transfigurar sentidos de masculinidades e feminilidades.

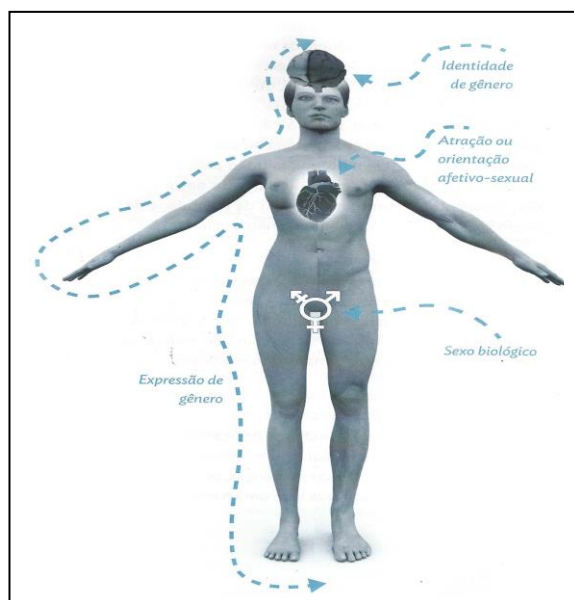
Repare também como esses recortes materializam o nó entre os objetos corpo e gênero, tornando nebulosos os sentidos que mobilizem o gênero afastados de uma suposta identidade genital, ao mesmo tempo em que apaga as contradições inerentes aos trajetos de identificação dos sujeitos e faz um arranjo remissivo-similar entre os objetos genital (e demais signos físico-políticos da feminilidade) e gênero que, conforme estou defendendo, são de ordens diversas. Esse “arranjo simbólico interconversível” entre tais objetos é resultado do fato de que aprendemos, desde cedo,

[...] que o corpo humano é a soma de suas partes, ou seja, que o corpo é um todo, uma completude que confere ao sujeito sua existência no mundo, sua identidade. E é a partir do olhar sobre o corpo que podemos definir quem são

os sujeitos que habitam nosso entorno, quem é criança ou adulto, jovem ou velho, homem ou mulher. Assim, é o olhar para o corpo do outro que o identifica. Mas, também, é o olhar para o corpo do outro que nos identifica, que permite saber quem somos, que nos leva à ilusão da completude, da plenitude do corpo e da satisfação do desejo. É a partir do olhar para o corpo do outro que também nos compreendemos, interpretamos a nós mesmos como sujeitos (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 14).

Vou investir um pouco mais nessa discussão e, para tanto, utilizarei a figura abaixo, que me ajuda a pensar, com essa autora, nesse arbitrário e equivocado pré-ordenamento subjetivo-corporal, que se define historicamente, resultando em demandas de normalização, de encaixe prévio, de nomeação e codificação precisas.

Figura 02: Entre o corpo e o gênero



Fonte: Moreira (2017, p. 32).

Por estarmos diante de um horizonte enunciativo constituído por texto verbal e por imagem, acredito que é preciso demandar a descrição do linguístico e do imagético como parte da escuta discursiva pretendida. Vamos a ela. É possível perceber que estamos diante da representação imagética de um corpo humano cindido em duas partes: à direita, somos captados por indícios morfológicos do fenótipo de um macho, ao passo que, no lado esquerdo, registramos signos corpóreos da fêmea, a exemplo do seio.

A figura pode causar certa estranheza pelo fato de agrupar, em si, caracteres tidos como do macho e da fêmea. Interessante, com isso, notar como o nosso olhar se esforça por esse reconhecimento para fazer a distinção – *é* homem ou *é* mulher – e, assim, amainar a nossa inquietação diante da impossibilidade de rotular o que desconhecemos. Ao vermos um corpo (e/ou nos vermos enquanto corpo), essa é a nossa primeira estratégia de classificação⁶⁸: olhamos para o corpo do outro a fim de identificá-lo, como também para nos identificarmos, para sabermos, confirmarmos quem somos, como podemos ler neste relato:

Havia certo cuidado para que a peça molhada não grudasse no meu corpo, não o delineasse nem mostrasse a lisura frontal. Era como se quisesse dizer a todas as pessoas que o meu físico não era aquele, ou melhor, fazê-las entender que meu corpo mentia contra mim. [...] Algo errado havia. Se fosse uma doença, onde e como? Não inspirava pena ou compaixão. Por essa incompatibilidade da minha mente como as partes do meu corpo, numa inversão total de imagem, tornei-me, cada vez mais, um ser angustiado. Além de tudo, cômico de que argumento algum poderia me justificar. [...] Minha alma não se conformava de ter de se expressar por meio daquele monte de carne, sobre o qual não tinha podido decidir nada. Foi-me imposto sem pedir licença, para a forma, para o conteúdo e todos os papéis que, obrigatoriamente, carregava junto (NERY, 2011, p. 32, 45, 47).

Sem dúvidas, há uma sensível e sofisticada estratégia do olhar que se depara com o visível, dissecando-o em busca de detalhes, de indícios para, então, enxergar, pelo/no corpo, o gênero que, supostamente, ali se faz. É por essa razão que eu defendo que, em nossa formação social, fortemente constituída por sentidos normativos, o corpo é o tecido do gênero ou, dito de outro modo, a modalidade de existência histórico-material do gênero. Afirmação que é, inclusive, escudada por Courtine (2013), que sinalizou que o gênero procede por aterrissagem sobre o corpo, sendo a sua base. Isto é, na condição de sujeitos materializados, os sentidos do gênero se/nos incorporam, (re)velando que a subjetividade é corpo e dizendo que o corpo é sujeito.

Nosso percurso de leitura para uma partitura corporal segue, então, a lógica de uma administração do olhar que se faz por meio de uma rede

cujas ligas e leis podem ser identificadas discursiva ou iconicamente por meio de um conjunto de índices corporais e exteriores, considerando formas, marcas, traços, linhas e signos. [Realizamos] um tipo de leitura da figura humana baseada na simetria e proporções corporais [...] como formas de naturalização para a composição de um corpo. Essa geometria do corpo constitui a taxionomia de uma conformação anatômica, conduzindo a um

⁶⁸ No anseio por essa “averiguação”, fico pensando sobre como ter certeza daquilo que vemos, mas não sentimos?

golpe de olhar que se decompõe em uma *rede de demarcações* para delinear, medir, harmonizar e classificar características básicas de uma estética da existência corporal [...] para todos nós, sujeitos se olhando e se construindo a partir dos parâmetros elencados (MILANEZ, 2011, p. 201 e 203. Grifos do autor. Acréscimo meu).

Essas ponderações me fazem pensar que, ao percorrer o corpo na procura pelo gênero, nosso olhar se depara com uma trama de fios e formas no/do corpo que sofrem, via lentes geometrificadoras da ideologia, um processo de naturalização para que, dessa maneira, se demarque o gênero. Cada forma ou cada traço do corpo humano é, assim, submetido a uma leitura, a um escrutínio do olhar que busca vestígios nessa materialidade para, só assim, situá-la, classificá-la como o *próprio* do masculino, do feminino. Dessa forma, gênero e corpo estão aferrados de tal modo que a imagem social do sujeito é refletida no/pelo corpo, sendo essa materialidade físico-discursiva um efeito, um molde onde a subjetividade histórica esculpe suas marcas e seus vestígios. Corpo impregnado por sentidos e, por isso, todo impresso de história.

Dessa articulação resulta o nó, o enredamento entre sujeito e corpo, de modo a, com Foucault (1994, n. p), poder afirmar que, sobre o corpo, encontram-se os ecos e os estigmas de “acontecimentos passados, bem como dele nascem os desejos, as fraquezas e os erros; nele igualmente eles se entrelaçam e subitamente se exprimem, mas nele eles igualmente se desenlaçam, entram em luta, se destroem uns aos outros e prosseguem seu insuperável conflito”. Em razão dessa trança de fios simbólicos, percebo a necessidade de des(a)fiarmos a trama para melhor analisar os fios do trançado e explorar os sentidos que chuleiam corpo, gênero e subjetividade.

Além disso, a meu sentir, a linearização imagética dos órgãos (genitais, coração⁶⁹ e cérebro), conforme vemos na figura 02, nos permite remetê-los ao circuito da ideologia cis-heteronormativa, que enseja a correspondência inequívoca entre: ser assinalado como macho ou fêmea (pelo genital), identificar-se e performatizar masculinidades, feminilidades (cérebro) e, ainda, manifestar desejo afetivo-sexual (coração) pelo sexo oposto. Sendo assim, ao ser identificado enquanto um corpo de pênis, por exemplo, o sujeito precisaria ser inscrito no campo de saberes da masculinidade, assimilar os seus traços de sentidos, identificando-se e performatizando a homenzidade, e desejar o sexo oposto (heterossexualidade compulsória).

⁶⁹ Não posso deixar de dizer que o músculo *coração* é um signo que, em nossa formação social, representa o campo do desejo, do afeto. Trata-se, portanto, de uma construção simbólica ou uma alegoria que alude ao sentimento, à expressão do desejo sexo-afetivo.

Dizendo de outra maneira, há uma política discursiva do visível que requer que o corpo se assemelhe (pareça ser ou “se passe”) ao masculino ou ao feminino para que essa inscrição no social faça funcionar a presunção de veracidade do gênero, ao mesmo tempo que funciona como uma estratégia de docilização das corpe-subjetividades dissidentes. Quando me refiro à docilização, estou tratando dos efeitos da transfobia estrutural que se manifestam das mais diversas formas, incluindo a injunção normativa a odiar o corpo, a buscar a “semelhança/correspondência” a corpos lidos como cisgêneros, dentre outros.

Prossigo com essa reflexão, dizendo que há um aspecto discursivo-imagético que é instanciado por esse jogo do duplo da visibilidade – entre reflexo e refração – que trabalha pela remissão imagética de um corpo a outro(s) corpo(s), permitindo, pelos rastros da materialidade do visível, essa agitação nos sentidos que constitui essa subjetividade transgênera. Em outras palavras, o efeito do visível atua na consolidação de uma dialética da totalidade, que vai sistematizando, na relação entre as partes do corpo, um dentro-fora do gênero, isto é, autorizando e, ao mesmo tempo, interditando o corpo biológico, que carrega, consigo, os signos físico-políticos feminis e, com eles, as evidências de um corpo que “obrigavam a ser visto como uma mulher”.

SD 1.3: Chegava a levar à mão a genitália [...]. Mas, ao verificar a cruel e inerte realidade, levantava-me arrasado. Faltava muita coisa! [...] Lúcido da minha insatisfação, como um *alter ego*, abria um diálogo entre mim e aquela imagem no espelho, numa provocação impiedosa. – Seu castrado!

A política discursiva do visível atua no processo de forja de uma interpretação evidente, funcionado, como eu disse, pela ordem do visível, do “facilmente” identificável, reconhecível, como um movimento de tensão entre reflexo-refração que age pelo/no retorno do sujeito sobre si mesmo e, ao mesmo tempo, pelo retorno de imagens múltiplas de outros corpos instanciados no ordinário dos sentidos do masculino e do feminino, que se desdobram à frente daquele que (se) vê e da materialidade que é vista, como um caleidoscópio a projetar imagens que sancionam e legitimam o que *é* ou que pode *ser* um corpo que não falta, que não falha, um corpo que materializa a identificação com o gênero. Nesse ato de olhar-se, o sujeito, mais do que ver o que está projetado, constrói lugares de identificação, o que me permite afirmar que esse gesto do visível funciona como um recurso simbólico de identificação, uma tecnologia de sentidos para a i(ni)nteligibilidade do gênero.

É preciso, contudo, ressaltar que essa relação do corpo biológico frente ao espelho que não reflete a identificação com o gênero, que não incorpora uma dada subjetivação (SD 1.3), é

mais uma consequência, e não uma causa, da transfobia estrutural vigente nesta sociedade, o que acaba por resultar nos efeitos de incongruência, de inadaptação, de inadequação diante do que é lido e entendido, pelo reflexo-refração do visível, como uma subjetividade inconforme e que não encontra aderência na materialidade corpórea. Há uma regularidade nesses sentidos que tomam, interpelam corpe-subjetividades dissidentes, conforme podemos ler nesta próxima SD, que constitui o arquivo dos discursos trans que estou analisando. Trata-se de um relato autobiográfico de Kaique Theodoro, cujo título é 22 DE AGOSTO, que extraí de uma obra – *Nós, trans: escrevivências de resistência* (2017, p. 51) – que dispõe de relatos e narrativas de sujeitos trans.

Começo destacando o título (22 de agosto) e a relação que agencia com uma possível escrita em um diário, espaço em que o sujeito (se) confia, narra suas intimidades. Nesse caso, suas experiências de reconhecimento enquanto um corpo-sujeito gendrado. A relação de intimidade, de vidência consigo é mobilizada, ao se ver, nu, no espelho. Ao se confessar, no diário, pela relação instaurada com o que vê por reflexo/refração, o efeito do espelho age sobre si, fazendo retornar o sujeito desejante que tem um corpo “insuficiente”, que lhe falta, um corpo que não o faz “se sentir bom o bastante para nada”.

Nesse embate entre como se reporta a si e o que faz do/no corpo que lhe reveste, podemos analisar como essa relação de percepção/confissão de si, para si, [...] “implica uma aproximação física e um jogo de sensações intensas, de que a medicalização do insólito sexual é ao mesmo tempo efeito e instrumento. Engajadas no corpo, transformadas em caráter profundo dos indivíduos” (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 43-44).

SD 2 – *Reparar-se, remendar-se, transmutar-se, transformar-se*: Hoje eu me olhei no espelho, nu. E detestei. Eu cuspi no reflexo, ameacei cravar uma faca no meu peito e nunca mais respirar. Segurei minhas coxas com raiva, enfiei minhas unhas nela num movimento animalesco e gritei. Fiz o mesmo com a cintura, belisquei minhas cicatrizes (como se pudesse me livrar delas) ... Eu me odeio por não conseguir e me odeio ainda mais por persistir.

Antes de avançar em meu gesto analítico, preciso ressaltar que, ao analisar essa SD 2, em cotejo com a anterior (SD 1 – *Corpo trans-tornado*), quero compreender essa regularidade de sentidos que é tangenciada pela política discursiva do visível. Não se trata, em absoluto, de, pela repetibilidade, fazer apologia à incongruência ou, ainda, de enfatizar processos disfóricos na relação com corpos trans. Não pretendo tomar o efeito como causa. Por estar situado no campo de investigação materialista do discurso, de modo algum, os meus gestos analíticos

teriam a pretensão de dar conta de uma subjetivação (cons)ciente, como se pudéssemos controlar e prever os sentidos; nem, tampouco, eu poderia estar fazendo uma discussão nos termos de uma identificação intencional, que recaísse sobre “o que o indivíduo *quis* dizer”.

Muito pelo contrário, a análise incide em como o sujeito de linguagem, interpelado ideologicamente, mobiliza sentidos para (se) dizer e como esses sentidos funcionam sócio-historicamente. Para levar adiante tais análises discursivas, é necessário investigar e entender como uma matriz de sentidos corpo-normativa, dominante em nossa formação social, nos interpela, nos constitui, e de que modo podemos nos identificar, pela resistência, com outros sentidos de gênero. Talvez seja esse um bom caminho para compreendermos como os sentidos não advêm de nós, mas falam através de nós e, assim, talvez tenhamos mais condições de mitigar a transfobia estrutural que alicerça as relações generificadas.

Na esteira dessa proposta, vejamos como essa subjetividade trans, que vê um corpo despido no reflexo do visível, [...] “é interpelada a dizer de si: verbalizar quem é, o que é, de que forma se situa em categorias previamente pré-definidas em outros lugares” (FERREIRA CASSANA, 2019, n. p). O gesto remissivo de um corpo a outro corpo, ao pôr o espelho em enigma, nos permite compreender o (im)possível dos sentidos que se interpõe entre uma subjetividade masculina e uma materialidade biológica de fêmea.

Explicando um pouco mais, repare, nesse recorte, que algo do reflexo retorna, volta, mas sob o viés do duplo, do que lhe é diferente, mas não indiferente. Estamos, por isso, diante da ordem de um visível que (se) diz não dizendo, em relação ao que está e ao que não está, que se afirma pela negação; ou, para trazer Foucault (2002, p. 12) à discussão, quando [...] “por mais que se diga o que se vê, o que se vê jamais se aloja no que se diz”. A formulação mesma desse diálogo de si e aquela imagem no espelho vai indiciando que se trata de um gesto do vazio pelo desejo da completude, de uma história tanto do olhar quanto de uma história do corpo

[...] e, mais precisamente ainda, de uma história das mutações das sensibilidades no campo do olhar pousado sobre o corpo. O que recobriria exatamente este termo na redefinição da divisão entre corpo normal e anormal [...] caracterização da sombra do monstro por detrás das figuras múltiplas e cambiantes do anormal – **poder de normalização**. Vínculo entre o monstro e a norma – o louco está no hospício para instruir a razão, e o monstro na pipeta do embriólogo para ensinar a norma (COURTINE, 2013, p. 122. Os grifos são meus).

Penso ser possível dizer, a partir do trecho citado, que há um gesto de balizamento do gênero, que se consolida, no real da história, pela instauração de uma norma corporal que

determina que o corpo trans é uma exceção que confirma a regra. É a normalização do que seria o corpo de homem e de mulher que permite o reconhecimento, pelo atravessamento do olhar, do que é considerado e do que é rejeitado no gênero. Nesse processo, há algo que é da ordem da in(in)teligibilidade do visível que, numa via dupla – entre o invólucro que se dá a ver e aquele que (se) vê –, (des)vela o aceito, o (a)normal, o abjeto, o patológico, favorecendo a compreensão de que o “reconhecimento de um corpo como feminino ou masculino, mais do que uma mera apreensão perceptível de uma superfície orgânica, está relacionado ou diretamente atrelado a práticas discursivas de divisão de sentidos” (CHIARETTI, 2019, p. 77), o que, nos termos de Courtine (2013, p. 122-123), é comparativamente analisado por meio dessas analogias:

[...] por trás das grades do zoológico humano, o selvagem se presta a ensinar a civilização; por trás das vitrinas do necrotério, o cadáver reforça o medo do crime; na penumbra dos museus anatômicos de cera, as moldagens de carnes devastadas pela sífilis hereditária inculcam o perigo das promiscuidades sexuais. Esta foi, portanto, uma das formas essenciais da formação do "poder de normalização" na virada do século, esta "função estratégica dominante" que Foucault reconhece aos dispositivos: a extensão do domínio da norma fez-se através de um conjunto de dispositivos de exibição do seu contrário, de apresentação da sua imagem invertida. [...] Ela inventa dispositivos que atuam sobre o olhar, fabrica um estímulo a ver, tendo nas espécies anormais do corpo humano – ou das ficções, dos substitutos realistas deste último – a sua matéria-prima.

Outro aspecto que quero destacar, na esteira dessa reflexão sobre a política discursiva do visível, diz respeito à censura autoimposta a esses corpos, materializada pela maneira como: se reporta a si e o que faz de si. Sobre esse primeiro embate consigo, vejamos, novamente, trechos, respectivamente, da SD 2 e da SD 1:

SD 2.1: Hoje eu me olhei no espelho, nu. E detestei. Eu cuspi no reflexo, ameacei cravar uma faca no meu peito e nunca mais respirar. Segurei minhas coxas com raiva, enfiei minhas unhas nela num movimento animalesco e gritei. Fiz o mesmo com a cintura, belisquei minhas cicatrizes (como se pudesse me livrar delas).

SD 1.4: – Seu castrado! – Gritava, contorcendo-me todo. [...] Jamais será uma mulher como as outras! [...] Sua farsante.

Pelos vestígios da língua, nos damos conta de que há uma tensão tamanha operando sobre esse corpo-sujeito que (se) vê, ora se refere a si no masculino (Seu castrado!), ora no feminino (Sua farsante). A respeito do que faz de si, perceba que, ao (se) ver, pelo espelho, um

material que refrata, repele a sua identificação no masculino, o sujeito trava um embate com o reflexo e se debate contra o gênero que não se encorpa no invólucro visível: [...] “os seios insistiam em nascer. [...] Meu recurso rudimentar era esmurrar os seios [...]. Minha intenção era empurrá-los para dentro” (SD 1).

A violência às partes de um corporalidade que não conseguem expressar, significar a identificação ao gênero, também comparece nesse trecho recortado da segunda SD: a cusparada no espelho, no reflexo do amontoado de carne que se vê, mas que não representa, não diz o que é visto de si, simboliza a abjeção a esse corpo que não encorpa o gênero. Os sentimentos de raiva, de incongruência, de ideação suicida vão possibilitando a instauração desse dizer de si, para si, frente à projeção imagética do corpo que é visto – um corpo em disforia, um corpo que dói e, por isso, precisaria ser sufocado, molestado; um corpo “intraduzível”, falho, odiável, condenável por não manifestar uma dada identificação de gênero; um corpo, finalmente, pelo qual não (se) vale a pena viver.

Com Foucault ([1969] 1999, p. 82), eu defendo que esse mecanismo de interdição de si – efeito dos sentidos transfóbicos que, em alguma medida, nos interpelam –, também se constitui como um desdobramento do discursivo do visível, ao agenciar uma autocensura e impossibilitar, negar e banir aquilo que se vê e, com isso, vai inscrevendo sentidos de patologia nas corporeidades trans.

Supõe-se que essa interdição tome três formas; afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência. A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e de mutismo.

Pelo que foi exposto, analiso que os sentidos de um corpo incongruente, inconforme, um corpo impossível, funcionam na mesma medida em que esse corpo carrega “o estigma da ‘loucura moral’, da ‘neurose genital’, da ‘aberração do sentido genésico’, da ‘degenerescência’ ou do ‘desequilíbrio psíquico.’ [...] Incontável família dos perversos que se avizinha dos delinquentes e se aparenta com os loucos” (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 40). Em suma, uma corpo-subjetividade tida como “perversa”, que sofre um apagamento subjetivo. O “erro de

pessoa” vai se materializando, assim, em ideias como a de que está num corpo errado, está atado a uma forma de mulher, um corpo estranho que lhe foi imposto e, com ele, carrega expectativas sociais de desempenho e de performatividade de gênero situadas nesses pares dicotômicos, a seguir, que destaco da SD 1:

A mulher procriadora e subserviente *versus* a paternidade do homem-pai viril e provedor:

SD 1.5: Jamais será uma mulher como as outras! Cada vez que ele quisesse um filho, o odiaria por querer torná-la mãe!

A esposa servil *versus* o desejo de *ser* o outro, o próprio marido sexualizado:

SD 1.6: Casar seria uma solução fácil. [...] E suportaria ser uma fêmea ardente? Teria orgulho de dizer que tinha um homem que a comeria todas as noites? [...] Sua farsante... Onde meteria a sua inveja, o desejo de ser o próprio homem que viveria a seu lado?

A assertividade desses recortes me favorece a compreensão de que estamos diante de um dizer que revela um sujeito que é estranho a si mesmo, com uma subjetividade que não encontra abrigo na carne para se manifestar, afiliado a sentidos que não dispõem de materialidade para encarnar ou, em outros termos, estamos diante de um [...] “processo de identificação que sofre com a cisão entre a memória do que *é* e o desejo do que *ser*” (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 20). Ponderação que me remete à reflexão de que, em que pese essa possibilidade de (des)regulação do gênero, do caráter provisório das fronteiras de sentidos entre o masculino e o feminino, que não se demarcam *a priori*, o corpo generificado é “diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele uma influência imediata; elas investem contra ele, o marcam, o adestram, o supliciam, o constroem a trabalhos, o obrigam a cerimônias, cobram dele signos” (FOUCAULT, 1975, p. 30).

Concordo com essa defesa de que o gênero aterrisa sobre a materialidade do corpo, sobre os seus signos físico-políticos, constituindo-os de sentidos de tal maneira que o modo de produção do gênero, em nossa formação social, nos enseja a analisar uma regularidade discursiva arbitrando, mesmo que pelo viés da resistência, a masculinidade e a feminilidade de uma corporeidade com base nesse regime de sentidos. Em suma, é o reconhecimento social do corpo que atua como uma primeira inscrição discursiva do gênero. Reflexão que nos leva, uma

vez mais, ao encontro das ideias de Courtine (2013, p. 78), ao considerar que o [...] “corpo humano era, e permanece para nós, coberto de signos, mesmo se a natureza destes, o olhar que os decifra, a posição de quem os interpreta e a intenção de quem os exprime se modificaram historicamente”.

Outra observação digna de registro, em relação à análise da SD 1, é a polarização do gênero pela via da procriação biológica. Aspecto, inclusive, reiterado pelo discurso religioso, sob a alegação de que há, de um lado, o macho, forte, pai, ao passo que, no outro polo, está uma fêmea, frágil, mãe. A esse respeito, veja o que diz Trevisan (2000, p. 172):

Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências [...], os padrões higiênicos visavam a melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria. A partir da idéia de corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, criavam-se rigorosos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família. Acreditava-se que a libertinagem enfraquecia as nações.

A família, nesse caso, é o permutador da sexualidade com a aliança, uma vez que “transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime de aliança”. “O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade” [...] (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 09 e 119). Torna-se anomalia, dessa maneira, aquilo que estiver à parte da lógica de responsabilidade biológica da espécie.

SD 1.7: “Jamais seria *uma mulher como as outras!*” [...] “o odiaria por querer *torná-la mãe!*”.

Observe que a projeção do *ser* mulher, “como as outras”, incide, imaginariamente, sobre a representação do que “deveria” *ser* ou das expectativas sociais em relação ao corpo visto no espelho. Conforme venho destacando, as expectativas sociais em torno da relação homem-macho e da mulher-fêmea dizem respeito às estratégias de controle e regulação dos corpos lidos e assinalados como femininos e masculinos que atuam instaurando uma representação naturalizada entre gênero - corpo genitalizado. Articulada ao bojo dessas expectativas de gênero estaria, de acordo com essa representação cis-heteronormativa, a servilidade ao matrimônio e a maternidade feminina – essas seriam simbologias *próprias* do feminino: desposar-se, tornar-se mãe: ser uma mulher como as outras.

Repito: no bojo desse campo de representações, estariam o casamento, a maternidade, a subserviência e a “disponibilidade” ao marido etc.: esses são processos pelos quais os sujeitos atribuem a si e ao *outro* lugares sociais. É por meio dessas formações imaginárias (PÊCHEUX, 1969) que o sujeito é instado a ocupar tais lugares, a se posicionar discursivamente. Não há, portanto, discurso que prescindia desse esquema de construções imaginárias, de modo que os efeitos de sentido são resultados da projeção imaginária de um [...] “sujeito A para si e a imagem do sujeito B para o sujeito A; e a imagem do sujeito B para si e a imagem do sujeito A colocado em B” (FERREIRA CASSANA, 2019, n. p).

No que se refere à análise desse último recorte, eu acredito que subjaz a esse esquema de construções imaginárias, entre A e B, duas posições-sujeito: a mulher procriadora, subserviente / a esposa servil e(m) sua relação com o homem-pai / o marido viril. Essas duas posições-sujeito, que conflagram lugares sociais ocupados pelos sujeitos para que possam (se) significar e serem sujeitos do seu dizer, são forjadas por uma [...] “dialética existencial misógina que representa a masculinidade associada à ação, à razão, ao passo que a feminilidade é corporificada como lugar mudo que espera a significação a partir do sujeito masculino oposto” (BUTLER, 2018, n. p). Vou tentar desenvolver um pouco mais esse raciocínio, articulando-o a vestígios linguísticos, especificamente, a alguns verbos que instauram uma discursividade de *ação* masculina que incide sobre o feminino e, dessa maneira, age sobre a construção subjetiva de um corpo que resiste à representação imaginária que identifica corpos gendrados e os posiciona em lugares específicos:

SD 1.8: [...] Cada vez que **ele quisesse um filho**, o odiaria por **querer torná-la mãe!** [...] Teria orgulho de dizer que tinha **um homem que a comeria** todas as noites?

Veja que o verbo transitivo *querer*, conjugado na terceira pessoa, concretiza linguisticamente a ideia de que um terceiro, o sujeito masculino (ele), que, por querer um filho (objeto direto), instaura, linguístico e discursivamente, uma ação sobre um feminino paciente que, em função disso, se tornará mãe. Em outras palavras, a maternidade se mostra como um desdobramento de um impositivo masculino que age sobre e por intermédio de um corpo de fêmea, material necessário para alcançar uma finalidade. Essa relação entre o masculino agente e o feminino paciente também pode ser observada na horizontalidade do fio desse dizer: [...] “**um homem que a comeria** todas as noites” [...]. Uma vez mais, estamos diante de um corpo de macho que, em busca do gozo, toma, pratica uma ação a partir de um corpo feminil paciente.

Toda essa discussão me remete à narrativa biologicista que cinde e estereotipa os corpos de macho e de fêmeas tomando como base atributos que são eminentemente sócio-históricos: o feminino paciente; o masculino agente. Relembremos, por exemplo, a reflexão desenvolvida pela antropóloga Martin (1996, n. p), quando problematiza o modo como o discurso biologicista molda a maneira pela qual cientistas posicionam, no campo das ciências naturais, o óvulo e o esperma. Vale a pena lermos a citação para compreendermos como é longínqua e persistente essa confusa e equivocada sustentação discursiva entre sexo e gênero, fazendo persistir sentidos forjados na “harmonia da ilusão”:

É extraordinário como o óvulo se comporta “femininamente” e o esperma se comporta “masculinamente”. O óvulo é visto como grande e passivo. Ele não se move, nem viaja, mas passivamente “é transportado”, “é arrastado”, ou “desliza” pelo tubo falopiano. Em completo contraste, o esperma é pequeno, “dinâmico”, e invariavelmente ativo. Eles “entregam” seus genes ao óvulo, “ativam o programa de desenvolvimento do óvulo”, e têm uma velocidade que é frequentemente assinalada. Suas caudas são “fortes” e eficientemente dotadas de potência. Junto com as forças da ejaculação eles podem propelar o sêmen nos mais profundos recessos da vagina.

Estamos diante de um processo de significação que se constrói pelo recurso de “importação” de sentidos, por uma suposta “personalidade” dos gametas, de machos ativos que se utilizam da matéria de fêmeas passivas, implicando na associação de imagens sociais sobre representações da natureza. Com isso, se estabelece um lastro simbólico-discursivo que reimporta as mesmas imagens como explicações naturais de fenômenos histórico-sociais de gênero.

Lanz (2017, p. 52), ao tratar de algumas ideias da bióloga Anne Fausto-Sterling acerca dos argumentos de base biológica das diferenças comportamentais de gênero, contesta a aproximação irrestrita e simplificadora entre gênero e herança genética. Vejamos:

[...] a relação entre biologia e comportamento social não pode ser compreendida como uma simples relação de causa e efeito... A busca de causas biológicas para o comportamento humano é um empreendimento baseado numa compreensão totalmente equivocada da biologia..., [que] deve ser vista na pesquisa contemporânea como um comportamento dinâmico da nossa existência, e não como determinante de mão única, como ainda é concebida pelos setores mais conservadores dessa ciência. As aptidões de um indivíduo resultam de uma rede de interações entre o seu ser biológico e o ambiente sociopolítico-cultural em que ele vive. A biologia pode afetar o comportamento humano, mas o comportamento, por sua vez, pode modificar a própria fisiologia individual.

Com base nessa crítica, transcrevo aqui mais uma ponderação de Martin (1996, n. p), que nos fala da necessidade de acordar essas velhas metáforas adormecidas nas ciências que estão, mais do que envolvidas, constituídas em descrições e processos associativo-remissivos entre aspectos que são de ordens diferentes:

Um claro desafio feminista é acordar metáforas adormecidas nas ciências, particularmente aquelas envolvidas em descrições do óvulo e do espermatozoide. Embora a convenção literária seja chamar tais metáforas de “mortas”, elas não estão mais mortas do que adormecidas, escondidas dentro do conteúdo científico de textos – e muito poderosas para ele. Acordar tais metáforas, tornando-nos conscientes de quando nós estamos projetando imagens culturais sobre o que estudamos, melhorará nossa capacidade de investigar e entender a natureza. Acordar tais metáforas, tornando-nos conscientes de suas implicações, as furtará de seu poder de naturalizar nossas convenções sociais sobre gênero.

É válido destacar que, nesse processo de transubjetivação, conforme estou analisando, com a SD 1, a posição-sujeito que dá as condições de dizer a esse sujeito resiste a essa representação estanque e dicotômica do masculino causa-eficiente e do feminino causa-material paciente na medida em que se identifica, por contradição, às avessas, com esse sistema simbólico de divisão dos gêneros. Explicado um pouco mais, o reflexo do corpo que é visto age no movimento de refração daquela corporalidade “confundida como uma mulher” e, assim, na condição de recusa de um corpo estranho à sua subjetivação masculina, o sujeito indicia um movimento de resistência pela/na identificação com esse mecanismo de significação corpo-normativo.

Penso que toda essa discussão nos leva a compreender o funcionamento dos sentidos corpo-normativos e a injunção a dotar a materialidade corpórea de uma “linguagem articulada e fornecer um código explícito à ambiguidade de expressão” (COURTINE, 2013, p. 77), de modo que os espelhos não reflitam identificações fugazes, gêneros instáveis, sentidos litigantes e, assim, não tornem opaca a memória imagético-corpórea do que *são* homens e mulheres. Essa vontade de verdade estrutura a própria narrativa histórica dos corpos na tensão entre resistência e/à adequação à cis-heteronormatividade, como podemos ler nos relatos a seguir:

Minha crise corporal foi dolorosa e confusa. Ao mesmo tempo que meu corpo era eu, também não o era. Quando tomava banho, por exemplo, sentia que não dava banho num corpo estranho, mas em mim, queria me sentir limpo. Quando havia um machucado, tratava dele, poderia ser até com uma postura de médico, mas com a finalidade última de ficar bom. A própria gesticulação – os trejeitos das mãos e do rosto – transmitia o que sentia e queria dizer. No entanto, era por intermédio desse mesmo corpo que as pessoas me confundiam

com uma mulher [...]. Não me lembro de sentir ojeriza ao meu sexo, mas só o tocava no banho por causa da higiene. Nada me atraía nele. Nem sequer o examinava para saber direito como era. Bastava estar ali para já me comprometer no que eu nunca fui: uma menina. Era a prova que só “desaprovava” o que eu era (NERY, 2011, n. p).

Tomei banho de calcinha por muito tempo para não ver meu órgão genital. A primeira coisa que eu fiz [após a cirurgia de afirmação de gênero] foi colocar a mão embaixo [entre as pernas]. Foi uma liberdade gigante. Eu não conseguia, por exemplo, parar de olhar [no espelho]. Só de não ter o órgão biológico [pênis] já é um alívio gigante no psicológico, mas ter uma vagina é uma coisa totalmente surpreendente! Eu sou uma pessoa completa!⁷⁰ (Acréscimos meus).

Com base em toda essa exposição, eu compreendo que os corpos trans, nem sempre ou na maioria das vezes, têm sua existência garantida pelas regalias da “normalidade” e pelas acomodações e primazias que não usufrui no clima estável da cis-heteronormatividade, pois estamos diante de subjetividades que ocupam o não-lugar da transitoriedade: corpos em transe, inquietos pelo fato de estarem atravessando fronteiras físicas e discursivas. Corpos que, ao não se enquadrarem ao binarismo macho/pênis/homem - fêmea/vagina/mulher, deixam as normas de gênero em vertigem, pois há, sem dúvidas, uma perturbação dos/nos sentidos que, no deparo com um “corpo desviante”, examinam, analisam e (se) interrogam em busca de explicações para a (des)ordem do invólucro que se dá a ver.

Corpo desviante que “se concretiza na materialidade do esboço, em forma de decalque do corpo humano, [e] visa à eleição de uma historicidade que nos leva a perguntar: que tipo de projeto anatômico corporal podemos ler aí?” (MILANEZ, 2011, p. 201. Acréscimo meu). A partir do que diz o autor, é possível fazer a defesa de que, ao se deparar com o corpo, engatilha-se o gênero para a irrupção dos sentidos de masculinidades e feminilidades.

Quero, ainda, fazer mais uma discussão sobre essa complexa discursividade do visível, que se sustenta pela tensão do que cala e repete, do que recalca e reativa do gênero. Analise comigo, então, que a incompreensão, o reclame diante da (in)existência no gênero e a resistência a essa configuração imaginária, de que determinados corpos terão de se situar e fazer sentido a partir de lugares simbólicos prévia e fixamente determinados, se traduzem na ideia de um corpo trans-tornado (título do primeiro autorrelato recortado – SD 1) e de uma subjetividade inconformada, por saber que “jamais será uma mulher como as outras!”.

⁷⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8615139/programa/?s=0s>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

No embate com essa corporalidade falha à simbolização do masculino e que falta ao exercício performático da homenzidade, o símbolo fálico se marca como a concretude material do desejo de uma corpo-subjetividade que se vê incapaz de performatizar o masculino sem ser macho, ou seja, sem dispor do signo físico-político do pênis, que, em uma formação social machista, genitalista, falocêntrica e cis-heterossexista como a nossa, expressa a simbologia do macho-homem.

SD 1.9: As evidências no meu corpo me obrigavam a ser visto como uma mulher. [...] Eu não possuía um clitóris mais desenvolvido, apesar de tê-lo puxado a infância inteira, o que não me excitava nem era uma forma de masturbação. Indubitavelmente **sentia certo prazer em segurá-lo, pois, afinal de contas, era algo externo e pendurado.** [...] **Quase todas as noites, sonhava com cenas sexualizadas, onde tinha um enorme pênis e podia fazer tudo o que, acordado, não me era possível.** Os sonhos eram tão nítidos que, geralmente, ao despertar, ainda me deliciava com a inebriante sensação de estar ejaculando. Chegava a levar à mão a genitália, ainda ao sabor da sonolência. Mas, ao verificar a cruel e inerte realidade, levantava-me arrasado. **Faltava muita coisa!**

Essa representação hegemônica do feminino castrado e do masculino genitalizado é bastante significativa à nossa compreensão do funcionamento dos sentidos cis-heteronormativos no jogo entre os objetos corpo genitalizado - gênero - desejo. Observe como esses objetos, nesse recorte, se espelham como uma duplicação refletida de um objeto tangenciado como idêntico a outro(s). Mais que isso, observe que há uma restrição operando na relação dessa corporalidade com o desejo em razão do pênis ausente, o que me leva a supor que não há desejo fora da movimentação do discurso.

Esse sentido dominante favorece o reforço à hierarquia dos gêneros e à heterossexualidade compulsória quando, sobretudo, se articula com a ideia de que, para que o corpo goze, é necessário o encaixe-contraponto entre o falo e o orifício, como se apenas fosse possível sentir desejo, prazer (e até mesmo afeto) saudáveis e legítimos por meio dessa suposta complementaridade. Nesse sentido, eu me afilio à crítica feita por Foucault ([1969] 1999, p. 67), quando nos alerta:

No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica, lá onde foi preciso encontrar entre elas alguns grandes mecanismos de ajustamento (técnica de escuta, postulado de causalidade, princípio de latência, regra da interpretação, imperativo de medicalização), a sexualidade foi definida como sendo, "por natureza", um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos

ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas [...].

Esse efeito de encaixe entre falo e orifício, [...] “advém de uma educação que disciplina, organiza e concentra o prazer nos genitais; [e,] assim procedendo, anestesia o resto do corpo”, na medida em que hipersexualiza genitais e genitaliza corpo-sujeitos (CAMARGO E RIBEIRO, 1999, p. 50. O acréscimo é meu). Não nos esqueçamos, portanto, de que são muitas as possibilidades que temos à disposição para o estabelecimento de vínculos de desejo, prazer e/ou afeto para com outro(s) corpo-sujeito(s). A relação falo-orifício, além de não dar conta da complexidade dos trajetos de constituição da posição-sujeito homens - mulheres, apequena e reduz esses possíveis vínculos que podem ter configurações diversas e serem vivenciados pluralmente. Dizendo isso, não poderia deixar de destacar outro efeito da transfobia estrutural que alicerça as relações de gênero em sociedade e que diz respeito ao envolvimento afetivo com corpe-subjetividades trans. Leiamos o que nos diz, a esse respeito, Leticia Carolina Nascimento⁷¹:

Eu sou transfóbico por não namorar com travestis? Essa é a pergunta de um milhão de lojôs, pergunta recorrente em conversas e debates, geralmente com defesas homéricas que insistem em afirmar que cada um tem um gosto e etc. Importante destacar de modo contundente que a transfobia inserida dentro das questões de gênero e sexualidade é um problema estrutural. Por isso é muito arriscado personalizar o debate em torno do “meu gosto” ou do “seu gosto”. Até parece ser possível facilmente transcender todo um CISTema mundo cisheteropatriarcal para exercer nossos gostos de forma livre e autônoma. Todos, todas e todes somos transfóbiques visto que somos educades em um CISTema mundo cisheteropatriarcal que nos impede de investir afetos em travestis e pessoas trans de modo geral. Somos criades de modo a não considerar ter travestis como filhas, irmãs, primas, tias, noras, amigas, colegas de trabalho, professoras, patroas, namoradas, esposas e etc. As pessoas geralmente crescem sem nenhuma ou pouquíssima interação conosco ou representatividade positiva de nós. Ao invés de indagar-se simplesmente sobre a fato de você não desejar namorar travestis poderíamos ampliar a pergunta para pensar: por que eu tenho convivido com tão poucas travestis em meus ciclos sociais (pessoais, familiares, profissionais e afetivos)?

⁷¹ A autora se identifica como “mulher travesti, negra, gorda, nordestina e do Axé”. Leticia é a primeira mulher trans a ser professora na UFPI. Recentemente, lançou o livro *Transfeminismo*, pela Editora Jandaíra. O texto que cito está disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100018400481873>. Acesso em 12 de junho de 2021.

Ademais, creio ser por demais necessário entendermos como essa política de sentidos genitalista é danosa, cruel, objetificante, atuando no impedimento da ressignificação das relações individuais e coletivas:

Ainda assim, vale salientar outro ponto importante, que é o fato do sistema de genitalização das travestis, homens e pessoas trans, levar muita gente desse grupo social ao adoecimento. A chamada “disforia” genital tem várias faces e existe em diferentes motivos para muita gente trans, com seus corpos, em diferentes momentos de suas vidas, mas aqui, gostaria de tratar de uma construção disfórica específica que toca-me (a Florence): a ideia de ódio ao próprio corpo, condensado no ódio aos nossos genitais. A própria ideia de odiar um órgão, parece-se desmedida, ninguém odeia o próprio fígado, o estômago ou o rim, por que odiaria o pênis ou a vagina? É preciso deixar claro que cada pessoa trans tem uma relação com o seu próprio corpo, mas particularmente, incomoda-me muitíssimo a ideia de que pessoas trans odeiam a si próprias e por isso transacionam. Pelo menos ao que toca ao meu corpo, fico perguntando-me o que é angústia existencial, enquanto pessoa em uma conjuntura social, e o que pode ser angústia gerada, partida da expectativa alheia colocada sobre mim. Esse exercício, faz-nos perceber o quão o projeto social normativo também quer que adoecemos e acreditemos em tudo o que se diz por aí, sobre nós e nossos sentimentos, sobre nossa relação conosco⁷².

A partir dessa citação, penso ser oportuno prosseguirmos analisando como se situam, entre regularidades e dispersões, os movimentos de inscrição de alguns sujeitos trans nos sentidos de gênero. Para tanto, apresentarei mais algumas SD para, com elas, realizarmos uma análise em cotejo sobre essa relação de sentidos entre gênero e genital. Com essas análises, pretendo demonstrar como essa estreita aproximação é determinante em nosso processo de subjetivação e, sobretudo, compreender, em sentido inverso, como nos inscrevemos em outras discursividades, em outras posições-sujeito, que nos mobilizam a simbolizar o gênero desvencilhado do genital.

Muito a propósito, com a finalidade de não incorrer num efeito de calcificação da subjetivação de Nery, dando margem a interpretações de que a sua identificação de gênero foi regida tão-somente por um processo de consorciação irrestrita com a representação genitalista do gênero, quero reforçar que subjetivação é mo(vi)mento, é andarilhagem, é trajeto contínuo. Para tanto, apresento mais uma SD que extraí de outro relato autobiográfico escrito⁷³ por Nery anos depois da publicação da sua primeira autobiografia.

⁷² Disponível em: <http://laidis.com.br/index.php/2020/12/18/sobre-como-o-genitalismo-interfere-ou-define-nossas-vidas/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

⁷³ A SD 1, vale relembrar, foi extraída da obra “*Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*” (2011); a presente SD, à qual estou me referindo, foi recortada da obra “*Velhice Transviada: memórias e reflexões*” (2019), uma coletânea de textos e relatos autobiográficos de sujeitos trans idosos – ambas constam nas Referências.

No trecho que destaco, a seguir, é possível compreendermos os trajetos de subjetivação como o próprio mo(vi)mento de identificação e performatização dos sujeitos com os sentidos de gênero, o que significa dizer que, à medida que vamos nos afiliando a tais sentidos, podemos ir performatizando, nos situando no entremeio de masculinidades e feminilidades, nos subjetivando na mesma medida em que nos projetamos da situação (lugar) no mundo para uma posição no discurso. “Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)” (ORLANDI, 2002, p. 67).

Antes de ler, preciso dizer que o narrador-personagem vem relatando a sua relação com o genital masculino, ou seja, quando o viu e o tocou, pela primeira vez, e como esse contato repercutiu em si em diferentes momentos: na juventude e na velhice.

SD 3 – *Não foi o pênis que me fez homem*: Tendo três irmãs e me limitado basicamente ao quintal da minha casa, só havia visto pênis em livro. Mais tarde, descobri o buraco da fechadura do banheiro. Vi, revezando com Van [irmã dele], rapidamente, o do meu pai, enquanto tomava banho com minha mãe. Foi um choque. O primeiro que realmente olhei de perto foi o do meu primo. Ele era três anos mais novo e meu companheiro de brincadeira. Certo dia o peguei lendo revistinha de sacanagem no seu quarto enquanto batia uma punheta. [...] Num ímpeto de coragem e muito mais de curiosidade, pedi para segurar seu pênis [do primo] e continuar a punheta. Por um momento, tive a sensação de estar batendo em mim: a textura, a temperatura, a rigidez, tudo que havia sonhado e desejado. Não me excitei. Senti uma confusão misturada com satisfação, inveja e tristeza, quando despenquei na real. Mesmo sem ejaculação, agora conhecia como era um orgasmo peniano, para comparar com o meu e simulá-lo. [...] **Com certeza, aquele pedaço de carne [pênis] teria facilitado minha vida para ser compreendido como tal. Hoje, transvelho, sei que não foi isso que me fez homem para mim e para os outros** (NERY, 2019, n. p. Os acréscimos são meus).

Não irei me demorar na análise dessa SD: apenas intenciono demonstrar a movência do sujeito entre posições-sujeito e, com isso, compreender as possibilidades de se identificar e dizer o gênero de outra forma, bem como robustecer a ideia de subjetivação como movência de sentidos, pois é preciso que estejamos atentos para não incorrer em observações ignorantes sobre os tensos processos, fluxos e os diferentes tempos e maneiras de reconhecimento subjetivo no gênero.

Esses lapsos temporais nem sempre são percebidos, como explica Bagagli⁷⁴, ao dizer que, para muitas vivências trans, existe [...] “um hiato considerável entre você externar uma

⁷⁴ Autoria de Beatriz Pagliarini Bagagli. Trata-se de postagem pública em seu perfil na rede social *Facebook*: https://www.facebook.com/search/top/?q=beatriz%20pagliarini%20bagagli&epa=SEARCH_BOX. Acesso em 15 de junho de 2020.

identidade trans (ou ainda: demandar o reconhecimento de uma identidade trans publicamente, para a família, amigos e desconhecidos) e você se identificar como trans ou ter a noção interna de que você é trans”. Não há, portanto, identificação precoce ou tardia. Aliás, o próprio estabelecimento ou a mensuração de um processo, como precoce ou retardatário, deve ser feito de acordo com o referencial de cada sujeito, considerando como se percebe e respeitando a maneira com que vivencia possibilidades de atravessamentos entre os sentidos generificados.

Do enunciado grifado, na última SD, podemos analisar que o corpo genitalizado segue sendo representado como material que encarna o gênero em nossa formação social: “Com certeza, aquele pedaço de carne [pênis] teria facilitado minha vida para ser compreendido como tal”. Contudo, a despeito disso, também podemos analisar um lampejo de resistência a essa simbologia cis-heterocentrada, favorecendo as condições de o sujeito dizer a “sua” homenzidade a partir de outra posição-sujeito – “Hoje, transvelho, sei que não foi isso que me fez homem para mim e para os outros” –, como também nos possibilitando compreender que a construção da subjetividade, por ser histórico-ideológica, é um mo(vi)mento ininterrupto, sujeito a falhas, a contradições e às instabilidades dos sentidos. Nessa direção, vale muito questionarmos essa representação desumanizadora que simboliza [...] “um pênis rijo enquanto seu principal afago, e que desqualifica à insignificância os diálogos e trocas afetivas” [...], afinal, “o que sobra quando o pau não sobe, e principalmente, quando não o queremos?”⁷⁵.

Prossigamos analisando esse processo de regularidade discursiva que instaura sentidos de gênero no contraponto com o corpo genitalizado e, desses, com o desejo, pelo viés da resistência, da (des)estabilização das significações cis-heteronormativas:

SD 4 – *Não removi a vagina, ela ainda molha quando algo me excita:* Reconhecida e destinada biologicamente fêmea. Junto da boneca e do batom, vem o rosa que me entregaram como símbolo de identificação. Não houve pergunta, nem se quer questionamento, se assim eles me viram, assim me mantiveram por bastante tempo. A minha classificação foi dada conforme a minha vagina. Não que eu realmente quisesse ser reconhecida como menina. Mas ninguém me perguntou, e nem se quer questionou, se era assim que eu me via. O meu corpo não bem se adaptou. A menina não se encontrou. E logo garoto se mostrou. Hoje aceito quem sou. O homem corajoso e que tão bem se identificou com aquilo que se transformou. Não removi a vagina, ela ainda molha quando algo me excita. Mas isso não é motivo para comentário que me discrimina, vindo de gente medíocre que de tal forma me castiga. Sou homem de alma e de corpo. Sou homem porque é assim que os meus olhos gostam de

⁷⁵ Disponível em: <http://laidis.com.br/index.php/2021/05/14/a-mitologia-que-envolve-o-penis-divino-e-desejado-de-homens-cis-heteros/>. Acesso em 16 de maio de 2021.

me enxergar. Sou homem porque é dessa maneira que eu me sinto confortável em me identificar. No masculino e sem blá, blá, bláá⁷⁶.

Esse recorte foi extraído de uma *fanpage* que reúne pessoas em processo de hormonioterapia. Nesse espaço, os participantes trocam informações, discutem melhores alternativas para dar viabilidade ao processo de reafirmação de gênero e compartilham suas inquietações, reflexões e as formas de experienciar a transgeneridade. Dito isso, podemos ler, nessa SD, que o sujeito evidencia o seu atual momento de subjetivação, começando pela marcação do advérbio “hoje”, como a dizer que, a despeito de todo um percurso de imposição de uma subjetividade outra, com a qual não se identifica(va), assinalada pelo reconhecimento do genital em seu corpo – “A minha classificação foi dada conforme a minha vagina” –, *hoje/atualmente*, se aceita e reconhece, em si, a dimensão do masculino na qual se transformou/vem se transformando. Não nega, portanto, o genital do seu corpo, tampouco o funcionamento dessa peça, desse órgão físico como receptor dos estímulos sensoriais relacionados à excitação, ao desejo. Ao final, ainda reitera a “sua” masculinidade *com* vagina, reafirmando, nesse gesto, o seu percurso de subjetivação pela via da identificação com uma homenzidade que se aporta na performatização dos sentidos de gênero com os quais consegue estar confortável, se enxergar e manifestar pelo/no seu corpo:

SD 4.1: **Sou homem** de alma e de corpo. **Sou homem** porque é assim que os meus olhos gostam de me enxergar. **Sou homem** porque é dessa maneira que eu me sinto confortável em me identificar.

Em outras palavras, o gesto de resistência dessa corpo-subjetividade se conflagra por esse movimento discursivo que pode ser parafraseado pela relação de sentidos entre ser uma corporalidade de homem que se confronta, que não aceita e não se curva às expectativas sociais dos corpos assinaladas como femininos por terem vagina:

Sou homem *e* não removi a vagina.

Sou homem *e* tenho vagina.

Sou homem *com* vagina.

Sou homem e o genital do meu corpo de fêmea funciona eroticamente.

⁷⁶ Disponível em: <https://m.facebook.com/juliana.guimaraes.7773631?groupid=932984033526326> e também em: https://www.facebook.com/search/top/?q=terapia%20hormonal%20para%20transgeneros%20e%20debates&epa=SEARCH_BOX. Acesso em 10 de novembro de 2019.

Sou homem porque é assim que me enxergo.

Sou homem porque me identifico com sentidos de masculinidade.

Sou homem porque performatizo tais sentidos.

Veja que, ao operar analiticamente com o recurso da paráfrase discursiva e seu funcionamento enquanto matriz de sentido, espaço da repetição que se sustenta em um saber discursivo, é possível trabalhar com a dessintagmatização linguística, no nível mesmo da formulação, e mobilizar relações de sentidos entre o dito e o não-dito. Nesse sentido, por mais que sejamos tentados a estabelecer uma relação de adversidade entre ser homem *apesar* da vagina, eu estou compreendendo que, com esse percurso parafrástico, podemos analisar que o movimento de significação vai na direção contrária à negação, a essa convencional adversidade que impediria a linearização, no fio desse dizer, dos signos: *homem - vagina*.

Absolutamente, não se trata de um recurso discursivo que se forja na negação ou na relação de contrariedade ou adversidade, pois o modo como compreende e reafirma a sua subjetividade é, justamente, entendendo-a como materializada num corpo de fêmea, num corpo que tem, *sim*, vagina. E ela funciona, ela molha, reage a estímulos sensoriais do desejo: o corpo que deseja, nem sempre se curva, nem sempre respeita o que foi convencionalizado/normalizado como uma demanda de subjetividades masculinas – Sou homem *e* “não removi a vagina, [a propósito / inclusive] ela ainda molha quando algo me excita”.

Essa relação entre o genital de fêmea e(m) uma corpo-subjetividade masculina me favorece a possibilidade de analisar um percurso metonímico às avessas, ou seja, a vagina como a parte de um não-todo, a vagina como parte de um corpo feminino que materializa uma identificação masculina – Sou homem porque o genital do meu corpo não diz, não enclausura a minha subjetividade no gênero:

Tenho vagina *e* minha identificação no gênero não se resume a isso.

Tenho uma vagina, que funciona eroticamente, *e* sou homem

Tenho vagina *e* sou homem

Quando digo que identifico um processo discursivo marcado por uma metonímia às avessas, quero chamar a atenção para o fato de que a relação entre *ter* algo não é condição essencial para *ser* algo, isto é, *ter* X não requer, não implica em *ser* X. Não estamos diante de uma relação associativa interdependente: o fato de seu corpo ter um dado genital, uma certa

anatomia sexual, em funcionamento, a propósito, não significa que a sua identificação de gênero seja, inequivocamente, consorciada e atrelada às expectativas sociais em relação a essa parte do corpo.

Por isso, do ponto de vista linguístico, repito, defendo que não estamos diante de uma relação erigida pela adversidade, ao reverso: trata-se de uma relação de sentidos organizada por uma representação simbólico-discursiva aditiva/adicional – tenho X *e* sou Y. A suposta contradição não estaria nesse fato, em si, mas nas expectativas de linearização de sentidos organizadas pela equivocada associação entre ter um genital e performatizar determinada representação de gênero:

Tenho (não removi) vagina *e* minha subjetividade é masculina.

Tenho vagina *e* performatizo uma representação de homenzidade com a qual me sinto confortável.

Tenho vagina *e* me identifico com sentidos de masculinidade.

Tenho vagina *e* minha corporeidade concretiza significações do masculino com as quais me identifico.

Ainda pensando um pouco mais sobre essa associação linguístico-discursiva entre ter X e performatizar Y, lanço as considerações assertivas de Lanz (2017, p. 25-26) acerca desse simbolismo metonímico atribuído aos genitais dos corpos, que são significados como responsáveis por diferenças comportamentais que condicionam os sujeitos:

[...] a sociedade continua praticando o exagero de colocar em dois únicos órgãos – a vagina e o pênis – a responsabilidade pela origem e a manutenção de um vasto arsenal de diferenças existentes entre o homem e a mulher, a maioria delas irreais e artificialmente criadas. Diferenças que incluem desde coisas ingênuas e prosaicas, como cores e tipos de roupa “próprios” e “impróprios” para cada categoria de gênero, até complexos e refinados atributos físicos, comportamentos, atitudes, estilos de vida e papéis e funções na família e na sociedade [...] ser mulher ou ser homem está longe de ser um dado inexorável da natureza, como a “ordem (ainda) vigente” prefere acreditar, tendo em vista a manutenção das estruturas sociais construídas sobre essa divisão arbitrária e espúria dos seres humanos em dois grupos, radicalmente opostos e totalmente irreconciliáveis, com base exclusivamente no pênis e na vagina.

A autora, perceba, questiona a cis-heteronormatividade como discurso logicamente estabilizado que articula o genital ao gênero como se fossem instâncias idênticas, similares ou

remissivas. Observe também que ela propõe a distinção do que é da ordem do biológico e do social, ao aclarar que masculinidades e feminilidades não são constructos naturais que brotam no/do corpo. Louro (2008, p. 18) reforça essa ideia, ao explicar que não é a nomeação de um corpo como de macho ou de fêmea que perfaz um sujeito masculino ou feminino, visto que “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente”.

Ao dizer isso, quero enfatizar que não tenho nenhuma intenção de enunciar a (re)criação do corpo do macho ou da fêmea, ou seja, do ponto de vista estritamente biológico, há limites anatômicos aos corpos. Estou me referindo ao fato de que, consideradas as exceções, nascemos em um corpo com a marca de uma pertença centrada no pênis ou na vagina. Não se trata, pois bem, de somente negar as relações binárias a partir do corpo, mas de redefinir os itinerários do binarismo, [...] “já que até o presente momento as formas, as estruturas linguísticas funcionam, quando relativas a esta equação, de forma binária, parece ser uma decisão acertada que trará conforto e segurança para quem deseja tornar preciso o que ainda é vago, flutuante” (SILVA, 2017, p. 159).

Acredito ser possível confrontarmos essas reflexões, aqui suscitadas, por meio da própria materialidade discursiva em análise:

SD 4.2: [...] Reconhecida e destinada biologicamente fêmea. Junto da boneca e do batom, vem o rosa que me entregaram como símbolo de identificação. Não houve pergunta, nem se quer questionamento, se assim eles me viram, assim me mantiveram por bastante tempo. A minha classificação foi dada conforme a minha vagina. Não que eu realmente quisesse ser reconhecida como menina. Mas ninguém me perguntou, e nem se quer questionou, se era assim que eu me via. O meu corpo não bem se adaptou. A menina não se encontrou. E logo garoto se mostrou.

O meu breve gesto analítico está identificado com o objetivo de insistir na defesa de que é o mecanismo de identificação-interpelação com os sentidos de gênero que vão organizando o nosso trajeto de subjetivação e performatização de gênero, ou seja, a despeito da força coercitiva da cis-heteronorma, como lemos no relato, os sujeitos nem sempre se conformam à representação/materialização, em suas corpe-subjetividades, da simbologia hegemônica do gênero – [...] “ninguém me perguntou, e nem se quer questionou, se era assim que eu me via. O meu corpo não bem se adaptou. A menina não se encontrou. E logo garoto se mostrou”.

Na esteira dessas reflexões, é por demais necessário considerar que somos afetados pela ideologia de tal modo que até a “condição” de apresentarmos ou socializarmos nossas

experiências no gênero já é um de seus efeitos. Não somos, por isso, homem e/ou mulher desde sempre; não nascemos com a masculinidade e/ou feminilidade decidida, cravada na carne (“A minha classificação foi dada conforme a minha vagina. Não que eu realmente quisesse ser reconhecida como menina”); como também não há apenas uma representação simbólico-discursiva da homenzidade e da mulheridade, mas, muito pelo contrário, são plurais e diversas as possibilidades de significação-performatização da nossa identificação de gênero.

Reflexão que não é recente, haja vista que Simone de Beauvoir – escritora que se notabilizou por suas reflexões filosóficas e existencialistas da condição feminina, na abertura do segundo volume de *O Segundo Sexo*, quando trata de algumas condições de produção social da mulher, – já ponderava:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo... (BEAUVOIR, [1949] 2016, p. 11).

Butler (2016, p. 26), por sua vez, alarga essa compreensão, ao dizer que a possibilidade de se tornar mulher não é apenas prerrogativa de corpos biológicos de fêmeas: [...] “não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete só corpos femininos”. Como vemos, a partir do que diz essa autora, como também pelo material que estamos analisando, não se trata de pensar a menina como a mulher a-vir-a-ser, isto é, a “mulher adiada”.

Essa defesa pode implicar em ideais normativos problemáticos, uma vez que, sigo com Butler (2018, n. p), [...] “a suposição de haver um feminino natural ou biológico, subsequentemente, transformado numa ‘mulher’”, incorreria na ideia de que o sexo seria da ordem do natural, da natureza, enquanto o gênero corresponderia a um substrato cultural. Nascer em um corpo de fêmea e, portanto, ser assinalada como menina, não é atestado ou condição indispensável para *tornar-se* mulher; é preciso abrir mão do pensamento binário, afinal [...] “XX e XY saíram de batalha. Eles não são oponentes. Ser mulher não significa mais a falta do desenvolvimento do cromossomo Y. Tampouco ser homem significa o desenvolvimento linear e vertical em direção a esse mesmo Y” (MIRANDA e ZANELATTO, 2015, n. p).

Ademais, ao me aportar na defesa de que o gênero é efeito de sucessivas repetições (performatização), entendo que não *se torna* (pontual e definitivamente) homem/mulher, mas prosseguiremos continuamente *nos tornando*, nos constituindo, repetindo e dando forma, pelo/no corpo, aos sentidos do masculino e/ou feminino com os quais vamos nos identificando e pelos quais somos interpelados. É essa ritualização que forja a noção de pertencimento e estabilidade aos sentidos de feminilidades, masculinidades, como também resulta nos efeitos de naturalização dos trajetos de identificação dos sujeitos com o gênero.

Da relação ininterrupta entre imitação e (des)estabilização dos sentidos (vamos nos tornando o que representamos ou tentamos performatizar os sentidos com os quais seguimos nos identificando), posso inferir que o chamamento (interpelação) a ser sujeito pelo/no gênero não cessa de produzir seus efeitos. Ao longo da existência, do ventre ao túmulo, sofremos uma injunção a reiterar performatividades de gênero, inclusive, por meio de processos de cultivação do corpo que têm por efeito endossar sentidos que reforçam a equívoca intransitividade de *nascer* (para ser) homem, mulher.

Não tenha dúvida: somos corpos perpassados pelo registro do simbólico, pois a linguagem-atributo, antecedente a nós, cria, instaura (forma e informa) uma realidade que nos capta de tal modo que só existimos como sujeitos sócio-históricos e só interpretamos (a nós, ao outro, ao real simbólico) porque somos mediados por linguagem. Nesse sentido, o empreendimento da linguagem é se lançar sobre o real na tentativa de, ao dizê-lo, defini-lo, delimitá-lo, instaurar um efeito-contorno de possibilidade, de *verdade*.

O conhecimento do corpo-genital, portanto, sobretudo nesse momento primeiro em que é anunciado, é resultado de um saber em terceira pessoa: dito por outro que o vê e reconhece uma de suas marcas físico-político-constitutivas que permite ser revelado numa aparente estabilidade lógico-discursiva de certezas e evidências – [...] “Reconhecida e destinada biologicamente fêmea. Junto da boneca e do batom, vem o rosa que me entregaram como símbolo de identificação”.

Com Pêcheux ([1983] 1999, p. 30. Acréscimo meu), eu entendo que é no funcionamento dessa política arbitrária de subjetivação gendrada que se encontram estabelecidas as possibilidades de uma existência legitimada pelo/no gênero, incidindo [...] “em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação [outra], implicando o uso regulado de proposições lógicas”: é verdadeiro que *ser* menina significa Y / é falso que *ser* menina significa X; e com afirmações disjuntivo-excludentes (o estado ou o significado de *ser* menino é X e não Y). Nesses espaços discursivos logicamente estabilizados – continuo citando

Pêcheux ([1983] 1999, p. 31) – [...] “supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição ‘adequada’” do objeto, conforme é tomado discursivamente nesses espaços.

Em outras palavras, a interpretação ao corpo que se vê, e se anuncia, segue a via de uma relação lógico-dualista: *é menino porque não é menina*; pela condição anatômica de seu genital; porque há um outro que se diferencia, particularizando-o e instaurando o contorno da “sua” significação, como se os sujeitos não pudessem (se) subjetivar para além da simbologia do “seu” genital, do que dizem e esperam de um corpo genitalizado X ou Y. E essa limitação é marcada por esse jogo de sentidos entre corpo, gênero e língua. É aqui que se forja a significação genitalizada e objetificante dos sujeitos, nos permitindo interpretá-los circunscritos a condições específicas de emergência dos sentidos corpo-gendrados.

Contrariando a ideia de uma imanência do objeto, percebe-se que é a língua que vai, mais do que dando as condições de existência do objeto, instaurando-o na sociedade, criando-o, determinando-o. No que diz respeito ao gênero, portanto, não é a carne que (se) diz, que se essencializa, que reivindica a prerrogativa de *ser X ou Y*, mas os sentidos generificados que funcionam pelo/no ato de reconhecer, identificar, classificar e etiquetar a carne. Não é ela quem diz, não é ela que *é*, mas o que dizem a partir dela ou o que foi dito, nomeado e “reconhecido” nela.

A carne *não é*, mas *passa a ser* masculina ou feminina pela ação de instauração dos sentidos de gênero que, pela língua, designam e significam o objeto corpo num jogo de duplo efeito, que consiste em desnaturalizar a carne e, nesse mesmo gesto, naturalizar o gênero. Com outras palavras, o sujeito se insere numa ordem simbólica que o antecede, de maneira que não é da carne que (se) faz (que advém, que brota) o sentido, mas é o “verbo”, instaurador, discursivo, que, ideologicamente, atua criando e significando a carnalidade: “A minha classificação foi dada conforme a minha vagina.” A nomeação e a categorização que significam, pela uniformização, os espaços discursivos dos corpos na/pela relação com o gênero, seguem, portanto, uma série de evidências lógico-práticas que condicionam o logicamente representável enquanto um conjunto de proposições que adquirem estatuto de possibilidade na medida em que são suscetíveis de serem falsas ou verdadeiras.

Somos “meninos” ou “meninas” desde muito cedo, não “por natureza”, mas porque essa distinção é fundante na nossa cultura e na nossa língua. Para falarmos de nós mesmos e nos entendermos como as pessoas que sentimos dentro de nós, precisamos recorrer às marcas de gênero disponíveis na língua

e nos demais regimes de representação que nos cercam e constituem; precisamos em algum momento sermos “ele” ou “ela”, ainda que, depois, queiramos ser ambos ou ser nada⁷⁷.

Tais ponderações me autorizam a dizer que, [...] “sujeitado ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o ‘eu’ nem precede, nem segue o processo dessa ‘criação de um gênero’, mas apenas emerge no âmbito e como a matriz das relações de gênero propriamente ditas” (BUTLER, 1993, p. 07), o que torna possível a afirmação de que, ao nomear os corpos como de menina/o, atua-se na produção de identificação e (re/des)conhecimento numa relação com os sentidos de gênero. Interpelado, então, por esses sentidos, o sujeito é o resultado de sucessivas repetições que impõem efeitos de sentidos a esse sobre o *próprio* do masculino e do feminino como uma espécie de paródia em que não é possível recuperar a original, o dizer que a antecede ou o suposto sentido primeiro que a significa.

Aceitar todas essas questões como sérias, e não como folclóricas ou como “anexos da literatura”, significa não tratar a língua como um mero *Meio*, que permite descrever esses processos (um espelhamento desses processos), mas sim, como um *campo de forças* constitutivo desses processos, por meios dos “jogos de linguagem”, do olhar metafórico dos sentidos e dos paradoxos da enunciação, que as discursividades trabalham *na e contras* os “corpos” de regras de cada língua (PÊCHEUX, 2011, p. 119. Grifos do autor).

Desse ponto de vista, o gênero não pode ser pensado como uma origem, um protótipo, de modo que as “transgressões” se constituíam como corruptelas ou deformações. Gênero não é representação anterior, virtual, mas prática performática: (se) faz enquanto é feito, praticado, mobilizado e materializado pelos/nos corpos. Por isso, proponho que compreendamos gênero como produção discursiva que vai sendo produzida na mesma medida em que os corpo-sujeitos, ao performatizarem os “seus” sentidos, dão concretude material às suas significações.

Ao tempo em que vou finalizando, reforço que assinalar um gênero ou atribuir um genital é algo que não se faz apelando a verdades biológicas óbvias e plenamente isentas de interpretação. “Utilizar um ou outro critério implica avançar uma certa concepção do que é o sexo e, mais ainda, de como um corpo sexuado é habitado”. Em suma, [...] “a forma como habitamos um corpo gerado pelo sexo é algo que não está ancorado em formas triviais à anatomia”⁷⁸.

⁷⁷ Texto do ex-deputado Jean Wyllys, que prefaciou a obra BR-trans (2016, p. 9).

⁷⁸ Disponível em: <https://medium.com/@sarawagneryork/o-trans-e-o-seu-lugar-na-hist%C3%B3ria-do-feminismo-6d4964ed7508>. Acesso em 14 de maio de 2020.

Acredito que a discussão realizada até aqui robustece a ideia de que, por não estar encarcerado no corpo, na anatomia de um genital, gênero é uma identificação tenuamente construída através do tempo e suturada nos sujeitos pelo discurso. Não é algo que a pessoa simplesmente *é*, mas algo que deseja, que faz reiteradamente (performatizações repetidas). Ao invés de uma maneira de *ser* ou uma causa, é um efeito. Na esteira dessas ponderações e por estar me aproximando do término dessa análise, gostaria de levantar um necessário apontamento que, por mais que lhe pareça óbvio, precisa ser reiterado: não há nada que se assemelhe, em todos os tempos, em todas as culturas, ao que é (como *ser*) homem ou mulher. Não é possível atribuir-lhes um significado único e atemporal, pois as classificações são convencionais; não existe uma dicotomia consistente, mas uma matriz de contrastes construída sócio historicamente⁷⁹.

Instigado pela ressonância de sentidos da/na formulação “*a minha classificação foi dada conforme a minha vagina*”, sinto-me demandado a uma análise discursiva acerca de um enunciado bastante corriqueiro (“*é menina/o*”) e que, nos últimos anos, está sendo ritualizado de tal forma que passou a ser dito em meio a uma celebração festiva que recebe o nome de “chá revelação”. Trata-se de uma comemoração que, mais do que anunciar qual a anatomia do genital de um corpo que está sendo gestado, reforça os velhos e conhecidos dualismos e binarismos de gênero: azul x rosa, roupas de princesa x roupas de príncipe, boneca x carrinho / camisa do time de futebol pelo qual torce o genitor do corpo em gestação etc. Na contramão de diversas conquistas alcançadas na flexibilização das normas de gênero, é indubitável que essas encenações indiciam a vontade de inscrever a hegemonia do gênero no corpo do outro, na subjetividade do outro. E isso vem se fortalecendo nos últimos ano, o que reafirma a minha defesa de que estamos em meio a uma onda reacionária, uma investida ideológica retrógrada, atuando para produzir e reforçar o efeito essencialista do gênero a partir de um conjunto de equivocadas “combinações”.

⁷⁹ É ilustrativo o que disse a titular do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do Governo Bolsonaro, Damares Alves: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul, e menina veste rosa”. Um pouco antes, nesse mesmo dia, na ocasião de sua posse à frente dessa pasta, em janeiro de 2019, ela também afirmou: “menina será princesa, e menino será príncipe”. Precisamos estar atentos a discursos como esses, pois, além de terem sido verbalizados por agentes do Estado e, por isso, legitimados e amplificados em razão da própria investidura do cargo que ocupa quem os disse, ensejam sentidos de um determinismo natural que opõe homens e mulheres, o que, em muito, já foi utilizado para hierarquizar e controlar a conduta do “sexo frágil”, delegando-lhe funções submissas ao homem. Podemos pensar, a esse respeito, em toda a luta travada pelas mulheres para ter direito ao voto, à herança, ao emprego, à educação etc. Por fim, esses e outros tantos discursos retrógrados sobre as relações de gênero e sexualidade, que estamos acompanhando nos últimos anos, dão conta de que estamos na vanguarda do atraso e do obscurantismo.

Não poderia deixar de também observar que essa ritualística de revelação do gênero-genital de corpos infantis tomam o masculino e o feminino em sentido dicotômico, como se representasse uma entidade (a espécie humana) dividida em duas metades: cada uma delas é definida pelo que a outra não é. A própria construção linguística do enunciado “é menina/o” se inscreve em uma rede de saberes que cria a oposição a partir da diferença anatômico-genital dos corpos e, ao selecionar certos conceitos em uma relação dicotômica (corpo com vagina x corpo com pênis), mobiliza suposições prévias sobre a lógica de um sistema de gênero binário, excludente, inflexível quanto às normas de gênero, limitando as demais experiências de masculinidades e feminilidades. Essa equivocada oposição segue legitimando o controle entre os corpos, pois as noções de masculino e feminino não implicam uma simples relação de complementariedade, mas, sim, uma oposição hierárquica, que põe o gênero como dispositivo de controle social.

Analisarei, por isso, o enunciado que, a meu sentir, funda as relações de gênero em nossa formação social: como já disse, trata-se do enunciado “é menina/o”. Acredito que essa seja uma necessária discussão sobre as identificações e performatizações generificadas, pois é preciso reforçar que a presente discussão não trata do dimorfismo entre machos e fêmeas, mas dos significados binaristas, normatizadores e das práticas sócio-ideológicas atribuídas a homens e mulheres, centrados, sobretudo, a partir dos genitais com que seus corpos nasceram, o que me leva a pensar, com Nery (2019, n. p), [...] “se a nossa sociedade não tivesse essa divisão tão marcada entre homem e mulher, desde a cor do enxoval quando a mãe está grávida, se infiltrando por condutas estereotipadas do que é feminino ou masculino, se não mudaria o sentido da própria transexualidade”. O que, necessariamente, se articula com o fato de que se a [...] “transgeneridade não fosse considerada transgressão do dispositivo binário de gênero, não haveria estigma, nem preconceito, nem patologia, nem armário. É a norma que cria a infração da norma. Se ela for extinta, deixa de haver infração” (LANZ, 2017, n. p).

Dito isso, vamos prosseguir des(a)fiando essa trama da significação a fim explorar os efeitos de sentidos dessa construção simbólico-discursiva do gênero que é estruturada linguisticamente por esse curto enunciado que, para além de *revelar* o genital dos corpos, funda o gênero em nossa formação social.

2.3 “É MENINO OU MENINA?” OS EFEITOS DO “(RE)CONHECIMENTO” DO GENITAL NAS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DE DISCURSIVIDADES GENDRADAS

Sexa⁸⁰

- Pai...
- Hmmmm?
- Como é o feminino de sexo?
- O quê?
- O feminino de sexo.
- Não tem.
- Sexo não tem feminino?
- Não.
- Só tem sexo masculino?
- É. Quer dizer, não. Existem dois sexos. Masculino e feminino.
- [...]
- O sexo da mulher é igual ao do homem?
- É. Quer dizer... Olha aqui. Tem o sexo masculino e o sexo feminino, certo?
- [...]
- Mas então não muda o sexo. É sempre masculino.
- A palavra é masculina.
- Não. “A palavra” é feminino. Se fosse masculina seria “o pal...”
- Chega! Vai brincar, vai.
- O garoto sai e a mãe entra. O pai comenta:
- Temos que ficar de olho nesse guri...
- Por quê?
- Ele só pensa em gramática.

masCULinIDADES⁸¹

(Carlos Wellington)

Às 17 horas nasci
em uma tarde de julho
Leonino! signo de gente forte, de personalidade, diriam
mas gostar desse negócio de horóscopo
não é coisa de homem, ouviria depois
Um homem vestido de branco falou:
" É menino!"
aplausos se ouvem e como castigo
levo um peteleco na cabeça
e me dano a chorar
teria que ser a última vez, porque pelo resto da vida
ouviria dizerem que homem não chora
A camisa era azul, a bermuda azul, o quarto azul
[...]
... falavam para eu tomar jeito de homem
mas afinal o que seria ser homem?
[...]
... não quero essa narrativa encomendada e pronta
quero cor, alegria e poesia
não quero viver essas regras tóxicas
com essa tal de masculinidade
Quero beijar, abraçar e dar afeto a quem amo
dane-se a tal masculinidade e heteronormatividade
não serão elas que vão me impedir
de... ser feliz
[...]

⁸⁰ VERÍSSIMO, Luís Fernando. Sexa. In: **Comédias para se ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 53-54.

⁸¹ Disponível em:

https://www.facebook.com/groups/judithbutler/1365468383653283/?notif_id=1590079717116564¬if_t=group_nf_highlights. Acesso em 23 de maio de 2020.

Humor e interpretação se enlaçam, nesses excertos, tomados pelo lugar da dúvida, da inquietação, da curiosidade que resultam nos questionamentos sobre o sexo/genital do/no corpo. As respostas e as questões dão conta de que o corpo é uma escritura que (des)vela a arbitrariedade dos signos que o compõem. Trabalhar com essas contradições, e não simplesmente apagá-las, pode favorecer a compreensão do político e do ideológico constituindo os gestos de interpretação para o corpo generificado. Na esteira dessas considerações, já começo insistindo na ideia de que o gênero não é um *a priori*, uma essência interior ou prioridade de corpos. Ao reverso, é um artefato da construção socioideológica, um discurso que, via de regra, normatiza, classifica e hierarquiza os corpo-sujeitos, à medida que os organiza segundo um conjunto de normas, ritos e expectativas sociais de desempenho.

Posto isso, acompanhe o meu raciocínio: nascemos corpo, mas essa matéria gestada recebe, sobretudo, com base na sua morfologia sexual, impressões linguístico-discursivas que a tornam um constructo sinalizável por um nome e pelo gênero, de maneira a colocar os sujeitos na norma da conduta de masculinidades e feminilidades, conforme discutimos, há pouco, considerando a formulação “a minha classificação foi dada conforme a minha vagina”. Para melhor ilustrar o que estou dizendo, proponho que rememoremos uma situação corriqueira, que pode, inclusive, nos ter acontecido: trata-se do anúncio do genital de um feto – “*É menino!*” “*É menina!*”. Eis o corpo como lugar estratégico de observação que dá suporte à oposição conceitual que opõe a identidade à diferença, já que estamos diante da classificação que discrimina, baseada, fundamentalmente, na diferença dos genitais (ARÁN e PEIXOTO JÚNIOR, 2007).

Com vistas, então, a problematizar esse sentido calcificado pelo efeito de imanência que se aloja no/pelo enunciado que diz o genital de um indivíduo, alçando-o à condição de sujeito, vou me dedicar a uma análise sobre esse movimento de deparo entre o corpo, a língua e o gênero linearizado em: “*É menino/a*”. Vejamos como esse “carimbo” – *é menino. - é menina.* – tem o condão de inaugurar uma política de sentidos, que incide sobre o indivíduo e o chama (interpela) a ser sujeito pelo/de um gênero. Entendo que terei de me demorar nessa análise em razão de sua importância para a compreensão do movimento de fundação dos sentidos de gênero em nossa formação social. E essa é, com toda certeza, uma reflexão cara aos interesses dessa pesquisa, à discussão sobre as discursividades transgêneras.

Para empreender esse gesto analítico, reafirmo que o mirante teórico onde me encontro ampara a tese de que a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, designando [...]

“exatamente que o ‘não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia”. Portanto, no que se refere, especificamente, à interpelação pelo/no gênero, há um efeito retroativo que merece ser considerado, pois ele faz com que todo indivíduo, antes mesmo de vir ao mundo, “seja ‘sempre-já-sujeito’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 141), o que significa dizer que o sujeito é, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito.

Repare, a propósito, que, a partir desse enunciado, uma rede de significados recobre essa matéria gestada (feto), constituindo-a, distinguindo-a e circunscrevendo-a a um ou outro domínio de saber, masculino *ou* feminino⁸², fazendo recair sobre esse (agora anunciado/revelado) sujeito uma série de projeções e condicionamentos em função da genitália com que virá ao mundo. Analisemos, então, pelo fio da sintaxe como se faz necessária a intervenção desse predicado (é menino/a) para marcar aquilo que “é/está” no sujeito do qual se fala, definindo-o, categorizando como uma corporeidade situado nos domínios inteligíveis do gênero. Observemos que é na ordem da língua que se silencia e também que se fala que corpos têm gênero:

⊘ [espaço vazio] → é menina/o

Isso → é menina/o

A criança → é menina/o

O bebê → é menina/o

O feto → é menina/o

O ser humano → é menina/o

A matéria gestada → é menina/o

O enunciado que estamos analisando se organiza por essa relação elíptica com o lugar sintagmático do sujeito do qual se diz algo e que só passa a existir no gênero depois dessa enunciação, ou seja, do ponto de vista linguístico, essa categoria vazia (lugar do sujeito / sintagma nominal) indicia e esconde que aquilo (de quem se fala / elipse / lugar vazio) não tem

⁸² Estou considerando, nesse caso, que o anúncio do genital do corpo se dá pelo exame ultrassonográfico. Como sabemos, esse anúncio repercute significativamente nas escolhas e nos trajetos que o/a menino/a dever(á)ia seguir. São exemplos disso: cores, roupas, comportamentos etc. Acessórios como brincos, pulseiras e demais ornamentos, como também brincadeiras e brinquedos se configuram como marcadores de generificação. Vale ressaltar, contudo, que ornamentos e as brincadeiras de uma criança não se tratam, necessariamente, de elementos denotadores e definidores de sua identificação no gênero: penso que a questão vai muito mais além e diz respeito a uma vontade, a um desejo de existência no social como um corpo-sujeito gendrado que materializa, em si, representações de masculinidades e feminilidades.

gênero antes desse enunciado fundador. Repare que nada do que se situa, linguisticamente, antes do verbo ser (*é*) e do predicativo (menina/o) tem ancoragem simbólico-classificatória no masculino ou no feminino, o que me permite afirmar que os efeitos de compreensão do gênero só são possíveis, em nossa formação social, a partir da instauração linguístico-discursiva desse enunciado. No fio dessa sintaxe, podemos compreender que não há gênero *a priori*, ou seja, antes da ação instauradora de sentidos que é operacionalizada pela inscrição da língua na história ao enunciar que o corpo biológico (corpo genitalizado), o indivíduo *está/é* no gênero e, por isso, é um sujeito gendrado

Estou defendendo que é com esse enunciado que a língua age e cinde o indivíduo do sujeito. Essa fissura é decisiva à edificação da categoria de sujeito, pois, somente por meio da sujeição aos sentidos de gênero, ao político (*é* menina/o), o indivíduo poderá ser *sujeito generificado*. Dessa injunção ao simbólico, afirmo que “reconhecer/ler” o genital de um feto, e anunciá-lo/revelá-lo, nos coloca frente a um dizer fundante, que atua masculinizando o menino (macho), feminizando a menina (fêmea) e, assim, inseridos nos domínios inteligíveis da língua, o menino e a menina passam a viver em seus “novos” pronomes: *ele, esse, aquele - ela, essa, aquela* etc.

Posso deduzir, pelo exposto, que o ato de nomear o genital significa coerção, que instaura uma ordem de sentidos e que ata o sujeito ao condicionamento político de (ter de) *ser* menino/homem *ou* menina/mulher. Essas categorias sociais, de tão repetidas, são reconhecidas e aceitas como inexoravelmente imanentes. Herança genética. Desígnio de Deus. Assim, estão postas as condições iniciais para que corpo-sujeitos façam a “sua história”, digam a “sua palavra”.

Dessa maneira, biologicamente determinado, o gênero (a sua complexidade) é minorado, pois é compreendido como um atributo apolítico, a-histórico dos sujeitos; dito e posto como intrinsecamente emanado do genital dos corpos. Em outras palavras, genital e gênero, com esse ato primeiro de instauração de sentidos para os corpos, são sinonimizados, ou seja, agenciados como uma única e mesma coisa. Tal associação, como disse, pode se desdobrar em alguns efeitos de confinamento, mesmo que sem cárcere aparente, do sujeito gendrado, pois seus comportamentos serão codificados e explicados como próprios (instintivos) e restritivos à morfologia corpórea do macho (corpo com pênis) ou da fêmea (corpo com vagina).

Avançando nesse gesto de análise, pensemos, assim como fez Pêcheux com o enunciado “*On a gagné*”, sobre o sujeito e o complemento do enunciado “*é* menina/o”, reparando, sobretudo, em sua opacidade e (des)estabilização dos sentidos e como ele emerge em uma rede

de [...] “relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. – isto é, uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 23). A cada irrupção desse enunciado, o gênero se atualiza frente ao corpo-feto ou ao corpo-infante que se vê e, com isso, a língua vai organizando o (im)possível dos sentidos, denominando os itinerários dos sujeitos e instaurando a ordem do gênero. A determinação do menino e da menina ou, melhor dizendo, a primeira interpelação ideológica que os corpo-sujeitos sofrem se vale desse enunciado normatizador, que dá o tom de valoração, de referenciação ao gênero em sociedade.

Esse processo de determinação no/pelo gênero se espalha, então, numa rede de outros dizeres que formam, por meio de uma relação parafrástica⁸³ com o enunciado “é menino/a”, uma cadeia de significados, que se caracterizam por não serem indiferentes entre si, nem tampouco autossuficientes, mas, ao contrário, conhecem uns aos outros e se refletem/refratam mutuamente. Pêcheux ([1983] 1990, p. 53), inclusive, já havia pensado sobre essa possibilidade remissiva e movente entre enunciados, quando disse que [...] “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Observe, a propósito, que as ideias de Pêcheux e Foucault se aproximam, ao pensarem no enunciado não como um “núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo” que se manifestaria na superfície do discurso. A esse respeito, Foucault (2013, p. 105) nos adverte:

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Com outras palavras, reparemos, a partir do quadro abaixo, essa condição do enunciado de ser dependente de outros, isto é, de necessitar ou de estar interligado a outros para, dessa maneira, fazer sentido, ser compreendido. Só assim, materializado na/pela língua, o enunciado ou [...] “toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série

⁸³ Estou entendendo paráfrase como matriz do sentido, espaço da repetição, que se sustenta em um saber discursivo. A paráfrase se alinharia à estabilização, de modo que dizemos com palavras já ditas, segundo esclarece Orlandi (2015). No capítulo seguinte, discorrerei mais sobre os processos de significação parafrásticos e também polissêmicos.

(léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 53).

Quadro 01 – Efeitos de compreensão pós-paráfrase

<i>É menino</i>	<i>É menina</i>
Vestirá a cor azul	Vestirá a cor rosa
Será chamado por X nome	Será chamada por Z nome
Deverá brincar com C e Y brinquedos	Deverá brincar com V e W brinquedos
Será exposto (vivenciar) a situações J e L	Será exposta (vivenciar) a situações K e M
Demonstrará bravura em suas condutas	Demonstrará brandura em suas condutas
Ele desejará <i>ela</i>	Ela desejará <i>ele</i>

Fonte: dados da pesquisa (2019).

As formulações desse quadro se organizam e orbitam no entorno do que estou entendendo como enunciado fundante (*é menino/a*), ou seja, aquele que oferece as condições materiais para outros enunciados que sistematizam o gênero pela relação estreita com o corpo de macho (pênis) ou de fêmea (vagina). Muitos outros dizeres poderiam ser listados, nesse quadro, com vistas a percebermos como o enunciado em tela vai deixando vestígios para a irrupção dos sentidos de gênero, permitindo-me dizer que os enunciados se constituem de um duplo movimento: a singularidade e a repetição – ele é único a cada “aparição” e também mantém (co)relação com outros enunciados. Não poderia deixar de fazer referência aqui à reflexão desenvolvida por Courtine (2009, p. 101) visando à distinção entre Enunciado, rede de formulações e enunciado. Na explicação do autor:

Grafaremos [e] uma formulação, isto é, uma sequência linguística (de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase) que é uma reformulação possível de [E] no seio de R[e] e que vem marcar a presença de [E] no intradiscurso de uma sequência discursiva dominada por uma FD, na qual [E] é um elemento do saber.

Por isso, todo enunciado implica em outro(s) e faz parte de uma rede de relações: elo de uma cadeia, nó em uma rede, cuja significação será determinada pela formação discursiva⁸⁴ onde se inscreve. Dizendo com outros termos, [...] “é aquilo que foi dito, porém descritível dentro de uma materialidade linguística, cujo sentido será estabelecido a partir de relações entre enunciados” (ARAÚJO, 2014, p. 201). Seguindo com essa reflexão, trago uma profícua leitura feita por Nascimento acerca de algumas ideias de Courtine para pensarmos a própria regulação da FD pelo domínio de saber reformulável em seu interior instável e heterogêneo na/pela relação com outras FD:

Os saberes que constituem esse domínio são definidos pelo autor (Courtine) como Enunciado, concebido como uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações, a qual corresponde a um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem as formulações possíveis de um Enunciado. É na dimensão vertical ou interdiscursiva de um Enunciado como rede de formulações que essa estratificação ou desnivelamento ocorre. E são nas redes de formulações onde se estabiliza a referência dos elementos do saber, isto é, é nelas que os objetos do discurso se formam como pré-construídos e é nelas que os Enunciados se articulam (NASCIMENTO, 2020, p. 49-50).

Por essa razão, os enunciados são uma função de existência, a partir da qual se pode decidir “pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem e se justapõem, de que são signos, e *que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação*” (FOUCAULT, 2013, p. 105. Os grifos meus). Quando alguém diz, esse dito se torna um acontecimento linguístico, ao mesmo tempo em que o dito só pode ser formulado porque há algo da ordem do acontecimento que permite que se produza sentido sobre o objeto enunciable.

Dessa reflexão, decorre a ideia de que a língua diz o gênero, num primeiro momento, com esse enunciado. É ele que instaura o gênero da carne e o realiza, o encarna em sociedade. Parece-me que esse pensamento faz sentido se tomarmos a ponderação de Bakhtin ([1979] 1997), quando afirma que a língua penetra na vida através de enunciados, como também é com os enunciados que a vida penetra na língua. A materialidade corpórea, traduzida pelo/no signo do genital, é constitutiva desse enunciado que, por sua vez, precisa desse lugar para (se) fazer

⁸⁴ Mais adiante, discutirei sobre a noção de Formação Discursiva (FD), sobretudo, quando explicar a minha compreensão sobre a FD corpo-normativa e a FD corpo-transgressora. Por ora, citarei Orlandi (2002, p. 69), quando nos esclarece que a formação discursiva é lugar provisório da metáfora e [...] “representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificamente, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-os a outro, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação”.

sentido. Em outros termos, [...] “o discurso e suas formas de enunciação precisam ter, ao mesmo tempo, uma substância e um suporte” (MILANEZ, 2019, n. p): o corpo, como dimensão de si mesmo, que se materializa num duplo jogo entre o verbo que diz a carne (*é* menino/a) e a carne que determina(ria) o sujeito (menino/a *é*... significa ou implica em *ser*...).

Por isso, ser assinalado como menino ou menina implica(ria) em uma série de estratégias de definição que, ao promover a disjunção dos corpos pela operacionalização do genital em relação ao gênero, funda a dicotomia, o binarismo, conforme vimos nos enunciados, constantes no quadro 01, que também podem ser contrastados assim:

- X é diferente de Z
- Z sempre foi mais que X
- Z se fortalecerá como homem por J e L estratégias/vivências
- X se docilizará como mulher por K e M estratégias/vivências
- X destina-se a...
- Z destina-se a...
- X será de Z - Z proverá X

A cis-heteronormatividade compulsória, perceba, se funda no/pelo reconhecimento normativo do genital presente nos corpos e, com isso, dá-se as condições de emergência da representação do gênero como um significante primitivo, apriorístico, e não como uma função ou um uso repetido no/pelo social (performatividade de gênero). Nesse sentido, existe uma dialética fálica com o gênero, isto é, a ausência do pênis se traduz no signo da vagina, o que me leva a enxergar aqui um real simbólico que naturaliza a relação de controle/regulagem entre os sujeitos generificados.

Outro aspecto que gostaria de que atentasse, ao dispor essas formulações, acima, diz respeito ao fato de que, ao mesmo tempo em que eles atuam na fundação do gênero em sociedade, ao sobrepor as significações do masculino sobre o feminino, também reforçam a necessidade de vigília da cis-heteronormatividade, que deve tomar e interpelar os diferentes corpo-sujeitos. Lançarei mão de um exemplo para melhor explicar: repare que são variadas as estratégias de compulsória observância de práticas que tentam colocar as crianças [...] “como não participantes sobre seus corpos e desejos, alegando que elas devem ser protegidas”, porém tais estratégias dizem respeito mais a [...] “técnicas regulatórias que insistem em proteger não

a infância, a inocência ou a criança, mas sim a heterossexualidade e a cisgeneridade” (ATHAYDE, 2018, p. 339).

Nessa mesma direção, acredito que a adoção homo parental se insere nesse “arranjo de cuidados” prescritos pela tal vigília da cis-heteronormatividade: o que o que está em jogo é a preocupação com a capacidade de um casal homoafetivo em não “desviar” infantes ou jovens do percurso normal(izado) da vida, que seria a cisgeneridade como padrão dos corpos e, também, a heterossexualidade como forma legítima de relacionamento sexo-afetivo, sendo ambos necessários à preservação da espécie e à geração-manutenção de mão de obra para o Capital. Curioso observar que a sociedade deseja tanto a procriação, mas julga quando a criança é educada por uma mulher, ou por dois homens, ou por duas mulheres, ou pelos avós, o que me leva a crer que o desejo mesmo é que a criança precisa nascer e participar de uma educação cis-heteronormativa, estando no seio do que se entende pela representação da tradicional e nuclear família brasileira: pai-homem (macho), mãe-mulher (fêmea) e filhos.

Com isso, notamos a necessidade patente de instrumentalizar e dirigir as subjetividades na direção dos efeitos pretendidos: a cismatividade como “a verdade dos corpos” pela relação gênero-genital, bem como a arregimentação compulsória da heterossexualidade enquanto possibilidade legítima e saudável de desejo sexo-afetivo. A cis-heteronormatividade – penso com Foucault ([1969] 1999, p. 38) – está, portanto, “ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora”.

A esta série vem se juntar a multiplicidade das ‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 30).

Prosseguindo com esse raciocínio, creio que esse exercício pós-parafrástico que estou apresentando pode nos auxiliar a compreender como se forja uma política de sentidos à medida que os sujeitos vão sendo predicados, alocados, determinados pelas operações de encaixe/desencaixe, revelação/ocultamento, unidade/contradição, que atuam na e pela regulação-articulação dos “diferentes conjugados”. Algo que se afirma pela imediata diferenciação do/no outro e, assim, faz funcionar a negação das condições materiais dos sujeitos

gendrados, seus movimentos de interpelação-identificação, como se todos os sentidos de gênero coubessem no enunciado “é menino/a” e nos fossem dados prontos, encarnados desde sempre, pela “naturalidade” de um corpo genitalizado. Essa relação inextrincável, como estou explicando, é marcada por um trajeto de sentidos corpo-normativos que se desdobra em/a partir de alguns efeitos que forjam evidências em torno da masculinidade e feminilidade e(m) sua indiferenciação com o genital, tomando ou constituindo o sujeito que anuncia o sexo biológico, o sujeito que compreende o enunciado, ao associá-lo à ordem do gênero, e, também, de quem se fala, sobre quem é falado.

Após essa inscrição do indivíduo no simbólico, constituindo-o, pela via da interpelação ideológica, como uma forma-sujeito histórica, podemos pensar, com Orlandi (2002, p. 71-72. O acréscimo é meu) em um segundo movimento da subjetividade que está visceralmente articulado às formas de individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado:

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem – o indivíduo interpelado em sujeito (I¹ [indivíduo em primeiro grau]) – mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado: teríamos então o I², ou seja, o indivíduo em segundo grau.

Explicando um pouco mais, afetado que é, desde sempre, pela ideologia, o sujeito, também tem sua subjetividade constituída por esse segundo momento de determinação que o individua(liza) pelo/diante do Estado e de outros sujeitos. Penso ser viável essa via de reflexão sobre os itinerários de subjetivação, sobretudo, se considerarmos o aspecto remissivo, concomitante e paralelo entre/sobre os mecanismos de interpelação ideológica e individua(liza)ção, pois, como estamos analisando, há um ritual ideológico e de individua(liza)ção que opera, que age sobre os corpos desde o momento em que é possível lê-los e reconhecê-los pela marca de seu genital.

A esse respeito, analise comigo, então, como o sujeito elíptico desse enunciado (de quem se fala) é, ao mesmo tempo, a instância de significação do próprio enunciado e o predicativo do verbo ser (é), nos permitindo realizar um paralelismo: é menino/a, logo, essa condição implica em *ser* X e não Y, em ter de demonstrar certas características, condições, modos de apresentação, de condutas – portador de alguns “destinos”, e não de outros, afinal:

- um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes;
- um mesmo objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P;
- um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc. (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 31 e 32).

O verbo *ser* (*é* menina/o), no caso, indicia um efeito de impessoalização, marcando que não se trata de uma opinião, não se trata de um anúncio linguisticamente marcado pelo modo subjuntivo e, por isso, modalizado por reservas ou dúvidas, mas, ao contrário, trata-se de uma injunção, que atua indiciando um estado ou uma condição (supostamente) permanente, inquestionável, que liga/determina os predicativos possíveis a se referir ao sujeito generificado *menino/a*. Dizendo de maneira diferente, o verbo *ser* atua pelo estabelecimento de uma relação de identidade-espelhamento entre dois objetos (genital = gênero), não fazendo distinção de sentidos, mas articulando as instâncias do corpo anatômico e do gênero como uma verdade analítica e óbvia, por se tratar de uma presumida relação do objeto consigo mesmo – o exílio das subjetividades, o cárcere (in)aparente, como se o significado do gênero só fosse possível pelo/no “seu” referente físico-anatômico de um *ou* outro genital (pênis x vagina).

O corpo-genital, ato contínuo, funciona como uma imagem objetiva e coletiva que todos têm dele e, por isso, dizem: *é* menina/o. Esse enunciado alcança o objeto corpo, instaurando um efeito de verdade sobre o gênero que recobre, toma o corpo genitalizado como uma arquitetura físico-política que é organizada por um par dicotômico calcado numa urdidura que provisiona uma ontologia, em si mesma excludente, que determina fronteiras entre *ser/não ser*. Há, dessa maneira, uma significação que se expressa no/pelo corpo que é arranjada sintaticamente por esse enunciado, que faz algo, que comete algo na relação dos sujeitos com o corpo e, assim, obtemos os efeitos (de adequação, de resistência, de performatização, de desejos etc.) que o gênero produz no social: *é* menino/a.

Não se trata, por isso, de apenas olhar/descrever o corpo, mas de dizê-lo; e dizendo-o, identificá-lo; e, ao identificá-lo, estimular o sujeito gendrado a realizar/performatizar, em/com seu corpo, uma política corpo-normativa de sentidos que é acionada pelo verbo *ser* (“*é*” *menino/a*) e arregimentada por esse enunciado, que tangencia gestos, preferências, cores, condutas, como a dizer que o corpo carrega, em si, à semelhança da digital ou do fator sanguíneo, uma natural identidade de gênero, que lhe seria condição essencial para *ser* e demonstrar *ser* fêmea/menina/mulher -macho/menino/homem. Sendo mais objetivo: ao mesmo tempo em que

diz o gênero pela indiferenciação evidente com o genital, o enunciado “é menina/o” reivindica o corpo que é dito.

Eu penso, e aqui cito Pereira e Modesto (2020, p. 284), que esse aspecto supostamente incontornável do gênero, inicialmente conflagrado pelo enunciado “é menina/o”, [...] “se aproxima a uma retórica tautológica, na qual o discurso se explica por ele mesmo, uma espécie de construção universal que não necessita de elucidação”, pois, diante do visível do corpo, supõe-se que haveria um efeito de certeza e de conciliação entre gênero-genital que seria da ordem do irrefutável, do plenamente crível, estando, por isso, não passível a questionamentos ou tensionamentos. Continuo com esses dois autores (2020, p. 284)⁸⁵, citando-os e, ao mesmo tempo, promovendo alguns deslocamentos em suas ideias na tentativa de efetivar maior aproximação com a discursividade que estou analisando:

Podemos elaborar algumas variantes a partir do enunciado que analisamos aqui [“É menina/o”]: “se é, então é”, “se x, então x”, “se é [menina/o], então é [menina/o]”, “se [pelo corpo-genital] é visível x [que (não) é *menina/o*], então é visível x [que (não) *sou* menina/o]”. Os fatos se comprovam por si só, em redundância. As respostas se repetem efetivando a certeza que, por sua vez, é a verdade.

Como venho demonstrando, o gênero é anunciado e reconhecido a partir desse lugar de certezas e evidências, requerendo/determinando que se acredite que “é” e, dessa maneira, pode seguir reverberando no processo de subjetivação dos sujeitos pela crença de que “eu (não) *sou* menina/o”. O (re)conhecimento de si, de seu corpo, também se efetua pela atividade de negação do corpo outro, ou seja, o empirismo biologicista, que atravessa a enunciação e o reconhecimento do enunciado em análise, pode ecoar no dizer de si, do sujeito gendrado [“eu (não) *sou* menina/o”] como um efeito de evidência que resulta da relação axiomática tramada entre genital-gênero, como também da desconsideração do complexo processo histórico-ideológico de identificação-interpelação-subjetivação pelo/no gênero.

É preciso notar, a propósito, que a própria construção “é menina/o” sinaliza para um gesto que dá relevo a determinadas características do corpo-sujeito, já anunciado, ao mesmo [...] “tempo em que produz silêncio em relação a outras [características]. Nesse sentido, [‘é menina/o’] inscreve em si mesmo, por um silenciamento constitutivo (ORLANDI, 2007), um

⁸⁵ O texto deles, que venho fazendo referência, analisa o funcionamento discursivo a partir da constituição da posição-sujeito “mulher negra de pele clara”. Há, portanto, um atravessamento entre gênero e raça, o que não comparece no enunciado que sigo analisando e, em razão disso, justifico os deslocamentos que farei, objetivando ser mais pontual na reflexão sobre gênero. As alterações no texto dos autores correspondem ao que estiver entre colchetes.

dizer outro que se pode traduzir por [‘eu (não) *sou* menina/o’]” (PEREIRA e MODESTO, 2020, p. 284. Os acréscimos, colcheteados, são meus). Esse efeito de evidência diante do corpo-genital que se vê, portanto, atua na refutação de uma subjetividade outra, que poderia acenar para outro processo de identificação de gênero.

Tais observações são decisivas para compreendermos o movimento de subjetivação no gênero e(m) seu batimento com o corpo. Para percebermos, por exemplo, como esse dizer que institui o gênero, a partir do visível do corpo, prossegue interpelando e produzindo evidências que estreitam o já intrincado efeito de reflexo-refração entre corpo-gênero de si e corpo-gênero do/no outro – onde o mesmo está inscrito no outro, diria Pêcheux (2011). Os corpos genitalizados são alçados a um lugar de representação do gênero e, assim, lhes são atribuídos, imaginariamente, (im)possíveis lugares de identificação, conforme já analisamos nas primeiras sequências discursivas.

Estamos, por isso, repito, diante de uma identificação em terceira pessoa, ou seja, os corpo-sujeitos podem sofrer algumas interdições no processo de identificação pelo gênero, uma vez que, em uma formação social fortemente erigida por sentidos dominantes, que se articulam por esse efeito de certeza e de indistinção gênero-genital (menino/pênis - menina/vagina), essa elaboração subjetivo-corporal já lhe foi entregue por outrem como uma sinalização de que o seu corpo é a negação do corpo outro.

Não tenho dúvidas, em razão do exposto, de que há uma memória sobre o corpo (do) outro, aquele que *é* e não *é* o mesmo, nos mostrando que os olhos do/para o outro determinam o espelho de si, ou seja, acabamos por incorrer numa busca por ver no outro (e para que o outro também se/me veja) o espelho do espelho do que somos/não somos, a nossa própria projeção corpóreo-subjetiva. Os corpos dissidentes, nesse caso, por também se configurarem a partir de uma percepção material de uma política hegemônica do olhar, são incompreendidos entre os dois gêneros socialmente estabilizados (FERREIRA CASSANA, 2016). Essa incompreensão carrega consigo o fato de que há uma incapacidade ontológica em (se) explicar o *ser menina/mulher*, por exemplo, por si só, porque essa categoria social está/é condicionada, atrelada em *ser*, geralmente, em função do outro, o *ser menino/homem*.

Cito mais uma vez Orlandi (2002, p. 72), por acreditar que é

[...] dessa maneira complexa que podemos pensar a questão do sujeito, da ideologia e da resistência como algo que não se dá apenas pela disposição privilegiada de um sujeito que, então, poderia ser ‘livre’ e só não o é por falta de vontade... Ou, o que dá no mesmo, que, sem ideologia, seríamos felizes para sempre. [...] Há, tal como pensamos, o caráter irrecorrível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao

simbólico pela ideologia – e a possível resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Certamente, esses momentos, esses movimentos são distintos, e é preciso levar em conta essa distinção, essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso – e a resistência.

“*É* menina/o”. Com esse brevíssimo enunciado, que materializa o teatro da interpelação ideológica, o sujeito é proclamado e chamado a existir no/pelo gênero. Além de reconhecer corpos de machos e de fêmeas, com esse enunciado, também assinalamos a primeira inscrição discursiva do gênero, da qual decorrerão os prazeres e as agruras de uma vida generificada.

Em razão dessa exposição, não somos causa, origem ou, ainda, um ponto de partida para articular corpo e gênero. Não dispomos da primazia da intenção significativa que, ao irromper no social, cada um a sua vez, por si, em si, para si, ordena a simbolização inédita e primeira do corpo em sua relação com o gênero. Ao contrário, somos instados a ocupar, a partir de lugares sociais, lugares discursivos no sistema de (re)produção da simbolização generificada. A ideologia atua em processos de deslocamento e transformação, configurando um funcionamento sobre e contra si mesma. Vou mais adiante com Orlandi (2002, p. 72):

Uma vez interpelado em sujeito pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta [...]. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito já individualizado é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito.

Enfim, é com esse enunciado que se funda o gênero, atualizando-se, indefinidamente, os sentidos de gênero em nossa formação social, quando instaura, pela/com a língua, essa relação inextrincável entre gênero e corpo. Um dizer que institucionaliza, legitima e, pela representação da completude, apaga a diferença, a historicidade, a contradição. Uma definição que (de)limita, ao reforçar/naturalizar uma suposta base biológica do genital ou um primado do genital sobre o gênero. Como efeito desses atravessamentos, a determinação de um corpo-sujeito em um/a partir de um genital é, ao mesmo tempo, a negação de sua inscrição em outro gênero.

Estabiliza-se, com essa enunciação, os sentidos forjados no jogo entre *ser* o que o outro *é/não é*, ou seja, há um efeito, resultado da justaposição, da indiferenciação enganosa entre o genital, natural(izado), e o gênero, simbólico, que pretende limitar a deriva dos sentidos, ao

passo que aloca os corpos nos supostos domínios inexoráveis da masculinidade ou da feminilidade.

Encerro essa seção, pontuando, em face do gesto analítico que estou empreendendo, que a ideologia segue funcionando como mecanismo de distinção dos corpo-sujeitos, colocando-os em lugares específicos, ao tempo em que funciona segundo a lógica de disjunções mutuamente exclusivas que está no jogo do cerne do processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos: [...] “a identificação pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe etc. ou ainda como turco, francês, alemão, etc. E como é organizada sua relação com aquilo que o representa” (PÊCHEUX, 1975, p. 47).

2.3.1 “*Menino/a é menino/a*”: o efeito circular de retorno-reforço dos sentidos hegemônicos do gênero

Nesta subseção, pretendo prosseguir com essa reflexão sobre o gênero enquanto forma de regulação dos corpos, uma estrutura de produção da vida em sociedade, que se dá por meio de dispositivos específicos, que passam pela ordem do institucional, jurídico, educacional, psiquiátrico (das tecnologias psico, médico, jurídico, biologizantes), dentre outros, que, a seu turno, são responsáveis pelo engendramento dos sujeitos. A defesa que faço, por isso, é a de que não há uma separação entre a instância reguladora, a língua e o gênero, ou seja, a regulação, agindo e reprimindo os sujeitos, vai, em um só gesto, constituindo o espectro de subjetividades de homens e mulheres.

Por vezes, inclusive, o jogo com a língua para o processo de identificação-reconhecimento pelo/no do gênero se perfaz de tal forma que o substantivo *menino/a* é adjetivado também pelo mesmo signo *menino/a*, tendo por efeito, mais do que predicar, encarcerar o sujeito de quem se fala (ou sujeito que (se) fala) e encerrar o (im)possível do gênero. Vou objetivar: essa operação com a língua pode ser percebida nos enunciados: “menino é menino.”, “menina é menina.” ou, ainda, por algumas de suas variações: “homem é homem.”, “mulher é mulher.”; “isso (elipse) é coisa de (para) menino/a.”; “homem nasceu pra ser homem.”; “se nasceu homem, é pra ser homem.” etc.

Desse amplo repertório de enunciados, recortarei apenas este: “menino/a é menino/a” para, então, juntos, tentarmos desconstruir esse efeito de essencialização, esse sentido de “qualidade intrínseca” a um ou outro gênero, tendo como premissa a ideia de que “os sentidos

de gênero, pelo corpo, erigem o sujeito e o seu (do gênero) próprio efeito” (MILANEZ, 2019, n. p). Repare, inicialmente, que, ao jogar com o signo menino/menina na condição de predicado nominal homônimo do sujeito *menino/a*, há um efeito de circularidade, de fechamento ou encerramento dos sentidos entre ser definido como sujeito de um gênero e (se) retroalimentar os sentidos que constituem, dicotomicamente, a masculinidade e a feminilidade. Nesse caso, o verbo copulativo *ser* (é), duplica-se e é alocado entre o substantivo *menino/a* e o seu qualificante homônimo:

É menino/a → menino *é* menino. / menina *é* menina.

{[*É*] menino/a *é* menino/a.}

Sim: o verbo é duplicado, não deslocado. Ele permanece lá, também forjando o processo de constituição desse outro enunciado. Ainda que não dito, é decisivo para a formulação de “menino/a *é* menino/a.”, pois partimos dele, de suas condições materiais de definição-classificação dos sujeitos, para que, só assim, possa ser retomado numa operação de encaixe, que atua reforçando e linearizando a significação da masculinidade e da feminilidade.

Os ecos do enunciado fundante, que estou dedicando essa análise, podem ser escutados em “menino/o *é* menino/a.” na medida em que recuperamos os efeitos de compreensão pós-parafrásticas de que estou tratando e ao considerarmos que [...] “o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório” (ORLANDI, 2005, p. 11).

<i>É</i> menino	-	<i>É</i> menina
[<i>É</i>] Menino <i>é</i> menino	-	[<i>É</i>] Menina <i>é</i> menina
[<i>Ser</i>] Menino <i>é</i> / <i>significa</i> _____	-	[<i>Ser</i>] Menina <i>é</i> / <i>significa</i> _____
(vestir azul)	-	(vestir rosa)
(ser chamado por X nome)	-	(ser chamada por Z nome)
(brincar com C e Y brinquedos)	-	(brincar com V e W brinquedos)
(experienciar situações J e L)	-	(experienciar situações K e M)

(demonstrar bravura em suas condutas) - (demonstrar brandura em suas condutas)
 (desejar o seu oposto) - (desejar o seu oposto)

Observe que o encaixe desses predicados (entre parênteses) se configuram como um índice potencial de enunciados que estabelece as condições de significação do gênero em sociedade. À medida que os objetos simbólicos (cores, roupas, condutas, desejos etc.) vão predicando, definindo, aproximando e igualando o *ser* menino/a, os sentidos hegemônicos de gênero são retroalimentados como um efeito circular de retorno-reforço àquele enunciado que funda o gênero no deparo com o corpo, solapando, dessa forma, outras possibilidades de subjetivação pelo gênero.

Preciso, ainda, fazer um necessário apontamento que me foi sinalizado por Pereira e Modesto (2020), quando pensaram sobre as *sentenças identificadoras* (SILVA, 2019), cujo entendimento é convencionado pelo funcionamento linguístico mobilizado a partir de construções do tipo “[X (é) Y] ou [X (igual) Y]”. Diversas são as possibilidades de formulação dessas sentenças, podendo ser classificadas em predicativas, especificacionais, identificacionais e as sentenças de identidade (equativas):

I - SENTENÇAS PREDICATIVAS

- a. A cadeira é cara.
- b. A cadeira que eu comprei é cara.

II - SENTENÇAS ESPECIFICACIONAIS

- a. O vencedor do duelo é o Anderson.
- b. O único músico que eu conheço é o Luís.

III - SENTENÇAS IDENTIFICACIONAIS

- a. Aquele (cara) é o João.
- b. Essa (moça) é a Maria.

IV - SENTENÇAS DE IDENTIDADE (EQUATIVAS)

- a. Fernando Pessoa é Alberto Caeiro. (HEYCOCK, 2012)
- b. A dona Lúcia é ela. (SILVA, 2019, p. 16).

Vejamos algumas apreciações interessantes que Pereira e Modesto (2020, p. 286. Os grifos são meus) fazem sobre o funcionamento das sentenças identificadoras:

O autor [...] descreve como se daria o funcionamento das sentenças identificadoras, que adotam, como aspecto principal, o caráter atributivo, usando os seguintes exemplos: “O diretor da minha escola é o meu irmão mais velho; O diretor da minha escola é exigente” (SILVA, 2019, p. 10). Para o autor, considerando-se sentenças construídas nesse formato, [X (é) Y], na primeira sentença, o elemento Y (meu irmão mais velho) serviria apenas para identificar o sujeito, o elemento X (o diretor). Por outro lado, na segunda

sentença, o elemento Y (exigente) caracterizaria o sujeito X (o diretor), ou seja, atribuiria um aspecto relevante sobre ele. **A discussão empreendida pelo autor opera uma distinção semântica na função predicadora, diferenciando, desse modo, o que seria da ordem da mera identificação (meu irmão mais velho) e o que seria da ordem da efetiva atribuição de qualidade (exigente).**

Na esteira dessas observações, penso ser possível fazer a propositura de que os enunciados “é menino/a” [*é* X/Y] e “menino/a é menino/a” [X/Y *é* X/Y] poderiam ser agrupados em um quinto grupo de sentenças identificadoras: as que reuniriam uma função predicadora que teria como propriedade a possibilidade de não só identificar [*é* X/Y], mas, ao mesmo tempo, exercer uma efetiva caracterização predicativo-atributiva para os sujeitos X ou Y [X/Y *é* X/Y]. Vou objetivar essa proposição com algumas possibilidades de sentenças que seriam agrupadas nesse eixo que, como disse, se fundiria a partir da reunião semântica das propriedades de identificação e efetiva atribuição de “qualidade”:

(*É* X) → (X *é* X)

É mãe → mãe *é* mãe

É uma bicha → bicha *é* bicha

É um preto → preto *é* preto

É Brasil → Brasil *é* Brasil

É brasileiro → brasileiro *é* brasileiro

É petista → petista *é* petista

É menino/a → menino/a *é* menino/a

Observe comigo que essas estruturas de formulações [(*É* X) → (X *é* X)], por exercerem um efeito identificatório evidente sobre o objeto X, limitam a deriva das significações, tolhem o jogo de predicções possíveis que constituiriam o objeto, engessando-o e circunscrevendo-o em um índice semântico que, geralmente, funciona por meio de uma série hegemônica de sentidos, podendo se desdobrar em atribuições polarizadas e que repetem/atualizam o mesmo, o idêntico da significação estereotipada em relação ao objeto identificacional:

(*É* X) → (X *é* X) → Se *é* X ou sendo X, X *é* / *significa* ser...

É mãe → mãe é mãe → é bondosa / é paciente / sempre ama, está sempre disponível e tudo suporta...

É uma bicha → bicha é bicha → é promíscua / é interesseira...

É um preto → preto é preto → é desmantelado / é sujo / é perigoso...

É Brasil → Brasil é Brasil → é onde tudo pode / é o país da corrupção / é o país que tem tudo pra dá certo... / é o país do futuro

É brasileiro → brasileiro é brasileiro → é espertalhão / é malandro...

É petista → petista é petista → é fanático e radical⁸⁶ / é alucinado por Lula...

É menino/a → menino/a é menino/a → é agressivo/é viril - é doce/é pudica...

Estou entendendo que o enunciado “menino/a é menino/a” corresponde, em certa medida, à defesa, acima feita, sobre as sentenças identificadoras, uma vez que é formulado por um formato próximo ao proposto por Silva (2019), porém, como estamos vendo, há um maior efeito de aproximação (remissividade) discursiva. Essa especificidade diz respeito ao fato de que os elementos tomados por esse autor não são signos similares [*X (é / igual) Y*] como os que estruturam os enunciados que venho analisando – “menino/a é menino/a”, ou seja: [*X/Y (é / igual) X/Y*].

Observe, nesse caso, que o elemento X ou Y seria o elemento identificado ou o foco de identificação que se assemelharia homonimamente ($X \leftrightarrow X / Y \leftrightarrow Y$) e também contrastaria com o outro elemento identificacional que ele refrata: X (menino $\leftrightarrow$ menino) que se difere de Y (menina $\leftrightarrow$ menina). Desses arranjos, decorre a minha reflexão de que há um efeito de evidência funcionando de tal modo nesses enunciados que os dotam de uma prerrogativa linguístico-discursiva, ancorada no olhar, no visível do corpo, que é capaz de identificar e, nesse mesmo gesto, efetivar uma atribuição evidente e convicta da masculinidade ou da feminilidade para e sobre os elementos X (menino) e Y (menina). É com esse efeito de evidência, a propósito, que as formulações linguístico-discursivas materializam a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso⁸⁷ constituída e atravessada por sentidos supostamente ontológicos ou tomados na ordem do axiomático:

⁸⁶ “Dias atrás uma amiga presenciou uma conversa em que duas garotas decidiam quais os critérios para dividir apartamento com uma outra. ‘Não suportaria dividir com uma petista’, disse uma delas. Essa conversa, exceto no caso de militantes mais radicais, dificilmente aconteceria anos atrás: ninguém costumava perguntar qual era a orientação política antes de dividir a casa com alguém”. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html. Acesso em 19 de agosto de 2020.

⁸⁷ Interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que vão determinando o que dizemos. Para que tenham sentido, é preciso que as palavras já façam ou tenham feito sentido. Brandão (2004, p. 89) nos explica

Menino (que) é menino (*de verdade - que se “garante” como tal - que se preze: que acate e submeta o seu corpo à hegemonia da masculinidade*): *é / significa ser X – valente, viril etc.*).

Menina (que) é menina (*de verdade - que se “garante” como tal - que se preze: que acate e submeta o seu corpo à hegemonia da feminilidade*): *é / significa ser Y – terna, recatada etc.*).

Diferentemente da distinção predicadora, que se bifurcaria entre a mera identificação e a atribuição de qualidade, o enunciado “menino/a é menino/a” agencia, ao mesmo tempo, essa possibilidade identificatória e atributiva. Mais do que identificar o corpo que se vê, esse enunciado demanda construções de lugares de atribuição pelo/no gênero. E essas demandas de identificação, conforme demonstrado, passam pelo jogo de instauração de sentidos mobilizado pelo funcionamento transparente dos sentidos instaurados pelas sentenças “identificatório-atributivas”.

Outra particularidade do enunciado em tela diz respeito ao fato de que “menino/a é menino/a” se trata de uma construção impessoal [X/Y (*é / igual*) X/Y], que dispensa ou [...] “exime o sujeito do discurso, ou seja, que não demanda pronominalização”. Há um efeito de certeza subjacente a esse enunciado que funciona, na língua, pela mobilização de uma construção generalizada, em que não há um sujeito que se responsabiliza ou assuma como sendo “seu” esse dizer, “então, não havendo um sujeito, quando o discurso é pronunciado, ele não caracteriza uma opinião e, sim, um fato” inconteste, incontornável (PEREIRA E MODESTO, 2020, p. 284). Por isso, haveria uma estímulo-reforço para que a interpretação se dê no campo do, igualmente, evidente e “facilmente” perceptível, averiguável e identificável: [*É X: X é X: Se é, então é: Em sendo X, logo significa ser...*].

Ao tratar sobre esse aspecto do reconhecimento ou leitura dos genitais de um corpo, não poderia deixar de fazer uma justa e necessária menção aos sujeitos intersexuais, a fim de [...] “colocarmos à mostra o processo de individualização-normativização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente” a sua submissão (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 279). A intersexualidade diz respeito aos corpos que nasceram

que, se “uma FD é atravessada por várias FDs, e, consequentemente, que toda FD é definida a partir de seu interdiscurso”, o interdiscurso é constituído por diversos discursos de diferentes formações discursivas (FD). O intradiscurso, por sua vez, é a sequenciação, a linearização dos sentidos pela língua. Diz respeito ao material sintático, o fio discursivo com o qual trabalha o analista de discurso.

com a condição da *diversidade de desenvolvimento do sexo*. Essa nomenclatura é usada para categorizar corpos que apresentam constituição físico-morfológica de macho e de fêmea, que pode variar desde aspectos mais aparentes, como genital ambíguo, ausência de genital, tamanho e má formação, até a produção de hormônios, linhagens genéticas e organização cromossômica que pode combinar genótipos XX (da fêmea) e XY (do macho).

Do ponto de vista biológico, são pessoas que estão entre sexos. Por isso, entende-se a intersexualidade, em si, mais alinhada a aspectos morfológicos do corpo, diferenciando-a da endossexualidade (o corpo que *diz* o seu sexo biológico). Já foram nomeadas como *hermafroditas* e consideradas anomalias que, por causa da sua disposição anatômica, causavam embaraço na lei que diferenciava os genitais e prescrevia sua conjunção. Por isso, o termo destacado é carregado de estigma e preconceito.

Algumas leituras que realizei dão conta de que há aproximadamente 40 tipos de manifestações de intersexualidade. Uma das principais pautas dos movimentos constituídos por pessoas com essa condição diz respeito à luta pela proibição de cirurgias “corretoras” em bebês intersexos⁸⁸. Ao se deparar com essa condição inata e cobrados por uma definição do genital de seu filho – “*é menino ou menina?*” –, muitos pais optam por procedimentos cirúrgicos que, não raras as vezes, mutilam e deformam o corpo da criança. Reitero a legitimidade do apelo para que se respeite a autonomia corporal de sujeitos intersexos: que não lacere a carne de infantes a fim de satisfazer a injunção social por uma definição exata do genital. Na direção inversa à realização de tais cirurgias, a proposta é a de que o sujeito que apresente essa condição tenha a faculdade de decidir o que fazer com a sua intersexualidade, podendo, inclusive, nada fazer e, assim, viver a experiência do duplo, do ambíguo, do diverso.

Perceba que, conforme expliquei, a intersexualidade é da ordem do biológico, contudo, é possível circunscrever esse reclame na pauta sobre gênero e sexualidade, na medida em que há uma reivindicação pelo direito sobre o próprio corpo e sobre o gênero. Não deixe de observar, também, que, nessa distinção (intersexualidade - endossexualidade), reside uma

⁸⁸ Sugiro a leitura da obra Jacob(y), “*entre os sexos*” e *cardiopatias, o que o fez anjo?* Neste comovente relato, vamos nos dando conta de como é socialmente complicado se insurgir contra o visível do corpo, contra “*cistema*” gênero-genital, ou seja, quando o corpo de um infante não apresenta um genital prontamente reconhecível, identificável. Dificuldades que perpassam a declaração de nascido vivo, emitido pelo hospital ou maternidade, a certidão de nascimento, o gozo de direitos básicos e assegurados legalmente para os corpos “reconhecíveis” como masculinos ou femininos. Essa articulação entre os Aparelhos Ideológicos (Família e Estado) se conflagra pela obrigatoriedade, (im)posta pelo Estado, de as famílias registrarem e declararem o gênero dos nascidos vivos. Uma brutal violência que, via de regra, é chancelada pelos discursos pedagógicos que separam os diferentes; pelos discursos religiosos que reforçam as diferenças, atribuindo-lhes a pecha de pecado, de castigo divino; pelos discursos biologicistas que sancionam e justificam as supostas “diferenças naturais”, equivocadamente niveladas, entre o binário macho/homem - fêmea/mulher.

técnica de normalização dos corpos, que acontece à medida que se instaura a normatização biológica do corpo endossexo. Com outros termos, é esse discurso biologizante que estabelece o corpo normal (macho/pênis ou fêmea/vagina) em relação de oposição com corpos outros, “anormais”. Segmenta-se, dessa maneira, os corpos sob o ponto de vista desse discurso, o que nos favorece as condições de questionar: o que fazer com um corpo que não *diz* o sexo que tem? Por que o corpo intersexo não seria viável?

Por essa exposição, fica claro que há um ritual de burocratização do corpo, para seu ingresso na esfera do gênero, que começa pela sua anunciação – *É* menino/a – e segue produzindo efeitos: ao registrar o material parido (Declaração de Nascido Vivo), declara-se, se nascido vivo, nos termos de: a) *masculino*, b) *feminino* ou c) *ignorado* (corpo sem sexo, “monstruoso”, conforme Foucault ([1975] 1999), marcado, assim, pela diferença com o “normal”).

Espero, enfim, ter contribuído, vou concluindo por aqui, por meio da análise desse enunciado prosaico, na formulação de algumas questões para compreendemos como podemos entender o estatuto constitutivo e compulsório das normas de gênero, como podemos problematizar o caráter psico-médico-jurídico-biologizantes dos discursos hegemônicos de gênero que acabam por reduzir a existência dos corpo-sujeitos, na medida em que tangenciam sentidos que se estruturam na direção de uma verdade biológica cínica da história (PÊCHEUX, 2011), reforçando a ideia de que o gênero estaria entalhado na/pela anatomia de um genital.

Quando criança, me disseram
que se passasse por debaixo de
um arco-íris, virava mulher.
Passei a minha infância toda
procurando um arco-íris
– afirmação atribuída a
Roberta Close
(PEREIRA, 2016, p. 23).



Gosto de parecer mulher,
mas adoro ser homem
(PASCHOAL, 2016, n. p.).

Disponível em: <https://vokedellarte.it/rock/17507587-pigtails-shemale-penetration-el-cabronpansexual-divinity-download-free.html>. Acesso em 20 de set. de 2021.

3 AS CORPO-SUBJETIVIDADES TRANS E OS TRAJETOS DE IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO NO JOGO DOS SENTIDOS ENTRE FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Não recomendado

(Caio Prado)

[...]

Perverso, mal amado, menino malvado,
muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino
indecente, viado!
[...]

Não olhe nos seus olhos
Não creia no seu coração
Não beba do seu copo
Não tenha compaixão
Diga não à aberração

A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade.

Geni e o Zepelim

(Chico Buarque)

[...]

E é por isso que a cidade
Vive sempre a repetir
Joga pedra na Geni!

[...]

Joga bosta na Geni!
Ela é feita pra apanhar!
Ela é boa de cuspir!
Ela dá pra qualquer um!
Maldita Geni!

Penso que, em razão das análises realizadas e demonstradas, até aqui, posso, a partir de então, discutir outro gesto teórico-conceitual que proponho nesse trabalho e que diz respeito à defesa de que, em nossa formação social, os saberes que organizam a significação dos objetos corpo, gênero e desejo são arregimentados em/por uma formação discursiva corpo-normativa e por uma formação discursiva corpo-transgressora. Antes de seguir com a definição propriamente dita acerca dessas FD, acho válido retomar, muito sumariamente, o percurso de análise que demonstrei até agora.

Relembremos, para tanto, que os sentidos cis-heteronormativos funcionam pela indistinção entre esses objetos que mencionei, há pouco, de tal modo que nos causa estranhamento a configuração de uma relação transcetrada, conforme vimos no segundo capítulo, com a exposição que fiz sobre o casal Leandro e Bianca. Relembremos, ainda, que,

além do enunciado (*é menina/o*), que funda o gênero em sociedade, os gestos de análise das SD 1 – *Corpo trans-tornado*, 2 – *Reparar-se, remendar-se, transmutar-se, transformar-se*, 3 – *Não foi o pênis que me fez homem*, 4 – *Não removi a vagina, ela ainda molha quando algo me excita* e como os processos discursivos, nelas analisados, instauram uma política de sentidos para o gênero, num tenso ir e vir de associação-remissão e também de resistência ao suposto pacto biológico-genital com a cisgeneridade, desdobrando-se, por vezes, no próprio modo de subjetivar de sujeitos transgêneros e incorrendo “em um processo de deshistoricização dos sentidos, o que não permite que tais sujeitos se interpretem, e precisem a todo momento recorrer aos pré-construídos, formulados em discursos outros, para compreenderem a si mesmos” (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 11). Esse trajeto “con-fuso” dos sentidos, aos quais estou me referindo, é movido porque o sujeito se filia, por identificação, a uma posição-sujeito que, por mais que resista à normatização do gênero, é, em alguma medida, atravessada pelos sentidos cis-heterohegemônicos.

Para me sentir autorizado a incidir, mais categoricamente, na formulação da proposta teórica de uma FD corpo-normativa e uma possível relação de atravessamento de sentidos com uma FD corpo-transgressora, segui todo esse trajeto analítico (da concretude dos sentidos para a prática da teoria materialista do discurso), trabalhando no batimento entre descrição e interpretação das materialidades significantes analisadas, explorando suas condições de produção, recorrendo à relação constitutiva dos sentidos entre paráfrase e polissemia, demonstrando o funcionamento dos discursos no entremeio de regularidades e dispersões etc. Feito isso, pois bem, passo a formular a defesa de que há espaços de (re)organização/constituição do dizer do gênero, do corpo e do desejo que, teórico e metodologicamente, podem ser compreendidas como FD corpo-normativa e FD corpo-transgressora.

Para melhor explicar esse percurso das identificações de gênero, irei me aportar em dois conceitos que são caros às pretensões dessa investigação: trata-se das categorias teórico-analíticas de *sujeito* e de *identificação*. Para tanto, começo relembando a compreensão que a AD tem do sujeito como categoria teórico-analítica da ordem do inconsciente e por isso, heterogênea, dividida. Tal descentramento que afeta e constitui o sujeito nos permite analisá-lo não como um indivíduo (cons)ciente do que diz. Ao reverso, por não ser livre para dizer o que quer, “a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica a qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo” (MUSSALIM, 2001, p. 137).

Por isso, o discurso é constituído a partir das imagens (formações imaginárias) que o sujeito faz de si e de seu interlocutor, do lugar ocupado por ambos no contexto da enunciação e do próprio discurso. Em face do exposto, é possível compreender que o sujeito não é visto em sua condição individual, mas a partir de uma posição, de um lugar enunciativo-ideológico. E o interesse da AD reside nas diferentes formas de simbolização do sujeito.

Portanto, para se chegar ao funcionamento do sujeito no discurso, é necessário observar sua relação com a FD que o domina, pois é por meio desse movimento de identificação que se dá a constituição dos sujeitos e dos sentidos. É sempre pertinente enfatizar, então, que, ao pensar em interdiscurso, tomo esse conceito como eminentemente plural, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por eles, somos captados em nosso processo de constituição subjetiva. Os discursos estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido, e estabelecendo relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas. Muito a propósito, considero as ideias de Foucault (1997, p. 43) para assim definir FD:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

A partir dessa citação, podemos entender que, para o filósofo, enunciados dispersos, mas articulados pela relação entre singularidades/regularidades de sentidos, constituiriam, em seu conjunto, uma FD. Em outras palavras, os arranjos de sentidos, materializados em/por enunciados, sobre um “mesmo” objeto e que apresentam regularidades/singularidades de sentidos caracterizariam uma FD. É no interior desse sistema aberto, vazado, que se produz um conjunto de regras que definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem, ou seja, é a própria FD, entendida como uma lei de série, princípio de dispersão e repartição dos enunciados, que define as regularidades que validam e legitimam os “seus” enunciados constituintes.

A essa definição foucaultiana, acrescento, respaldado em Pêcheux, a noção de ideologia, para melhor explicar a FD como lugar de agrupamento dos sentidos. Sendo assim, estou entendendo a ideologia como princípio organizador da(s) FD(s), havendo, portanto, uma relação constitutiva entre essas duas instâncias. Pêcheux (2009, p. 162) nos explica que a FD é o lugar no qual os sentidos são controlados pelo interdiscurso, que é “responsável” pela

determinação dessa FD como tal – objetividade material que reside no fato de que “algo fala” sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (FI). Resultantes de confrontos ideológicos de uma dada formação social, cada formação ideológica, historicamente determinada, constitui-se diferentemente em momentos históricos distintos, tendo como principal elemento uma ou mais FD, definindo o que pode e deve ser dito numa determinada formação social.

Chamaremos então formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes, determina ‘o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)’ (PÊCHEUX; GADET, 1998, p. 10).

Dessa maneira, com base na definição acima, defendo que as FI e a(s) FD(s) estão relacionadas de tal modo que uma necessita da outra para se constituir. Essa relação torna-se mais clara quando se especifica que a formação ideológica não se separa da língua(gem), assim como essa não se desarticula da formação ideológica. A esse respeito, entendo que as FI se materializam como função histórico-social na sucessão da(s) FD(s). Por isso, não concebo que o estudo das ideologias pode estar desvinculado do estudo da língua(gem), tampouco o estudo da língua(gem) pode desvencilhar-se da instância ideológica. Dessa relação, decorre a ideia de que o discurso não é o mero resultado do uso da língua, mas “se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção” (POSSENTI, 2002, p. 18).

A propósito, sobre o objeto da AD, Pêcheux (1983) nos explica que o *discurso* é estrutura e acontecimento, pois articula uma prática que coloca em jogo um processo de produção de sentidos onde o linguístico articula-se ao sócio histórico. Não é, pois bem, um “aerólito miraculoso”, independente do social. Sendo assim, a língua não mais é tida apenas como representação do pensamento e origem dos significados, mas entendida como lugar material que reflete o confronto político-ideológico – espaço no qual são “produzidos” os modos de representação, as ideias, as identificações, os valores e discursos em uma dada formação social. Língua-lugar material dos sentidos. Língua-lugar dos discursos.

A partir do exposto, compreendo que é o interdiscurso que aparece no cerne do processo de constituição de sentidos, enquanto as formas de agrupamento dos sentidos seriam as FD. Assim, o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados que

constitui a memória do dizer, ou seja, o *a dizer*, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse fio transversal que permite o “surgimento” de outros discursos.

Pensando dessa maneira, creio ser possível afirmar que os sentidos não se encontram tão-somente na materialidade de enunciados articulados que estruturariam uma FD, mas são orientados/determinados pela ideologia, que tem uma relação teórica muito próxima da noção de interdiscurso. Tentando explicar um pouco mais, podemos entender interdiscurso como o exterior constitutivo das FD, haja vista que é nesse espaço da ordem do saturado onde estão todos os dizeres já ditos e os por dizer. Razão pela qual Pêcheux defendeu que interdiscurso é o todo complexo com o dominante das FD.

Em sendo assim, o já-dito (as formulações anteriores) constitui, numa relação dinâmica, instável e de contradições, os novos/outros discursos. É nessa relação “paradoxal” com o exterior, outras formações, que a “FD traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabilize a garantia de homogeneidade socioistórica de um *corpus*” (GRIGOLETTO, 2002, p. 31).

É dessa forma que, em AD, se concebe a interpretação com base em filiações de sentido. Na medida em que nos inscrevemos em uma e/ou em outra FD, enunciamos e “fazemos” sentido. Graças à compreensão dessa inter-relação entre FD(s) e FI, marcada pela heterogeneidade, que a AD postula a língua, os sujeitos e os sentidos a partir de sua incompletude constitutiva.

Podemos entender, então, que é a dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o apagamento. O interdiscurso de uma FD pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) FD(s). Os discursos, por isso, não surgem a esmo, nem de lugar nenhum, mas justamente do dinâmico e conflituoso interior dessas FD e do seu conjunto, sempre margeadas e irrompidas do/pelo interdiscurso.

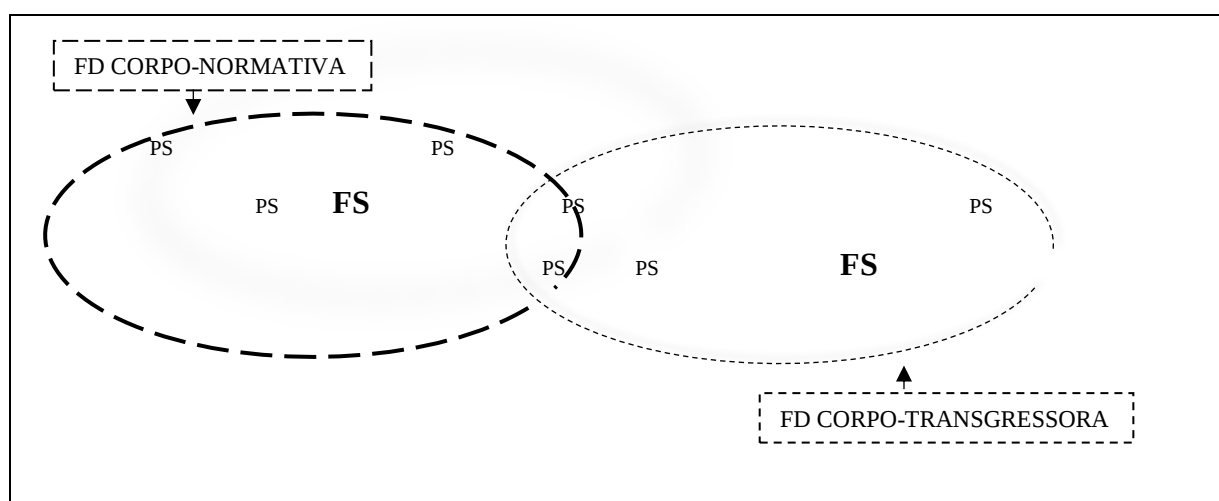
Quanto ao mecanismo da interpelação ideológica, creio que seja por demais útil discutirlo com vistas a avançarmos no entendimento de que o sujeito é, desde já, *feito*, ou seja, produzido pelas relações com a exterioridade do dizer. É a partir da materialidade de seu discurso que o sujeito se mostra sob a aparência do logicamente estabilizado, mas, ao mesmo tempo, abriga a opacidade, a exterioridade, o Outro – elementos inerentes ao seu processo de constituição.

E nesse jogo de/entre FD, é preciso considerar o estatuto da hegemonia, da dominância de alguns sentidos que (se) erigem (n)a nossa Formação Ideológica e, por isso, irrompem e

constituem até mesmo os discursos, os sentidos de resistência. Vou explicar: ao propor que uma FD é constitutivamente *perseguida* pelo seu outro, é possível fazer a defesa de que uma construção analítica sobre discursos de resistência deve considerar que aquilo que não é resistência também pode estar presente, pelo viés da contradição, nos sentidos de resistência, o que me leva a um duplo e interligado desassossego teórico-analítico em relação às transsubjetividades: seria plausível estabelecer a proposta teórico-metodológica de uma relação constitutiva e de atravessamentos de sentidos entre uma FD corpo-normativa e uma FD corpo-transgressora?

Na tentativa de suscitar outras questões e sinalizar para possíveis respostas, penso que só seria possível propor e visualizar os contornos de uma FD corpo-transgressora pela/na articulação-relação de contradição e resistência dos sentidos frente à dominância e à hegemonia da significação do gênero, o que significa dizer que há, sim, uma relação constitutiva entre essas FD, que se constituem, se tocam, se (entre)cruzam. É, pois bem, sobre essa relação constitutiva entre contradição, resistência e o trajeto de instauração de sentidos entre essas duas FD que me dedicarei nas próximas páginas. Na tentativa de ser o mais didático possível, prosseguirei com essa discussão tendo o auxílio da figura seguinte, a partir da qual tento ilustrar essa relação tensa, de entremeio e de sobreposição de sentidos de resistência-transgressão e/ou de conformidade na relação de identificação dos sujeitos com o gênero.

Figura 03: As identificações de gênero na arena dos sentidos das/entre FD



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Veja que, na figura, temos dois círculos em intersecção, sendo que, cada um deles, representa uma dada arregimentação simbólico-discursiva do gênero. O primeiro círculo compreende a articulação dos saberes hegemônicos acerca do gênero, que o simbolizam de maneira associativo-remissiva com os objetos corpo-genitalizado e desejo. Por isso, estou nomeando essa FD como corpo-normativa.

A referida matriz expõe que há uma série de mecanismos sociais que coagem os sujeitos a criarem relações de continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual para que conquistem inteligibilidade no seio social, se legitimem como “sujeitos normais” e mantenham intacta a estrutura social vigente. Traduzindo em miúdos, a referida matriz revela que o sujeito, caso nasça com um pênis, por exemplo, precisa se entender e se apresentar na sociedade como homem e se engajar afetivo e sexualmente com outras pessoas do sexo/gênero oposto⁸⁹.

No segundo círculo, estão os sentidos dissidentes e subalternos que se forjam pela/na relação tensa de resistência aos saberes dominantes, logo sua denominação é FD corpo-transgressora. Estou fazendo essa proposta interseccional e mutuamente constitutiva entre essas FD por considerar a formulação de Pêcheux (1990, p. 16) de que [...] “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”. Por assim considerar, é válido seguirmos pensando e definindo essas arregimentações simbólicas do gênero nos seguintes termos:

A construção dessa resistência no discurso se revela através da relação entre a formação discursiva e as distintas posições-sujeito que se configuram a partir da inscrição dos sujeitos pelos discursos. São posições-sujeito que estão numa relação de dependência com a ordem do corpo, pois partem dela para deslizar sentidos outros, fazendo também com que produzam sentidos que nos revelam a ordem do impossível desse discurso: a ambivalência presente que se mostra através dos escapes da língua (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 13).

A respeito desse funcionamento de sentidos diversos, a intersecção que represento, na figura, entre as duas matrizes de sentidos, se justifica também porque entendo que as FD são esburacadas, unidades divididas, continentes rompidos. Ademais, os sentidos não são exatos, de modo que pode haver sobreposição, tensionamento, relações de força operando nessa relação entremeada/atravessada dos discursos e dos sentidos generificados.

⁸⁹ Disponível em: <https://laldis.com.br/index.php/2021/03/19/espelhos-quebrados-generos-em-po-sobre-a-inteligibilidade-do-outro/>. Acesso em 17 de maio de 2021.

Como é possível perceber, cada FD é organizada por uma *forma-sujeito* que abriga ou, melhor dizendo, que pode se desdobrar em *posições-sujeito*, que se constituem por relações contrárias e desiguais, entre si e com a forma-sujeito dominante da FD. Dessa relação, posso afirmar que a corpa-subjetividade trans pode se identificar com uma e/ou outra(s), haja vista que, pelo caráter heterogêneo e instável da FD, a forma-sujeito que a organiza também abriga a diferença e a contradição.

Explicando um pouco mais: sobre esse processo de identificação, Pêcheux (2009, p. 150) articulou com a *forma-sujeito*: “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”. A forma-sujeito atua, então, para forjar a ilusão de unidade do sujeito, que é representada pela identificação do sujeito de discurso com uma e/ou outra posição-sujeito (PS) organizada no interior de uma FD em sua relação com outra(s) FD. Tais movimentos de identificação, por exemplo, acontecem à medida que os sujeitos se vinculam a dizeres sobre o gênero que circulam socialmente.

Portanto, nos constituímos sujeitos gendrados ao passo que há identificação com os saberes de uma e/ou outra FD. Por ser afetado em sua relação com a *forma-sujeito*, ele (o sujeito) pode assumir diversas posições discursivas (posição-sujeito) nas quais se (entre)cruzam saberes de diferentes FD, mesmo havendo uma relação constitutiva mais incisiva com a FD dominante, a FD em que tal PS se inscreve mais diretamente, colocando, dessa maneira, o sujeito em mo(vi)mentos subjetivos que compreendem os processos de identificação e assujeitamento. Nesse sentido, Cazarin (2007, p. 113) nos ajuda a entender que

[...] uma posição-sujeito, na perspectiva da AD, corresponde, mas não equivale nem à presença física, nem aos lugares objetivos da estrutura social. Para entender como funciona uma posição-sujeito, é essencial levar em conta que a ideologia interfere na constituição dos sentidos e dos sujeitos.

A partir do que foi dito, eu analiso que a identificação/filiação com a posição-sujeito se dá no próprio transcurso discursivo, no movimento mesmo de identificação do sujeito, interpelado ideologicamente, direcionando-o a enunciar e, ao mesmo tempo, a ocupar dada posição. Dessa forma, diferentes indivíduos podem se relacionar – identificando-se ou não – com o sujeito do saber (forma-sujeito) de uma mesma FD, constituindo, assim, posições diferentes a serem ocupadas no interior dessa FD. Esse raciocínio justifica a afirmação de Cazarin (2007) quando diz que uma FD abriga uma forma-sujeito, historicamente determinada, que regula e aloja o dizer de diferentes posições-sujeito, que nela (na FD) convivem, provisoriamente, na relação com os sentidos.

Dessa forma, o indivíduo é interpelado ideologicamente em sujeito e, ao (se) dizer, sempre o faz a partir de sua identificação com determinada FD que, ainda que seja esburacada, apresenta sentidos que estabelecem relações com/entre PS. Assim, vamos entendendo o movente processo da instância da interpelação ideológica, que funciona sobre e contra si mesma, como uma espécie de contragolpe que, de uma maneira e/ou de outra(s), nos interpela, nos constitui como sujeitos de linguagem de tal modo que só podemos dizer, “fazer/atribuir” sentido (interpretar) se nos submetemos a ela, se nos assujeitamos.

Na direção desses argumentos, defendo que a compreensão acerca das PS será decisiva para analisarmos os modos de identificação e subjetivação de sujeitos trans com/nos sentidos de gênero. Explico: ora, se desse lugar teórico da AD materialista, estou defendendo que o sujeito discursivo é entendido como uma posição, um lugar, por ele ocupado, para ser sujeito de “seu” discurso, é justamente a PS, na relação com as demais que constituem as duas FD aqui propostas, que nos permitirá analisar como e qual a posição ocupada com que se identifica o indivíduo para ser sujeito daquilo que diz. Em outras palavras, é a interpelação ideológica que possibilita que compreendamos os processos de identificação que estruturam sujeitos e sentidos, na medida em que se inscrevem na ordem do simbólico, do histórico. E é pelo viés da forma-sujeito que ideologia e inconsciente constituem sentidos e sujeitos inscritos em FD, que se movimentam pelas PS no fluxo das identificações.

Ao considerar essa instável e movediça encruzilhada dos sentidos que se complexifica com/pela relação entre FD e entre PS, posso estabelecer algumas questões norteadoras para as próximas análises: qual seria a densidade, a força dessa resistência discursiva, se, há pouco, eu defendi que é necessário considerar que a não-resistência pode, contraditoriamente, comparecer nos sentidos de resistência? E como desdobramento: até que ponto pode-se estar, sob o efeito do inconsciente e da determinação ideológica, legitimando justamente os sentidos corpo-normativos que interrogamos e sobre os quais queremos incidir o nosso gesto de resistência simbólica? Como, então, compreender um dado processo de identificação que catalise um funcionamento de sentidos *outros*, arregimentados em/por uma posição-sujeito que diga o gênero em um efetivo movimento de identificação-resistência à cis-heteronorma?

Seguindo esse raciocínio, na tentativa de melhor explicar essas reflexões mais teóricas, incluindo aqui a questão da contradição como constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, vamos relembra a seguinte defesa de Orlandi (2007, p. 43): “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e dever ser dito” por uma determinada

posição-sujeito. Considerando toda essa exposição, pois bem, observe que os enunciados, abaixo, ditos por sujeitos cis e, *também*, por sujeitos trans, que escutei durante algumas visitas que fiz a ambulatorios e centros de convivência e apoio a pessoas trans em processo de hormonização, estariam subsumidos (já estou antecipando) a essa FD corpo-normativa – explicarei/desenvolverei essa afirmação ao longo das páginas seguintes:

“Só tem o rosto de homem. O corpo é todo de mulher.”

“A voz ainda é grave: voz de homem, né?!”

“Nossa! Nem parece que é um homem: olha como ela... ou ele?... Sei lá... gesticula... como anda!”

“Tem todo jeito... é um homem direitinho! Só os peitos que entregam”. [...]

“Mas olha pra isso!... ela tá de mãos dadas com um homem *mesmo*!” [...]

“Oxii... deixa eu ver direito isso... eu num tô entendendo mais nada!!⁹⁰”

Observe, inicialmente, que estamos diante de enunciados diversos, ditos, como já mencionei, em diferentes momentos e por sujeitos cis e trans, o que nos ajuda a compreender a própria definição, acima, de FD como um espaço enunciativo-discursivo que regula as condições do dizer e atua, portanto, arranjando, mesmo na dispersão, as regularidades dos sentidos dominantes do gênero. Reitero: os enunciados são diversos, os modos de dizer, de formular são dispersos, variados foram os sujeitos que os formularam e os linearizaram no fio do discurso, mas há, preste atenção, uma regularidade discursiva atuando na constituição desses discursos e é justamente esse efeito do regular, do repetível do sentido que nos interessa para seguirmos analisando e compreendendo os modos de constituição dos discursos sobre o gênero que o associam arbitrariamente a uma representação normativa do corpo.

É dessa forma que, desnaturalizadas pela sua inscrição no político-ideológico, as feições do corpo se tornam signos corpóreo-discursivos. A sobrançelha arqueada, o rosto afilado, as mãos delicadas ou fortes, os contornos do quadril, da silhueta, em suma, no deparar com corpo, busca-se/constrói-se, numa retomada à memória do visível, uma arquitetura (in)coerente, (des)harmônica com o gênero. Essa (in)conformação anatômica de gênero golpeia o nosso olhar e, nesse mesmo gesto, sinaliza para os sentidos de masculinidades e feminilidades. Esses dizeres, portanto, materializam sentidos cis-heteronormativos porque associam masculinidade e feminilidade a supostos vestígios naturais ou índices “próprios” que o corpo carregaria para

⁹⁰ Recuperei algumas anotações que fiz durante essas visitas e, esse trecho, especificamente, é o resultado de um diálogo cochichado entre duas pessoas que se posicionaram à minha frente na sala em que cidadãos trans eram acolhidos e apresentados à equipe multiprofissional que seria responsável pelos trabalhos de hormonioterapia. Essa visita ao Hospital Clementino Fraga, em João Pessoa, aconteceu em meados de 2019.

fazer alusão ao gênero e, também, ao desejo, o que me leva a ponderar que o sujeito generificado é efeito de um encadeamento de associações no próprio interior de seu corpo, no real da história, que sela a mulher/o homem à conduta do gênero (MILANEZ, 2018).

Quero chamar a sua atenção para que note que subjaz a esses enunciados uma rede de saberes que distinguem, diferenciam e hierarquizam os sujeitos pelo corpo em que se apresentam socialmente. Estou me referindo ao fato de que estocamos e evocamos imagens, registros, índices de significação do que *pode ser* um corpo masculino, feminino. São esses sentidos que funcionam, cis-heterohegemonicamente, a partir dessa FD corpo-normativa, quando, frente a um corpo trans, por exemplo, é forjado o lugar da dúvida, da incredulidade, do meneio, do soslaio, da suspeita do gênero, o que nos ajuda, em muito, a compreender as relevantes discussões feitas por Courtine (2013, p. 113), quando se propõe a explicar a perspectiva foucaultiana de análise das tecnologias de poder que operam na tentativa de controlar os corpos desviantes e “anormais” e circunscrevê-los à ordem de um saber biologicista e jurídico, que os define como contranaturais e à margem da lei.

[...] Disso resulta uma história particular do olhar que foi pousado sobre “a deformidade”, feita inteiramente de exames minuciosos, de observação densa, de discernimento metódico no espaço da ciência; mas também de categorizações, de vigilância e de controle da lei e dos dispositivos que a materializam: a história de um olhar fixo, denso de seriedade, destinado à utilidade, preocupado em restabelecer a ordem na grande desordem da natureza [...].

Ainda sobre aqueles enunciados que apresentei, há pouco, repare que poderiam ser tomados como “preconceitos simpáticos” ou transfobias veladas que giram no entorno do aspecto da passabilidade do gênero, isto é, do fato de que as corpa-subjetividades gendradas precisariam “se passar ou parecer” com a simbologia normativa do gênero com que se identificam. Nesse sentido, a passabilidade de gênero seria mais um desdobramento, mais um efeito da simbologia corpo-normativa, conforme nos explica Ceu Cavalcanti, que enfatiza, nos termos abaixo, a passabilidade como um

[...] sistema cruel que nos obriga a parecer o máximo possível com o corpo cisgênero para que possamos ter um mínimo de paz, garantia e respeito. Para que possamos andar na rua, pegar ônibus e ter acesso a espaços que nos são devidos sem nos armar para guerras. Mas esse limite é sempre por um triz, impossível desde sua organização. Meu corpo não é e nunca vai ser um corpo cis. Não há como apagar dele todas as marcas do próprio processo contínuo

de mudança que são justamente o que o torna belo, singular e completamente meu⁹¹.

Na direção desses argumentos, fica possível concordarmos que os saberes corpo-normativos postulam a organização e harmonia das partes do corpo e o encaixe dos seus signos no social para supor que ali *é* homem ou mulher. Trata-se, portanto, de um funcionamento perfilado de sentidos: ser dito (se dizer) como homem ou mulher implicaria em alinhar condutas, indexar sentidos e até manifestar desejo e afeto consoantes a um ou a outro sexo/gênero.

É nesse sentido que os enunciados possíveis de serem ditos (aquilo que pode e deve ser dito em relação ao gênero e à sexualidade numa dada formação social), no bojo articulatório da FD corpo-normativa, detêm uma autoridade discursiva, que, perpassando as relações de controle/regulagem no social, apresentam-se classificando, separando, julgando e produzindo os sujeitos, as formas de pensar, de agir e de viver. Uma política de sentidos. Por essa razão, me preocupo em pensar como o *discurso sobre* ecoa no *discurso do* sujeito transgênero. Logo mais adiante, exemplificarei essa relação.

Penso que essa imposição do “verdadeiro/legítimo do gênero” não se dá, normalmente, de modo impositivo, mas de forma subliminar (até mesmo por meio de preconceitos simpáticos sussurrados, como lemos há pouco), sutil, indutiva, de maneira que o não dito da verdade oficial circula como um hábito natural, não autoritário, que deve ser cumprido para que os mecanismos cis-heterohegemônicos se articulem eficientemente. O atravessamento de relações de controle/regularem do gênero no social, ao qual me refiro, pode fazer com que o sujeito trans conviva com uma pesada e operosa vigilância transfóbica, sem limites, cuja extensão abrange até os mínimos espaços, tanto físico-corporais quanto subjetivos, dentre outros.

É com base nessas questões que ancoro algumas reflexões sobre os gestos de constituição subjetiva de corpo-sujeitos trans. Penso sobre o modo como esses sujeitos podem sofrer uma (auto) injunção a (se) explicar, a atribuir sentidos ao seu corpo, que, segundo essa lógica, não é de homem nem de mulher, mas, ao mesmo tempo, de homem e de mulher. Um corpo que, prossigo explicando, segundo Ferreira Cassana (2016), é permeado por apagamentos e evidências e, assim se constitui pelo (im)possível dos sentidos. No deparo com essa política

⁹¹ Trata-se de uma postagem pública no Facebook da autora: <https://www.facebook.com/ceu.cavalcanti.54922/posts/1829492513796041>. Infelizmente, não consegui recuperar a data precisa do acesso, que foi no ano de 2019.

de vigilância, de que venho tratando, volto a dizer que fico a pensar sobre as estratégias discursivas de que esses sujeitos se utilizam, sob o efeito do inconsciente e da determinação ideológica, para (se) dizerem, (se) definirem a partir da relação tensa entre ser trans no deparo com sentidos dominantes cis-heteronormativos.

Em busca da compreensão sobre o funcionamento desses modos de subjetivação, proponho que pensemos sobre a “sociedade de controle” e em como podem ser significativos os efeitos das tecnologias biopolíticas. Tais efeitos controladores, disciplinadores, permeiam inteiramente a nossa “(in)consciência”, uma vez que se estabelecem de forma bastante sutil, ganhando aparência de naturalidade e evidência. De acordo com Revel (2005, p. 55), essa biopolítica implica não apenas uma gestão da população, “mas um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros”. Nesse sentido, Revel explica que Foucault chama de “governamentalidade” as técnicas de dominação exercidas sobre os outros em conjunto com as técnicas de si.

Para Foucault (2012, p. 295), a governamentalidade é definida pelas formas mais descentralizadas e difusas de poder exercidas pelo conjunto constituído pelas instituições, como também pelos próprios sujeitos, uma vez que “gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe”. Dessa forma, a governamentalidade seria o esforço de criar sujeitos governáveis, administráveis por meio de várias técnicas desenvolvidas: controle, normalização e moldagem/modelagem de suas condutas.

Portanto, a governamentalidade identifica a relação entre o governo estatal e o governo do eu (da subjetividade) e a construção do sujeito com a formação do Estado (que deveria limitar-se a cuidar, e não a controlar/regular). Para tanto,

[...] o impacto de sua eficiência reside na capacidade de estimular as motivações individuais para aderir às verdades estabelecidas como se fossem o principal ou o único modo de desenvolvimento pessoal. Seu poder manifesta-se como capacidade de induzir e produzir os modos de subjetividade. Seu objetivo reside em conseguir subjetividades flexíveis que se adaptem de modo cooperativo aos objetivos do sistema com o mínimo de resistência (RUIZ, 2004, p. 26).

Entendo que essa tecnologia de poder, que implica “a verdade” como elemento constitutivo, não busca a submissão forçada de sua vontade, ou seja, não são apenas determinações explícitas e autoritárias nem regras do direito que dirigem a vontade dos sujeitos,

mas os próprios sujeitos buscam a sintonia com os modos da verdade para poder aceder às vantagens oferecidas pelo poder vigente, pelos sentidos dominantes.

Feita essa explicação, vou enveredar por alguns gestos analíticos que se propõem a confrontar, a estabelecer um batimento entre as teorias do discurso e do gênero com algumas materialidades significantes. Reafirmo que, para continuar analisando como os as transjetividades se reconhecem entre os sentidos de mulheridades e homenzidades, pela via do corpo, seguirei problematizando as narrativas de si no jogo de identificação (PÊCHEUX, [1975] 2009) com a forma-sujeito e as posições-sujeito, abrigadas pelas/nas SD corpo-normativa e corpo-transgressora, que inscrevem sentidos do corpo e(m) sua relação com masculinidades e feminilidades. Essa proposta, como já disse, está identificada com algumas análises que demonstrarei, em duas seções, a partir de então.

3.1 MEU CORPO E O NÃO-LUGAR QUE OCUPA: “NA CABEÇA DAS PESSOAS EU ERA ‘SAPATÃO’ E ‘VIREI’ HOMEM E SER HOMEM É UM BOM LUGAR. RECONHEÇO ESSE PRIVILÉGIO”

Conforme analisamos, há pouco, o enunciado “é menino/a” é um lugar determinado pelos sentidos que carrega e, ao mesmo tempo, vazio do ponto de vista do indivíduo, pois ele pode ser sempre ocupado por diferentes sujeitos. Se entendermos que o corpo-sujeito que esse enunciado constrói é determinado pelas suas condições materiais de sentido, o sujeito é, então, uma posição ocupada e, por essa condição, poderá ser ocupada por outros/diferentes sujeitos que são afiliados e/ou se afiliam aos sentidos que encerram as (im)possibilidades de *ser* menino/a.

Ao dizer o gênero, pelo visível do corpo-genital, fica claro que temos uma compreensão biologicista e funcionalista (corpo-normativa) tanto do genital como do gênero: consideramos, ao mesmo tempo, que o gênero emana do genital e que o genital é um atributo inquestionável dos corpos. Com Pêcheux ([1983] 1999, p. 30), pondero que essas tecnologias de controle, regulagem a administração política (psíquica, médica, jurídica, biologizante, religiosa) dos sujeitos generificados apresentam elas mesmas as aparências de uma coerção lógico-disjuntiva, isto é, *ser* aquilo que o outro não é, ocupar um lugar distinto de outrem ou, ainda, não significar o mesmo que o outro:

[...] é ‘impossível’ que tal pessoa seja solteira *e* casada, que tenha diploma *e* que não o tenha, que esteja trabalhando *e* que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês *e* que ganhe mais, que seja civil *e* que seja militar, que tenha sido eleito para tal função *e* que não o tenha sido, etc...

Dessa maneira, a ideologia se embaralha com a língua e enreda os corpos ao arbítrio do gênero, se expressando, contraditoriamente, sob o invólucro desse curto enunciado, cujos ecos poderão ser reverberados ao longo da existência do sujeito: *é* (eu *sou* / não *sou*) menino/a... *é* (eu *sou* / não *sou*) homem, mulher. Assim, “o corpo arrasta consigo tudo aquilo que o designou desde que ele é reconhecido como corpo...” (MILANEZ, 2019, p. 44), isto é, o corpo passa por um “estímulo de identificação em terceira pessoa” (dito por outrem), de modo que é “identificado e, conseqüentemente, lhe é atribuído ‘lugares específicos de identificação’” (MODESTO, 2018, p. 51 *apud* PEREIRA e MODESTO, 2020, p. 285).

Essa reverberação de sentidos acontece porque o corpo, enquanto superfície discursiva e materialidade de subjetivação, pode denunciar a afiliação dos sujeitos aos sentidos de gênero. Estou percebendo esse funcionamento dos sentidos de gênero como uma hiância, algo ainda não realizado, mas a ser produzido pelo corpo, sobretudo, na centralidade ou pelo encontro da genitália, o que vai, por sua vez, estruturando sentidos e corpe-subjetividades pela determinação da similitude e do contrário (menina = mulher x menino = homem).

Após lembrarmos, brevemente, a investida analítica que fiz, no final do capítulo anterior, do enunciado fundacional do gênero, será possível avançarmos na discussão sobre a complexa trama dos sentidos generificados que seguem reverberando e constituindo a posição-sujeito menina - mulher - menino - homem em nossa formação social. Por isso, é preciso compreender o gênero não como mera criação de diferenças (bio)lógicas que opõem machos e fêmeas, mas como mo(vi)mentos de identificação dos sujeitos com os sentidos de/sobre masculinidades e feminilidades em sociedades concretas, isto é, políticas e ideológicas. Os sujeitos, assim, (não) se conformam, necessariamente, em maior ou menor grau, aos sentidos de gênero, portanto, é preciso pensar a relação dos corpo-sujeitos com o gênero forjada pela (não) evidência: um real (in)apreensível.

Isso posto, analise comigo como esse jogo de sentidos organizado pela estreita e intrincada relação entre gênero, corpo e genital segue reverberando e produzindo significação pelos/nos discursos de alguns sujeitos trans. Para tanto, começo abordando, brevemente, uma discussão feita por Orlandi (2015, p. 34) sobre paráfrase polissemia. Vou seguir esse percurso por dois motivos: primeiro, para reforçar, por mais que já tenha percebido, que, no capítulo

anterior, analisei o enunciado prosaico “é menina/o”, seguindo a lógica de um processo parafrástico e de compreensões pós-parafrásticas, ou seja, concebendo a paráfrase como matriz de sentidos, espaço da repetição, que se sustenta em um saber discursivo: quando dizemos com palavras já ditas.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.

A paráfrase, então, se alinha à estabilização dos sentidos, como demonstrei com o enunciado “é menina/o”, que segue oferecendo as condições materiais para outros enunciados que sistematizam o gênero pela relação estreita, indissociável, com o corpo de macho (pênis) ou de fêmea (vagina), ou seja, diz respeito à possibilidade que dispomos de selecionar/escolher, a partir do repertório de enunciados e sequências “possíveis” (em relação parafrástica), um enunciado, e não outro, uma forma, uma sequência, e não outra.

O segundo motivo diz respeito à necessidade de enfatizar que o gênero, por mais que seja um conjunto de práticas discursivas reguladoras e sujeitas à necessidade de repetição do mesmo, pode ser reaproveitado como uma norma factível de repetições diferenciais, isto é, o gênero como (des)regulação do mesmo, como processo de significação de masculinidades e mulheridades aberto a possibilidades de (des)organização das próprias normas que o forjam. Vou explicar: se, na polissemia, em face do jogo com o equívoco, [...] “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação (ORLANDI, 2015, p. 34), acredito ser possível estabelecer uma relação teórica entre esse conceito e a defesa de Butler (2006, p. 59. Os grifos são meus) de que [...] “o gênero é o mecanismo pelo quais as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, **mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual estes termos são desconstruídos e desnaturalizados**”.

Ora, por não ser inerte, mas corpo-político, isto é, superfície dinâmica de inscrição e agência que insculpe sentidos, os sujeitos nem sempre obedecem irrestritamente às normas pelas quais sua condição de existência é produzida. Ao reverso: podem negociar, se debater com os sentidos de gênero para materializar, em seus corpos e em suas vivências, expressões *outras* de masculinidades - feminilidades e, assim, promover outros ritos em sua corpo-subjetividade, o que me orienta para a possibilidade de analisar os movimentos de significação de si, de sujeitos trans, numa (im)possível relação entre conformidade/transgressão às normas de gênero.

Essa tensão possibilita refletir que, em sendo uma norma, o gênero também pode significar resistência, como também nos permite pensar a dinâmica dos sentidos, o desejo de controle, de domínio da significação, propostas pela teoria do discurso, afinal “as lutas de deslocamento ideológicas são por excelência controversas, complexas, contraditórias e, por isso, não se curvam sem oferecer algum tipo de resistência à ideia de estabilidade das identidades, com fronteiras nitidamente definidas” (PÊCHEUX, 2011, p. 116). Por essa citação, fica claro que não se trata de dicotomizar os processos de significação entre paráfrase e polissemia, mas de compreender que a ideologia não atua tão-somente para reproduzir as condições de produção, o que nos instiga a analisar a complexa trama de produção de sentidos a fim de pensar as corpóreo-subjetividades trans no entremeio da equivocidade da interpelação ideológica e pela tensão com a paródia dos rituais de gênero.

Tendo isso dito, comecemos, então, a dispor alguns fios de significação que nos permitirão (re)tecer a trama do gênero. Analise comigo como os sentidos generificados, até então discutidos, funcionam, no modo de se dizer de alguns sujeitos trans, pela assimilação, modificação, (des)estabilização e reestruturação da (in)distinção entre corpo, gênero, genital. Em síntese, analisemos as corpa-subjetividades transgêneras em seus processos de ressonâncias e resistências (FERREIRA CASSANA, 2018), ou seja, como se instaura esse efeito de recorrência e reverberação desses entrançados objetos no modo como sujeitos trans se subjetivam e se dizem entre mulheridades e masculinidades.

Apresento, para tanto, a próxima SD. Trata-se de mais um recorte extraído de obra⁹² que contou com relatos, depoimentos, vivências (narrativas autobiográficas) de sujeitos trans. O título do depoimento de Jef Cardoso (autor) sinaliza para a discussão que estamos travando: “Meu corpo e o não-lugar que ocupo”.

SD 5 – *Meu corpo e o não-lugar que ocupo*: Nosso gênero é pré-definido desde o momento em que estamos na barriga de quem nos pariu, quando, no exame de ultrassom, encontram vestígios de pedaços de corpo que servem para nos enquadrar em um dos signos binários de identidade: ou se é menino ou se é menina. A partir daí, começa-se a saga de customização do feto, atribuem-nos nome, compram-nos as cores e os enxovais, criam para nós os planos de vida em um momento em que ainda nós não podemos contestar. Assim que nascemos nos registram, com aquele pedaço de corpo já visível burocratizam nosso ser, certificam o nosso gênero/sexo e nome. E até percebermos e contrariarmos o que fora estabelecido, continuarão a deslegitimar nossas afirmações sobre nós mesmos. É nesse momento que começamos a nossa própria saga de desconstrução do sujeito que nos foi estabelecido. O corpo que habito não se conforma e nega todas as estruturas sistemáticas de fácil inteligibilidade. Este corpo não se reconhece enquanto

⁹² Nós, trans: *escrevivências de resistência* (2017, p. 20-21). Ver Referências.

homem, tampouco enquanto mulher. É um corpo que flui, que vivencia experiências próprias de gênero. Um corpo rebelde, desobediente ao comportamento de gênero que outrora lhe foi designado. [...] Meu corpo também faz ocupações; ocupa-se de um não-lugar no mundo, um não-lugar na sociedade, ocupa os limbos identitários, que servem para caber os corpos esquecidos [...] os corpos que estão em constante dissidência à normatividade compulsória, aqueles corpos que não representam nada além deles mesmos. Corpos repletos de auto pertencimento e auto representação [...]. Porém, nunca é alto o preço a se pagar pelo privilégio de pertencer a si mesmo.

Conforme disse, o título desse recorte é bastante significativo para os processos de significação do sujeito trans em sua relação com o corpo. Há um percurso de sentidos estreito entre *corpo* e *não-lugar*, ou seja, o fato de o sujeito não se reconhecer em um lugar estabilizado pelo gênero guarda uma relação direta, de causa e efeito, com o fato de sua corpo-subjetividade não (se) conformar os sentidos ideologicamente estabelecidos para o macho/masculino e para a fêmea/feminino. O não-lugar, aqui compreendido, como espaço da discursividade do desvio, da dissidência entre corpo, genital e gênero, resultando em sua corporalidade [...] “rebelde, desobediente ao comportamento de gênero que outrora lhe foi designado”.

Essa rebeldia do corpo errante, resultado da insurgência às normas de gênero, é conflagrada discursivamente quando, depois de um longo percurso de impossibilidades de “escolhas”, o sujeito começa “a própria saga de desconstrução” que lhe foi estabelecida. A saga de (se) desconstruir um trajeto de estabilização para o seu corpo-gênero o conduz a esse não-lugar, a ocupar “os limbos identitários, que servem para caber os corpos esquecidos [...] os corpos que estão em constante dissidência à normatividade compulsória”. A sua identificação com o gênero, dessa forma, nega “as estruturas sistemáticas de fácil inteligibilidade” e, como efeito disso, o seu (re)conhecimento na condição de não *ser* homem nem mulher, mas um corpo-sujeito que flui, “que vivencia as experiências próprias de gênero”.

Esses primeiros destaques da SD em análise me fizeram pensar no percurso de transição de sentidos de gênero como algo complicado de estabelecer marcos ou pontos de partida e de chegada, uma vez que me parece um processo sistematicamente movido por/entre (im)permanências e (des)continuidades. Acredito, por isso, ser mais produtivo considerar que entre a saga de customização do feto e a saga de desconstrução de uma subjetividade (im)posta, conforme estamos lendo no recorte, existem hiatos discursivos e hesitações dos sentidos que fazem parte, que constituem visceralmente o mo(vi)mento de subjetivação de gênero. Em outras palavras, compreender a identificação e performatização de gênero não na perspectiva da exatidão, mas como um exercício contínuo de andarilhagem subjetiva, pois, conforme nos

ensina Florence Belladonna Travesti⁹³, é, sim, [...] “possível se subjetivar em constante manutenção, sempre em transição, de maneiras jamais estabelecidas, mas panorâmica, quando lançado olhares aos processos da vida”.

Quero dizer, com isso, que há uma demanda de subjetivação de gênero que vai se perfazendo entre espaços intervalares que se instauram entre o que nos foi/é “entregue” como uma oferta simbólico-hegemônica, desde o reconhecimento do genital, e o nosso percurso de identificação-filiação e performatização de significações de gênero. Essa suspensão de sentidos nem sempre é percebida por sujeitos identificados com a cis-heteronorma e tomados/constituídos por essa equívoca evidência que atua pela indistinção entre corpo de fêmea e performatização feminina, por exemplo. Observação que já feita por Bagagli⁹⁴, quando discorre sobre a incapacidade de compreensão do funcionamento ciscêntrico compulsório:

[...] Muitas vezes temos a noção de que somos trans muito antes de externalizarmos com total consciência uma demanda para que sejamos reconhecidas por um gênero que não coincide com o esperado. Pessoas cis podem não ter insights sobre essa lacuna entre uma coisa e outra, elas podem simplesmente acreditar que existe um marco praticamente "mágico" na vida de uma pessoa trans quando ela transiciona e antes ela seria como uma pessoa cis porque até então não havia transicionado. Isso está longe de conseguir abarcar a nossa vida psíquica. [...] Não é de se estranhar que sentimentos/sintomas de despersonalização e desrealização podem surgir a partir do momento em que você tem a noção de que pertence a um gênero que não é reconhecido pelas demais pessoas e ainda não possui recursos psíquicos para demandar ser reconhecido por esta identificação de gênero.

A partir do que diz a autora, penso ser necessário investir um pouco mais nessa discussão sobre os hiatos que se atravessam e constituem os percursos de significação do gênero. Lembremos de que o ingresso dos sujeitos na esfera do gênero acontece pela via do corpo genitalizado. É ele que simboliza a verbalização da carne e dá as condições para o sopro instaurador de sentidos que se materializa no enunciado “é menino/a”. Conforme expliquei, no escopo ideológico cis-heteronormativo, é a assinalação do genital que (pretende) determina(r) a pertença do sujeito à categoria de um gênero e, por isso, o reconhecimento do genital configura-se como um momento fundante, que marca a liturgia de transição do indivíduo para o sujeito do gênero.

⁹³ Disponível em: <http://laidis.com.br/index.php/2021/04/30/guetos-afetivo-relacionais-e-transfobia/>. Acesso em 29 de maio de 2021.

⁹⁴ Autoria de Beatriz Pagliarini Bagagli. Trata-se de postagem pública em seu perfil na rede social Facebook: https://www.facebook.com/search/top/?q=beatriz%20pagliarini%20bagagli&epa=SEARCH_BOX. Acesso em 15 de junho de 2020.

Com essa metáfora, creio ser possível compreender criticamente os processos de naturalização de alguns corpos, as identificações dos sujeitos e, ainda, como os limites do gênero são produzidos pela via dos sentidos em que fatos físicos servem como causas determinantes. Alçado, então, à condição de sujeito generificado, o/a menino/a “terá” de, seguidas vezes, ir se filiando aos sentidos do gênero que abrigam o seu corpo, a sua existência. Tal compreensão caminha lado a lado com a proposta de que “o corpo não é ‘sexuado’ em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma ‘ideia’ de sexo natural ou essencial” (BUTLER, 2003, p. 137 *apud* VERGUEIRO, 2016, p. 44).

As corpa-subjetividades trans, nesse sentido, nos permitem compreender os movimentos de identificação elaborados com a moldura da resistência, do questionamento à obviedade do gênero em seu intrincamento com a genitália, o que resulta na ideia de que há lacunas entre entender-se/identificar-se como trans e vivenciar a transgeneridade. Não estou dizendo, com isso, que o percurso de identificação e performatização da cisgeneridade não seja pavimentado por performances que negociem e que, por vezes, se debatam com o gênero, mas me parece que oferece menos resistência entre a nomeação do gênero pelo genital, sua identificação e performatização. A esse respeito, vale dar destaque à provocação que faz Moira (2017, p. 369), quando interroga a cisgeneridade como uma possível conformidade com as normas de gênero e resultado da transfobia, reforçando

[...] a ideia de que só se necessita explicar aquilo que cruza a linha, nunca aquilo que não cruza, que deixa de cruzar. Não cruza ou deixa de cruzar? A dúvida pode parecer gratuita, mas a segunda expressão lança luzes sobre o quanto há de escolha nesse não cruzamento, o quanto esse não-cruzamento pode dever-se à natureza transfóbica de nossa sociedade – o mundo visto pelos nossos olhos. Em qualquer das expressões, no entanto, fica talvez a impressão de que quem “não cruza” / “deixa de cruzar” encontra-se, não margeando a linha, acompanhando-a de alguma maneira, mas estático, imóvel, petrificado diante da nossa audácia de cruzar: será esse o incômodo que sentem ao se verem sob o signo do “cis”?

Com Moira, penso que a identificação cisgênera, em alguma medida, estabiliza os sentidos que remetem o macho ao homem, e a fêmea à mulher. Em outras palavras, a simbologia das genitálias segue significando e corporificando masculinidades e feminilidades e, ainda, reiterando a projeção socioideológica que se tem de homens e mulheres. Ao passo que, ao não se identificar com a performatização de gênero que lhe foi assinalada em função do genital, os sujeitos trans, a um só tempo, podem dismantellar o inventário imanente do gênero, equivocando

a cis-heteronormatividade e demandar, nas fileiras de sentidos, outras representações de mulheridades e homenzidades.

Reforço, a partir desse contexto de representações, que o uso da palavra cisgeneridade funciona como forma de desvelar processos de constituição de subjetividades outras, que estavam funcionando, até então, pelo seu apagamento, o que gerava efeitos de sentidos que naturalizavam a posição cis quanto ao gênero, como se o sujeito que performatiza a cisgeneridade não precisasse ser marcado ou como se a cisgeneridade, por funcionar pela evidência do gênero, não demandasse essa marcação, essa compreensão. Muito a propósito, cito mais uma vez Moira (2017, p. 367), que lança relevantes observações acerca dessas marcações e enquadramentos dos sujeitos:

Eis o ponto: existimos, pode-se dizê-lo sem dificuldade. Quando o não-nós se deu conta disso, pensou então uma metáfora para explicar nossa existência, nossa condição, metáfora que projetaria implicitamente uma imagem também daquilo que não somos, daquilo que deixamos de ser, daquilo que seria esse não-nós que nos nomeia “trans”. Em seguida, o não-nós buscou formulações verbais para destrinchar a metáfora “trans”, formulações que nunca fizeram jus à multiplicidade de existências abarcadas pela metáfora, insuficiência essa que, à medida que vamos nos fazendo notar e respeitar, cada vez menos pode ser alegada para defender que não existimos. Eis novamente o ponto: existimos, e em função desse não-nós. E, se existimos, com direito a nome inclusive, as pessoas que não são nós (e a partir das quais fomos nomeadas “trans”) talvez precisassem de um nome também, um nome não que lhes desse existência (afinal, quem cogitaria duvidar que, por não terem nome, inexistem?), mas sim um que explicitasse a razão de nos terem definido enquanto quem cruza, traspassa (trapaça?), transgride uma certa linha, a saber, aquela que separa homem de mulher. A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir.

Com base nas ponderações da autora, penso ser por demais válido nos reportar a Orlandi (2012), quando explica que a relação entre sujeitos e pensamento ou entre a linguagem e o mundo não é unívoca, direta e transparente, mas acontece por mediações. O objeto discurso, como instância material dessa relação, propicia a criação de categorias teórico-analíticas que favorecem a compreensão dos movimentos de produção dos sentidos. Portanto, se é no discurso que se materializa a relação entre o ideológico e o linguístico, enquanto modo social de produção da linguagem, é no contraponto entre cisgeneridade e transgeneridade, como

categorias de análise, que podemos compreender o funcionamento evidente do gênero, a irrupção de outros processos de significação para a discursividade da “incongruência”, da “dissidência” e, dessa maneira, questionar o lugar limitado da binariedade e da cis-heteronormatividade que segue assinalando, categorizando as corpa-subjetividades.

Não poderia deixar de sinalizar para algumas profícuas reflexões que faz Bagagli⁹⁵ acerca da relação dessas categorias que estou discutindo. Para tanto, leiamos com atenção o que diz essa autora, quando considera que há uma simbolização hegemônica do gênero que acaba por estabelecer relações hierárquicas entre corpos e cis e corpos trans:

A pergunta que fica é: o que faz dos corpos cis, corpos tidos como transparentes, naturais? O que faz com que o corpo cis aparente uma continuidade assombrosa entre o seu produto real e o seu imaginário de corpo natural (como se o corpo cis que conhecêssemos agora fosse uma espécie de extensão espontânea da própria natureza)? Todos os corpos são produtos de uma cadeia complexa de relações sociais que não podemos prever linearmente, tampouco calcular. A descoberta das vacinas, a industrialização, a informatização, medicamentos, etc. Todo o complexo social produz igualmente o seu corpo e o meu. Você realmente acha que seu corpo, por não sofrer determinadas sanções jurídicas e biomédicas sobre a transexualidade, está acima de todo esse complexo social? Resposta... não, não está. O que acontece aqui é uma objetificação específica de corpos e identidades trans. Ao nos colocar na posição de objetos construídos — ao passo que a cisgeneridade é posta de lado, como impensado dessa construção social — nós somos destituídas de qualquer possibilidade de agenciamento subjetivo, de tomada de consciência de si. Somos meros produtos, não sujeitos que também interferem nesta construção. Colocar pessoas trans como “meros produtos da sociedade patriarcal” é a extensão do próprio discurso patriarcal que tira qualquer possibilidade de constituição subjetiva e de resistência. É transfobia também.

Em razão dessas ponderações, não esqueçamos de que corpos cis não são corpos “transparentes”, ao contrário, são produtos/resultados de artifícios tecnológicos. Em suma, é no espaço intervalar entre a nomeação do sexo (pelo genital) e a performatização do gênero, circunscrito aos (im)possíveis processos de identificação em nossa formação social, que, analiticamente, compreendemos o ritual dos sentidos e dos sujeitos com as identificações cis e transgêneras. É nesse terreno, constituído pela ideologia, onde o sujeito pode se mover para (re)elaborar⁹⁶ a “sua” masculinidade, feminilidade. Sendo assim, estou seguro de que, para além

⁹⁵ Disponível em: <https://transfeminismo.com/corpos-e-saude-trans/> Acesso em: 12 de junho de 2021.

⁹⁶ Advirto que, ao usar essa expressão, não pretende encerrar esse processo como da ordem do sempre consciente, intencionalmente pensado e estrategicamente calculado. Seria uma incoerência epistemológica e resultaria em incorreção analítica, visto que me aponto teoricamente na AD de filiação materialista. Ao longo dos meus gestos

da nervura ininterrupta da carne (FOUCAULT, [1969] 1999), é o discurso a linha de junção entre sujeito, corpo, gênero. Fazer oposição a essa ideia pode resultar na defesa de que o sexo antecede aos sentidos convencionados para as corpe-subjetividades de homens e mulheres, isto é, considerar que os genitais, supostamente apriorísticos, seriam cultural e politicamente indeterminados.

Podemos resumir o que precede dizendo que, sob a *evidência* de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “idéias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio [...] (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 145. Grifos do autor).

Com Pêcheux, eu compreendo que, quanto mais evidentes os sentidos de gênero estiverem postos, fortemente determinados pelo componente (bio, psico, fisio)lógico, mais se distanciará da compreensão de que corpo-gênero são constructos sócio ideológicos e que as condições de emergência desses sentidos estão diretamente relacionadas à performatização manifesta pelo sujeito. A evidência dos sentidos, que se estruturam em torno do gênero-genital, permite as condições do dizível normativo do gênero e, nesse mesmo gesto, oculta um processo de identificação-interpelação do sujeito, que pode acontecer sob diversas formas, mas sempre serão postas pelas relações sociais, jurídicas, ideológicas.

É preciso, pois bem, na condição de sujeitos identificados-interpelados pelo/com o gênero, nos reconhecer na figura de herdeiros: saber e saber reafirmar o que vem “‘antes de nós’, e que portanto recebemos antes mesmo de escolhê-lo (...) [*É menino/a.*]. Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la [ou não] viva [significando em/pelos nossos corpos]” (DERRIDA, 2004, p. 12 *apud* SARGENTINI, 2006, p. 189. Acréscimos meus). Dessa forma, acredito ser possível caminhar em direção à ideia de Foucault (2013, p. 14), quando trata da necessária desestabilização do idêntico:

É como se aí onde estivéramos habituados a procurar as origens, a percorrer de volta, indefinidamente, a linha dos antecedentes, a reconstituir tradições, a seguir curvas evolutivas, a proteger teleologias, e a recorrer continuamente às metáforas da vida, experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença, descrever os afastamentos e dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico.

de análise dos discursos de sujeitos trans e(m) seus trajetos de identificação com o gênero, venho tentando discutir esses movimentos de identificação como da ordem do ideológico e do inconsciente.

Tentei ser didático nessa explicação, mesmo correndo o risco de ser reducionista em relação à complexa identificação e subjetivação dos sujeitos com o gênero, na perspectiva de compreendermos como a defesa de uma cis-heteronormatividade natural e inquestionável tangencia a representação de um certo construtivismo vulgar, isto é, a ideia de que, a partir do corpo biológico, o que nasce, se construiria uma coerência natural de que corpos com pênis, por exemplo, são homens, ou estariam fadados a se (com)portar segundo os ditames de uma masculinidade hegemônica. Acreditando na fragilidade desse construtivismo vulgar, reforço: não apenas socialmente construído, nem tampouco o determinismo biológico, gênero é performatividade; são discursos que constroem “realidades”.

Ante a tudo o que foi dito, eu sustento que as identificações cis e trans se referem às experiências de sujeitos em relação ao gênero, que podem ou não corresponder às expectativas sociais criadas em torno do genital. Sendo assim, são os rituais dos mo(vi)mentos de identificação com o gênero que vão (re)constituindo sujeitos e sentidos sobre masculinidades e feminilidades.

Tendo feito essas ponderações, quero me voltar para outro aspecto merecedor de nossa atenção nessa SD: trata-se do reclame feito sobre a impossibilidade de ter se construído, de não ter podido performatizar os sentidos de gênero com os quais foi se identificando. Esse reclame é materializado pela língua, sobretudo, pela ação dos verbos performativos, em terceira pessoa do plural, sem agente, instaurando, dessa maneira, ações realizadas por outrem que, ao mobilizar efeitos de indeterminação, atuam na construção e [...] “participam da constituição de objetos de discurso através de apreciações, estimativas, declarações de planos, intenções, atitudes a serem tomadas” (SERRANI, 1997, p. 82).

Vejamos, então, como funciona a indeterminação dos agentes ou das ações e dos estados mobilizados pela presença dos verbos grifados, robustecendo a ideia de que língua e ideologia não são instâncias avessas, muito pelo contrário, as materialidades linguística e histórica se entrelaçam: o ideológico se atravessa na língua, da mesma forma que, por ela, é atravessado:

SD 51: [...] **encontram** vestígios de pedaços de corpo que servem para nos enquadrar em um dos signos binários de identidade: ou se é menino ou se é menina. [...] **atribuem-nos** nome, **compram-nos** as cores e os enxovais, **criam** para nós os planos de vida em um momento em que ainda nós não podemos contestar. Assim que nascemos **nos registram**, com aquele pedaço de corpo já visível burocratizam nosso ser, **certificam** o nosso gênero/sexo e nome.

Observe que há, sim, um efeito de indeterminação em relação a quem pratica a ação de encontrar vestígios de corpo, atribuir nome, comprar cores, registrar e certificar gênero/genital e nome. Essa indeterminação de quem conjuga ou, melhor dizendo, de quem age e pratica tais ações em relação aos sujeitos generificados nos favorece a compreensão de um conjunto de práticas que são mobilizadas por outros, com vistas a inscrever os indivíduos na ordem dos sentidos de gênero de maneira impessoalizada e determinada.

“A impessoalidade, como um recurso que exime o sujeito do discurso, ou seja, que não demanda pronominalização nos enunciados” [...] e atua se inscrevendo no discurso desse sujeito como uma construção generalizada. “Nesse sentido, não há um sujeito para o verbo, então, não havendo um sujeito para o verbo, quando o discurso é pronunciado, ele não caracteriza uma opinião e, sim, um fato” (PEREIRA E MODESTO, 2020, p. 284).

O efeito de indeterminação expressa pelos verbos em terceira pessoa também nos possibilita analisar como a ideologia, desde sempre, nos atravessa, constituindo os sentidos (im)possíveis para o gênero em sua relação com o corpo genitalizado, o que nos faz pensar [...] “no funcionamento da interpelação ideológica como um processo sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e de sexualidade” (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 01). É o mecanismo da instância ideológica que forja, nesse primeiro rito de interpelação, o sujeito em relação ao gênero, tomando o corpo como base material de significação/materialização do gênero. Com e a partir do corpo, o sujeito sofre todos esses efeitos do gênero que, na SD em análise, complementam os verbos grifados:

[...] **atribuem-nos nome, compram-nos as cores e os enxovais, criam** para nós os planos de vida em um momento em que ainda nós não podemos contestar.

A sutil ação da interpelação ideológica vai, assim, organizando, estruturando e, ao mesmo tempo, tornando evidentes as ações do gênero, cerceando os sentidos e burocratizando a conduta do gênero a partir dos *vestígios do(s) pedaço(s) de corpo*: “nos registram, com aquele pedaço de corpo já visível burocratizam nosso ser, certificam o nosso gênero/sexo e nome”. O registro, a burocratização estatal requerida com e a partir da corpo-normatividade se dá pela identificação social dos vestígios ou dos pedaços de corpo (genitais) e sua indistinção com o gênero. O nome *civil* é mais um efeito dessa associação.

É indubitável que há uma injunção primeira, que é da ordem da ideologia, para situar os corpos e ritualizar os sujeitos na relação com o gênero. Isso acontece também pela

sistematização de uma política discursiva do visível: quando a carne se faz verbo (“é menino/a”), encontram vestígios de corpo, atribuem nome, compram cores, criam planos de vida, registram um sujeito corporificado e certificam o seu gênero pelo genital.

A indeterminação de quem significa o gênero pela relação do corpo-genital visível se contrapõe a essa corpo-subjetividade, expressa nessa SD, que reclama dos efeitos de enquadre, de deslegitimação por ele sofridos, quando ainda não podia contestar. A figura da contestação às normas de gênero é significativa para pensarmos como esse sujeito situa o gesto de resistência ao binarismo (ou se é menino ou se é menina), a fluidez de gênero-corpo em que se percebe e, como desdobramento, o não-lugar que ocupa.

A esse respeito, observe que há uma associação entre a resistência aos sentidos dominantes e o processo de desconstrução do sujeito generificado: “*É nesse momento (quando percebe e contraria o posto, o dado, a evidência) que começamos a nossa própria saga de desconstrução do sujeito*” [...]. Compreendo que há, nesse trecho, um efeito de ruptura e de possibilidade de autoconstrução pelo gênero. Isto é, desconstrói-se o que foi estabelecido para construir outras possibilidades de encorpar o gênero, numa perspectiva de maior fluidez, de entremeio em [...] “um corpo que flui, que vivencia experiências próprias de gênero”, ou seja, vivências diferentes das que lhes foram entregues e determinadas, como uma oferta simbólico-dominante, em razão do seu genital.

Da desconstrução do que lhe foi impresso para a corporificação dos sentidos com os quais se identifica, o sujeito trans vai se movendo, se mobilizando nos percursos do gênero. Esses dois trajetos, a propósito, são significados pela expressão “saga” – a saga do sujeito em relação ao gênero. Num primeiro momento, quando ainda não (se) percebe e lhe determinam, há uma “saga de customização do feto”, ao passo que, quando contraria a ordem do gênero, irrompe-se a identificação pela resistência e, assim, começa a “própria saga de desconstrução do sujeito” que lhe foi estabelecido.

Sob a guarda dessa desconstrução a que se refere ou, dizendo de outro modo, como efeito de tal desconstrução, estão as possibilidades de questionar as “customizações” a que o seu corpo fora exposto, conforme discutimos, com base na justaposição e indiferenciação entre gênero e genital. Interessante notar como esse dizer tensiona essa relação de desconstrução, mais uma vez, recorrendo à figura da (in)determinação de si, ou seja, marcando a tensão entre o que fizeram para ele e o que ele fará para/por si, o que acaba por me conduzir às pertinentes reflexões de Zoppi Fontana (2017, p. 01), quando trata da problemática das identificações de gênero e, com ela, a possibilidade de refletir sobre

[...] a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido e do sujeito, que tanto reforçam o imaginário social quanto irrompem como acontecimento, abrindo brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de subjetivação [...]. Não se trata, portanto, de apontar para a dominância de sentidos normativos, mas principalmente de descrever os pontos onde eles entram em crise, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena. Pensamos aqui na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si.

Pela relação que faço entre o que diz a autora e a discursividade que analiso na SD, penso que a saga sobre esse sujeito trans, da qual foi objeto paciente, e a saga de si para si, objeto agente, é materializada quando ele diz que está em curso a [...] “saga de desconstrução do sujeito que nos (lhe) foi estabelecido”. Essa ideia da saga de desconstrução mobiliza o questionamento do sujeito sobre o poder/a prerrogativa de enunciarem sobre si, de instaurarem uma *verdade* em que ele não se reconhece, ou seja, há uma reivindicação em *dizer-se* que não se encerra na fala externada por terceiros, ao reverso, a resistência começa na interpretação mesma que deram ao seu corpo, como uma experiência em que se vê de dentro pra fora, isto é, uma percepção simbólica de “terceiro lugar”, em que se vê a partir de fora, do outro que o nomeou para produzir identificação, reconhecimento, resistência.

Esse movimento de identificação e subjetivação, muito a propósito, aclara e justifica a minha compreensão de que a FD corpo-transgressora não se esquia do contanto-confronto com a FD corpo-normativa, isto é, ela não está em outro lugar, distante, mas se constitui pela/na própria relação de confluência, divergência e tensão com os saberes hegemônicos. Como bem explicou Pêcheux (1990), as ideologias dominadas se estruturam *sob* e *contra* as dominantes.

Feitas essas reflexões, quero me deter sobre outro percurso de sentidos merecedor de nossa atenção: diz respeito à possibilidade de (auto)construção, forjada entre a relutância do querer e a intransitividade da liberdade (GREGOLIN, 2003), conforme destaco e transcrevo o recorte abaixo. Estou me referindo a um fio de liberdade ou uma insistência, a despeito do arbítrio do gênero, em se marcar numa posição de não-lugar, assinalando um corpo

SD 5.2: [...] “rebelde, desobediente ao comportamento de gênero que outrora lhe foi designado”. [...] que “não se conforma e nega todas as estruturas sistemáticas de fácil inteligibilidade”. [...] que “não se reconhece enquanto homem, tampouco enquanto mulher”.

Um corpo, prossigo, que, dessa forma, se situa na fluidez, “que vivencia experiências próprias de gênero”, que ocupa “um não-lugar na sociedade”, um corpo “em constante dissidência à normatividade compulsória” e, por isso, que “pertence a si mesmo”. Repare, com isso, que estamos diante de um processo de desconstrução de um sujeito normatizado, estabelecido por terceiros, fetichizado pela determinação de sentidos hegemônicos de gênero, aos quais diz não se afiliar, não se identificar; sentidos que não tomam ou não recobrem indefinidamente esse sujeito em seu processo de constituição.

Como lemos, o sujeito reclama para si a fluidez que diz experienciar o seu corpo. Para isso, (se) desconstrói o sujeito que lhe foi estabelecido, imposto, mas, ainda assim, é sempre sujeito interpelado ideologicamente, conforme discutimos. A desconstrução simbólico-hegemônica do gênero também é uma construção em/a partir de outros sentidos, e esse processo é simultâneo: desconstrói-se ao mesmo tempo em que se ergue outros modos de significação no embate com o gênero.

Esse movimento de (des)construção, de subjetivação pelo/no gênero, me faz lembrar o modo como, na AD, se concebe o assujeitamento e(m) sua relação com a ideologia. Sobre essa relação inextrincável, Althusser (1985, p. 44-45) explica que todo mistério do funcionamento ideológico está na ambiguidade da categoria de sujeito: “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do sujeito, portanto, para que aceite (livremente) sua sujeição e, portanto, para que ‘cumpra por si mesmo’ os gestos e atos de sua sujeição. Só existem sujeitos para, e através da sujeição”.

Penso que o não-binarismo ou o entremeio não se constitui como um lugar fora do gênero, à parte, mas como um espaço intervalar, de entre-lugares, ou seja, que bordeja e, ao mesmo tempo, conflagra a tensão e a resistência à hegemonia do gênero. Há uma burla, um drible a esses sentidos, sem dúvidas, mas, dele, não nos esquivamos por completo, em inteireza, como vemos sinalizado/sugestionado na formulação: [...] “corpos que não representam nada além deles mesmos. Corpos repletos de auto pertencimento e auto representação”.

Ao acentuar a consciência, a completude corpórea, o pertencimento “a si mesmo” e, ainda, ao repetir o determinante demonstrativo “própria(s)” nas construções: “a nossa **própria** saga de desconstrução do sujeito” e [...] “É um corpo que flui, que vivencia experiências **próprias** de gênero”, os sentidos gendrados, ainda que revestidos por um tom de resistência, podem resvalar para um lugar de reiteração e evidência hegemônicos, contradizendo, inclusive, os sentidos de trânsito, de deslocamento (uma corpe-subjetividade que partiu, que se deslocou

de um lugar para outro e está no caminho), mobilizados pelo prefixo *trans*⁹⁷, o que me induz a pensar que estamos diante de um percurso de significação que, ao resistir à hegemonia do gênero, se expõe a uma contradição na medida em que saneia a ideia do inatismo, da imanência do gênero, do “*desde sempre*” do gênero – aspectos ontológicos que erigem os saberes cis-heterohegemônicos.

“Essas condições dão ao discurso um efeito de homogeneidade, como se não houvesse um atravessamento ideológico na concepção desses sentidos” (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 82), que podem funcionar pela evidência de um sujeito que não se constitui na transitoriedade. Os processos discursivos, por não se originarem no sujeito, mas, nele, se realizarem, nos remete à defesa teórica da constituição subjetiva pela e na ideologia. Ao dizer isso, estou reafirmando, conforme nos adverte Butler (2015, p. 42), que o “si mesmo é obrigado a se comportar fora de si mesmo”. Toda identificação, sem dúvidas, é social, é histórica, é ideológica e está, dessa maneira, articulada ao território histórico e provisório dos sentidos que (se) arranjam (n)as FD.

Faço essa ressalva para distinguir o individual do ideológico e, dessa maneira, não cairmos no engodo dualista entre o psiquismo individual e o ideológico social. Todo ritual de interpelação ideológica comporta o lugar da falha, pois é um processo aberto a fissuras, ou seja, o assujeitamento aos sentidos hegemônicos de gênero não é total ou irrestrito, de modo que os efeitos da instância ideológica levam consigo o lugar de trânsito, de circulação dos sujeitos, mas até mesmo o espaço da resistência é tão social e ideológico quanto todos os outros modos de interpelação-subjetivação, resultando na minha anuência com a defesa que faz Leandro-Ferreira (2013, p. 104-105):

Assim como a língua não é um ritual sem falhas (como nos lembra Pêcheux), a ideologia também não o é e tampouco o corpo. Se os equívocos da língua irrompem na língua, na zona do impossível, e a ideologia marca os equívocos historicizados, podemos nos arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos.

Nesse sentido, eu defendo que a saga e as experiências são *próprias*, sim, no que se refere ao processo que o move a se subjetivar pelo gênero, no deparo com os seus sentidos e

⁹⁷ Interessante observar como essa reflexão põe questões para as demais corpo-subjetividades, sejam cis ou trans, pois, em maior ou menor grau, [...] “esses atos de deslocamento e subversão diante das imposições e opressões não é algo exclusivo das pessoas transexuais. Se repararmos bem, estamos todos e todas mais ou menos em *trânsito*...; somos todos *trans* nesse sentido; estamos todos em *transe*” (PEREIRA, 2016, p. 10).

considerando os trajetos, os percursos histórico-sociais dos sujeitos, porém, não tão *próprias* como se fossem dele, exclusivas, lhes pertencesse ou viessem, emanassem dele. Entendo que a saga e as experiências *próprias* – seja para o corpo-genital (feto, infante), estabelecido por outrem; seja para o corpo-sujeito – são ou constituem o próprio efeito dos mecanismos socioideológicos das afiliações aos sentidos de gênero, ainda que o sujeito esteja implicado na construção de si, na produção de “sua” subjetividade.

Vou explicar: ao aventar a condição ou o lugar de identificação que se situe fora do gênero, negando-lhe, apartando-se dele, há um efeito que tangencia para a possibilidade de se despir, de viver sem ou fora do gênero. A defesa que venho fazendo, ao longo desse trabalho, tendo como lentes a teoria materialista do discurso e a proposta de performatividade do gênero, é que produzimos/performatizamos gênero até mesmo dentro de fissuras. Constituímos formas de resistência dentro dessa tensão que nos permite ir arranjando e tramando a nossa subjetividade pelo dribble e, ao mesmo tempo, na relação de resistência e de flerte com as normas. Eu me preocupo com esse efeito de imanência porque, conforme discute Butler (2019, n. p):

A fabricação dessas origens tende a descrever um estado de coisas anterior, ontológico, apriorístico, seguindo uma narrativa necessária e unilinear que culmina na constituição da lei e desse modo a justifica. A história das origens é, assim, uma tática astuciosa no interior de uma narrativa que, por apresentar um relato único e autorizado sobre um passado irrecuperável, faz a construção da lei [entenda-se por: além dos discursos, dos sentidos socialmente sedimentados sobre a identificação de gênero performatizada pelas/nas corpo-subjetividades] parecer uma inevitabilidade histórica.

Em outros termos, podemos defender que as normas de gênero nos interpelam e, ao nos interpelar, somos constituídos como sujeitos, ao mesmo tempo em que somos ensejados a agir como sujeitos generificados. No entanto, não somos totalmente destituídos de agência na negociação com as normas de gênero: temos, certamente, possibilidades de negociação e subversão, isto é, performatizamos também usos subversivos dos atos de gênero, o que não implica em dizer que escapamos da ideologia, que escolhemos ou que fundamos o gênero.

Ao considerarmos o mecanismo da interpelação ideológica como estruturante dos sujeitos e dos sentidos, é possível fazermos uma observação sobre a ilusão das evidências subjetivas, ou seja, a suposta condição do sujeito, como estamos analisando, como único, insubstituível e idêntico a si mesmo.

[...] Sem deixar de lembrar que a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é aproximada de outra evidência, a evidência do sentido (a ilusão da literalidade). Na figura da interpelação estão criticadas essas duas formas de evidência: a da constituição do sujeito e a do sentido. Crítica feita pela teoria (materialista) do discurso à filosofia idealista da linguagem que se apresenta quer sob o modo do objetivismo abstrato (a língua como sistema neutro, abstrato), ou do subjetivismo idealista (o sujeito como centro e causa de si). A “evidência” da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito. A essa contradição “sofrida” (o sujeito já é sempre sujeito) responde a contradição “apreendida” e “exibida” que se apresenta como um sintoma da contradição inerente, da discrepância entre um já-lá pensado “antes, em outro lugar, independentemente” e o que se apresenta como origem espontânea de si (ORLANDI, 2002, p. 67).

Nessa direção argumentativa, penso que não seria possível se apartar por completo do gênero a ponto de se colocar completamente à margem de seus sentidos, pois não criamos/fundamos um gênero, mas entramos, por imersão, em seus sentidos, em seu processo discursivo já instalado socialmente: somos submetidos, nos submetemos, questionamos, nos subjetivamos na resistência e pela tensão entre conformidade e transgressão e, assim, seguimos nos reinventando, performatizando e significando corpa-subjetividades gendradas.

Por isso, com Modesto (2016, p. 1085), eu defendo a necessidade de operar discursivamente a noção de resistência, o que é possível ser feito se considerarmos a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, o que significa, no nosso campo de estudos, dar consequência ao entendimento de que todo processo é histórico-ideológico.

No lugar de pôr o sujeito no centro, privilegiando o antagonismo, o enfrentamento, o atrito etc., o importante é considerar o movimento dos sujeitos e dos sentidos (o movimento dos sujeitos *com* os sentidos) na história. Isso significa ressaltar a noção de historicidade para propor o sujeito (se constituindo simultaneamente ao sentido, porque sujeito de linguagem) como sujeito *na* história e não sujeito *da* história (aquele que *faz por ele mesmo* a história, como poderia supor uma perspectiva idealista).

Por essa razão, entendo que esse dizer “de si para si” (significação ou constituição *próprias*) equivaleria à ponderação de que é possível se situar fora ou à margem da ideologia, como indivíduos “no suposto do *ser*” – de si, em si, por si, para si. A metáfora instaurada na formulação a seguir pode nos ajudar a pensar no que estou entendendo por essa relação do sujeito no suposto do ser. “Em suma, a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos: mas, sob essa evidência, há o absurdo

de um *círculo* pelo qual a gente parece subir aos ares se puxando pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 32).

O retorno a essa suposta imanência, a meu ver, se manifesta nessa ideia de pertencimento a si mesmo, [...] “de corpos que não representam nada além deles mesmos [...] repletos de auto pertencimento e auto representação”. Observe que há um efeito de fechamento, de enclausuramento sócio histórico do corpo em relação ao gênero, dando curso à ideia ilusória de não estar submetido à ideologia, não ser alçado à condição de sujeito pela/na ideologia. A materialidade se fecha, é indiferente às injunções ideológicas (neutra) e, por isso, plena de auto representação – não representa *nada* além dela mesma. Analise, comigo, que a identificação e o movimento de reconhecimento do sujeito no gênero se dão, sim, pelo viés da resistência, por ser um corpo de fluidez, de trânsito, mas, ao insistir no aspecto de inteireza de si, os sentidos deslizam e resvalam para um efeito de retorno a um lugar simbólico de evidência e naturalização do gênero: algo que sempre foi, sempre esteve lá, em potencial, mesmo à revelia do corpo, apenas esperando o momento de eclodir.

Quero registrar que não pretendo, com essa discussão sobre a responsabilização plena de si, ensejar a ideia de um exercício de antecipação ou prefiguração do funcionamentos de sentidos sobre uma dada subjetivação transgênera, mas, antes, de tentar compreender, a partir da perspectiva materialista do discurso, que essa construção linguístico-discursiva que estamos analisando pode sanear a FD corpo-normativa, na medida em que faz funcionar a política dos sentidos catalisada por ideias ontológicas do gênero e(m) sua indistinção com corpos sexuais. E como desdobramento dessas reflexões, vale o questionamento: até que ponto podemos estar legitimando justamente os sentidos que interrogamos?!

Esse funcionamento regular de imanência do gênero em relação à corpa-subjetividade tende a desconsiderar o complexo e contraditório processo de constituição subjetiva na qual a ordem da língua e a ordem da história estão visceralmente implicadas. Outro desdobramento que resulta dessa articulação imanente, ainda que revestida por esse efeito de resistência, é a ideia de exacerbada autonomia do sujeito, sinalizando para a transformação do sujeito segundo uma perspectiva ideal, voluntarista e mistificadora.

A ilusão de autonomia ou o modo como a subjetividade vai nos conduzindo ao equívoco da impressão idealista da “origem em si mesmo”, que pode ser explicada não pela via do conteúdo ideológico, que afetaria o sujeito, mas pela estrutura mesma pela qual sujeito e sentidos funcionam:

[...] não é em “x” que está a ideologia, mas é no mecanismo (imaginário) de produzir “x”, sendo “x” um objeto simbólico. [...] Isso tudo derivando do fato de que não há sentido se a língua não se inscreve na história. O sujeito, na injunção a significar, afetado, de um lado, pelo real da língua e, de outro, pelo real da história, se produz pela interpelação do indivíduo (ORLANDI, 2002, p. 70).

Repare que, com essas análises, além de compreender os efeitos de regularidade de sentidos, aos quais me referi, há pouco, estou tentando destacar como a contradição atravessa os processos de constituição dos discursos, ao passo que instaura um dizer que, ao mesmo tempo, refrata as suas condições de emergência, mas também, nele, se reflete como um de seus efeitos, (des)naturalizando os sentidos tomados como evidentes pelo sujeito.

Considerando esse efeito de completude do/no corpo, podemos nos questionar de onde emergiriam os sentidos de auto representação, em que lugar seriam forjados se estão divorciados do cenário histórico-político? Seria possível esse escape dos/aos sentidos? Como, então, defender a ideia de *transitoriedade* dos corpos e do gênero? Por fim, de que maneira seria viável o estabelecimento de um corpo fluido, que não se deixa capturar pela dicotomia de se apresentar tão-somente como homem ou mulher?

Sem qualquer intenção deliberada de dizer que há respostas unilaterais e inequívocas para essas interrogações, creio que seja válido nos reportar às ponderações de Althusser (1970, p. 94) quando propõe que [...] “como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências de transparência da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar”.

Pêcheux ([1975] 2009, p. 58) também nos auxilia a verticalizar essas reflexões, ao nos explicar que, enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos, a ideologia [...] “não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)”. Em outras palavras, os processos histórico-materiais não só operam ou agem para reproduzir-repetir as condições de produção, mas também para problematizar e transformar os sentidos.

Todas essas questões podem nos servir para refletirmos que a performatização (de entremeio) do gênero é, sim, um lugar possível aos corpos, mas situados no cenário socioideológico dos sentidos. Se assim não o for, poderemos estar pavimentando as trilhas de um retorno – às avessas, pelo funcionamento da contradição – aos saberes da cis-heteronorma

e sua defesa de espelhamento entre corpo e gênero. É preciso, pois, interrogar a interpretação, os sujeitos e os saberes em “estado de permanência” e, dessa forma, não criar itinerários de fazer voltar aos sentidos corpo-normativos. Discussão que, a propósito, me aproxima de Orlandi (2012, p. 213), quando critica essa ideia de autonomia desmedida do sujeito, sem as réguas e os compassos dos sentidos histórico-sociais: [...] “nosso cuidado, ao criticar essas posições, é indicar o movimento e a transformação, sem aceitar o voluntarismo e o automatismo mistificador”.

Acredito ser possível dizer que essa ideia mesma de deslocamento e dispersão é também em relação à influência da cultura na constituição do gênero:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. **Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino.** Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26. Os grifos são meus).

Antes de finalizar, preciso reiterar que estou pensando, com essas análises, sobre como a cis-heteronorma é estrutural, um discurso hegemônico, que afeta também corpos e subjetividades transgêneras. Repito: a incidência do meu gesto analítico recai sobre o processo cis-heteronormatizador, que pode ir movimentando os sujeitos a se deslocarem em diferentes posições-sujeito entre uma matriz normativa e uma matriz transgressora de sentidos gendrados e, assim, fazerem com que os sentidos sejam *outros*.

Insisto nessa ressalva porque, como eu já disse, temo em incorrer em miradas ciscêntricas, ou seja, gestos teórico-analíticos que exotifiquem ou culpabilizem as discursividades analisadas. Não se trata de explicar e se contrapor ao que as pessoas estão vivenciando ou como elas se entendem no gênero, mas de analisar o funcionamento dos efeitos de sentidos hegemônicos que, por serem dominantes, podem repercutir nas corpo-subjetividades trans – quando a não-resistência comparece nos sentidos de resistência

Nesse sentido, estou tentando compreender como os sujeitos são interpelados pelas matrizes de gênero, e não reforçar a estrutura dialética “sujeitos cis *versus* sujeitos trans” ou, ainda, dizer que sujeitos trans estariam reforçando as normas de gênero. Longe de mim produzir um conhecimento insensível ao sofrimento, como também explorá-lo a ponto de torná-lo

exótico. Muito a propósito, lembro-me do alerta que nos fez Marilac e Queiroz (2019, n. p), ao se referir à “patrulha LGBT”:

Eu, que nunca terminei nem o Ensino Fundamental, nem sequer sabia de tudo isso até virar figura pública no YouTube e começar a ser perseguida por uma patrulha LGBT cibernética. Gente sem sensibilidade que não percebe que a travesti mais velha e sem estudo que adota termos pejorativos é, ela mesma, grande vítima de preconceito. Afinal, ninguém é obrigado a ser especialista em gênero só porque é trans. E a ninguém é dado o direito de caçar minha “carteirinha de travesti” porque não fui “iniciada” na discussão política.

Ademais, é preciso estar atento ao fato de que há uma acentuada cobrança [...] “em relação aos indivíduos pertencentes a grupos historicamente discriminados, como se fossem mais obrigados do que os grupos localizados no poder de criar estratégias de enfrentamento às desigualdades” (RIBEIRO, 2017, n. p). Na senda dessa reflexão, eu defendo que o lugar social não determina, necessariamente, uma tal consciência sobre esse lugar ocupado por sujeitos dissidentes, mas o lugar do qual nos ocupamos socialmente, sem dúvidas, nos faz ter experiências diferentes, como também nos enseja a ter outras perspectivas.

Para finalizar essas análises e, uma vez mais, compreendermos o contínuo processo de identificação nos sentidos de gênero, o que serve, em muito, à compreensão desses itinerários de identificação enquanto efeitos de performatização e mo(vi)mentos subjetivos, leiamos o potente e produtivo autorrelato que faz Marilac. Assim o classifico porque o recorte, abaixo, nos permite flagrar uma inscrição subjetiva em outra posição-sujeito, o que a permite se dizer no gênero por sentidos *outros*, diferentes dos que tangenciam sentidos imanentes. Digo também produtivo porque, ao entender os efeitos transfóbicos / cis-hetenormativos que nos constituem, Marilac, nesse recorte, também nos faz analisar o funcionamento material da língua como lugar de deslocamento, de sentidos outros, de possibilidades:

Naquela época, entendia-se que, para considerar-se mulher ou feminina, uma travesti precisava alterar o próprio corpo. Com o tempo, fui percebendo que eu mesma era preconceituosa em pensar assim. Ser travesti não é doença pra demandar cirurgia. Tinha que me desconstruir pro novo. Hoje entendo que ser mulher é algo que está na cabeça e não é preciso mutilar-se para se enquadrar nas expectativas sociais sobre como uma mulher deveria ser. Quem dera tivesse concluído isso antes de injetar 22 litros de silicone industrial de material desconhecido. Não que eu me arrependa de ter criado o corpo que tenho hoje. De jeito nenhum, acho-o belíssimo — e sei que quanto mais me aproximo da figura feminina, mais me afasto da repulsa social por pertencer a esse gênero tão incompreendido (MARILAC E QUEIROZ, 2019, n. p).

Como conclusões parciais, defendo que a relação interseccional entre corpo, gênero e subjetividades masculinas, femininas, pela ideologia, segue a lógica de um construto instável, volátil, mutável. E por estarmos diante de uma relação contraditória e inacabada, equívoca porque ideológica, se faz necessário historicizar o binarismo de gênero, a polaridade *homem - mulher* para nos darmos conta de que essa oposição, resultado dos processos socioideológicos, é construída, e não fixa, inerente ou natural.

Arrisco a dizer que a resistência ao regime corpo-normativo de sentidos se torna *possibilidade aos sentidos* na medida em que insistimos, repetimos discursos transgressores até que o sem-sentido faça sentido, isto é, quando nossa inscrição no simbólico está identificada com a significação do gênero que (se) move (d)a relação de dependência corpo-gênero para produzir outros sentidos, outros discursos que situem posições-sujeito na ordem do (im)possível, na ordem da ambiguidade e da plurivalência de sentidos de gênero que não cabem numa matriz corpo-normativa/corpo-opressora do gênero.

Dito isso, sigamos problematizando os sentidos de gênero a partir de outra SD que, de minha perspectiva analítica, se inscreve nessa rede de sentidos tensionados entre as FD corpo-normativa e corpo-transgressora. Para tanto, apresento a próxima SD, que também é um trecho extraído da obra: *Nós, trans: escrevivências de resistência* (2017, p. 16-17), cuja autoria é de Fernando Yale Vieira.

SD 6 – *Um lugar só meu*: Ser trans é sentir-se profundamente triste em primeiro momento. Sentir-se triste por não corresponder às expectativas da família, da igreja, da escola, e dos outros em relação a você. É sentir-se um “peixe fora d’água” numa loja de roupas, em um banheiro público, na fila do hospital, ou na sala de aula quando a professora faz a chamada. Ser trans é ser invisível, até que você descobre que pode ser visível. Comecei minha transição corporal (sim porque na minha cabeça eu sempre fui assim), em fevereiro de 2014, com o uso da testosterona. Minhas mudanças foram notáveis logo de início, porque aquela era minha alma, porque aquele era eu. [...] Me sinto respeitado por onde passo. Minha identidade é reconhecida por todos. [...] E sei porque isso acontece: porque na cabeça das pessoas eu era “sapatão” e “virei” homem e ser homem é um bom lugar. Reconheço esse privilégio. [...] Só não sou reconhecido pelo estado do Tocantins o qual negou a alteração do meu nome nos documentos, baseado na justificativa de cirurgia de “mudança de sexo”. Quem disse que preciso de cirurgia para ser homem? [...] Eu poderia ser homem mesmo não tendo a forma física de agora, eu sei disso! De certa maneira, concordo que a tecnologia médica é muito importante nesse processo de construção e/ou externalização da nossa identidade.

Começemos por observar o efeito de deslocamento social reclamado pelo sujeito por sua identificação e performatização transgênera. Os espaços sociais (escola, igreja, família) não

abrigariam um “corpo falho”, interpretado, ao mesmo tempo, como se um homem e uma mulher fossem. Há uma relação simbólica desse corpo com o binarismo vinculado a um imaginário, a uma escolha de um entre dois gêneros: a masculinidade ou a feminilidade, tangenciando a ideia que a nossa formação social não tolera ambiguidades.

Muito a propósito, existe um jogo de sentidos atuando no processo de forja dessa subjetividade que não procede de uma única instituição, mas da relação entre elas (família, igreja, escola – os Aparelhos Ideológicos do Estado), que, juntas, postulam discursos e saberes que emergem como ritos de normalização de corpos e normatização de sujeitos. Essas instituições, como bem diz Courtine (2013, p. 131), “não são simplesmente modos de classificação dos objetos do saber ou aparatos do exercício de um poder, mas [...] além disso, instrumentos de produção do sujeito”, instrumentos de assujeitamento, o que me leva à aventura de dizer que nada mais *microfísico* do que a atuação desses aparelhos ideológicos no trajeto de subjetivação no gênero dos corpo-sujeitos.

É nesse contexto de representação e disputa por uma enunciação legitimada sobre os sentidos de gênero que se articulam os saberes corpo-normativos como possibilidade dominante de dizer e valorar as possibilidades de vivência das masculinidades e feminilidades, desvelando sentidos no entorno constitutivo da pessoa transgênera, como: a que está em desordem; a que foge à forma; a que está além de tornar-se o que, de fato, é. Em suma, seriam pessoas em rota de fuga da “identidade natural, imanente” – fugindo do que nasceram para ser.

Notemos, com essas reflexões, como os sentidos de subjetividades transtornadas vão se configurando, pela língua, ou seja, elementos linguístico-discursivos (des/ordem, dis/foria, trans/torno) consubstanciam a ideia de uma pessoa (in)conforme, (des)ajustada. Entre o silêncio e o excesso de dizeres, eis a língua, sempre a língua, até mesmo para suportar os “desencontros” do corpo e os deslocamentos subjetivos.

A partir dessas reflexões, penso ser possível afirmar que não basta uma pessoa se declarar vivendo uma experiência transgênera ou, ainda, dizer que se sente homem habitando um corpo de fêmea. “Essas construções pertencem ao estranho da língua em nossa formação social” diria Ferreira Cassana (2016, p. 17). A ambivalência do corpo, no entanto, pode ser atenuada e a subjetividade pode ser apaziguada – a transição corporal como um lugar possível aos sentidos de gênero. Em nossa formação social e ideológica, não há abrigo para o “corpo generificado falho”, é preciso que se defina o gênero e o mostre no/pelo corpo. Esse é o *próprio* dos sentidos dominantes corpo-gendrados: exigem a sua performatização, a sua demarcação-identificação no social.

Afirma-se o gênero ao passo que o corpo o legitima, o testemunha, o materializa. Como sujeitos generificados, de alguma forma, simbolizamos as suas normas, como também lemos no corpo do outro os efeitos de sua materialização. Nesse sentido, essa determinação do gênero (im)põe “ajustes” aos corpo-sujeitos que não encontram espaço no binarismo em que vivemos.

Nesse regime de sentidos corpo-normativos, busca-se a flexibilização da subjetividade com o máximo de cooperação e o mínimo de resistência do sujeito, que está destinado a um certo modo de viver em função dos discursos normatizadores, que trazem consigo efeitos de poder. As “formulações verdadeiras” revestem-se de um poder politicamente eficaz, visto que é capaz de induzir os modos de comportamento, inibir condutas consideradas reprováveis, estimular valores tidos como essenciais, enfim, o poder da verdade esculpe o modo de *ser* e *estar* do sujeito:

SD 6.1: Me sinto respeitado por onde passo. Minha identidade é reconhecida por todos. [...] E sei porque isso acontece: porque na cabeça das pessoas eu era “sapatão” e “virei” homem e ser homem é um bom lugar. Reconheço esse privilégio. [...]

Penso que aqui estão as condições necessárias para a fundação do processo transexualizador como saber-poder que instaura metodologias para rasgar a carne, regular corpos e controlar subjetividades. A esse respeito, Foucault pondera:

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espionagem, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir.

Por considerar que a menor eclosão da verdade é condicionada politicamente (FOUCAULT, [1969] 1999), sustento que os sentidos que tramam as representações corpo-normativas de gênero se constituem a partir dessa política que instaura uma verdade na relação indistinta entre corpo-gênero. Com esse efeito que tangencia para uma suposta verdade do masculino e do feminino, os saberes hegemônicos da FD corpo-normativa arbitram e reivindicam a prerrogativa de dizer-definir os sentidos de gênero em sua articulação com a performatização corpórea tida como específica do homem e da mulher.

Para tanto, considera que há a necessidade de forjar um sujeito político que se apresente, sem dissonâncias, com os signos corpóreo-subjetivos, como homem ou mulher “de verdade”, reconhecíveis, inclusive, como tais, o que reforça a ideia errônea de que o gênero é inequívoco e que o corpo precisa (de)marcá-lo, o que podemos confrontar aqui: “Quem disse que preciso de cirurgia para ser homem? [...] Eu poderia ser homem mesmo não tendo a forma física de agora, eu sei disso!”

Muito mais do que um corpo de exclusão (não é homem, não é mulher), o sujeito transexual apresenta um corpo de transição entre um gênero e outro. Nessa transição, que foge à organização estabilizada da norma, da rigidez da estrutura, configura-se um corpo ambivalente, (in)capaz de ser significado como legítimo em nossa formação social, configurando-se como um corpo (im)possível, cujos sentidos significam justamente no entre-lugar do discurso (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 13).

Com isso, estão postas as condições que favorecem a atuação dos discursos cis-heteronormatizadores para intervir no “erro do corpo”, objetivando h(o/a)monizar para curar, organizar, encaixar as suas partes destoantes e, assim, forjar um todo harmônico. A sutileza desse saber-poder perfaz uma estratégia de policiamento subjetivo-corpóreo: ajusta-se o corpo com a pretensão de construir uma “identidade” apaziguada: “Minha identidade é reconhecida por todos. [...] ‘virei’ homem e ser homem é um bom lugar. Reconheço esse privilégio”. [...].

A identidade de gênero harmônica, a propósito, é atravessada/constituída por uma representação dissidente do desejo homoafetivo em cujo espaço essa corporeidade trans não mais estaria alocado pelo olhar do outro: “na cabeça das pessoas eu era ‘sapatão’ e ‘virei’ homem e ser homem é um bom lugar. Reconheço esse privilégio” [...].

O corpo-outro, o anterior, lido como feminino, é significado como um corpo desprestigiado, indigno de reconhecimento nos sentidos do masculino por não ter aderência suficiente ao gênero com que se identifica, como também por não ser reconhecido por todos, mas entendido como uma corpo-subjetividade de lésbica (“sapatão”). A leitura social de sua subjetividade como a de um homem, agora, acoplado ao seu corpo, é sinônimo de privilégio, é um “bom lugar”. A sua subjetividade se moveu para o lugar do prestígio destinado aos corpos que performatizam a ritualística do gênero sem opacidade, sem dissonâncias, sem rachões ou trincas (um corpo-gendrado apaziguado), o que nos conduz às pertinentes observações que lemos aqui:

A noção de repressão à qual se reduz em geral os mecanismos do poder me parece bastante insuficiente e perigosa. Se o poder é forte, é porque ele produz

em igual medida aquilo que ele proíbe. E, obviamente, "o" poder – mas do que se trata? Quase não conhecemos, historicamente, senão "os" poderes, mas, na linha mesma de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação do corpo contra o poder, da saúde contra a economia, do prazer contra as normas morais [...]. E, desse fato, a razão pela qual o poder era forte se torna a razão pela qual o poder é atacado. **O poder se antecipou no corpo, ele se encontra exposto no corpo mesmo**” (FOUCAULT, 1994, p. 03, *apud* COURTINE, 2013, p. 16-17. Os grifos são meus).

Muito a propósito, vale a pena ler a associação que Bagagli (2017, p. 153) tece entre cisgeneridade e os seus desdobramentos nas hierarquias corporais e epistêmicas:

A cisgeneridade é compreendida como uma posição relativa ao gênero que estrutura relações de poder – hierarquias “corporais” e “epistêmicas”. A mobilização do conceito de cisgeneridade é capaz de desvelar estas relações – que se estruturam através de sua própria dissimulação, acobertando a causa do sujeito no próprio interior de seu efeito. A cisgeneridade só deixa de ser o óbvio do gênero através de um processo crítico de questionamento de evidências.

A respeito da hierarquia corporal, observo que ela exerce sobre os sujeitos uma brutal violência na medida em que põe o corpo cis como modelo e parâmetro para o qual as experiências trans devem convergir para se legitimar diante do espelho e da sociedade. A lógica é: quanto menos evidenciar que é uma pessoa trans, mais aceita será, ou, ainda, contraditoriamente: para ser trans, é preciso se fazer cis. Sob o efeito da hierarquia epistêmica incide a resistência teórica e política sobre o (se) dizer trans, ou seja, apenas é possível promover deslocamentos quanto às estruturas de conhecimento e modelo a partir da vivência cis, enquanto verdade que pode ser enunciada sobre o gênero.

Na tentativa de relacionar a perspectiva corporal e epistêmica, reitero que, em nossa formação social, é a lógica da ideologia cis-heteronormativa que atribui sentidos possíveis (inteligíveis) às subjetividades trans, se considerarmos a atuação de um vasto aparato estatal que se articula com as tecnologias psíquicas, médicas, jurídicas, biologizantes, religiosas – saberes, predominantemente, constitutivos e inscritos na FD corpo-normativa. Nos termos de Foucault ([1969] 1999, p. 54), as hierarquias corporais e epistêmicas são forjadas em “nome de uma urgência biológica e histórica, [que] justifica(va) os racismos oficiais [estatais], então iminentes. E os fundamenta(va) como ‘verdade’” (Colchetes e parênteses são meus). Não é à toa que, do ponto de vista dos saberes do Estado, a discussão sobre a transgeneridade é uma prerrogativa primeira dos saberes médicos e jurídicos. A interdição, nesse caso, funciona na

medida em que se restringe os lugares de dizer e a produção de conhecimento sobre determinados assuntos.

Penso que os efeitos de controle/regularem que procedem do discurso do Estado podem ser bastante operacionais, por penetrarem na sociedade de modo argucioso e com uma sutil autoridade. Esta fineza decorre do caráter relacional do poder, ou seja, de sua natureza microfísica, com base na qual o poder não pode ser analisado tão-somente como uma entidade unitária e compacta, mas como algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e aqueles que lhe são submetidos. Dessa forma, sendo exercido em rede (microfísica), os micropoderes estão dispersos, diluídos nas práticas sociais, constituem os discursos e constroem vontades de verdade de parcelas da sociedade como se fosse a única forma natural, verdadeira, melhor ou mais eficiente de constituição do tecido social. Em sendo assim, não se pode questionar se há ou não poder, mas como ele é exercido.

Em Ruiz (2004, p. 27), encontro substancial esclarecimento acerca da instância do verdadeiro do qual estou tratando:

Ao estabelecer-se o verdadeiro, efetua-se, sempre, uma classificação, a qual permite definir quem entra na categoria dos normais, do verdadeiro, do natural e quem fica fora dela. Toda classificação é um construto social que define o campo do admissível e do rejeitável. Definindo, classifica-se; classificando, separa-se; separando, rejeita-se. Desse modo, define-se aquilo que é considerado bom, verdadeiro ou melhor. Em contraste, destaca-se aquilo que se considera mau, falso ou pior.

Eis o Estado codificando conteúdos a saber e qualificando quais locutores podem dizer, com vistas a cercear a multiplicação do discurso. Ao delimitar essa produção discursiva como um saber específico – o saber-poder da transexualidade –, surgem mecanismos de controle e a instauração da relação entre instâncias de controle e seus controlados. É por meio dessa relação que podemos analisar como as produções discursivas formulam sentidos que resultam em efeitos de poder ou, dizendo de outra forma, a transexualidade em discurso revela a vontade de verdade do Estado que é, ao mesmo tempo, suporte e instrumento de saber-poder:

SD 6.2: [...] Só não sou reconhecido pelo estado do Tocantins o qual negou a alteração do meu nome nos documentos, baseado na justificativa de cirurgia de “mudança de sexo”. [...] De certa maneira, concordo que a tecnologia médica é muito importante nesse processo de construção e/ou externalização da nossa identidade.

Quando o discurso estatal atinge as identificações de gênero, nos damos conta de que tudo tem de ser administrado, regulado, até mesmo micro aspectos da existência dos sujeitos. Segundo essa lógica, se é preciso tudo gerir, o Estado tem de construir mecanismos/discursos sobre como os sujeitos devem viver, como e com quem se relacionar e para que fins, pois os

governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um "povo", porém com uma "população", com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 28).

Em razão dessas reflexões, penso que os discursos a respeito da transgeneridade funcionam no interior de uma sociedade como uma tática de governo e uma “razão” do Estado, visto que o conhecimento do gênero caracterizaria uma necessidade de administrar e conduzir o *outro*. Explicando melhor: acredito que o conhecimento sobre o gênero se insere no contexto de uma lógica estatal enquanto necessidade de saber sobre a diversidade de elementos sociais, que, em seu conjunto, estruturam uma sociedade. O Estado, de acordo com esse raciocínio, abarcou o gênero como algo a ser mobilizado, destrinchado e sistematizado, segundo certos procedimentos de poder.

Por considerar que o gênero é uma forma de regulação social, estou defendendo que essas regulações de gênero se dão por meio de dispositivos específicos que passam pela ordem do legal, institucional, educacional, psiquiátrico, dentre outros, que são responsáveis pelo engendramento dos sujeitos. Nesse sentido, não há uma separação entre esse poder regulador e o próprio gênero, ou seja, a regulação agindo e reprimindo os sujeitos, constituindo as identidades. O mecanismo de controle/regulagem é tal que o sujeito e “sua” identidade de gênero existem na medida mesma em que estão assujeitados à regulação identitária.

Por esse ponto de vista, podemos compreender como a constituição dos sentidos de gênero se juntam à constituição dos corpe-sujeitos pela figura da interpelação ideológica. Em um “estágio prévio” (já lá) a que o (*eu do*) sujeito fale de si, se diga, se (re)conheça no gênero, [...] “*se fala do* sujeito, [...] *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 140. Grifos do autor). Explicando um pouco mais, a ideologia é tanto “um processo pelo qual os indivíduos podem ser pensados”, quanto um processo produtor de reconhecimento, de [...] “uma identificação elementar: a ideologia, que nos constitui enquanto sujeitos pelo processo de interpelação, produz a evidência do eu” (MODESTO, 2018,

p. 131). Esse mecanismo de interpelação é tão profícuo que os sujeitos e “sua” subjetivação existem na mesma medida em que estão assujeitados ao arbítrio do gênero.

A partir dessas ponderações, analiso que tais mecanismos não necessariamente atuam para oprimir ou dominar as identidades dos sujeitos, mas a sua produtividade é tamanha que nem sempre provoca ruídos: sutilmente, vai produzindo seus efeitos sobre a constituição subjetiva dos sujeitos. Em outras palavras, os discursos reguladores formam o sujeito generificado, ao mesmo tempo em que produz a sujeição desse.

Feito todo esse preâmbulo, é preciso considerar, além dos lugares e do ponto de vista que põem a transgeneridade em discurso, como, sob que formas e por meio de que estratégias de sentidos esse discurso constitui os sujeitos trans. Tentarei, pois bem, estabelecer uma discussão a respeito dessa articulação com a ajuda de Mariani (1996), recorrendo, para tanto, à sua proposta de distinção e repercussão entre *discurso sobre* e *discurso de*. Segundo a autora, *grosso modo*, os *discursos sobre* atuam encerrando sentidos legitimados, autorizados a dizer o que dizem, em relação aos *discursos de* (discurso-origem). Justifico esse meu gesto analítico por considerar que estamos diante de uma preocupação legítima, se considerarmos que determinadas práticas discursivas são ávidas em “proclamar suas repugnâncias, pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mais servil ante às potências da ordem do que dócil às exigências da verdade” (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 54).

Partindo dessa proposta teórica de Mariani (1996) e já convocando, novamente, o *corpus* discursivo para essa análise, iniciemos esse batimento com a seguinte materialidade:

SD 6.3: [...] Só não sou reconhecido pelo estado do Tocantins o qual negou a alteração do meu nome nos documentos, baseado na justificativa de cirurgia de “mudança de sexo”. Quem disse que preciso de cirurgia para ser homem? [...] Eu poderia ser homem mesmo não tendo a forma física de agora, eu sei disso! De certa maneira, concordo que a tecnologia médica é muito importante nesse processo de construção e/ou externalização da nossa identidade.

Compreendo que é possível analisar uma subjetividade entre posições-sujeito, dividida entre os sentidos corpo-normativos, na medida em que, por identificação com uma posição-sujeito da FD corpo-normativa, se inscreve na rede de significação dessa matriz de sentidos, ao concordar com a tecnologia médica “de construção e/ou externalização” da sua identidade, mas, ao mesmo tempo, questiona esses mesmos saberes (médico-biologizantes) que cancelam a discursividade do Estado para arbitrar “a verdade do gênero”. Sentidos de verdade, inclusive, pelos quais o Estado concede/não concede a alteração do nome civil, do gênero, ao exigir

diagnósticos, relatórios, terapêuticas, cirurgias, enfim, uma série de provisionamentos para, ao tratar do “desvio”, fazer retornar um corpo exato a um gênero fixo.

Há, nesse recorte em análise, uma relação de sentidos tensionada pela própria instabilidade das FD com o interdiscurso, por uma deriva entre posições-sujeito: uma que se resigna, se curva e concorda com o açambarque do corpo pelo discurso estatal, e outra que, a despeito dessa vigilância, reafirma-se – “poderia ser homem mesmo não tendo a forma física de agora” – pelo questionamento: “Quem disse que preciso de cirurgia para ser homem?”. Há, preste atenção, nessa relação sobreposta de/entre sentidos de normalização e de resistência, efeitos de linearidade, de homogeneização de um sentido autorizado “em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimentos, já que ao *falar sobre* transita na correlação entre o narrar, descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecidos pelo interlocutor” (MARIANI, 1996, p. 64).

Conforme venho explicando, as posições-sujeito abrigadas pelas FD são decisivas para entendermos a contradição, a clivagem que constitui os sujeitos gendrados e os sentidos de gênero. É por meio dessa noção que se instaura a compreensão de que: a) existe diferença e a possibilidade de os sentidos se deslocarem e serem outros, ainda que situados, provisoriamente, numa “mesma” FD; e b) mesmo entendidas como regionalizações dos sentidos, as FD são fronteiras porosas, fluidas e, por essa condição, elas vazam, se tocam, se reconfiguram, se “invadem”, interseccionando, numa relação, por vezes, de tensionamento e sobreposição, à medida que os sentidos vão se movendo e promovendo mexidas e deslocamentos no arcabouço do dizer.

Vale destacar que, quando cunho o signo da *contradição*, não estou incorrendo numa aceção negativa ou pejorativa desse termo, desse conceito. Tomada discursivamente, a categoria da contradição permite reconhecer o fato de que uma FD é constitutivamente perseguida pelo seu outro, isto é, a contradição nos afeta, nos constitui, necessariamente, porque o modo como nos subjetivamos é atravessado por nossa identificação/inscrição em FD diversas.

Nesse sentido, conforme disse anteriormente, penso que o *discurso sobre*, vindo dos saberes corpo-normativos, projeta sombras no *discurso de* e, assim, pode corroborar a lógica de corpos trans abjetos, carentes de ajustes, adequações a um ou outro gênero, o que pode, em um só gesto, reforçar o gênero como evidente e irrefutável e, também, situar as transsubjetividades como contrárias ao “natural”, ou seja, destoantes do modelo cis-heteronormativo.

Como estamos analisando, os discursos cis-heterocentrados podem se inscrever numa memória que alinhava toda uma rede de sentidos teratológicos a partir de proposições

biologizantes, morais, filosóficas, religiosas etc., de modo a determinar, durante o processo de subjetivação, o que é anomalia, perversão, doença. Para além disso, seguindo o entendimento de Foucault ([1969] 1999, p. 30):

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discríção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos.

Em outros termos, no agenciamento dos sentidos corpo-normativos, que articulam corpo e gênero pelo alinhavo de significados sedimentados e dicotômicos do masculino e do feminino como concretude dos processos de subjetivação, o corpo e a subjetividade trans podem se tornar residuais, anormais – lugar do exótico, do estranho, do desviante. Estou me referindo ao fato de que, ao definir e associar sentidos de verdade entre gênero e corpos, consolida-se efeitos de subjetividades periféricas, hierarquizando os sujeitos.

Dessa forma, pavimenta-se o caminho da ojeriza, da inadequação do sujeito generificado com o seu corpo, que seria, nesse sentido, o elemento que legitimaria e materializaria a identificação de gênero. O conflito com o corpo, que, por vezes, se desdobra em um sofrível processo de (re)conhecimento de sujeitos trans, não lhe é, portanto, que fique claro, algo inerente ou condição imanente, mas efeito dos sentidos transfóbicos consubstanciado pelo *discurso sobre*, pela/na constituição dos sentidos corpo-normativos, como nos ensina Muriel Marinho:

[...] ao longo da minha vida, foi recorrente eu aprender sobre eu mesma com outras pessoas. Isso é extremamente comum na experiência humana e inclusive desejável em algum ponto, mas que falando de onde estou, é também preocupante pois quer dizer que para poder me reconhecer e me afirmar tal como o faço hoje foi necessário um esforço enorme que inclusive depreende muita energia psicológica e física. Tal esforço se dá pelo fato de que, como todas as pessoas travestis e trans que conheço, nós crescemos em ambientes repletos de pessoas cisgêneras. Diante disso é possível visualizar brevemente a dificuldade que é crescer em ambientes (porque não é só um) com pessoas que não só não são como você, mas também não têm conhecimento mínimo para lidar com todas as questões que te movem, afligem e/ou com quaisquer outras coisas que envolve a construção do ser. **Deste modo, sua forma de falar vai ser sempre a forma de outros, e talvez aqui esteja uma ponto principal: o de que mesmo que pessoas trans estejam encontrando formas**

de falar, nem sempre encontram sua própria voz nisso que falam⁹⁸ (Os grifos são meus).

Em face disso, creio que, ao instaurar saberes que regulam corpos, e produzir verdades que naturalizam o gênero, repito, os discursos cis-heteronormativos podem reverberar nos *discursos de*, nos dizeres de sujeito trans, constituindo, no jogo das formações imaginárias, a representação que fazem de si. Esse pode ser um complexo movimento de constituição do discurso dos sujeitos transgêneros: quando falam de si (*discurso de*) a partir do olhar do Outro (*discurso sobre*). Foucault (2010, p. 103) pensava sobre essa relação nos seguintes termos:

Para se justificar como intervenção científica e autoritária na sociedade, para se justificar como poder e ciência da higiene pública e da proteção social, a medicina mental tem de mostrar que é capaz de perceber, mesmo onde nenhum outro ainda pode ver, um certo perigo; e ela deve mostrar que, se pode percebê-lo, é por ser um conhecimento médico.

Por isso, reitero a minha preocupação em questionar os mecanismos e as estratégias discursivas para dar viabilidade à dominação, à hegemonia das relações de gênero em sociedade. E aqui estou considerando que essa dominação se estabelece tendo a violência como método para desqualificar, erradicar a diferença, ao passo que interroga a própria noção de humanidade de corpos trans.

Os sentidos sobre o que é *ser* transgênero vão sendo definidos numa estratégia de silenciamento e deshistoricização desses sujeitos, impossibilitando que eles se interpretem e, assim, precisem requerer a discursos outros para a compreensão de si. É preciso que outro nomeie, designe, permita, afiance, explique a sua subjetividade, o seu corpo (im)possível. Nesse sentido, o saber acerca daquilo que cinde, determina, constitui os sujeitos trans é tido como um saber que o faz escapar a si mesmo e, para isso, patologiza-se as vivências transgêneras como estratégia para “devolver” o corpo-sujeito para um ou outro gênero.

Muito disso vem da ideia de que nós precisamos falar da nossa experiência para outras pessoas, precisamos o tempo todo estar relatando como é ser trans e travesti e dentro disso buscar legitimar nossas vivências com base em discursos que são próprios daqueles com os quais tentamos nos comunicar, em grande parte e inicialmente pessoas cisgêneras, mas que logo se tornam formas instituídas de falar e informar para-com pessoas trans e travestis também. Isso é muito comum, por exemplo, nas críticas acerca da

⁹⁸ Disponível em: <https://laldis.com.br/index.php/2019/11/19/invisibilidade-trans-travesti-ou-sobre-a-urgencia-em-visibilizar-a/>. Acesso: 14 de maio de 2021.

transexualidade feitas por alguns teóricos de estudos queer quando falam que a transexualidade foi uma categoria inventada pela medicina e que busca institucionalizar uma forma de ser trans legítima ou “o verdadeiro transsexual” com base em descrições que comporia essa experiência transexual verdadeira. Tal processo é conhecido e sentindo em uma realidade não tão acadêmica por travestis que sofrem um processo de marginalização mais intenso com base nessas denominações que servem ao propósito principal de higienização social e de segregação, colocando travestis enquanto sujeitos desviados e pervertidos e a transexual enquanto a pessoa que não vive no próprio corpo e que precisa ser socorrida dos males do seu transtorno. De longe, essas duas coisas dizem pouco do que é ser trans e travesti, mas que ainda há muitas pessoas trans e travestis compartilhando desses discursos, o que também é totalmente compreensível. A questão não é exclusivamente demonizar discursos e formas de ser e de falar, mas chamar atenção para o que isso tudo diz sobre nós mesmas⁹⁹.

Com isso, vemos a proficuidade da noção de *discurso sobre*, pois é heterogêneo e se pulveriza em diversas formas aos [...] “procedimentos de poder que funcionam, não [só] pelo direito, mas pela técnica, não [só] pela lei mas pela normalização, não [só] pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos” (FOUCAULT, [1969] 1999, p. 86. Acréscimos meus).

Assim, a construção de um discurso médico-científico provoca um efeito de legitimidade a respeito do corpo desviante, que passa a ser negado ou consertado, ou, então, organizado para atender aos padrões normatizadores. Isto ocorre porque é o saber médico-científico que detém a legitimação de uma verdade sobre os corpos e sobre os sujeitos [...] respaldado pelo saber da ciência, pelo seu discurso de autoridade, que classificará **esse corpo que teima em não se enquadrar ao binarismo** (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 17. Os grifos e o acréscimo são meus).

É nesse sentido que essa autora recoloca questões relativamente simples, cujas respostas, porém, são historicamente complexas, ao fazer provocações que dão conta de um processo discursivo em que sentidos em litígio entram em rota de colisão: “como pode um rosto delicado apresentar uma barba? Como pode um corpo forte mostrar seios? [...] Afinal, que corpo é esse, *nem* de homem, *nem* de mulher, mas, ao mesmo tempo, de homem e de mulher?” (2016, p. 11 e 17). Em resumo: como explicar um corpo animado por sujeitos que transitam entre gêneros? Como fazer sentido a um corpo, de modo que estabilize a significação da masculinidade e da feminilidade “requerida” por uma matriz corpo-normativa de sentidos?

⁹⁹Autoria de Muriel Marinho. Disponível em: <https://laidis.com.br/index.php/2019/11/19/invisibilidade-trans-travesti-ou-sobre-a-urgencia-em-visibilizar-a/>. Acesso: 14 de maio de 2021.

E, assim, por meio dessas interrogações, vamos compreendendo que o sujeito é *ele-mesmo* enredado a essa superfície corporal de sentidos que se modela sobre ele, constituindo-o, sendo-lhe suporte, encarnando-o na sociedade. Nas palavras de Butler (2015, p. 228), corpo é uma sinédoque aberta ao social, uma vez que “sistemas abertos” o espreitam, [...] “então todo tipo de permeabilidade não regulada constitui um lugar de poluição e perigo”.

Esse estado de percepção corporal faz emergir nossos acontecimentos passados na mesma medida em que deixa nascer e propagar novos desejos [...] Sim, porque qualquer corpo que seja não poderá se manter o mesmo diante da batalha que o fragiliza, rompendo seus tendões, quebrando seus ossos, colocando em xeque sua solidez para, enfim, ressurgir sempre outro daquela degenerescência que vai ser a marca mesma fundadora do vigor de sua espessura histórica (MILANEZ, 2019, p. 44).

Do entrelaçamento político entre sujeito e corpo (corpo-sujeito), o processo de subjetivação de homens e mulheres é lugar ao (im)possível dos sentidos, espaço para significações, território onde o gênero se aporta no encontro do físico e do discursivo. Faço essa afirmação porque considero os sentidos de gênero como tecnologias de in(in)teligibilidade, resultado de efeitos histórico-sociais, que produzem políticas de subjetivação e, nesse mesmo gesto, vi(a/si)bilizam determinados corpos, como lemos a seguir:

[...] as sociedades democráticas de massa pretenderam converter o corpo anormal em corpo ordinário. E desta forma elas se transformaram em espaço de um conflito entre razão política e singularidade do olhar: a razão política reivindicando o tratamento igualitário dos indivíduos, não importando suas aparências, a singularidade do olhar registrando o desconforto diante da “deformidade corporal”, mesmo que simultaneamente percebida e gomada, lembrada e negada, na multiplicação do que hoje chamamos de “diferenças”. Visto que este é precisamente o termo escolhido, nas sociedades democráticas, para proclamar – por causa de um recalçamento deliberado do olhar pela razão – a igualdade entre os corpos (COURTINE, 2013, p. 141-142).

Pela exposição dessas ideias, penso que os sentidos que carregam consigo os *discursos sobre* podem ser exercidos nas mais diferentes instâncias sociais e funciona de diversas formas à medida que move as engrenagens da sociedade. É dessa forma que Foucault ([1969] 1999, p. 82), no trecho abaixo, organiza seu raciocínio sobre a capilaridade do poder, que vai do Estado à família, do tribunal às punições do dia a dia, das instituições de saúde, do atendimento médico, hospitalar, ambulatorial às estruturas que constituem os sujeitos.

Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo. Quer se lhe empreste a forma do príncipe que formula o direito, do pai que proíbe, do censor que faz calar, do mestre que diz a lei, de qualquer modo se esquematiza o poder sob uma forma jurídica e se definem seus eleitos como obediência.

Não tenho dúvidas, por isso, que esse recalque do olhar pela razão, pela lógica arquetípica dos corpos em relação ao gênero se constituem em formas de violentar as corpe-subjetividades trans, como muito bem denuncia Amara Moira¹⁰⁰:

Pessoas trans não, elas sabem que são antes de mais nada seus corpos, sabem que a sociedade não lhes deixará esquecer disso em momento algum, em especial as travestis. [...] Não importa o que digamos, se homem, se mulher, se nenhum dos dois, seremos sempre e antes de mais nada os nossos corpos, e onde quer que estejamos seremos lembradas disso. [...] A metralhadora de olhares, entre curiosos e hostis, tentando entender o que somos, tentando nos enquadrar dentro de uma ou outra categoria (“é mulher ou homem?”), ao invés de simplesmente legitimar a maneira como vivemos nossas vidas, a maneira como construímos nossos corpos, nossa identidade, metralhadora de olhares que facilmente se converte em violência verbal (“traveco”, “ê João”, “seu lixo”, “vaza”) e física, metralhadora de olhares que nos recorda a todo momento que, por conta do corpo que somos, por conta de não sermos senão nossos corpos, não temos direito de ocupar as ruas à luz do dia, de ter família, de frequentar escolas, de conseguir trabalho. [...] Afinal, o que somos nós senão a zona cinzenta no rosto por não termos como arcar com a depilação a laser, nossa mão grande, gogó, ombros largos, testa protuberante, voz característica? O que somos nós senão o genital com que nascemos, espremido numa calcinha apertada, e que tratam como se estivesse estampado em nossa testa? O que somos nós senão esse peito que se recusa a crescer mesmo com doses cavaleares de hormônio? O que somos senão a cicatriz dos socos, facadas, tiros que levamos?

Dessa relação, posso inferir que os sujeitos trans não dispõem de um poder estrutural para pensar teoricamente sobre os saberes cisgêneros e, ainda, que essas tecnologias psico, médico, jurídico, biologizantes, religiosas¹⁰¹ resistem a considerar as relações de/entre gêneros

¹⁰⁰ Disponível em: <https://transfeminismo.com/senao-nossos-corpos/>. Acesso em 28 de março de 2021.

¹⁰¹ Em que pese o fato de não considerar que essas tecnologias não são um bloco homogêneo e coeso, não posso deixar de observar que, por vezes, suscitam efeitos de aliança. A propósito, lembro da repercussão causada pela peça de teatro *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha dos Céus*, encenada no Festival de Inverno, na cidade de Garanhuns-PE, no ano de 2018, em que a personagem Jesus era interpretada pela travesti Renata Carvalho. Muitos (Igreja, Família, Estado, para citar apenas três Aparelhos Ideológicos do Estado) foram os que se levantaram contra a exibição do espetáculo, sob a alegação de que a imagem do maior símbolo do cristianismo (Jesus) estava sendo profanada, desrespeitada pelo fato de que a sua “mensagem sairia da boca de uma travesti”! Esse episódio nos faz perceber, entre outras coisas, a representação social construída sobre essa subjetividade como esquisita, desviante e, por isso, indigna de ser, de alguma maneira, associada ao “divino”, ao “sagrado” e tutelada pelos Aparelhos Ideológicos do Estado. Mais recentemente, presenciamos a repercussão causada pelo “episódio de Natal”, no ano

pela ótica transgênera. Podemos, por isso, analisar a cis-heteronormatividade a partir de um contexto de representações que tem por efeito a violência simbólica para se firmar como padrão estreito e limitado que define a(s) possibilidade(s) de existência das pessoas. Em razão disso, eu entendo que determinados saberes científicos e religiosos são acionados para justificar o discurso estatal sobre a pessoa trans. O Estado, dessa maneira, constitui sua discursividade ou seu imaginário sobre a transgeneridade, na medida em que (se) sustenta (com) os saberes cis-heteronormativos, absorvendo-lhes o seu ponto de vista numa relação de representação, legitimação e institucionalização (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007).

3.2 DE GESTO EM GESTO, SE TECE A RESISTÊNCIA¹⁰². “EU TENHO UMA BUCETA E FICO MOLHADO QUANDO EU TÔ EXCITADO: O MEU CORPO NÃO TÁ ERRADO. E A SUA MENTE, TEM PREPARO?”

Como deve ter percebido, nessa última seção, tentei situar as condições socioideológicas de emergência de um ciclo de interdição-supressão às subjetividades transgêneras, jogando com a alternativa do gênero entre duas (in)existências nitidamente estabelecidas e naturalmente demarcadas: ou o masculino ou o feminino, o que me leva a compreender a violência simbólica imposta a uma representação de masculinidade que, para ser assim simbolizada/lida, precisaria reprimir gestos, performatizações outras que pudessem ser lidas como femininas. Em síntese, uma política de repressão atua nas subjetividades, cerceando que corporeidades masculinas tangenciem, em si, sentidos feminis – reflexão já delineada por Foucault nos seguintes termos:

O poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição que joga com a alternativa entre duas inexistências. [...] O ciclo da interdição: não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo. [...] Seu instrumento: a ameaça de um castigo que nada mais é do que sua supressão. [...] [Em face disso, portanto, é preciso] não considerar que existe um certo domínio da sexualidade que pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder – econômicas ou ideológicas – fizeram pesar mecanismos de proibição. Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de

de 2019, do canal no Youtube Porta dos Fundos, que insinuava que Jesus havia tido uma experiência homossexual durante os 40 dias que passou no deserto

¹⁰² Agradeço a minha querida amiga e brilhante pesquisadora, Fabiana Ferreira Nascimento de Souza, que me inspirou com essa formulação que intitula o quarto capítulo de sua tese de doutoramento.

técnicas de saber e de procedimentos discursivos (FOUCAULT, ([1969] 1999, p. 81 e 93. Acréscimo meu).

Pela exposição feita, vamos percebendo que as possibilidades de identificação com os sentidos de gênero vão sendo minoradas na medida em que são referidas a uma memória gendrada normativa e diagnóstica, modulando as transsubjetividades como resultado de um sofrimento psiquiatrizado. “Para ser tratado pela medicina, é preciso sofrer de acordo com ela. Para ser incluído nos dispositivos de assistência social, securitária e de saúde, é preciso estar de acordo com os seus protocolos diagnósticos”, diria Dunker (2015, p. 29). Em síntese, os discursos cis-heteronormativos atuam no estabelecimento até mesmo de uma forma-sujeito histórica constituída pela/na padronização de um saber corpo-normativo que diagnostique precisamente a transexualidade verdadeira.

A transsubjetividade, não obstante, pode se atravessar a esse percurso sedimentado de sentidos na medida em que instaura outros processos de significação na relação corpo e gênero. Ao mesmo tempo completo e incompleto, homem e mulher, macho e fêmea, o corpo trans possui essa prerrogativa de reunir, em si, dimensões simbólicas mutuamente excludentes, segundo as quais se organiza, hegemonicamente, em nossa formação social, a representação cis-heterocentrada do corpo-gênero.

Nesse processo, também se faz necessário considerar as falhas no trabalho da ideologia de construção de evidências e, como efeito disso, a emergência de itinerários de sentidos de resistência nas/pelas transsubjetividades. Em vista disso, os sujeitos e(m) seus corpos podem não obedecer irrestritamente às normas pelas quais sua condição de existência no/pelo gênero é produzida. Com outros termos, nem sempre é possível polir e determinar o gênero pelo domínio dos sentidos socialmente convencionados aos corpos, isto é, masculinidades e feminilidades não estão natural e irrevogavelmente encorpadas ou corporificadas nos sujeitos. Sendo assim, o corpo pode ser um espaço de resistência, pois, nele, os sentidos dominantes do masculino e do feminino podem ser (des)estabilizados. Tendo dito isso, analisemos juntos possíveis sentidos de resistência inscritos aqui:

SD 7 – Esse jeito de mulher ninguém me ensinou: Você acha que alguma vez eu pensei em cortar o meu pau? Nunca. A mulher não é o órgão genital, a mulher está dentro de mim. Canso de ouvir as pessoas encantadas com o meu movimento das mãos, uma coisa bem feminina. Minha altura é ideal para uma mulher, 1,68m, não tenho gogó [...] Enfim, esse jeito de mulher ninguém me ensinou, nasci assim, não aprendi com ninguém. Não necessito de nenhuma genitália feminina (PASCHOAL, 2016, n. p).

Com essa SD, gostaria de destacar o que estou entendendo como uma produção discursiva que resiste à genitalização do gênero que é materializada linguisticamente no enunciado: “Você acha que alguma vez eu pensei em cortar o meu pau? Nunca. A mulher não é o órgão genital, a mulher está dentro de mim”. Eu compreendo que estamos diante de uma subjetivação erigida por uma posição-sujeito que resiste à representação hegemônica do gênero remissivamente associada ao genital: uma corporeidade subjetiva de mulher que tem pau (pênis) e que nunca pensou em removê-lo, pois a mulheridade não se resume ao genital do corpo, logo ela não necessitaria de genitália feminil.

Robustece esse processo de reconhecimento da sua feminilidade a ideia de que seus “trejeitos” com as mãos, ou seja, o modo como seu corpo encena e movimenta o feminino, se inscrevem numa performatização de gênero que é lida socialmente – com o encanto das pessoas que a observam, inclusive – como tal, como alinhada ou subsumida aos sentidos feminis. Portanto, a despeito do genital que tem, a mulheridade se encampa, está em si pelos/nos gestos performáticos tangenciados pelo seu corpo.

Ao performatizar, ao interseccionar corpo e(m) performance de gênero, o sujeito marca no/o corpo como lugar material de sentidos e espaço para (se) dizer e ser (des)conhecido por uma posição-sujeito que manifeste a “sua” mulheridade - masculinidade. A performatização de gênero, dessa maneira, é uma prática discursiva que efetua ou produz aquilo que nomeia: a posição-sujeito mulher - homem. Na medida em que vai se identificando, se reconhecendo como “pertencente” ao gênero, o sujeito se filia a sentidos de masculinidades, feminilidades e, nesse processo, performatiza uma corporalidade que dramatize a sua identificação com o gênero em que se reconhece.

Em vez de ser tratado como uma identificação original e “natural”, que funcionou como “causa determinante” da masculinidade ou da feminilidade, o gênero deve ser visto como um conjunto de significados culturais [histórico-ideológicos] que os sujeitos são compulsoriamente obrigados a aprender durante o processo de socialização. Na prática, os conceitos e significados apreendidos e introjetados pelos indivíduos se traduzem em “performances imitativas” realizadas nas diversas situações e esferas da vida diária, dando a cada sujeito, e ao conjunto da sociedade, a ilusão de um “ser interior” generificado (BUTLER, 1990a, *apud* LANZ, 2017, p. 65. Acréscimo meu).

Contudo, observe que sentidos de imanência do gênero se interpõem, se atravessam a esse movimento de reconhecimento de si, de sua feminilidade pelos efeitos da performatização

que seu corpo projeta ou encorpa socialmente: essa subjetividade com jeito de mulher e que encanta as pessoas pelo movimento bem feminino das mãos também se constitui discursivamente num entrecruzamento com os sentidos supostamente imanentes do gênero que, desde sempre, habitariam seu corpo, seja pela estatura “ideal” de uma mulher ou pelo fato de não ter gogó (essa protuberância ou proeminência laríngea, que fica abaixo da garganta, e que é uma característica anatômica menos visível nos corpos de fêmeas biológicas).

O enunciado “esse **jeito de mulher** ninguém me ensinou, // **nasci assim**, não aprendi com ninguém” corrobora essa leitura que faço acerca de um entrecruzamento de sentidos de gênero atuando e constituindo essa subjetividade. Se compreendermos o “jeito de mulher” identificado com os efeitos de performatividade de um corpo que se reconhece no feminino, tomaremos essa expressão como o resultado de repetidas injunções e modos de movimentar os sentidos feminis em si, em seu corpo, o que acaba por se confrontar com a representação imanente de um gênero com o qual se nasce e no qual o sujeito, desde sempre, é (nasci assim, não aprendi com ninguém).

Analizamos aqui lampejos de resistência, isto é, [...] “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando proveito do seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 278). Ademais, quero também observar como a língua comparece nesse gesto de resistência frente aos sentidos dominantes que pretendem determinar um destino para o qual *fomos criados para ser*: [...] “a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 279).

Com essas ponderações, posso afirmar que estamos diante de uma corpa-subjetividade cindida, clivada por sentidos que resistem à simbologia do genital como determinante do gênero e, ao mesmo tempo, faz retornar características anatômico-fisiológicas, com as quais nasce o corpo biológico, que seriam decisivas para a sua identificação e reconhecimento social nos sentidos feminis. Dizendo com outros termos, no fio desse dizer, é possível analisar que há dois movimentos de sobreposição de sentidos, erigidos do atravessamento entre duas posições-sujeito, que põem em cena uma tensa articulação simbólica do gênero enquanto imanência (o corpo biológico que já diz desde sempre o gênero) e a construção repetível e performática do gênero, que se concretiza no encontro do corpo com os sentidos generificados.

Pêcheux ([1975] 2009, p. 139), inclusive, nos adverte que [...] “essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por

Althusser de uma outra evidência, [...] que é a evidência do sentido”. Ele prossegue com essa ideia e, logo em seguida, embrenha o seu raciocínio ao de Althusser ao afirmar:

Como todas as evidências, inclusive *aquelas que fazem com quem uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusa as evidências de ‘transparência’ da linguagem)*, a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isto não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 139 *apud* ALTHUSSER, 1969, p. 94. Grifos dos autores).

Essas observações são muito interessantes para pensarmos em algumas questões em relação à teoria de gênero e do discurso: primeiro, a ideia de que os sujeitos não estão soldados, aferrados a uma posição-sujeito, tampouco a uma “mesma” FD – seja ela a corpo-normativa ou a corpo-transgressora. Repare que essa transsubjetividade se erige justamente pela/na contradição dos sentidos catalisados por uma posição-sujeito fronteira, que se situa simbolicamente nas bordas, nas beiradas, no espaço de intersecção ou nas sombras que uma FD pode projetar na outra. E pensar discursivamente esse entre-lugar da borda, da fronteira, da fissura nos sentidos é por demais instigante e profícuo para a teoria que praticamos.

Quando compreendemos que o sujeito pode se identificar, contraditoriamente, no limiar convulsivo da simbolização do gênero, ou seja, em uma posição-sujeito desengatada, que se move entre as regionalizações dos sentidos gendrados, entendemos que “aquilo que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura sócio-política” pode reunir, linearizar na/com a língua, discursos e sentidos aparentemente divergentes, numa relação em que um determinado arranjo discursivo se eclipsa, sofre/causa em seus próprios mecanismos de significação um eclipse para, com essa estratégia dissimuladora, permanecer lá, constituindo uma matriz de sentidos.

Para compreendermos que podemos ser sujeitos de muitas posições ou, melhor dizendo, para analisarmos a subjetividade como resultado instável e fragmentado de muitas posições-sujeito e que, portanto, podemos ser “prenhes de gênero”, trago uma longa e por demais lúcida citação de Pêcheux (2011, p. 114, 115 e 116):

Ao tratar dos efeitos ideológicos, não podemos prescindir da ideia de que não se trata de uma lógica de objetos estáveis com fronteiras fixas, mas, sim, de um campo paradoxal de contraposição às formas explícita e nitidamente (de)marcadas pela estabilidade lógico-discursiva instauradas pelos processos parafrásticos. Isto é, ao replicar o mesmo, já se abre uma via para dizer o outro, pelo viés da diferença, da polissemia. Há uma luta de deslocamento ideológica que se insurge pela e contra as lógicas inscritas nas formas estáveis e mesmas de significação, que não são necessariamente opostas ou antagônicas, mas que tratam de reprodução/transformação das relações [...]. Trata-se, portanto, de uma série de choques, que questionam a definição e fronteira do “discurso

político”, na medida em que elas se baseiam nos processos, através dos quais o domínio / exploração (no campo da sexualidade, da vida privada, do ambiente, da educação, etc...) capitalistas se reproduz, na medida em que ela se adapta, transforma, reorganiza. Pois “reprodução” nunca significou “repetição do mesmo”. [Nessa direção argumentativa], os processos de reprodução ideológicos *também* [podem ser] abordados como local de resistência *múltipla*. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções. A singularidade dessas lutas de deslocamento ideológicas, que ocorrem nos mais diversos movimentos populares, insiste na repreensão de objetos (constantemente contraditórios e ambíguos) paradoxais, que são, simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos [...]. Esses objetos (sob o nome de povo, direito, trabalho, **gênero**, ciência, natureza, paz, liberdade...) paradoxais funcionam em relação de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis (Os itálicos são do autor. Os acréscimos e o negrito são meus).

Essa reflexão nos ajuda a seguir desenvolvendo, ampliando a teoria se bem compreendermos que o processo de identificação é frouxo, ou seja, os sujeitos podem, ao passo que se identificam com determinados saberes, ir afrouxando a sua relação constitutiva com determinados sentidos na mesma medida em que também podem ir se engatando a outros. Além disso, nos damos conta de que esse espaço de articulação/constituição complexa e contraditória entre FD é, de fato, um espaço de disputa, uma arena dos sentidos que vai, tensamente, (se) perturbando, estabelecendo con-fusões e litígios para fazer erigir, nas regionalizações dos sentidos, as diversas posições-sujeito.

Prossigo com essas discussões e a articulo mais à SD em análise, chamando a sua atenção para o fato de que, mesmo resistindo à dominância do gênero em seu aspecto remissivo ao genital, há um aspecto idealizado e ontológico do feminino que se encarnaria no corpo biológico e poderia, assim, ser visto e facilmente reconhecível pela altura *própria* desse corpo de mulher e pela ausência do gogó. Esse modo difuso de se representar, de compreender a sua mulheridade, me permite analisar um movimento, um percurso de identificação forjado nas/entre as bordas das FD corpo-normativa e corpo-transgressora. Em outras palavras, há uma disputa de sentidos e, nesse dizer de si, há algo que, ao resistir, se mantém, e faz retornar uma constituição subjetivo-corpórea tensionada por um trajeto de identificação clivado entre posições-sujeito subsumidas nos domínios interseccionados dessas duas FD. Ao que me parece, ao realizar essa análise,

[...] em certa medida, é necessário que o sujeito reproduza a ideologia dominante para mostrar as formas de resistência, de forma que esse

antagonismo seja a própria sustentação da ideologia. No nível do intradiscurso, aparecerão **repetições e paráfrases**, as quais, num movimento de contradição e de transferência, podem significar o mesmo, mas também o diferente. É por esse motivo que, no discurso dos sujeitos transexuais, pode haver tanto a reprodução dos sentidos derivados de uma formação discursiva que fala **sobre eles quanto os inesperados sentidos da subversão e da transformação que deslizam para o novo** (FERREIRA CASSANA, 2019, n. p. Grifos da autora)

Como estamos analisando, essa relação atravessada entre FD é possível porque há um domínio de saber organizado no entorno de uma forma-sujeito dominante, um “sujeito universal” que corresponde ou que diz a partir dos sentidos que dada FD produz pela/na relação com as demais. Os sujeitos se situam ou se subjetivam como sujeitos de “seu” discurso na medida em que vão se afiliando a determinados sentidos das/entre FD, por isso, sempre é válido retirar que sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo, intrincados pela materialidade do discurso, por processos de deslocamentos, fragmentações e dispersões, marcando, com isso, que o funcionamento da interpelação ideológica se desenvolve contra si mesma, mas sempre a partir de outras identificações, como um funcionamento às avessas. Como nos ensina Pêcheux (1983, p. 65): “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço”.

É justamente a relação de embate (arena dos sentidos) e de sobreposição entre as formações discursivas o que assegura a nossa condição enquanto sujeitos constituídos pelos sentidos, forjados pela ideologia: na presença/ausência de uma FD, outra já nos captou.

Embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, ela [FD] não é uma, mas heterogênea, não de forma acidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma FD coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, pois uma FD é constitutivamente frequentada por seu outro (GRANJEIRO, 2011, p. 41. Acréscimo meu).

Por isso que insisto em dizer que só há sujeito com e na ideologia; só há posição-sujeito porque não há um só sentido, mas efeitos de sentido que (se) (des/re)organizam na relação tensa (sobre, pela, com e contra) a ideologia, possibilitando a deriva dos processos de significação, o deslocamento dos sujeitos, mas sempre subsumidos às regionalizações de sentidos, às

es/instabilidades de filiação ao simbólico, porque não escapamos da ideologia, não ficamos fora do seu alcance e, necessariamente, nos constituímos como sujeitos de/pela linguagem.

Trazendo, novamente, Pêcheux para essa discussão, diante do sujeito pleno identificado na interpelação da ideologia dominante, [...] “portador da evidência que faz com que cada um diga ‘sou eu!’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 275 a 277), não [...] “podemos levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha”, afinal, prossigo com essa citação de Pêcheux:

[...] ‘o sentido’ é produzido no ‘*non-sens*’ pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da ‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido. Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há *ritual* sem falhas; enfraquecimento e brechas, uma ‘palavra por outra’ é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso.

Essa afirmação nos dá margem para pensarmos nos movimentos de resistência que podem desestabilizar a hegemonia e dominância da cis-heteronormatividade, ao irromper nas transsubjetividades, como também a propor que a resistência se aloja na própria contradição das falhas do ritual, ou seja, no processo mesmo de interpelação ideológica. Se o assujeitamento falha, o ritual dos sentidos é passível a deslizamentos, é espaço para resistências e questionamentos sobre como foram/são forjadas as estruturas ideológicas da racionalidade.

[...] Nesse processo de produção de conhecimento que envolve o relacionamento de determinações diversas, a noção de resistência configura-se a partir de um conjunto de formulações importantes: i) ela não é o produto de uma intenção do sujeito ou do enfrentamento de um grupo contra o outro; ii) isso porque, assim como o sujeito não é unidade, mas dispersão, os grupos e ideologias se formam em processos contraditórios de remissão e afastamento; iii) esse processo faz considerar a possibilidade da resistência dada na contradição, real da história, que proporciona as falhas no trabalho ideológico de construção das evidências; iv) além disso, há de se considerar o trabalho da linguagem em todo esse processo: é quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido que se pode vislumbrar um espaço para a resistência; v) em síntese, a resistência é um trabalho com o real: o equívoco como real da língua e a possibilidade do sentido ser sempre outro, e a contradição como real da história e a possibilidade da abertura e do acontecimento nas falhas do ritual (MODESTO, 2016, p. 1086).

As reflexões de Modesto em torno das ideias de Pêcheux sobre a imbrincada constituição de um processo contraditório em que a língua e a história estão implicados me

ensejam a seguir analisando as regularidades dos sentidos de resistência que se forjam na tensão com a falha do ritual paródico do gênero. Não estou dizendo, com isso, que meu gesto analítico irá incorrer na busca de uma comprovação/averiguação de uma hipótese suscitada, ao reverso, o percurso de análise discursiva, pelo/no embate com a materialidade, requer o batimento entre descrição e interpretação do material analisado e(m) suas condições de produção.

Na esteira dessas ideias, finco a proposta de que as corpa-subjetividades trans [...] “podem estilhaçar o rito de interpelação ideológica do gênero, fissurando a malha social, desestabilizando evidências” (CAVALCANTE e MEDEIROS, 2020, p. 73), ao mesmo tempo em que problematizam os universos logicamente estabilizados, colocam em suspeição a evidência dos sentidos e, com isso, nos sugerem a enxergar o corpo pela contradição, isto é, pelo viés das ressonâncias de resistência à linearização homogeneizante corpo-normativa.

Consideremos, para tanto, essa SD, a partir da qual realizarei o meu gesto de análise sobre os sentidos de resistência nos movimentos de identificação de gênero:

SD 8 – *Eu tenho uma buceta e fico molhado quando eu tô excitado*: Será o meu corpo errado ou será a sua mente sem preparo? Me dizem que eu sou respeitado, mas no banheiro [...], tá escrito: saia daqui mijado. E eu que tenho que ser adaptado?! Eu me pergunto: será o meu corpo errado ou será a sua mente sem preparo? Me disseram que eu tenho que ser tratado. Que por alguma razão eu nasci trocado [...]. Estão enganados. Eu nasci num corpo certo, muito pelo contrário. [...] Eu não quero ficar no armário. Eu tenho uma buceta e fico molhado quando eu tô excitado. O meu corpo não tá errado. E a sua mente? Tem preparo?

Conforme lemos, estamos diante de uma SD fortemente constituída pela marca da pessoalidade, isto é, de um sujeito que se diz e enfatiza a primeira pessoa ao longo desse relato de si. A propósito, sobre as condições de produção desse recorte, vale dizer que foi extraído de uma postagem pública de uma rede social do próprio autor¹⁰³. Nesse vídeo, Julian Santos, enquanto verbaliza esse texto, realiza uma performance em cenários que fazem alusão a diferentes espaços, como banheiros públicos ([...] “Me dizem que eu sou respeitado, mas no banheiro [...], tá escrito: saia daqui mijado”), que não são estruturados de modo a atender às necessidades de diferentes corpos, a exemplo dos corpos que performatizam a masculinidade e que têm vagina. A sua imagem e performatização identificadas aos sentidos do masculino se consorciam, portanto, a essa narrativa de si de maneira muito apropriada para a distinção que

¹⁰³ Disponível em: <https://www.facebook.com/juliansamntos>. Acesso em 01 de junho de 2021.

irrompe na própria formulação entre uma subjetividade que performatiza a homenzidade tendo como suporte material um corpo que foi assinalado como feminino por ter vagina.

Outro aspecto a ser dito e que me chama a atenção é o fato de que não há um interlocutor direto, físico, a quem ele remete o que diz e os sucessivos questionamentos que faz, mas um interlocutor simbólico. Essa observação é decisiva para a interpretação que faço: o interlocutor “provável” seria a própria transfobia ou os sujeitos que se contraponham ao que defende Julian, isto é, os sujeitos que são constituídos pela dominância dos sentidos cis-heteronormativos – é a esses que Julian se diz no gênero pela resistência e, nesse mesmo gesto, lança, repetidas vezes, a interrogação: “Será o meu corpo errado ou será a sua mente sem preparo?”

Quando identifico o curso de um processo de resistência nessa identificação de si, estou me referindo ao fato de que esse discurso faz frente aos saberes biologizantes que defendem a necessidade de tratar o corpo desviante, o corpo que, supostamente, teria nascido errado. O reconhecimento de sua subjetivação no gênero e(m) sua relação com o genital que está no seu corpo biológico acontece de maneira concomitante aos questionamentos acerca dos atravessamentos sociais que promovem injunções e demandas aos corpos genitalizados que nasce(ra)m em uma sociedade machista, sexista e fortemente constituída por sentidos cis-heteronormativos.

Ao passo que afirma, reconhece e valora a sua corpo-subjetividade trans, inscrita em sentidos de uma dada representação de masculinidade, esse dizer lança e repete questionamentos, conforme já sinalizei, que funcionam como uma exortação para que o foco de percepção recaia sobre a transfobia vigente na sociedade, e não para o seu corpo lido por essa mesma sociedade como errado, trocado e passível a tratamento. Não é a sua corpo-subjetividade masculina *com/de* buceta que precisa ser tratada e adaptada, mas a transfobia que precisa ser questionada em suas diversas nuances e possibilidades de manifestação, a exemplo mesmo do que dizem a seu respeito, como veem o seu corpo e como determinados espaços públicos não o abrigam dignamente.

Os reclames incidem, pois bem, sobre a forma(ta)ção social que é dicotômica e excludente com os corpos desviantes. Não é a subjetividade masculina e(m) um corpo de fêmea que precisaria se adequar a esse modelo binário, mas a sociedade que necessita ser mais diversa para contemplar as diferenças – “Será o meu corpo errado ou será a sua mente sem preparo?” Esses reclames em relação à transfobia que lê e aponta o corpo trans como errado ou anormal, muito a propósito, me fazem lembrar um relato em que Marilac também sinaliza para essa percepção estreita que têm da transgeneridade:

Quem odeia meu corpo não sou eu, é o mundo. (Ok, tenho que confessar: isso às vezes transborda pra mim e tenho vontade de arrancar meu pênis numa cirurgia mesmo sob o risco de nunca mais ter um orgasmo. Mas aí eu lembro que a vida já é dura demais com o gozo; sem ele, seria enlouquecedora) (MARILAC E QUEIROZ, 2019, n. p).

Ainda sobre o recurso das reiteradas interrogações que constitui esse discurso, eu analiso que ele funciona como uma provocação a dizer que o seu corpo biológico, que tem uma vagina, não encarcera, não determina a sua subjetividade masculina – biologia não pode ser destino. Os grilhões não são esses, mas o aprisionamento ensejado por uma matriz corpo-normativa de sentidos que constitui, de maneira dominante, a nossa formação social e asfixia a diversidade, impossibilita a compreensão da pluralidade dos movimentos subjetivos de gênero e, com isso, “despreparam”, para usar uma expressão da SD, os pontos de vista para enxergar as subjetividades trans – “E a sua mente? Tem preparo?”

Estamos, por isso, diante de um dizer que, ao se erigir pela provocação de interrogar, equivoca a suposta incongruência cis-heteronormativa forjada pela relação entre um corpo com buceta e uma identificação masculina ou, em outras palavras, ter uma buceta e se identificar como homem. Acerca desse intrincado jogo de sentidos entre sujeito, corpo e gênero, Louro (2006, p. 08) pondera que:

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de “marcas biológicas”; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma “marca” definidora da identidade; perguntar também quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo.

Pelo exposto, podemos convergir para a ideia de que o corpo pode ser visto por prismas distintos, sempre determinados ideologicamente, e, por essa razão, as palavras que o dizem são andantes, suas significações são moventes e muitos são os saberes que tentam defini-lo. Do corpo-indivíduo ao corpo-sujeito, materialidade do discurso e encarnação dos sentidos de

gênero, é o corpo o ponto zero das subjetivações, o ponto zero do mundo (MILANEZ, 2018), espaço material para o litígio dos sentidos e base ao deslocamento das “origens”.

A disputa pelos sentidos que o constituem, então, perfaz diversas ciências: “da biologia à antropologia, da medicina à física, da estética à robótica [...], longe da obviedade que o determinaria, o corpo se nos apresenta como um ilustre (des)conhecido” (PAIXÃO, 2015, p. 109). Corpo-lugar de observação do sujeito. Corpo-objeto de investigação e categoria teórica. Corpo-escritura do gênero. Corpo-material atravessado por linguagem e constituído no registro do simbólico (LEANDRO-FERREIRA, 2015).

E é nesse tom de questionamentos, prossigo analisando, que emerge a resistência desse discurso que faz confrontar, ao insistir em perguntar/provocar (será o meu corpo errado ou será a sua mente sem preparo?), a viabilidade e a sanidade de uma corpo-subjetividade trans e os efeitos transfóbicos que alicerçam e parametrizam as relações de gênero em sociedade. Resistência arrematada linguisticamente pelo enunciado: “Eu tenho uma buceta e [eu] fico molhado quando eu tô excitado. O meu corpo não tá errado. E a sua mente? Tem preparo?” Prossigo: e sua mente, tem preparo para ouvir, lidar e tentar compreender os ecos subjetivos dessa “incômoda” formulação?

Repare que há uma aparente “confusão linguística” suscitada nessa oração coordenada aditiva (eu tenho uma buceta **e** [eu] fico molhado quando eu tô excitado), ensejando mesmo uma conjugação nominal de gênero no masculino: eu tenho X **e** [eu] fico molhado quando eu tô excitado. Essa construção nos permite flagrar um funcionamento de sentidos de uma subjetividade que se percebe de maneira holística, de maneira integral, conjugada com o seu corpo feminino, um corpo biológico com uma dada anatomia genital: uma subjetividade masculina possível, viável, desejante, inclusive, no que diz respeito ao campo do erotismo, da excitação.

Do ponto de vista discursivo, o enunciado “Eu tenho uma buceta **e** [eu] fico molhado quando eu tô excitado” nos possibilita analisar um processo de identificação no gênero erigido a partir de uma posição-sujeito que não nega ou esconde a ordem biológica dessa corporeidade masculina *de/com* buceta, explicitando, com isso, um deslizamento de sentidos que marca uma unidade dispersa/contraditória entre a formulação ter X e ser Y¹⁰⁴: “Eu tenho uma buceta **E** [eu] fico molhado quando eu tô excitado”. Dessa relação entre ter X e ser/performatizar Y, podemos dar consequência à análise nos seguintes termos:

¹⁰⁴ Agradeço ao querido amigo, professor Rogério Modesto (UESC), que me sinalizou para a inscrição dessa discursividade na presente formulação.

Eu tenho uma buceta	-	<i>E</i>	-	[EU] fico molhad <u>o</u> quando eu tô excitad <u>o</u> .
Um genital de fêmea	Conjunção aditiva que, discursivamente, funciona como reafirmação de sua transmasculinidade e também como recurso linguístico para evidenciar o efeito de continuidade/complementariedade entre sua corporeidade <i>sã, sadia</i> , suscetível a estímulos sensoriais, e a sua subjetividade masculina.			Afirmação da sua masculinidade <i>de/com</i> buceta, demarcada pela concordância de gênero com o sufixo “o” (desinência de gênero) em “molhad <u>o</u> ” e “excitad <u>o</u> ”. Esses adjetivos predicam o sujeito [EU] que se diz – o eu transmasculino que reivindica a sua homenzidade <i>de/com</i> buceta, e não o genital do seu corpo biológico.

Dessa análise, podemos afirmar que não há negação/contradição entre o genital de fêmea e a sua corpo-subjetividade masculina. Não há, como vemos, repito, apagamento, nem tampouco contraposição entre o genital do corpo e a identificação dessa subjetividade com os sentidos de masculinidade (ter X *e* ser/performatizar Y). A linearização, no enunciado, desses diversos campos de significação da subjetividade trans articula e soma (ter buceta *E* ser homem / ter buceta *E* performatizar masculinidades) os sentidos de uma corporeidade de fêmea – aberta ao desejo erótico – e inscrita na significação simbólica do masculino. Por isso, não existe imprecisão linguística entre algo que é, que faz parte desse corpo (o genital), e que não tem o condão de definir a sua subjetivação nos sentidos da masculinidade.

A esse respeito, observe, mais uma vez, que a construção linguístico-discursiva é organizada em torno do *EU* (transmasculino) que *tem X*, *que fica molhado*, *que fica excitado*, ou seja, há uma arregimentação de sentidos em que o genital é posto de maneira secundária em relação à construção dessa subjetividade. A vagina é significada como um órgão subsumido a uma corporeidade que, em sendo estimulada, se excita. A buceta reage como efeito do estímulo, mas não é ela que desencadeia a compreensão dessa subjetividade, não é ela a causa agente e primeira capaz de definir a transmasculinidade em que se reconhece e se diz. Dessa relação entre *ter X* e *ser y*, como já analisamos na SD 4 e que retorna pela regularidade de um modo discursivo-subjetivo de se dizer no gênero, podemos instaurar o seguinte processo de paráfrases plausíveis:

- Eu sou homem *E* eu tenho buceta. O meu corpo não tá errado. E a sua mente tem preparo?

- Eu tenho uma buceta, que é eroticamente funcional, *E* eu sou homem. O meu corpo não tá errado. E a sua mente tem preparo?
- Eu sou homem *E* eu tenho buceta. Ela funciona eroticamente. Meu corpo não tá errado. E a sua mente tem preparo?
- Eu sou homem *DE/COM* buceta. Meu corpo não tá errado. E a sua mente tem preparo?

Essa rede de enunciados é formulada por uma posição-sujeito que permite as condições de dizer de modo a articular o corpo genitalizado como da ordem do biológico, funcionando/reagindo, inclusive, à excitação erótica, e o gênero enquanto resultado de uma construção subjetiva, performatividade, efeito de identificação com os sentidos de homenzidades. Não existe erro ou disforia nessa conjunção/conjugação de um corpo que tem buceta e, ao mesmo tempo, performatiza uma dada representação masculina.

Não há engano, não há incongruência nessa corporificação masculina *de/com* buceta: o genital está lá, não é negado, não é apagado nesse dizer de si, nesse autorreconhecimento trans pelo corpo e no gênero: o genital é uma extensão (é parte) desse invólucro, está no corpo, faz parte dele, está em funcionamento de tal modo que eu/[ela (a buceta)] fico molhado quando eu tô excitado. Nós (eu/a buceta, essa parte de mim, do meu corpo) molhamos como resultado dos estímulos a que somos submetidos e nos excitamos. O genital, lugar erógeno, está no corpo que sou: sadio, possível, eroticamente viável, estimulável, suscetível a desejos que me/nos fazem reagir, molhando – o meu corpo biológico é saudável: a minha transsubjetividade masculina existe: eu não nasci num corpo errado. E a sua mente? Tem preparo?

Dito isso, façamos, juntos, a partir de então, uma análise em cotejo dos dois recortes abaixo – um trecho da SD 8, a que já estamos analisando, e, a partir de então, da SD 9. Apresento, para tanto, mais um autorrelato de uma corpo-subjetividade trans para compreendermos esse efeito de regularidade dos sentidos que catalisam um modo subversivo de se relacionar com o corpo genitalizado e o campo do desejo. Observe que esse funcionamento de dizer o gênero não só reafirma o genital que há no corpo, mas também enfatiza a sua funcionalidade erótica e o efeito que tem quando se excita:

SD 8.1: Eu nasci num corpo certo, muito pelo contrário. [...] Eu não quero ficar no armário. Eu tenho uma buceta e fico molhado quando eu tô excitado. O meu corpo não tá errado. E a sua mente? Tem preparo?

SD 9 – *Adoro ser comido... e sou um puta homão da porra: A gente tem caminhado. Caminhado juntos, homens trans unidos, pelo reconhecimento de nossa identidade e ultimamente refletindo, numa auto crítica sobre uma*

masculinidade não tóxica. A nossa própria caminhada de masculinidade. Hoje recebi um áudio bizarro de um homem trans que tem dado palestra por aí, pois aparentemente ele é um dos 4 homens trans no Brasil que tem um pinto. Percebi que, mesmo nascendo com vagina, nós podemos reproduzir o falocentrismo. O Kadu Saraiva Bicas disse que iria comer um homem trans até ele voltar a ser a mulher que nasceu. Eu sinto um misto de raiva e dó pois ele não entendeu de fato o que é transexualidade. Ser trans não é querer ser cis. Jamais seremos independente do tamanho do Pinto no meio das pernas. A militância tem que ser uma militância de reconhecimento da nossa identidade. Luto pra que nenhum homem trans ouça, seja de outro homem trans ou de qualquer pessoa, que ter uma boceta é ser “menininha” como esse cara disse. Diminuindo as mulheres e deslegitimando os homens trans que não querem a cirurgia. Sendo operados ou não nascemos com boceta e esse prazer poucos homens tem. **Orgulho da minha raxa, xota, boceta, periquita, vagina.... sou um homem muito feliz por tê-la. Sento, mesmo... adoro ser comido... e sou um puta homao da porra.** Sinto dó realmente por ele, mas sinto desespero por esse cara, por ter tido dinheiro pra por um pinto, está falando sobre o que É ser homem trans por aí. Ouçam os homens trans, mas sejam seletivos, pq tem esses imbecis por aí que fodem o movimento e não sabem nem o que é ser trans¹⁰⁵.

É necessário, antes de tudo, situar as condições de produção desse último recorte e, com isso, dizer que ele foi extraído de uma postagem pública de uma rede social do sujeito que o formulou, Eduardo França Chierregatti, em resposta a comentários transfóbicos ditos por outro homem trans que, em síntese, se dizia *homem* tão-somente porque havia construído cirurgicamente um pênis (neofaloplastia). Para ele, essa condição do seu corpo, agora, com pênis, o alocava numa situação supostamente privilegiada em relação à masculinidade, a ponto de se sentir autorizado a verbalizar que, “agora, comeria buceta e mandaria pra casa as *minas* que dizem ser homem, mas não têm pau”. De acordo com essa lógica, em suma, só seria homem quem tivesse, em seu corpo, um pênis. É justamente a esse jogo de sentidos, formulados nesse trecho aspeado, que a SD 9 oferece uma réplica, reagindo, rebatendo e oferecendo resistência simbólica. Parafraseando livremente, podemos formular: “eu sou homem tanto quanto você” ou, melhor, “eu, um corpo com uma buceta, sou homem igualmente você o é”; “eu, que tenho uma buceta e adoro ser penetrado, sou tão homem quanto você, que tem um pau”.

Análise comigo, então, como esse autorreconhecimento subjetivo que lemos nessas duas SD rompe com a ideia de que a sua construção generificada teria que se organizar no entorno de um modelo ou um protótipo de masculinidade, incorrendo na ideia enganosa de que a sua homenzidade apenas seria legítima se a sua corporeidade de homem detivesse as prerrogativas físicas do macho (pênis) e, quando não as tivesse, que as negasse, rejeitasse ou estimulasse uma

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/DooTheus>. Acesso em: 28 de dez. de 2018.

animosidade disfórica em relação aos signos físico-políticos que depusessem contra a simbologia hegemônica do masculino, a exemplo da vagina.

Aqui compreendemos justamente um movimento contrário a essa ontológica “harmonia” entre o corpo genitalizado, o gênero e a reação ao desejo, pois estamos diante de um movimento transubjetivo que não só se reconhece como um homem, mas também afirma, num potente gesto de resistência à cis-heteronorma, que essa masculinidade trans *de/com* buceta (que se orgulha de tê-la, que é feliz por tê-la) pode gozar. Essa enunciação de si fortalece o gesto de resistência em seu percurso de reconstituição subjetiva que é

[...] sustentada na performatividade confrontadora de uma enunciação que incomoda [porque] o sujeito do discurso enuncia uma demanda de reconhecimento ético e moral de seu lugar na sociedade. Esta demanda de reconhecimento permite um movimento de subjetivação necessário na luta contra a objetificação desses sujeitos na história, possibilitando a constituição de uma posição discursiva não subalterna que possa denunciar a opressão (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 69. Acréscimo meu).

Não tenho dúvidas, por isso, de que há, nesse dizer de si, um gesto de confronto com as normas cisgêneras e também de insubmissão com as prescrições do desejo. O gozo dissidente de uma buceta masculina, que molha, quando sujeita a estímulos, (“sento, mesmo... adoro ser comido”), que é incorporada como constituição dessa corporalidade masculina, tangencia, sem dúvidas, sentidos corpo-transgressores. Dessa maneira vamos analisando um funcionamento discursivo tal que nos permite compreender, de outra forma, pelo viés da resistência e da contradição, a espessura material do gênero em relação ao corpo genitalizado trans que pode gozar: uma potente buceta masculina viril, penetrável, o que acaba por dar mais robustez à tese que venho defendendo de que masculinidades e feminilidades não são categorias ou construtos homogêneos, afinal

[...] pode [e deve] haver um lugar para o corpo transexual em nossa formação social – ainda que esse lugar seja da ordem do impossível. [Para tanto, é preciso considerar que há] o real do corpo [trans]: um corpo falho, que denuncia, a partir das suas cicatrizes, uma história que não cessa e uma memória que sempre retorna através da língua, que situa o sujeito nesse lugar permanente de *transitoriedade*, de *transexualidade*. O corpo do sujeito transexual é permeado de apagamentos e evidências. Assim, apagam-se as cicatrizes que denunciam um rosto que já foi coberto pela barba, um peito que já sustentou seios. Apagam-se ou evidenciam-se pelos, seios, órgãos genitais; formam-se novos processos de subjetivação a partir de corpos que não encontram um lugar para si dentro das perspectivas binaristas (FERREIRA CASSANA, 2016, p. 10 e 11. Os acréscimos são meus).

Esse funcionamento da insurreição em relação às normas hegemônicas de gênero, conflagrado linguisticamente por esses recortes que estamos analisando, é um ponto que faz irromper a resistência discursiva à qual venho fazendo referência. Uma possibilidade de resistência que se faz no próprio funcionamento da contradição discursiva que não serena a agitação dos sentidos, pelo contrário: se insurge sobre e contra o imaginário dominante do gênero em sua relação intrincada/indissociável com o genital, o que nos aproxima das ideias de Modesto acerca da prática de resistência que pode se configurar

como *possível* pelo uso das ferramentas da ideologia dominante, [e, por isso,] não se pode esquecer que a linguagem, posta em movimento por sujeitos que ainda teimam em colocar questões, é uma possibilidade de que o sem-sentido faça sentido. Longe de um retorno idealista que coloca a resistência na vontade de sujeitos livres e conscientes que se opõem e querem lutar, é bom ressaltar que o sujeito, como suporte da linguagem, participa dos processos discursivos através dos quais a resistência pode vir a ser. O sujeito está nesse processo. E é indispensável (MODESTO, 2016, p. 1092. Acréscimo meu).

A propósito, observe que essa resistência se marca durante o próprio transcurso discursivo na medida em que esse enunciado vai dismantando e equivocando a linearização de sentidos forjada pela matriz cis-heteronormativa, que coage os corpo-sujeitos genitalizados a performatizarem o gênero de acordo com as expectativas sociais organizadas em torno do genital, como também a sentirem/expressarem desejo sexo-afetivo por um corpo outro, que tenha um genital diferente do seu.

E esse efeito de contínuo ou, dizendo melhor, de afirmação do genital de fêmea em uma corpo-subjetividade masculina é, de minha perspectiva analítica, um dos mais expressivos processos de resistência discursiva das transsubjetividades. Dizer a sua masculinidade *de/com* buceta, ou seja, sem negar o genital que é parte de seu corpo e que sinaliza para a sua libido ([...] “sento, mesmo... adoro ser comido... e sou um puta homão da porra”), faz irromper, com essas formulações, não só uma outra posição-sujeito gendrada, mas funda/demarka os contornos de uma FD corpo-transgressora.

Essas corpo-subjetividades trans, conforme estamos analisando, se distanciam da suposta inteligibilidade organizada em torno da relação gênero-genital-desejo à medida que embaralha os sentidos previsíveis e os códigos possíveis prescritos pela FD corpo-normativa, dando consequência à contradição, à resistência como estruturantes do sujeito, o que, nos termos de Pêcheux (1990, p. 17), pode ser compreendido assim:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras.

Ao dizer sua masculinidade transgênera e reafirmar a sua buceta funcional, eroticamente estimulável, que está em seu corpo, esse discurso resiste e complexifica as possibilidades de identificação e performatização de gênero, além de questionar o engodo de que corpos trans precisariam ser tratados, ajustados a uma tal “segurança ontológica” que fundamentaria as experiências possíveis/viáveis/naturais da vivência e experiência no gênero. Florence Belladonna Travesti, nessa mesma direção, nos provoca a pensar sobre as múltiplas possibilidades de masculinidades transgêneras e de mulheridades travestis:

[...] me enxergam como uma cópia daquilo que eu queria ser, uma “mulher”, transfere para os aspectos materiais a nossa identidade, como se minha mulheridade só fosse legítima se eu tivesse o cabelo comprido, não tivesse barba, ou estivesse sempre com algum outro signo que fosse considerado autenticamente “de mulher”. De tantas cenas que me vem à cabeça, uma delas é uma piada que um homem me disse certa vez, na parada de ônibus onde esperávamos voltar da universidade para casa: “se você quer ser mulher, raspe as pernas. Mulher não tem perna cabeluda!”¹⁰⁶.

Também compreendo que esse modo de se subjetivar, afirmando a mulheridade de barba, com pelos nas pernas ou, também, a masculinidade *de/com* uma buceta, pode ser tomada como um gesto de resistência em relação à FD corpo-normativa, na medida em que essa matriz de sentidos associa a subjetividade trans à necessária e inquestionável disforia com o genital, ou seja, o ódio ao corpo que se condensaria no ódio aos genitais como um dos signos mais representativos da masculinidade ou da feminilidade. Interessante observarmos esse processo de significação do gênero mobilizado por uma “historicidade travesti” que não quer “se passar”, ou seja, que não manifesta ou não performatiza, em seus corpos, as simbologias hegemônicas do gênero. Devemos estar atentos a esse movimento, que, inclusive, vem sendo nomeado por gênero fluido, gênero neutro, sobretudo, para problematizarmos a ideia de que

[...] o sujeito transgênero nasceu da biopolítica, da medicalização e mesmo da procura compulsiva da restauração da heterossexualidade em crianças, jovens e adultos que não se conformam com os imperativos do gênero; o que somos

¹⁰⁶ Disponível em https://laidis.com.br/index.php/2021/05/07/sobre-o-mito-da-passabilidade-se-voce-quer-ser-mulher-raspe-as-pernas/?subscribe=many_pending_subs#blog_subscription-5 . Acesso em 14 de maio de 2021.

foi comparado à eugenia e à castração forçada. Tem-se dito que o sujeito trans reifica os papéis de gênero e transforma-os numa identidade, tornando-se assim um obstáculo à superação desses mesmos imperativos. Diz-se que reduz ser mulher (ou homem) a um mero sentimento. Tem-se dito das mulheres trans que somos um perigo nos espaços das mulheres. Aqueles que dizem isto esquecem que coisas semelhantes foram ditas no século XX sobre gays e lésbicas que eram acusados de serem sintomas degenerados do capitalismo. [...] **O sujeito trans pode estar a mudar para outro tempo, mas também está a percorrer o caminho para deixar de ser um produto do preconceito patologista de um século que foi deixado para trás**¹⁰⁷ (Os grifos são meus).

Ora, reconhecer a sua corpo-subjetividade identificada na simbologia do masculino e, nesse mesmo gesto, resistir ao já-posto da relação dominante gênero-genital, significa uma fissura tal nessa “harmoniosa” relação que, repito, configura não só uma formulação dita a partir de uma posição-sujeita outra, ainda inscrita em uma FD corpo-normativa e sustentada no pré-construído biologizante, mas, muito mais do que isso, rompe com essa matriz de sentidos a ponto de, com ela, não mais se identificar.

Como eu disse, essa formulação, não tangencia o efeito de consenso ou apaziguamento dos sentidos, que poderia ser alcançado pela incorporação da ideia de estar num corpo trocado, de pertencer ao gênero errado e, ainda, de dizer que o corpo deporá contra o gênero com que se identifica¹⁰⁸ – arregimentações simbólico-discursivas inscritas numa matriz normativa da postulação axiomática gênero - corpo genitalizado –, discussão, inclusive, feita por Florence Belladonna Travesti:

Assim como também perguntam se não pretendo tomar hormônios, dizem que acham estranho eu ter barba. Bem, eu sou uma travesti que optei por não passar pela hormonioterapia, por compreender que esta poderá colocar meu corpo em alguns limites que eu não sei se daria conta. A hormonioterapia mexe com todo o nosso corpo, muitas vezes no humor, e também com a produção de outros hormônios, para além daqueles que dão características masculinas e femininas. E certamente, quem acha que uma pessoa trans

¹⁰⁷ Autoria de Siobhan Guerrero Mc Manus. Disponível em: <https://medium.com/@sarawagneryork/o-trans-e-o-seu-lugar-na-hist%C3%B3ria-do-feminismo-6d4964ed7508>). Acesso em: 14 de maio de 2020. Em razão dessas posições teóricas que assumo, não poderia, sob nenhum pretexto, pensar a transgeneridade circunscrita ao campo da doença e/ou da delinquência. Muito pelo contrário, minhas ideias se inserem numa perspectiva que luta pela despatologização das identificações gênero-divergentes.

¹⁰⁸ Não se trata de incorrer na defesa de que o corpo seria imexível ou de que não pudéssemos alterá-lo por procedimentos cirúrgicos, hormonais, dentre outros, mas de compreender o drile ou o gesto de insurreição aos sentidos corpo-normativos preconizados pela matriz dominante do gênero que funciona pela associação remissiva e indistinta entre o gênero e o genital. Essa discussão, inclusive, me lembra a ideia de que não existe sexo, existem órgãos: o corpo com os órgãos. A relação sexo-gênero, então, seria resultado de uma leitura social dos órgãos que os associa a condições do gênero. Como desdobramento dessa relação, poderíamos fazer a seguinte ilação: o que impediria, por exemplo, de um sujeito que, por identificar-se com a assinalação que recebeu, ao nascer, em função do seu corpo genitalizado, performatiza a cisgeneridade, mas tem algum tipo de disforia com o seu genital e, por isso, intenciona passar por algum tipo de procedimento cirúrgico?

“parece”, ou “deveria parecer” com alguém, não sabe ou nem imagina o que realmente passa uma pessoa trans. Dando fim a qualquer desejo de passabilidade, eu sou uma travesti totalmente em paz com a minha testosterona. Que possamos seguir assim, sem desejar, sem se auto-cobrar e sem deixar que digam como deveríamos ser, ou com quem ou o quê deveríamos parecer. A passabilidade não existe, porque não precisamos passar por nada, nem por ninguém, somos autênticas, autênticos e autêntiques em nossas ininteligibilidades de gênero¹⁰⁹.

O movimento de identificação dessas trans subjetividades efetiva-se, por isso, na resistência, porque não há ancoragem discursiva na conciliação ou na harmonia com a hegemonia simbólica do gênero em relação ao corpo-genital; não há a replicação de sentidos derivados de uma FD que fala sobre/para (discursos *sobre*) as corpo-subjetividades segundo as prescrições normatizadoras do gênero-genital-desejo. As formulações em análise abrem-se, portanto, à contradição e permitem que esse discurso produza efeitos em que o não-sentido faça sentido, isto é, que os inesperados sentidos de insurreição deslizem para a significação de uma PS em/a partir de uma FD corpo-transgressora. Em outros termos, esse dizer de si, de sua subjetividade trans, se constitui como uma insurgente possibilidade de/ao sentido porque, na medida em que se identifica com uma posição-sujeito insubmissa ao outro hegemonico, movimenta-se pelo desvelamento e na compreensão de outros efeitos de sentido.

A resistência discursiva das formulações articuladas constitutivamente entre “uma-masculinidade-potente-em-uma-corporeidade-que-tem-uma-buceta-que-molha-e-que-pode-gozar” me faz compreender a ideia de um *inédito viável*, ou seja, uma conjunção entre reais que se materializa pela via da [...] “resistência na contradição, implicada no equívoco, nos furos da ideologia e em sujeitos que se constituem em relação aos sentidos” (MODESTO, 2016, p. 1087). Uma dada representação de si, no gênero e pelo corpo, que *já-é* e que *pode-continuar-a-ser*, corroborando a ideia de que não é a corpe-subjetividade trans que precisa ser adaptada, adequada, oprimida, mas “as mentes (des)preparadas” que precisam aprender a lidar com os corpos trans sem tentar igualar, comparar ou associar à cisgeneridade. Uma tal resistência, pois bem, que se erige pela defesa de ler a transgeneridade a partir de outras lentes, de outras tecnologias de inteligibilidade, que não sejam as previstas pela hegemonia da representação do gênero na indistinção com o genital, como um exercício do sujeito, como um tipo de conversão que

¹⁰⁹ Autoria de Florence Belladonna Travesti. Disponível em: https://lalidis.com.br/index.php/2021/05/07/sobre-o-mito-da-passabilidade-se-voce-quer-ser-mulher-raspe-as-pernas/?subscribe=many_pending_subs#blog_subscription-5. Acesso em 14 de maio de 2021.

[...] o leva a percorrer práticas de verdades para a elaboração de si mesmo. No interior desse quadro deixa-se transparecer construções de identidades dos sujeitos e os mecanismos que os coagem ao mesmo tempo em que são também procedimentos para o exercício da liberdade. No final de tudo, o que nos resta é o nosso corpo em movimento constante e em sentimento de incompletude por estar diante da falha e dos equívocos da experiência dos sujeitos no mundo que (re)criamos (MILANEZ, 2011, p. 218).

Ao falar em si, de sua identificação com os sentidos de gênero, pela via do corpo, essas transsubjetividades dão margem e contorno para a instauração da diferença, do dizer-se no gênero e no corpo de outra maneira, fazendo irromper outros discursos, outros efeitos e outras possibilidades de “fazer sentido”. Por isso, a importância de ouvir e deixar falar sobre si. Ao falar-se, possibilita-se as condições para que [...] “a irrupção da resistência, tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço duma pergunta, possa acontecer” (PÊCHEUX, 2011, p. 92). Dessa forma, vamos trapaceando a língua, jogando com as significações, burlando os sentidos e inscrevendo as diversidades nos processos sócio-históricos de significação.

É a resistência desse dizer que nos permite, portanto, mais do que compreender um percurso de construção discursiva a partir de uma outra PS, compreender que essa PS generificada se inscreve em outra rede de saberes, em uma FD corpo-transgressora. Relação que Indursky (2011, p. 71. Acréscimo meu) já fez menção, ao dizer que é preciso perceber que os sentidos atravessam as fronteiras e os contornos das formações discursivas [...] “e deslizam para outra FD onde se encontram, inscrevendo-se, por conseguinte, em outra matriz de sentido”. Considerando essa ponderação e a discursividade inscrita nessas materialidades que, juntos, analisamos, eu defendo que estamos diante de um deslizamento da ordem do discurso e, por isso, prossigo citando essa autora, [...] “já não é mais suficiente pretender encontrar o sentido comportadamente circunscrito ao interior de uma [‘mesma’] matriz de sentido”.

Vou me permitir encerrar esse capítulo contando um diálogo muito sintomático que tive com uma pessoa que se encontrava em processo de acompanhamento da hormonioterapia no Hospital Clementino Fraga, na capital paraibana, que poderá nos servir para ilustrar essa reflexão que estou desenvolvendo sobre os efeitos das disjunções lógico-exclusivas em relação ao gênero e ao desejo sexo-afetivo. Em nossa conversa, ela me confidenciou que vivia um dilema em relação “à sua identidade de gênero”, pois, a despeito de se identificar e performatizar a feminilidade, tinha determinadas preferências e práticas no exercício do prazer sexual que a remetiam, em suas palavras, “ao lugar e às posições que é o homem que assume”.

Ela prosseguiu seu raciocínio, explicando que não gostava de ser penetrada, mas preferia assumir uma performance de *controle-comando* na relação sexual, mesmo se vendo, se reconhecendo como uma mulher. Lembro do seu olhar de perplexidade quando dizia e se ouvia: “eu gosto é de usar o meu pau, de ser ativo, de ser o macho na cama, *mas* eu desejo ser uma mulher. Como pode isso, hein?!”. Também confuso e um pouco assustado com a contundência de seu relato, eu tentei esboçar uma resposta, afirmando que ela não necessitaria emascular-se ou perder a virilidade para expressar sua feminilidade.

Penso que, nesse mesmo sentido, a (não) exploração sexual do ânus também pode ser pensada a partir do raciocínio que associa determinados órgãos do corpo a partes ou espaços que seriam detentores do prazer e estimuladores do gozo. É preciso avançar nessa discussão até mesmo para entender que o ânus pode ser uma zona erógena à disposição do prazer para sujeitos que se dizem heterossexuais. Talvez seja o caso de pensarmos outra ideia de heterossexualidade a fim de questionarmos a ponderação de que “o cu é o último reduto do machismo”.

Pelo que precede, defendo que podemos problematizar tais representações se pensarmos que todos nós – sujeitos cis e transgêneros – temos “genitálias culturais” (KESSLER e McKENNA, 1978), que são deduzidas, lidas socialmente pela expressão de gênero que manifestamos em público. Não obstante,

[...] em situações de interação sexual e contextos sexualizados que permitem o desempenho de ambos os sexos, os homens e as mulheres trans representam um desafio permanente para a heteronormatividade, por se tratarem de mulheres originalmente nascidas em corpos de machos e homens nascidos originalmente em corpos de fêmeas. A análise dessas situações está iluminando a relação entre gênero e sexualidade (SCHILT & WESTBROOK, 2009, p. 441 *apud* LANZ, 2017, p. 52).

Ao pensar sobre as ideias levantadas na citação, parece-me que estamos diante de uma situação em que há uma espécie de drible entre/dos sentidos, ou seja, a representação das genitálias culturais contorna, volteia os arredores dos lugares-funções-sentidos convencionados aos genitais (do macho e da fêmea). Essa pode ser uma impressão ou uma suspeita apressada, mas uma questão para a qual poderei retornar em outro momento. Estou seguro, porém, de que não podemos limitar os corpos nem, tampouco, diminuí-los às convenções do desejo socialmente determinadas ao lugar/à posição de subjetividades de homens e de mulheres.

Que fique claro: o corpo pode ultrapassar esses limites, e a identificação trans não é, necessariamente, atrelada às questões de expressão/vivência do desejo. As relações sexo-

afetivas podem ser conjugadas das mais diversas maneiras, inclusive, pela vivência do “não-desejo” sexual ou da assexualidade como possibilidade de “orientação”, de (não) desejo sexual. É possível, portanto, viver desejos e prazeres de muitas maneiras, uma vez que existe “uma dinâmica rede de provisionamentos eróticos e sexuais à disposição da liberdade de cada pessoa interessada em se satisfazer e encontrar prazer e, por extensão, felicidade quanto aos modos de se relacionar sexualmente e de se subjetivar a partir deste campo de atuação e existência” (SILVA, 2017, p. 156). A vivência da sexualidade deve se desvencilhar da saturação de prescrições, de modo a suspender as interdições e desatar os entraves que a põem sob o signo da vigília e da dominação, até mesmo porque

[...] ser mulher ou homem é habitar o corpo com uma certa orientação para os seus próprios desejos e os desejos dos outros. É uma orientação no mundo que será sempre contextual e histórica. O corpo não é uma anatomia nua — como o feminismo da diferença nos ensinou — mas simbolizado e embutido em sedimentos da história pessoal e coletiva. Ninguém vive sem uma imagem de si mesmo, e ninguém tem uma imagem de si mesmo que seja um reflexo especular da sua anatomia. [...] o nosso corpo tem cartografias de desejo, memória, proibição e anseio. E os corpos de outros são-nos assim também apresentados como fios de carne e de desejo, de história e de matéria. Se uma pessoa ama outra pessoa não é porque um pênis deseja uma vulva ou outro pênis — ou vice-versa — mas porque vivemos encarnados num corpo que se imagina a si próprio e imagina os outros na sua diferença, não na sua genitália, mas na sua completa corporeidade. Daí as surpresas e fobias que o desejo pode desencadear na presença de uma pessoa trans, porque esse desejo falsifica qualquer conta de genitalidade¹¹⁰.

Em face da pluralidade do(s) desejo(s), não nos esqueçamos do que nos ensina Foucault ([1969] 1999, p. 23): estamos diante da “carne”, origem para a [...] “inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem e sob as mais secretas formas” [...]. Pretensão nossa supor que a nomeação/determinação dos desejos é um fato objetivo. O gozo alcançado pode ser buscado [...] “por todos os seus mil modos, por todos os seus mil desvios, por todas as suas mil graças e por todas as suas mil mistificações” [...], elucidada Nery (2011, p. 18). O desejo, esse objeto fluido, pode escapar à simbolização, à representação, na medida em que – suponho – está entre o inconsciente e o real.

Isso posto, creio que a discussão teórico-analítica sobre gênero e desejo possa se aproximar no tocante ao aspecto da movência, da fluidez, ou seja, é possível pensar tanto as identificações com o gênero quanto o desejo em seu caráter nômade, contínuo, flutuante.

¹¹⁰ Autoria de Siobhan Guerrero Mc Manus. Disponível em: <https://medium.com/@sarawagneryork/o-trans-e-o-seu-lugar-na-hist%C3%B3ria-do-feminismo-6d4964ed7508>. Acesso em 14 de maio de 2020.

Enquanto sujeitos – desejantes, desejados, desejosos –, *não somos, estamos; não permanecemos, transitamos*. Mas essa é outra história. Problematisações para outra investigação.

Por tudo o que foi discutido e certo de que as subjetividades e os corpos trans não são errades, vou encerrando o capítulo, recuperando e parafraseando livremente um trecho da SD que intitulou essa última seção:

E quanto à sua “mente” (quanto às estruturas socioideológicas de organização das relações em sociedade)... tem preparo para conviver, aceitar, respeitar, incluir as corporeidades femininas com pau e as subjetividades masculinas de buceta?!



Disponível em:
<https://www.facebook.com/search/top?q=evelin%20aelin%20hernandez>.
Acesso em: 23 de nov. de 2021.

DE TODA COR
Renato Luciano

[...]
Que o mundo é sortido
Toda vida soube
[...]
Sou homem, mulher
Igual e diferente de fato
Sou ser humano, sou inexato
[...]
Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou
[...]

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS - UM ACENO DE (DES)FECHO E DE UM VIA-A-SER PESQUISAS FUTURAS

Essa pesquisa, como sabe, se erigiu pelo/no objetivo de analisar o funcionamento do discurso de sujeitos transgêneros entre a significação de seu corpo e a (des)estabilização de sentidos sobre masculinidades e feminilidades. Espero, com ela, ter podido produzir saber na academia, trabalhando com epistemologias dissidentes, significando outras subjetividades e outros corpos, que não são os meus, reconhecendo de onde estou falando, por quais razões e motivações estou falando e também que estou abordando algo para além da minha realidade. Penso que aqui reside o lugar do analista de discurso, ou seja, perceber o descentramento e essas posições (que geralmente ocultamos enquanto sujeitos) nunca como únicas e individualizadas.

Sem desconsiderar o conflito como parte do diálogo, conforme defende Freire (1979), espero, com essa pesquisa, que a suposta transparência do diálogo ceda lugar a uma suspeita crítica, a uma desobediência que acirre e faça emergir contradições, não para instaurar a rivalidade e o duelo gratuitos, mas, ao contrário, para compreendermos a nós mesmos, aos outros, aos nossos privilégios e nos apercebermos como somos vistos por outros olhos que não os nossos. Essa relação dialética pode muito bem parametrizar as relações entre as diferenças que nos reúnem.

Dessa forma, creio que esse trabalho se inscreve e pode ser lido numa perspectiva despatologizadora das transgeneridades, proposta por teorias de gênero e por alguns estudos, concebendo que os estudos transgêneros podem ser conduzidos a partir de uma ótica multidisciplinar, uma vez que têm objetos complexos, como o corpo, as memórias e as subjetividades de pessoas trans. Ao me filiar a esses sentidos, quero, sobretudo, reivindicar que outros pontos de vista, além dos discursos biologizantes, sejam considerados como um saber científico para compreender/refletir sobre a transgeneridade.

Como desfechos parciais e sempre transitórios, as discursividades de gênero, aqui analisadas, indiciam sentidos tensos, con-fusos, conflituosos, ou seja, constituídos pela e na relação de atravessamento dos saberes corpo-normativos e corpo-transgressores. Analisamos discursos que associam de maneira remissiva o gênero ao corpo-genital e que também se distanciam dessa representação naturalizada do gênero (e do desejo), o que me fez compreender um processo de significação forjado numa arena de sentidos, ou seja, no entremeio de filiações que transitam entre a matriz cis-heterohegemônica e, também, identificam-se com movimentos

de resistência simbólico-discursiva do gênero. Por isso, a representação histórico-política do objeto gênero, no dizer de si de sujeitos trans, se situa em um terreno de confluências discursivas, contradições e heterogeneidades – resultado dos percursos de identificação em/com diferentes posições-sujeito.

Em face do exposto, seguindo Pêcheux ([1984], 2014), reitero que se faz necessário ousar resistir e ousar pensar – teórico e politicamente – acerca de determinados saberes que tematizam a relação entre corpos e gênero na perspectiva da opressão social. Nesse intuito, o lugar teórico da AD me permite enxergar que toda teoria é política e, por isso, favorece o deslocamento de sentidos e a compreensão de que há jogos de legitimidade e relações de força para a representação de sentidos (im)possíveis sobre feminilidades e masculinidades.

À luz de algumas reflexões foucaultianas ([1969]1999, p. 92), também defendo que a [...] “pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma ‘revolução’” [...]. Estou tratando de revolução como resultado do reposicionamento de ideias em razão da compreensão crítica de que a transgeneridade pode favorecer [...] “uma grande discussão, que deve culminar inevitavelmente na ‘extinção’ do próprio gênero como artifício de diferenciação, hierarquização e controle dos seres humanos” (LANZ, 2017, p. 30).

É imperioso, portanto, pensar as diferenças como fagulhas criativas e reiterar o valor da diversidade na construção de espaços democráticos, o que acontecerá se pulsarmos resistência em uma sociedade que nos soa impossível. É necessário que fortaleçamos as alianças, os afetos sadios e as lutas para que as nossas prefigurações se tornem alternativas concretas de sociedade, o que também acontecerá se nos reconhecermos entre aqueles de quem “‘aprendemos’ manter distância”. Esse pode ser um gesto de partilha a ser viabilizado entre pessoas (cis, trans, gays, hetero, assexuais e, enfim, toda sorte de demandas de identificação e adjetivações que pudermos imaginar), sem, no entanto, jamais desconsiderar o lugar de privilégio¹¹¹ que é ocupado pelos sujeitos que se identificam, performatizam e desejam “de acordo” com as normas social e historicamente aceitas, convencionadas.

Tudo bem ser trans e também gay, lésbica, bissexual, assexual ou qualquer outra coisa. Tudo bem ser trans e os outros notarem, e não tem problema ser trans, ninguém notar e você deixar isso em completo segredo. Tudo bem ser um homem trans. Tudo bem não definir seu gênero, trocar de identidade mais de uma vez na vida ou sentir que não se identifica com nenhum gênero. Tudo

¹¹¹ Em Lanz (2017, p. 73 e 74), lemos uma lista, por ela compilada, de 35 privilégios que são ostensivamente dificultados ou negados às pessoas transgêneras.

bem ser trans e nunca buscar nenhum procedimento médico para fazer a transição, e também não tem problema ser trans e alterar seu corpo do jeito que quiser (RUSSO, 2017, n. p).

Não quero me demorar nessa discussão, não quero apresentar um desfecho nos moldes que já conhecemos e até já bem supomos o que iremos ler, nem tampouco quero ficar dizendo, com outras palavras, o que já foi dito ao longo dessa tese, mas não posso deixar de, mais uma vez, observar que estamos imersos em um cenário de refluxo conservador e autoritário que vem se fortalecendo, sobretudo, porque dispõe de um *modus operandi* que é, metodicamente, organizado pela sistemática exclusão de formas antagônicas de pensamento (não há mediação da palavra), mediante a propagação da ideia bizarra de que a ideologia (o outro ideológico que se rivaliza com a verdade) obscurece e desvirtua a realidade social. Ao passo que se legitima a ideologia como instância-óbice que turva a suposta percepção da “verdadeira consciência das coisas”, cristaliza-se um ideal de sentidos hegemônicos e justifica-se as práticas materiais da classe dominante, o que, em muito, é decisivo para turvar a compreensão de que ideias são o resultado de práticas ou, de outro modo, ideias são forma(ta)das para justificar práticas; essas antecedem aquelas¹¹², como considera o materialismo histórico.

Acredito ser interessante, por isso, encerrar a pesquisa nesses moldes por duas razões: para situarmos os discursos que se organizam no entorno do paralelismo entre ideologia, gênero e sexualidade como mais um, dentre muitos outros, que emergem desse contexto de recrudescimento de ideias totalitárias, autoritárias, que atuam (in)viabilizando contradições, apagando diferenças e naturalizando as impermanências do tecido sócio-histórico. Repito: não se pode desconsiderar que há um método a partir do qual é erigida a estrutura das práticas hegemônicas: se negarmos tal método, imobilizaremos nossa capacidade de reação e resistência ao (ir)racionalismo político-social que tanto vem nos agonizando.

O segundo motivo diz respeito à possibilidade de melhor analisarmos como a pluralidade é desvalorizada, deslegitimada, ao mesmo tempo em que aqueles que advogam por ideias de liberdade e pela emancipação de sujeitos historicamente excluídos do acesso à cidadania são tidos como ofensivos, são desprestigiados, desumanizados, desacreditados e

¹¹² Observe como essa discussão toca, inevitavelmente, na compreensão da ideologia – fato que, por si, justifica a necessidade de seguirmos trabalhando com esse conceito e com as questões que podem ser suscitadas a partir dele. Além disso, é necessário observar como é urgente e necessário que insistamos no reforço de alguns regimes de sentidos que nos pareciam já consolidados em nossa democracia, o que corrobora a ideia de que democracia não se trata de um “estado permanente”, mas de uma luta, uma ação que precisa ser praticada continuamente.

rotulados sob a alegação de que estariam pensando e agindo sob o espantalho da ideologia de gênero.

Fico a pensar em como essas questões em relação ao gênero e à sexualidade constituem o tumor de fixação ao qual “os defensores da moral e dos costumes” se agarram em ofensivas e críticas infundadas, o que me permite afirmar que esses sujeitos que acreditam na existência da ideologia de gênero têm uma racionalidade muito duvidosa. A despeito da inexistência de evidências científicas que comprovem as práticas heréticas supostamente formuladas pela tal ideologia, como lemos no início da tese, eles tendem a crer somente naquilo que já creem, isto é, apenas leem no argumento-outro a própria projeção daquilo que ameaçaria as suas convicções. Por mais que se lhes apresentem o contraponto, a contra narrativa, persistem num comportamento insensível até mesmo em relação à observação empírica e, dessa maneira, inarredáveis, seguem sem ser demovidos dessas ideias estapafúrdias.

Esses retrógrados e conservadores sujeitos, que respondem com ódio aos avanços progressistas, se movem ao retroalimentarem justamente a força contrária, isto é, investem numa tensão constante entre polarizações, numa guerra linguística de paradoxos irrealis (os bons desideologizados contra os maus ideologizados), para, dessa maneira, obliterar o bom senso, contaminar as pessoas, reforçar uma retórica raivosa, eivada por teorias da conspiração, escamotear os *reais* problemas que assolam o país e se colocarem como vítimas de um sistema criado pelos outros que são endemoniados ideológicos. Para usar uma metáfora religiosa, eles fixam o pecado para estabelecer a salvação.

Com essas armadilhas e embustes, esses sujeitos saneiam e oxigenam as fontes das *fake news*, semeiam a divisão, capilarizam suas bases, suscitam indignações e, tendo feito isso, galvanizam o percurso para disseminar suas mensagens insanas e suas intenções espúrias. Ao que parece, amedrontar a sociedade, golpear a racionalidade e ferir a sensatez têm sido o combustível a mover a propositura de que estaríamos sob os domínios de uma ideologia de gênero, o que me leva a crer que, nesse caso, passa longe qualquer possibilidade de compreender uma realidade mais factível e concreta.

Por essas ponderações derradeiras, não tenho dúvidas de que a retórica do absurdo vem caracterizando o intercurso histórico-social em que nos encontramos. Relembremos, a esse respeito, do que vem sendo propagado nesses tempos sombrios: que a Terra é plana; que somos ameaçados pelo comunismo (que criou o corona vírus para atacar/ceifar o cristianismo); que uma sociedade pacífica e justa se constrói com o armamento em massa da população; que a ciência deve ser desacreditada; que as universidades são facções partidárias; que os efeitos

danosos da pandemia da covid-19 são exageros da mídia; que é preciso engrossar o coro do movimento anti-vacina, sob pena de os humanos serem expostos a mutações e deformações; que as escolas são meros restaurantes de miseráveis; que os professores devem ser neutros e primar por uma escola sem partido, porque a educação não seria um ato político.

Vivenciamos, dessa maneira, lamentavelmente, a banalização do grotesco, a validação do negacionismo, a validação do obscurantismo, a validação de uma ignorância brutal e assustadora. E a crença na tal ideologia de gênero, a meu ver, é mais um sintoma, dentre todos esses, que indicia os sentidos reacionários, autoritários e estapafúrdios sobre os quais precisamos oferecer resistência.

Vou finalizando, trazendo Pêcheux e, depois, Foucault para encorpar essas minhas ponderações, ao tempo em que somos demandados ao embate, instados a tomar partido na luta teórica e política:

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico... Essa tomada de partido obriga a discernir as posições que, no campo da batalha filosófica, precisam urgentemente ser abandonadas daquelas posições que, mais do que nunca, é importante ocupar e defender, sob a condição de que sejam ocupadas e defendidas de um modo diferente. É uma questão de precisão: a luta filosófica (luta de classes na teoria) é um processo sem fim de retificações coordenadas, que se sustentam pela urgência de uma posição a ser defendida e fortalecida frente ao que se poderia chamar a adversidade no pensamento. E é assomando a essa 'linha de maior inclinação' que a filosofia toca especificamente o real (PÊCHEUX, 1975, p. 270).

O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. [...] Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma "tomada de consciência" (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los. Uma "teoria" é o sistema regional desta luta. (FOUCAULT, 1978, n. p).

Por fim, como não poderia deixar de ser, vamos findar, por ora, nossa interlocução, ouvindo mais um forte relato de uma pessoa transgênera. Silenciemos, pois bem, se for possível, por um momento, nossas angústias; descansemos nossas retinas fatigadas em viver e conviver por meio das telas; serenemos o medo do desamparo advindo desse terrível vírus da solidão, da

saudade e que tanto tem nos ensinado a desaprender aquilo que era tão habitual! Esse mesmo vírus que também vem nos revelando, sobejamente, a face mais cruel da indiferença, da frieza e da insensibilidade perversa e aguda de governantes genocidas, cruéis e indiferentes ao luto de tantos afetos afetados de modo lancinante pela dor de mais de 610 mil vidas perdidas, que poderiam ter sido poupadas... Sigamos, enfim, no exercício de esperar, de abanar essas cinzas que, momentaneamente, escondem, abafam o calor do braseiro e as fagulhas da quentura dos abraços que, logo, nos envolverão outra vez.

É adoeceador sentir que em alguns dias eles parecem ter combinado de nos matar sempre que possível. Mas tem uma coisa que eles não sabem: pessoas trans nos reproduzimos como vírus. Por contágio, afetação e proliferação. A vida possível de outra/o/e me afeta tanto e tão profundamente de modo que passa a me exigir reorganizações das formas de ser. Assim foi comigo, assim é com muita gente que conheço. E novamente é bonito perceber uma teia onde minha vida e saúde mental é muitas vezes possibilitada pela constatação de que a vida de outras pessoas trans segue com cada vez mais potência, apesar de tudo. Sempre fico muito feliz quando vejo surgir toda uma nova geração de pessoas trans vivendo suas vidas nos mais diferentes espaços e sustentando reinvenções de si as mais diversas, sempre me alimenta muito acompanhar as mudanças mesmo sutis em gente trans que as vezes nem conheço. Aqui cabe perfeitamente aquela máxima de que eu só sou e só continuo sendo sem sufocar, porque todas e todos nós somos. Nosso corpo trans é coletivo, o meu corpo é aquele que sangra caído no chão, mas também é aqueles vários que seguem fazendo seus “corres”, ocupando tudo e insistindo. Pensando na Conceição e na Jota, enquanto eles seguem combinando de nos matar, a gente segue combinando de não morrer. [...] Me é de uma força e alegria bem grandes me reconhecer em quem fui, quem sou e quem eventualmente serei. E é de uma leveza imensa entender que diante de tudo, a mudança é sempre a principal das possibilidades a nos guiar vida afora... Enquanto precisamos a muita custa seguir sempre atentas e fortes, agradeço a todos os encontros que desde sempre seguem me permitindo ser e sentir amor da cabeça aos pés. E pra nós, pessoas trans, muitas vezes amor, fúria e resiliência, são inclusive sinônimos¹¹³.

Resistência!

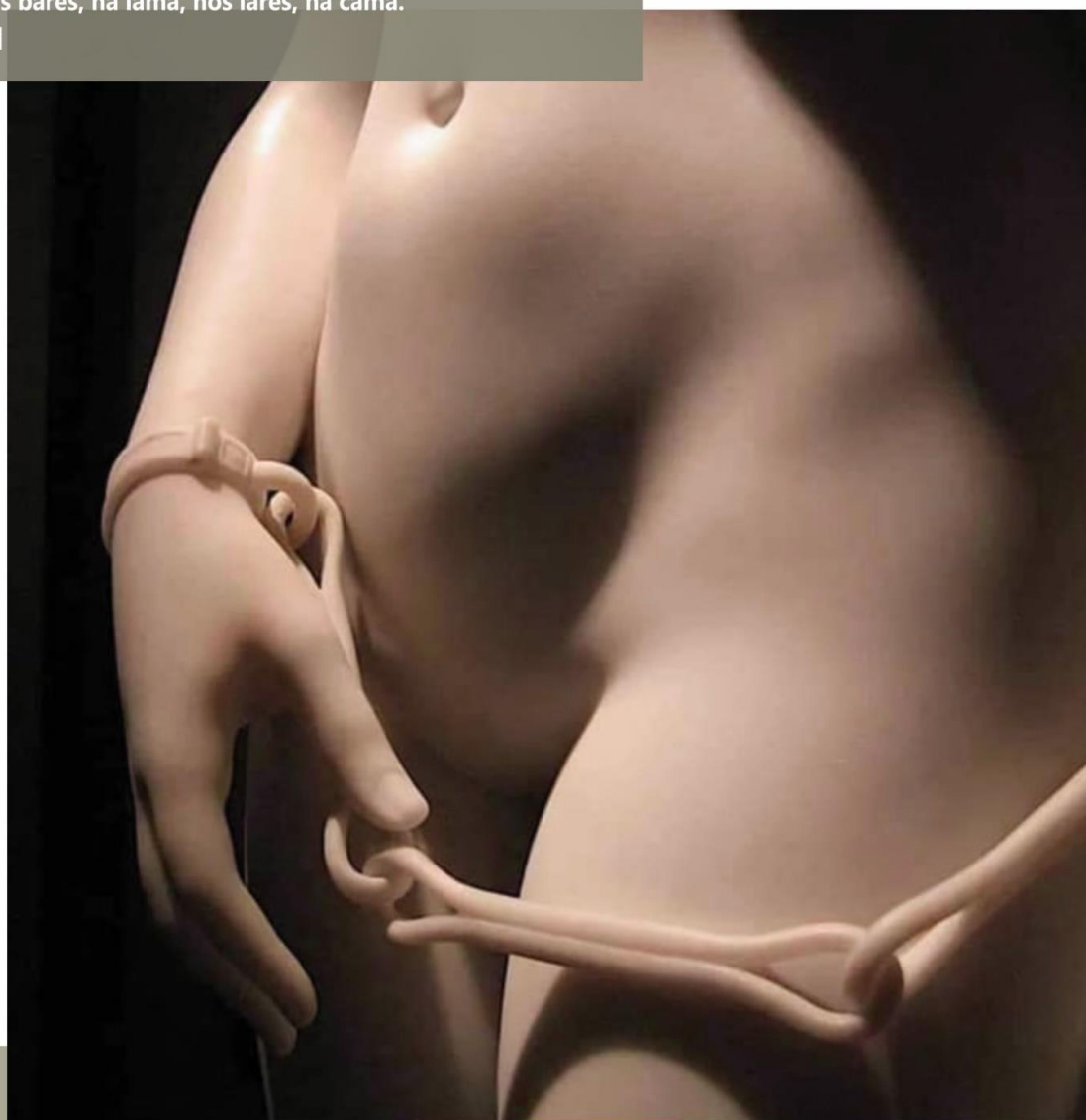
¹¹³ Trata-se de uma postagem pública no Facebook da autora: <https://www.facebook.com/ceu.cavalcanti.54922/posts/1829492513796041>. Infelizmente, não consegui recuperar a data precisa do acesso.

MAL NECESSÁRIO
Ney Matogrosso

Sou um homem, sou um bicho, sou uma mulher
[...]
Sou o seu amor profundo, sou o seu lugar no mundo
Sou a febre que lhe queima mas você não deixa
Sou a sua voz que grita mas você não aceita
[...]
Sou o novo, sou o antigo, sou o que não tem tempo
O que sempre esteve vivo, mas nem sempre atento
O que nunca lhe fez falta, o que lhe atormenta e mata
Sou o certo, sou o errado, sou o que divide
O que não tem duas partes, na verdade existe
Oferece a outra face, mas não esquece o que lhe fazem
Nos bares, na lama, nos lares, na cama.
[...]

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo?fbid=235770395216186&set=pcb.235770951882797>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.



REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008
- ARARUNA, Maria Léo (Org). **Nós, trans**: escrituras de resistência. Grupo Transcritas Coletivas. Belo Horizonte: Litera Trans, 2017.
- BACHELAR, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1982
- BAGAGLI, Beatriz. Movimento de sentidos e constituição de subjetividade em discursos transfeministas. In: ZOPPI FONTANA, Mônica; G. FERRARI, Ana Josefina (org.). **Mulheres em discurso**: gênero. linguagem e Ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- BORBA, Rodrigo. **(Des) aprendendo a "ser"**: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- _____. **Défaire le Genre**. Paris, Éditions Amsterdam, 2006.
- _____. **Subjects of desire**: Hegelian reflections on twentieth-century France. New York, Columbia University Press, 1999.
- _____. **The psychic life of power**: theories in subjection. California, Stanford University Press, 1997.
- _____. **Bodies that Matter**. On the discursive limits of “sex”. New York, Routledge, 2019.
- CAVALCANTE, André. **“CORPO ESTRANHO”**: corporeidades trans, silêncios, resistência. IN: IV Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (SEPLEV). 2018. Niterói: RJ. Anais (on-line).
- _____. MEDEIROS, Vanise; **Um corpo autêntico**: Reflexões acerca da transexualidade a partir de Tudo sobre minha mãe de Almodóvar. In: RUA [online]. Volume 26, número 1 - e-ISSN 2179-9911 - Junho/2020.

CAZARIN, Ercília Ana. Posição-sujeito: Um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro [org.]. **A Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos. São Paulo: Claraluz, 2007, p.109 – 134

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: RJ: Vozes, 2013.

FERREIRA CASSANA, Mônica. **Corpos impossíveis**: a (des)ordem e ambivalência da língua no discurso transexual (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. **Corpo e(m) discurso**: ressignificando a transexualidade. Curitiba: Appris, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. RJ: Paz & Terra, 2018.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1969/1999.

_____. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **Subjetividade e verdade**. In.: Resumo dos cursos do Collège de France. Trad.: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Ética, sexualidade e política**. Trad.: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos e Escritos vol. IV.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.

_____. **A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade**. In: Ética, sexualidade, política. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**.

GADET, Françoise. HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

GRANJEIRO, C. R. P. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João editores, 2011.

GREGOLIN, M. R. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: _____. e BARONAS, R. (Org.) **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2003. P. 47-58.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIGOLETTO, E. (Org.); MITTMANN, S.(Org.); CAZARIN, E. A. (Org.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em Análise do discurso. In: CAMPOS, M; INDURSKY, F. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p. 71-81.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da Terceira Republica Brasileira (1964-1984). Tese de doutorado, 1997.

KOGAWA, João. Dispositivo e corpo na análise do discurso: um trajeto de leitura. IN: SOUSA, Katia Menezes de. PAIXÃO, Humberto Pires (Org.). **Dispositivos do poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Movimento Transgente, 2017.

LAGAZZI-RODRIGUES. Suzy. **O político na Linguística**: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI. Eni P. Política linguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARIANI, Bethania.; MAGALHAES, Belmira. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. **Memória na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MARILAC, Luisa. **Eu, travesti**: memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MEDEIROS, Alisson Diêgo Dias de “**Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o óbvio**”: uma análise do discurso das publicações dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres sobre violência contra a mulher (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

MILANEZ, Nilton. Materialidades da paixão: sentidos para uma semiologia do corpo. IN: PIOVEZANI, Carlos. CURCINO, Luzmara. SARGENTINI, Vanice (Org.). **Discurso semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011.

_____. **Dessubjetivação e corpo**. (Vídeo didático-pedagógico; edição e montagem Matheus Vieira). LABEDISCO: Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2018.

_____. **Audiovisualidades**: elaborar com Foucault. Londrina: E dual; Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

MIRANDA, Thammy. ZANELATTO, Márcia. **Thammy**: nadando contra a corrente. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.

MODESTO, Rogério. **Interpelação ideológica e tensão racial**: efeitos de um grito. LITTERA ONLINE, v. 9, p. 124-145, 2018.

_____. **Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência**: uma proposta. FORUM LINGÜÍSTICO, V. 13, n. 1, p. 1083-1093, 2016

_____. **Mulher negra de pele clara**: lugar de enunciação e processos e identificação. ENTREMEIOS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO. V 21, 2020.

- MOIRA, Amara (et al). **Vidas trans**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.
- MOREIRA, Andrei. **Transexualidade sob a ótica do espírito imortal**. Belo Horizonte: Ame Editora, 2017.
- MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: BENTES, A.; MUSSALIM, F. (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001, p.101-142.
- NASCIMENTO, Mizael Inácio do. **Gestos de autoria na produção escrita em espanhol de alunos intercambistas: efeitos da subjetivação na/pela língua do outro**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.
- NERY, João W. **Viagem solitária: memória de um transexual 30 anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.
- _____. Velhice transviada: memórias e reflexões. Editora Schwarcz S.A: Rio de Janeiro-RJ, 2019.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. **Interpretação: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas/SP: Pontes, 2012.
- _____. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? IN: BARROS, Renata C. Bianchi de. Cavallari, Juliana S. (Org.). **Sociedade e diversidade** (vol. 2). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- _____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDUSKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. **Memória na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- _____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002
- PAIXÃO, Humberto Pires. O corpo no dispositivo da moda. IN: SOUSA, Katia Menezes de. _____ (Org.). **Dispositivos do poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.
- PASCHOAL, Marcio. **Rogéria: uma mulher e mais um pouco**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. 4. ed. Trad. Eni Orlandi et al, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Trad. Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes, 2008.
- _____. [1984]. **Ousar pensar e ousar se revoltar**. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages. Vol. 1. 2014.

- PEREIRA, Silvero. **BR-trans**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2016.
- PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014
- POSSENTI, S. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, M. (org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.
- _____. **Os limites do sentido**. Curitiba: Criar, 2002.
- QUEIROZ, Flávio. **Nany People**: ser mulher não é para qualquer um. Minhas verdades. São Paulo: Planeta, 2015.
- REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Clara Luz, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROBIN, R. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- RODOVALHO, Amara Moira. **Cis por Trans**. Rev. Estud. Fem. Vol 25 nº 1. Florianópolis.
- RUIZ, Castor. **Os labirintos do poder**. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.
- _____. **Liberdade e poder**: o trama mito-lógica da subjetividade e da sociedade. In: PIOVESAN, Américo. et AL (Org.) Filosofia e ensino em debate. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, [2004] 2015.
- SHELDON, Louis P. **A estratégia**: o plano dos homossexuais para transformar a sociedade. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2012.
- SILVA, Antônio de Pádua Dias da. O conceito de corpo nos estudos de gênero, feministas, gays, lésbicos, e *queers*. In: _____. MORAES, Raffaella Medeiros. SILVA, Taciano Valério Alves (Ogr.). **Interfaces**: gênero, discursos, linguagens. 1 ed. São Paulo: Scortecci, 2014.
- SILVA, Isaac. **Macho nasce macho, fêmea nasce fêmea**: desmascarando a falaciosa ideologia de gênero. Paudalho (PE): Relva Publicações, 2018.
- SILVA, T. T. (org.). **Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. 2ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SILVA, M. V. da. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E. P. (org.) Política linguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.
- ZIZEK, Slavo (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.